

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Maurício João Vieira Filho

Narrativas de vidas LGBTQIA+ em queerrentena: discursos e estéticas da diferença em atos de reelaboração de si, (re)existência e resistência na pandemia de covid-19

Juiz de Fora

2025

Maurício João Vieira Filho

Narrativas de vidas LGBTQIA+ em queerentena: discursos e estéticas da diferença em atos de reelaboração de si, (re)existência e resistência na pandemia de covid-19

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Orientadora: Dr.^a Mariana Ramalho Procópio

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vieira Filho, Maurício João.

Narrativas de vidas LGBTQIA+ em queerentena: discursos e estéticas da diferença em atos de reelaboração de si, (re)existência e resistência na pandemia de covid-19 / Maurício João Vieira Filho. -- 2025.

267 f.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2025.

1. Queerentenas. 2. Narrativas de vida. 3. LGBTQIA. 4. Pandemia de covid-19. 5. Estudos queer. I. Procópio, Mariana Ramalho, orient. II. Título.

Maurício João Vieira Filho

Narrativas de vidas LGBTQIA+ em queerentena: discursos e estéticas da diferença em atos de reelaboração de si, (re)existência e resistência na pandemia de covid-19

Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 25 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Ramalho Procópio - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Christina Ferraz Musse

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Renan Honório Quinalha

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano

Universidade Federal de Pelotas

Juiz de Fora, 19/08/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Ramalho Procopio Xavier, Usuário Externo**, em 26/08/2025, às 21:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENNAN LANNA MARTINS MAFRA, Usuário Externo**, em 27/08/2025, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO RODRIGO VALE CAETANO, Usuário Externo**, em 27/08/2025, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christina Ferraz Musse, Professor(a)**, em 27/08/2025, às 22:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renan Honório Quinalha, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2564074** e o código CRC **A527E2A1**.

A todas as pessoas que resistem.

AGRADECIMENTOS

Tenho muita gente para agradecer. Escrever os agradecimentos desta pesquisa é revisitar memórias e reconhecer a importância das pessoas que fazem parte da minha vida, sem as quais este momento não seria possível. Como escrevo neste trabalho, as palavras muitas vezes falham em expressar plenamente o que sentimos, mas procuro, por meio delas, demonstrar minha gratidão.

É tomado pela emoção que agradeço minha mãe, minha fortaleza e minha inspiração diária a continuar, a quem dedico essa tese e toda minha vida. Mamãe, obrigado pelo amor, cuidado e carinho. Sem você, não teria conseguido sonhar.

Agradeço às professoras e aos professores que estiveram presentes em minha vida desde a infância. Em especial, agradeço à Mariana Procópio, minha orientadora de doutorado. Desde o começo da minha graduação, sua generosidade comigo me motivou e me impulsionou durante minha trajetória acadêmica. Essa tese é resultado das nossas conversas, orientações, compartilhamentos e direcionamentos que me ensinaram o que é ser pesquisador e professor. Muito obrigado pela amizade, parceria e acolhida.

Agradeço minhas amigas e meus amigos por me escutarem, me abraçarem e estarem comigo em todos os momentos. Às verdadeiras amizades que construí durante minha vida, muito obrigado.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo acolhimento da pesquisa como pesquisador de doutorado e pela oportunidade profissional como docente, experiência esta que mudou a rota da minha vida inesperadamente e se tornou parte da realização do sonho de ser professor. Aos servidores técnico-administrativos da Faculdade de Comunicação (Facom) pela disponibilidade e por tantas conversas. Às e aos estudantes que tive a oportunidade de conhecer sendo professor substituto da Facom e que me fizeram aprender.

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) através da concessão de bolsa de estudo de Doutorado e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço também ao Programa de Bolsas de Pós-Graduação (PBPG) da UFJF pelo primeiro ano de bolsa. Que um dia o trabalho intelectual das e dos bolsistas no Brasil seja devidamente valorizado e que as condições de pesquisa e desenvolvimento intelectual sejam asseguradas e aprimoradas.

A você que se interessou por ler e compartilhar esta pesquisa, muito obrigado. Sua atenção movimenta este trabalho e reafirma a importância do que foi construído aqui.

pandemia até que tem
vergonha na cara é que tá em falta
por isso oscila entre admitir e negar
negar e admitir
negar
negar
admitir
negar
negar
até chegar à macabra marca
de setecentos mil mortos
os quase mil mortos
de cada dia

aí a gente toca a vida
como se toca gado

*[cacofonia proposital
poesia nem no final]*

“Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa” (Foucault, 2004, p. 262).

RESUMO

A pandemia de covid-19, além de ser caracterizada como um problema sanitário, pode ser compreendida como um fenômeno político-social que evidencia desigualdades e hierarquias sociais. Para as pessoas LGBTQIA+, esse regime pandêmico enrijece vulnerabilidades, condições de precariedade e dificuldades nas vidas. Nesta tese, objetivamos compreender como experiências da pandemia de covid-19 são elaboradas por pessoas LGBTQIA+ ao narrar a própria vida e que sentidos são atribuídos por elas para questões de gênero e sexualidade no contemporâneo. Para o desenvolvimento dessas ações, mobilizamos o livro *Histórias da Queerentena*, organizado pelo filósofo Pablo Pérez Navarro e publicado em 2020, que contém 72 histórias escritas em primeira pessoa do singular (eu) por indivíduos LGBTQIA+ que abordam diferentes experiências pandêmicas. Nosso interesse não é analisar as histórias ou categorizá-las conforme metodologias mais canônicas sugerem para investigações de materiais heterogêneos como esse. Dessa forma, o desenho metodológico da tese articula duas perspectivas comunicacionais: afetiva e indiciária. Entendemos que os afetos se apresentam como aquilo que toca e move a pesquisadora, o pesquisador e a pesquisa, constituindo-se como uma experiência sensível e inesperada, mas capaz de trazer movimentos e fluidez ao longo do processo. Unimos essa perspectiva ao paradigma indiciário como forma de destacar indícios essenciais que emergem do contato com as narrativas de vida, articulando-os com a base teórica-conceitual e o objeto empírico. O primeiro capítulo situa as pesquisas sobre gênero e sexualidade na Comunicação com atenção especial àquelas se voltaram à pandemia de covid-19 como acontecimento mobilizador para a investigação. O segundo capítulo traça um panorama para contextualizar o cenário brasileiro de emergência da crise sanitária e apresentar, em um breve percurso historicizante, como é ser LGBTQIA+ no Brasil, país que mais nos mata. Também nos voltamos a um contato inicial com as narrativas de vidas LGBTQIA+, observando o caráter insurgente que as constituem. No terceiro capítulo, esmiuçamos as bases dos estudos *queer*, aprofundando conceitos importantes para a trama da tese, como poder, resistência, gênero, sexualidade, armário e diferença, que formam lentes teóricas e políticas de apreensão do fenômeno, para, em seguida, ensaiar um gesto de aproximação das premissas *queer* com o campo da Comunicação. A partir disso, a tese se divide em um duplo olhar para as *queerentenas*: discursivo e estético. No quarto capítulo, a incursão pelas narrativas de vida é realizada com reflexões sobre memória, escrevivência, confidências, testemunhos e discursividades, cuja finalidade é apreender as disputas e tensões de sentidos que emergem nas *queerentenas* por meio do discurso. Contudo, a experiência escapa à linguagem e a gestos interpretativos. Nesse sentido, o quinto capítulo trabalha a dimensão da experiência atravessada pela instauração de um acontecimento com latências e presenças. O sexto e último capítulo costura os fios puxados ao longo da pesquisa para trazer, novamente, à luz os estudos *queer* e articular as perspectivas discursivas e estéticas com as quais trabalhamos. Nossa tese defende que as *queerentenas* são narrativas de desordem, escritas para confrontar um mundo ordenado por normas, no qual nossas vidas são alvos diários de violências. Na pandemia de covid-19, acontecimento que intensificou desigualdades sobre as vidas LGBTQIA+, a escrita se tornou uma ação de registro que evidenciou perspectivas sobre a própria experiência no mundo. A convocatória para reunir histórias pessoais em um livro se tornou um espaço seguro para compartilhar sobre si, permitiu a escolha daquilo que desejaria expor, evidenciou quais identidades apareceriam ao narrar e conectou-se a outras pessoas que, embora não se conhecessem e estivessem cada uma enfrentando particularidades, formaram uma assembleia.

Palavras-chave: *queerentenas*; narrativas de vida; LGBTQIA+; pandemia de covid-19; estudos *queer*.

ABSTRACT

The covid-19 pandemic, in addition to being characterized as a health problem, can be understood as a social-political phenomenon that highlights social inequalities and hierarchies. For LGBTQIA+ people, this pandemic stiffens vulnerabilities, precarious conditions and difficulties in their lives. In this thesis, we aim to understand how experiences of the covid-19 pandemic are elaborated by LGBTQIA+ people when narrating their own lives and what meanings they attribute to gender and sexuality issues in the contemporary world. To develop these actions, we mobilized the book *Histórias da Queerentina*, organized by philosopher Pablo Pérez Navarro and published in 2020, which contains 72 stories written in the first-person singular (I) by LGBTQIA+ individuals who address different pandemic experiences. Our interest is not in analyzing the stories or categorizing them, as more canonical methodologies suggest for investigating heterogeneous materials like this. Thus, the methodological design of the thesis articulates two communicational perspectives: affective and indicative. We believe that affect is what touches and moves the researcher, the researcher and the research, constituting a sensitive and unexpected experience, but capable of bringing movement and fluidity throughout the process. We have combined this perspective with the indicative paradigm as a way of highlighting essential clues that emerge from contact with life narratives, articulating them with the theoretical-conceptual basis and the empirical object. The first chapter situates research on gender and sexuality in Communication, with special attention to those that have focused on the covid-19 pandemic as a mobilizing event for research. The second chapter provides an overview to contextualize the Brazilian scenario of the emergence of the health crisis and presents, in a brief historicizing journey, what it is like to be LGBTQIA+ in Brazil, the country that kills us the most. We also turn to an initial contact with the narratives of LGBTQIA+ lives, observing the insurgent character that constitutes them. In the third chapter, we delve into the foundations of *queer* studies, delving into important concepts for the thesis, such as power, resistance, gender, sexuality, closet and difference, which form theoretical and political lenses for understanding the phenomenon, and then try to bring *queer* premises closer to the field of Communication. Based on this, the thesis is divided into a double look at the *queer* scene: discursive and aesthetic. In the fourth chapter, life narratives are explored with reflections on memory, writing, confidences, testimonies and discursivity, with the aim of grasping the disputes and tensions of meaning that emerge in the *queer* scene through discourse. However, experience escapes language and interpretative gestures. In this sense, the fifth chapter works on the dimension of experience crossed by the establishment of an event with latencies and presences. The sixth and final chapter sews together the threads pulled throughout the research to bring *queer* studies to light once again and articulate the discursive and aesthetic perspectives with which we work. Our thesis argues that *queerentenas* are narratives of disorder, written to confront a world ordered by norms, in which our lives are daily targets of violence. During the covid-19 pandemic, an event that intensified inequalities in LGBTQIA+ lives, writing has become an action of recording that has highlighted perspectives on one's own experience in the world. The call to gather personal stories in a book became a safe space to share about oneself, allowed me to choose what I wanted to expose, highlighted which identities would appear when narrating and connected with other people who, although they didn't know each other and were each facing particularities, formed an assembly.

Keywords: queerantime; life narratives; LGBTQIA+; covid-19 pandemic; queer studies.

RESUMEN

La pandemia covid-19, además de caracterizarse como un problema de salud, puede entenderse como un fenómeno sociopolítico que pone de manifiesto las desigualdades y jerarquías sociales. Para las personas LGBTQIA+, esta pandemia agudiza vulnerabilidades, condiciones precarias y dificultades en sus vidas. En esta tesis, pretendemos entender cómo las experiencias de la pandemia del covid-19 son elaboradas por las personas LGBTQIA+ cuando narran sus propias vidas y qué significados atribuyen a las cuestiones de género y sexualidad en el mundo contemporáneo. Para desarrollar estas acciones, movilizamos el libro *Histórias da Queerentena*, organizado por el filósofo Pablo Pérez Navarro y publicado en 2020, que contiene 72 historias escritas en primera persona del singular (yo) por personas LGBTQIA+ que abordan diferentes experiencias de la pandemia. Nuestro interés no es analizar los relatos ni categorizarlos como sugieren metodologías más canónicas para investigaciones de material heterogéneo como éste. Como tal, el diseño metodológico de la tesis articula dos perspectivas comunicacionales: la afectiva y la indicativa. Creemos que el afecto es lo que toca y mueve al investigador, a la investigadora y a la investigación, constituyendo una experiencia sensible e inesperada, pero capaz de aportar movimiento y fluidez a lo largo del proceso. Hemos combinado esta perspectiva con el paradigma indicativo como forma de destacar las pistas esenciales que surgen del contacto con las narrativas de vida, articulándolas de forma más relevante para el investigador. El primer capítulo sitúa las investigaciones sobre género y sexualidad en Comunicación, con especial atención a aquellas que se han centrado en la pandemia covid-19 como hecho movilizador de la investigación. El segundo capítulo ofrece un panorama para contextualizar el escenario brasileño del surgimiento de la crisis sanitaria y presenta, en un breve recorrido historizador, cómo es ser LGBTQIA+ en Brasil, el país que más nos mata. Pasamos también a un primer contacto con las narrativas de vida LGBTQIA+, observando el carácter insurgente que las constituye. En el tercer capítulo, analizamos los fundamentos de los estudios *queer*, profundizando en conceptos importantes para la tesis, como poder, resistencia, género, sexualidad, armario y diferencia, que forman lentes teóricas y políticas para la comprensión del fenómeno, para luego intentar aproximar las premisas *queer* al campo de la Comunicación. A partir de ahí, la tesis se divide en una doble mirada a la escena *queer*: discursiva y estética. En el cuarto capítulo, se exploran las narrativas de vida con reflexiones sobre la memoria, la escritura, las confidencias, los testimonios y la discursividad, con el objetivo de comprender las disputas y tensiones de sentido que emergen en la escena *queer* a través del discurso. Sin embargo, la experiencia escapa al lenguaje y a los gestos interpretativos. En este sentido, el quinto capítulo trabaja sobre la dimensión de la experiencia atravesada por la instauración de un acontecimiento con latencias y presencias. El sexto y último capítulo cose los hilos tirados a lo largo de la investigación para, una vez más, sacar a la luz los estudios *queer* y articular las perspectivas discursivas y estéticas con las que trabajamos. Nuestra tesis sostiene que las narrativas *queer* son narrativas del desorden, escritas para enfrentarse a un mundo ordenado por normas, en el que nuestras vidas son a diario blanco de la violencia. Durante la pandemia covid-19, un evento que ha intensificado las desigualdades en las vidas LGBTQIA+, la escritura se convirtió en una acción de registro que puso de relieve las perspectivas sobre la propia experiencia en el mundo. La llamada a reunir historias personales en un libro se convirtió en un espacio seguro para compartir sobre uno mismo, me permitió elegir lo que quería exponer, destacó qué identidades aparecerían al narrar y conectó con otras personas que, aunque no se conocían y cada una se enfrentaba a particularidades, formaban asamblea.

Palabras clave: queerentenas; narrativas de vida; LGBTQIA+; pandemia covid-19; estudios *queer*.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	16
Que vidas importam? Um relato pessoal	16
Notas de um percurso porvir	18
INTRODUÇÃO	26
1 Delineamento do tema e problema de pesquisa	26
2 Objetivos	32
3 Notas sobre o referencial teórico mobilizado	32
4 Afetos e indícios em questão: desenho metodológico e implicações epistemológicas e éticas para a pesquisa com narrativas de vida LGBTQIA+ na Comunicação	34
5 Estrutura da tese	41
CAPÍTULO 1	44
Pesquisas sobre gênero e sexualidade na Comunicação	44
1.1 Gênero e sexualidade nas dissertações e teses em Comunicação no Brasil	45
1.2 Gênero e sexualidade nas dissertações e teses em Comunicação sobre a pandemia de covid-19 no Brasil	47
1.3 Gênero e sexualidade em artigos da Comunicação sobre a pandemia de covid-19 no Brasil	55
CAPÍTULO 2	61
Grafias das queerrentenas: o escrever de vidas LGBTQIA+ em primeira pessoa	61
2.1 Panorama, contextualização e emergências sócio-históricas	63
2.2 Ser LGBTQIA+ no Brasil, país que mais nos mata	73
2.3 Apresentação e autoidentificação das pessoas queerrentenadas	89
2.4 Afetações e contatos com as narrativas de vidas LGBTQIA+ durante a covid-19	94
2.5 Narrativas insurgentes e disruptivas: desordem e estranhamento em textualidades e escrevivências	103
CAPÍTULO 3	110
Estranhamentos, desobediências e subversões queerrentenadas: incorporar saberes queer à perspectiva comunicacional	110
3.1 Tensões das/nas relações de poder e resistência	118
3.2 Gênero e sexualidade como categorias de análise das relações e processos sociais	123
3.3 Contrassexualizar o poder, as marcações e os armários	129
3.4 Apreensão da “diferença” nos estudos queer e apostas conceituais	134
3.5 Leituras queer como inquietação para a Comunicação	145
CAPÍTULO 4	152
Perspectivas discursivas para as queerrentenas: narrativas de vida, processos de (re)memoração e reelaboração de sentidos	152
4.1 Entre memória e esquecimento nos processos mnemônicos de narrar o presente pandêmico	156
4.2 Das confissões aos testemunhos da vida: escritas de si e biográficas	171
4.3 Reelaboração de si nos percursos narrativos	181

4.4 Discursividades pandêmicas	187
CAPÍTULO 5	192
Perspectivas estéticas para as queerrentenas: experiências, latências e presença	192
5.1 Dissensos queer	197
5.2 Aquilo que se revela sem ser dito	200
5.3 Presença para sentir	205
CAPÍTULO 6	208
Entrelaçar queerrentenas em uma pandemia: considerações a partir de olhares discursivos e estéticos	208
6.1 Identidade e diferença como tensão, aproximação e distanciamento das narrativas de vida LGBTQIA+	209
6.2 Alteridade, precariedade e alianças em multidões queerrentenadas no Brasil	213
6.3 Possibilidades e insurgências políticas em assembleia	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
EPÍLOGO	236
REFERÊNCIAS	240
Referências dos capítulos do livro Histórias da Queerrentena	261

PRÓLOGO

Que vidas importam? Um relato pessoal

Não poderia abrir esta tese de outra maneira, senão com um relato. Uma experiência amarga que chacoalhou tudo que já vinha pensando durante o caminho de elaboração da pesquisa e em minha vida. Era uma quarta-feira, 17 de maio de 2023, um dia simbólico de combate à LGBTfobia, pois completavam 33 anos de exclusão da homossexualidade das listas de doenças tipificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, naquela manhã me vi em uma situação de constrangimento e violência dentro de uma universidade, em um espaço onde acreditamos (ou ao menos esperamos) que as diferenças possam conviver com respeito. Estava em um café, lotado de pessoas, e um bando de homens começou a caçoar uns dos outros, até que em determinado momento, para marcar o território da necessidade de a masculinidade vigorar, começaram os comentários homofóbicos entre eles como forma de depreciação. O medo e a impotência me tomaram conta de tal maneira que não consegui reagir e, até compreender toda a situação que aconteceu diante de mim, só conseguia chorar. Sentia medo, fiquei intimidado pelo perigo, culpado por não falar nada. Prefiro, em respeito a todas e todos que lerem esse relato, não reproduzir as palavras pronunciadas por um daqueles homens sem qualquer tipo de constrangimento. Ao contrário, ele gargalhava para expressar a pretensa superioridade de uma masculinidade frágil. Para ele, aquela “piada” reafirmava seu lugar social como homem enquanto feria muitas outras pessoas.

Naquele mesmo dia, daria uma aula sobre vidas LGBTQIA+, na disciplina “Mídia e narrativas de vida”, ao lado da minha orientadora Mariana Procópio, a quem expressei meu agradecimento por todo o acolhimento. Não imaginava como seria aquela aula após uma situação de violência e nem mesmo como reagiria diante de uma turma de estudantes. Havia pensado em uma aula com exemplos que evidenciaríamos contextos de opressão, como foi o período de ditadura civil-militar no Brasil, até o cenário contemporâneo de resistências e apagamentos de memórias LGBTQIA+ no país. Falaria do jornal *Lampião da Esquina*, do grupo *Dzi Croquettes*, de vidas que resistem e carregam memórias de lutas e sofrimentos na ditadura, como Anyky, João Trevisan, Martinha, Yone e João Nery, reconhecidas na série *LGBT+60: Corpos que Resistem*. Queria falar dos estigmas e das abjetificações tonificadas na emergência da epidemia de HIV/aids no mundo, das disputas no Brasil desde a década de

2010 com mentiras e violências para impedir a discussão pública de gênero nas escolas. Mas também queria reafirmar as brechas que encontramos nas artes para estranhar, subverter e propor outras narrativas para nós. Queria falar muito, mas a todo momento sentia um nó na garganta e tudo que havia acontecido recentemente naquela manhã vinha à minha mente.

No fim da aula, uma estudante se aproximou de mim, me agradeceu e disse que minha luta era sua também, pois sua mãe é uma mulher lésbica e ela sabia o quanto todas essas violências doem e marcam a vida. Percebi em seu olhar que havia muita dor e, naquele abraço, só pude agradecê-la por conseguir ficar em sala. Apesar de ter sido um dia amargo em que duvidei de o porquê continuar lutando, pois as violências continuam em ebulição em nosso cotidiano e parecem que não cessarão tão cedo, tive a certeza de que, sempre, teremos que lutar. É um compromisso por nós, por tantos que lutaram no passado e por tantos que virão. É preciso criar, inventar outros caminhos, abrir espaço onde parece estar tomado pelo preconceito. Aquela quarta-feira deixou mais uma cicatriz em uma ferida que sempre será entreaberta, que sempre vai doer e tentar fazer com que desacreditemos de nós. Mas sempre que latejar vai nos lembrar de quem somos e do porquê precisamos reivindicar nossas vidas. Como João Silvério Trevisan (2018, p. 578) diz, “quanto mais escuridão dos opressores, maior será a luz emitida pela purpurina dos oprimidos”. Que sejamos vaga-lumes que possam iluminar caminhos mais vivos e acolhedores, que nossas luzes possam preencher todas as brechas para encontrarmos meios de resistir.

(Maio de 2023)

Notas de um percurso porvir¹

Sentar-me diante do computador, abrir este documento e tentar elaborar coerentemente as ideias que foram se (re)arranjando desde o início do doutorado em 2022 é um exercício de me colocar frente às encruzilhadas de sensações que, simultaneamente, parecem-me desorientações visto a complexidade para o que esta tese se lança, mas que me impulsionam a seguir pela necessidade de reflexão científica, de deslocar saberes cristalizados em torno de hegemonias e de deixar uma marca no campo da Comunicação para que um passado presente em nossas vidas não seja esquecido. Assim, compreendo que os caminhos a serem delineados nesta pesquisa são compostos por afetações dolorosas, cujas palavras parecem ser insuficientes para expressar o que ocorreu, mas urgentes de serem elucidadas pela pesquisa científica — tão acometida e sonogada no Brasil nos últimos anos com ataques do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, apoiadores da extrema-direita e oriundos desde o golpe político contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, mas que se mostrou primacial para a sociedade na pandemia de covid-19. Para se ter uma dimensão dos impactos causados para o financiamento de pesquisas e a manutenção de pesquisadoras e pesquisadores, as agências de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tiveram, em 2021, o menor orçamento para concessão de bolsas desde 2009 (Sousa Rodrigues, 2022). Houve ainda a investida para desqualificação das universidades públicas federais com discursos moralistas e desrespeitosos em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão, que se instalaram desde o governo de Michel Temer com falas do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, atribuindo o espaço acadêmico à “ideologização” e à “balbúrdia”, assim como acusando os campi de terem “cracolândias” (Abraham..., 2019).

Na saúde, o Brasil esteve imerso em um caos cujos prejuízos seguirão por anos (Sousa Rodrigues, 2022). E é nesse contexto que a proposta de pesquisa apresentada começou a ser escrita, em meio à dor do luto de brasileiras e brasileiros que morreram em razão das complicações da covid-19, vítimas da negligência governamental. Conforme os registros do

¹ Em determinados momentos da tese, assumo a escrita em primeira pessoa do singular, assim como o livro com o qual diálogo nesta pesquisa, para marcar um lugar singular e afetado pelo contato com histórias de outras pessoas e minhas. Em outras passagens, escrevo na primeira pessoa do plural para assinalar um texto em diálogo com minha orientadora, Mariana Procópio, a quem agradeço pela generosidade em me guiar nos caminhos da pesquisa científica e da docência, e as construções coletivas que desenvolvemos em nossas parcerias, bem como uma interação com conceitos, perspectivas teóricas, pesquisadoras e pesquisadores. Outro aspecto linguístico se refere à adoção do tempo verbal no passado, em diferentes passagens do texto, como forma de indicar que aquela ação narrada corresponde a outra temporalidade, mas que não se fecha a ela e permite continuidades no agora.

Painel Coronavírus do governo federal, até 30 de dezembro de 2023, 708.491 pessoas morreram diagnosticadas com a doença e mais de 38 milhões de casos de infecções foram contabilizados no país (Brasil, 2023b). Mas precisamos lembrar, sempre, que esses números agrupados em dados epidemiológicos, com os quais nos acostumamos a ver diariamente nos telejornais durante o auge do surto², dizem respeito a pessoas, que, na maioria, não conhecemos, mas que não podemos esquecer-las. Para alguém, elas significam amor, amizade, companheirismo ou, em uma palavra, vida. Com o momento atual da covid-19, os telejornais pararam de trazer os números em tela e de pautar a doença e, com essa mudança editorial, parece que nossas memórias também vão se esvaindo à medida que ter um painel com números e gráficos estrondosos não causa mais clamor como antes.

Desde março de 2020, com a avidez da pandemia de covid-19, fomos e somos atravessadas e atravessados em todos os âmbitos pessoais, profissionais, relacionais e afetivos, pelos riscos da infecção, obrigando-nos a transformar nossas ações cotidianas e contornar o turbilhão de efeitos que nos usurpa diariamente. Embora, atualmente, as medidas de proteção contra o coronavírus estejam mais flexíveis diante do avanço da imunização de grande parcela da população, é fundamental salientar que as consequências desse momento pandêmico — sobretudo, no país, onde a vacinação se torna descredibilizada pelo protagonismo da figura presidencial à época, com discursos negacionistas e antivacina, mentiras e polarizações políticas, além de vilipêndios e descasos com a população (Vieira Filho, 2022) — são imensuráveis e continuarão a decorrer mesmo com o incentivo às ações sanitárias, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional da covid-19 e as mudanças governamentais no Estado a partir de 2023. Esse marco estabelecido pela OMS indica uma ação institucional estabelecida a partir da análise do Comitê de Emergência. No entanto, não significa nenhum tipo de encerramento da covid-19 no mundo, e tampouco uma medida que afrouxa os cuidados, pois a doença segue matando pessoas, conforme declarou a

² Notamos semelhanças no modo como os jornais retratam pandemias com a emergência do surto de dengue no Brasil, em 2024, sobretudo com as representações numéricas e percentuais de mortes, pessoas infectadas e atendimentos médicos em unidades de saúde nas notícias veiculadas. Essas sindemias não interagem diretamente pelo vírus, mas, sim, pelo modo como lidamos e as significamos na realidade.

própria organização³. Independentemente de um dia haver um marco temporal que encerre a pandemia, isso não significará o fim do que representa e causa em nós⁴.

A pandemia de covid-19, além de um problema sanitário, pode ser compreendida como um fenômeno político-social que dá a ver desigualdades e hierarquias sociais escancaradas, atingindo diretamente as vivências de indivíduos tidos como “outros” na sociedade, que sofrem com violências, patologizações e abjetificações no cotidiano e alocados para estarem às margens ou fora delas por incorporarem as marcações das identidades e das diferenças (Silva, 2000). De maneira contundente, a presença da exclusão, marginalização e periferização na sociedade se evidencia nesse regime pandêmico e se aprofunda nas estruturas sociais, perpetuando desigualdades socioeconômicas (Mafrá; Procópio, 2022). Conforme assinala Judith Butler (2021a, parágrafo 4), “a pandemia iluminou e intensificou desigualdades raciais e econômicas ao mesmo tempo que aguçou os sentidos globais de nossas obrigações com os outros e com o planeta”, por ficar perceptível o enrijecimento das vulnerabilidades, as condições de precariedade se impondo e as dificuldades nas vidas das pessoas LGBTQIA+⁵. As marcas da covid-19 acentuam ainda mais violações contra nós e potencializam adoecimentos mentais, dificuldades financeiras, violências LGBTfóbicas, opressões familiares e desafios para acessos a empregos, educação e espaços onde possamos socializar e traçar trajetórias seguras (Ramos; Nicoli; Pedra, 2020). Esses são alguns, entre tantos, problemas que podem ser elencados nessa lista incessável de experiências pandêmicas.

Em dois relatórios, o coletivo *Vote LGBT* — organização que realiza pesquisas e projetos a fim de registrar dados sobre a população LGBTQIA+ e sugerir a criação de políticas públicas — diagnosticou como a pandemia de covid-19 impactou as pessoas durante os anos de 2020 e 2021. Os materiais trouxeram uma contextualização política do Brasil, os impactos nas vidas e o que poderia ser executado como ações de apoio. Vale chamar atenção

³ Institucionalmente, em 9 de janeiro de 2020, a transmissão do coronavírus foi enquadrada como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela OMS. Em 11 de março de 2020, a organização declarou o estágio de transmissão global da covid-19 como pandemia. Em 5 de maio de 2023, a doença deixou o estágio de emergência global. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing---5-may-2023>. Acesso em: 21 maio 2023.

⁴ Cabe o adendo de que o marco pandêmico completou mais de cinco anos em 2025 e, conforme a OMS declarou, ainda há processos para que se entenda as origens do coronavírus e preparações para possíveis próximas pandemias. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/30-12-2024-milestone-covid-19-five-years-ago>. Acesso em: 22 jul. 2025.

⁵ Há variações nas siglas mobilizadas para representar grupos e indivíduos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais, intersexos, *queers* e demais expressões e identidades de gênero e sexualidade. De toda forma, por não haver consenso e por entendermos a representação política da sigla, ao longo de toda a tese, adotamos LGBTQIA+, sabendo ainda que a sigla pode não abranger muitas pessoas. Em citações diretas, preservamos o modo de mobilizar a sigla pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores acionados ao diálogo.

para a pergunta de abertura dos relatórios e as respostas obtidas em cada ano: “você sentiu algum impacto na pandemia de Covid-19⁶ que tem relação com o fato de você ser LGBTQIA+?”. Nos dois anos, o relatório compila relatos de pessoas LGBTQIA+, de diferentes estratificações socioeconômicas, raça, gênero e sexualidade, evidenciando como as vidas foram (e são) abaladas desigualmente pelas articulações das interseccionalidades (VoteLGBT, 2020, 2021).

Em 2020, uma mulher trans, preta, heterossexual e da classe econômica D disse:

Antes da pandemia eu já sofria *transfobia* por parte da família, mas todos trabalhávamos. Com essa pandemia passamos a ficar juntos com mais frequência e pela não aceitação familiar e por violência psicológica por parte de minha mãe saí de casa (ela já havia me expulsado). Estou desolada e nada bem psicologicamente (VoteLGBT, 2020, p. 3, grifo do relatório).

Um homem cisgênero, negro, gay e da classe C relatou: “estou na minha solidão de homem negro, assistindo diversas cenas de *racismo*” (VoteLGBT, 2020, p. 3, grifo do relatório); um homem cis, branco, gay e da classe B destacou: “dei muita sorte por *não ser afetado* por ser LGBT” (VoteLGBT, 2020, p. 3, grifo do relatório). Essas três respostas estão relacionadas a outras treze destacadas na abertura do documento, mas que estão em um conjunto de mais de 9.500 respostas obtidas pela pesquisa do coletivo realizada on-line em 2020. No ano seguinte, a organização conseguiu quase 7.300 respostas válidas. Os relatos destacados apontam as diferentes quarentenas e possibilidades de isolamento em coexistência, mas deixa evidente como as pessoas LGBTQIA+ vivenciam situações singulares atravessadas pelas diferenças e intersecções que afetam as vidas. Apesar de muitas informações coletadas pelo *VoteLGBT*, elas não atingem pessoas em condições de maior vulnerabilidade, isolamento e sem acesso à internet para responder o formulário on-line.

É importante salientar que entendemos a pandemia de covid-19 não apenas como um problema para o campo das ciências da saúde, mas em interface com diferentes saberes científicos com os quais articulamos esforços para perceber camadas de um macroproblema que exige diferentes perspectivas de compreensão. Ou seja, defendemos que a pandemia de covid-19 é um problema científico para todos os campos do conhecimento, entre os quais situamos nossa abordagem na Comunicação. Temos consciência também de que a pandemia de covid-19 é um fenômeno inacabado, independentemente de haver uma data para marcar o

⁶ Com vistas a preservar a grafia adotada por diferentes autores, autoras e organizações científicas e governamentais, mantemos a escrita conforme o original nas citações diretas. No entanto, ao longo da tese, preferimos a escrita com letras minúsculas tal como as nomeações de doenças.

fim pela OMS. Em um cenário recente, em que muitas pessoas e organizações assimilam como pós-pandêmico, mesmo com a continuidade da doença pelo mundo, estudar qualquer dimensão desse fenômeno parece ter se saturado. Se, por um lado, sentimos o esgotamento diante de todas as consequências que ainda enfrentamos, de outro, o desdobramento de pesquisas acadêmicas sobre a pandemia enquanto transcorre nos mergulhou em abordá-la como um fenômeno em ebulição. Porém, não podemos assumir como um fenômeno já assentado e estabelecido. Afinal, as publicações em periódicos, livros e eventos científicos não devem ser apenas um meio de pontuação do currículo acadêmico, mas, sim, um compromisso ético, político e social do fazer científico, pelo qual cada pesquisadora e pesquisador deve assumir a responsabilidade com o que se propõe a estudar. A sociedade, com a qual os campos científicos precisam estabelecer diálogos e possibilidades de interlocução, viverá com os efeitos da pandemia de forma permanente, seja simbólica ou fisicamente. Para alguns pares na academia, estamos em um momento em que não é necessário falar de pandemia, devido ao cansaço que esse problema retoma, mas também por termos uma avalanche de produções que se voltaram ao tema. No entanto, defendemos, também, que estudar um fenômeno em transcorrência nos exige cuidados de ordem ética, política e metodológica por estarmos situados e só conseguirmos entender o que estudamos de modo fragmentado, sem completude ou sem qualquer tentativa de totalidade.

Da mesma forma, o fim do regime político do governo de Jair Bolsonaro no Brasil ter sido finalizado em 31 de dezembro de 2022 não deixa de cessar as consequências que emergem das ações arregimentadas no campo político e social com o intuito de apagar as diferenças e tantas outras mazelas que se tonificam neste período de fortalecimento dos conservadorismos. Nesse sentido, esses contextos não podem se perder e evaporar como se estivessem superados. Essa tese porvir se constitui como uma materialidade textual atravessada por afetações possíveis neste momento de investigação, que diz de um nó inserido em uma trama complexa de acontecimentos no marco covid-19 que segue em resignificação e cujos atravessamentos perdurarão. Tais demarcações sugerem, na mesma linha de pensamento de Donna Haraway (1995), uma perspectiva *encarnada e situada*, isto é, um desenvolvimento epistêmico que não se projeta como universal para tentar uma completude do fenômeno. É reconhecer os atravessamentos e as constituições de relações de poder deste lugar por meio do qual partimos e estamos. Quando esses movimentos são realizados, somos responsáveis e agimos no intuito de dismantelar cristalizações científicas modernas que desprezam o envolvimento, as relações e as subjetividades.

A partir da metáfora da “vida em jogo” de Carlos Mendonça (2021, p. 45), temos uma observação capaz de frisar a desigualdade com a qual o coronavírus, peça central desse tabuleiro, revela. “As regras do jogo para muitos grupos já estão pré-determinadas. Neste sentido, a pandemia apenas joga o jogo da vida ordinária” (Mendonça, 2021, p. 45), o que nos direciona para a iminência do momento político de apagamento das diferenças. Nesse isolamento de corpos, há vestígios do encontro, mas também precariedades e vulnerabilidades somadas às relações de poder (Pessoa; Mendonça, 2020). É um isolamento que atua simbolicamente por passados que rondam o agora, por medos do agora que assombram o futuro, por um futuro que não temos como prever. Isolamento que violenta, para corpos estranhos (Louro, 2020) que fogem, não correspondem ou questionam as normas culturais empreendidas em marcadores sociais, e que continuará com consequências para as vidas nos rastros de ódio, sobretudo, deixados pelos últimos anos no Brasil.

É com essas breves notas contextuais que abrimos essa tese, mas imbuídos pelas chances de esperar trazidas por um acontecimento. As diferenças ocuparam Brasília em primeiro de janeiro de 2023, abrilhantaram a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram representadas na transmissão da faixa presidencial e mostraram as possibilidades de futuro no Brasil. Sabemos que apenas esse episódio por si só não pode ser uma ação isolada, mas necessita de ser um entre tantos compromissos governamentais. Esse acontecimento representa um catalisador de mudanças, mas ações precisam ser reconsideradas e colocadas em prática para a democracia se fortalecer.

Figura 1 — Cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023



Fonte: Pessoa; Ninja (2023).

Outra ação que nos permite avançar pelo estabelecimento de discussões sobre direitos e inclusão no país aconteceu com o restabelecimento do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+), no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em abril de 2023 (Brasil, 2023a), projeto que havia sido extinto durante o governo Bolsonaro. Trata-se de um órgão colegiado com integrantes do poder público e de organizações da sociedade civil para monitorar as violências e sugerir políticas públicas de atenção a esse grupo. Além do Conselho, em maio de 2023, o então ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Luiz de Almeida, instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para documentação de violências históricas contra a população LGBTQIA+ e proposição de políticas públicas, que se dedicam aos eixos de verdade, memória, justiça, reparação e reforma das instituições. “Uma das principais formas de violência contra grupos vulnerabilizados é a expropriação de seu passado e de suas memórias, que se traduz no silenciamento de suas vozes e de suas referências”, escrevem Renan Quinalha e Symmy Larrat (2023, parágrafo 8). Nesse sentido, essas iniciativas e preocupações governamentais podem contribuir para uma restauração de histórias que nos foram retiradas, com olhares mais acolhedores, humanos e atentos.

Imbuídos por esse espírito de reconstrução democrática e por tempos menos turbulentos, essa tese se apresenta para o campo da Comunicação como uma forma de refletir relações sociais e narrativas de pessoas LGBTQIA+ durante um período histórico abrupto e questionador, fomentando oportunidades de discussões e aprofundamentos sobre a contemporaneidade. As interações e os processos comunicacionais foram alterados e, por conseguinte, exigem problematizações sobre as resistências das pessoas ao isolamento, assim como às relações de poder balizadas pela cisheteronormatividade que afligem todas enredadas e todos enredados nesses arranjos.

Esperamos que esse percurso porvir seja construído coletivamente com as pesquisadoras e os pesquisadores acionados para a leitura do fenômeno, com as histórias de vidas que trazemos para este texto e, ainda, ter em vista as atualizações que emergem nesse contexto democrático de luta por movimentos sociais pelos direitos humanos. Essa figura do porvir, baseada nos ensaios de Jorge Larrosa (2003) no campo da educação e das pedagogias, permite-nos estabelecer um modo de pensar indisciplinado frente ao cientificismo, com as imprevisibilidades, pelo reconhecimento das alteridades e pelas aberturas ao desconhecido. Somos guiados pela proposta de que, “[...] cada vez mais, temos a sensação de que temos de apreender de novo a pensar e escrever, ainda que para isso tenhamos de nos separar da segurança dos saberes, dos métodos e das linguagens que já possuímos (e que nos possuem)” (Larrosa, 2003, p. 7). Prosseguir ao porvir significa ser instigada e instigado com estranhamentos e perspectivas que nos deslocam e fazem pensar no fazer da pesquisa. Não queremos alcançar a totalidade, ação impossível em qualquer trabalho científico, mas queremos estar atentas e atentos às narrativas das vidas, que apontam para um período pandêmico e que dizem da vida ordinária, das aflições e resistências cotidianas, do desejo da chegada de um dia mais acolhedor.

INTRODUÇÃO

1 Delineamento do tema e problema de pesquisa

Ao convocar o pensamento de Donna Haraway (1995) como perspectiva da parcialidade e responsabilidade, torna-se crucial me situar enquanto pesquisador e homem gay, pois, em abril de 2020, ainda durante a realização do mestrado em outra instituição pública, que o interesse para construção desta pesquisa surgiu. Era um momento delicado em minha vida, tanto pessoal quanto profissionalmente. Dentro de casa, enfrentava os piores dias da minha vida, com pânico e medo constantes devido às violências de um homem cujo papel social e familiar se esperava outras ações de amor e acolhimento, e não de agressão e opressão. Mesmo vivendo em um pesadelo acordado, entre medos, vontade de desistir e ansiedade, tentava, minimamente, mergulhar meu dia no trabalho. Não tinha bolsa de pesquisa nessa época e nem um trabalho formal. Mas qualquer forma de abstração naquele momento era a melhor fuga que eu poderia ter para tentar, de alguma maneira, criar caminhos. E foi justamente naquele mês que conheci o edital *Histórias da Queerentena*, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG), um convite para as pessoas poderem dizer sobre si, suas afetações e identidades de gênero e sexualidade. A convocatória desejava reunir textos, escritos por pessoas LGBTQIA+, em primeira pessoa do singular (eu), sobre diferentes contextos pandêmicos. A chamada ficou aberta até junho do mesmo ano, e as pessoas interessadas deveriam encaminhar um texto entre 1.500 e 2.500 palavras, com título e dados pessoais. Interessei-me e escrevi um texto no qual refleti brevemente sobre o isolamento social, as formas de encontro on-line e as pornografias, meu fenômeno de pesquisa na época do mestrado. Lembro-me exatamente do momento em que abri o computador e escrevi. Era mais uma noite dentro do meu quarto, tentando fugir da realidade, que comecei a rascunhar as primeiras palavras. Fiz a submissão e foi aceito.

Após um tempo, dois livros foram publicados, ambos com organização do filósofo espanhol Pablo Pérez Navarro. Uma versão digital e estendida, editada pelo Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), em 2020, cujo título é homônimo à iniciativa e teve a participação de 76 autoras e autores em 72 textos (Pérez Navarro, 2020a)⁷.

⁷ A título de curiosidade, o lançamento do livro foi realizado em 2020, on-line, em uma *live* no *Facebook*, em razão da impossibilidade de encontro causada pela pandemia de covid-19 e as diferentes localizações geográficas das autoras e dos autores. O encontro teve cerca de 1h30 de duração e contou com a participação de algumas escritoras e alguns escritores que recontaram brevemente suas narrativas. Disponível em:

No ano seguinte, saiu a versão impressa pela editora Devires, chamada *Margens da pandemia: queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas* (Pérez Navarro, 2021), na qual 40 textos da primeira produção foram selecionados e divididos em seções que remetem a elementos marcantes da pandemia: *vírus, paredes, máscaras, telas e peles*⁸. Ambas são obras disruptivas e estremecem qualquer formato canônico, literário ou acadêmico, constituindo-se como uma experimentação reflexiva que rompe com as barreiras da universidade e da cristalização de saberes, abre espaços de interlocução e fomenta participações para registrar textualmente quais são os efeitos do confinamento imposto pela pandemia de covid-19. Esse propósito permite a ação, ser *queer*⁹ e constituir aberturas para diferentes pessoas cujas vozes são silenciadas socialmente poderem potencializar suas vivências, localizar olhares para o mundo e enunciar estranhamentos nesse regime de alastramento do coronavírus. O NUH/UFGM acentua que o desafio do projeto é:

expor um mundo que talvez jamais ganhasse alguma aparição e visibilidade. Dispor entre os mundos, experiências contadas desde o próprio corpo e do próprio desejo. Impor vozes e discursos aos ouvidos daqueles que seguem considerando que o argumento e o pensamento apenas advêm de determinados latifúndios epistêmicos. Nesse sentido, queerentena, além de ser um projeto de inversão com exposição, disposição e imposição, é também, pela sua invertida, um projeto interpelativo (Rausch *et al.*, 2020, p. 9, grifo nosso).

É justamente nesse contexto de exposição, disposição, imposição e interpelação que entendemos o uso do neologismo *queerentena*, que intitula as obras e potencializa gestos políticos de ação, a partir de diferentes espessuras de significados. A primeira, e talvez mais perceptível, seja a junção de “*queer*” e “*quarentena*”, que sublinha tanto o estranhamento normativo quanto o período abrupto de isolamento social. Por isso, “não é sem motivo que se repete que a Covid-19 não inventou quaisquer desigualdades, mas apenas aprofundou as que já estavam aí” (Pérez Navarro, 2020b, p. 17). Também evoca significados em dimensões ético-políticas de questionar os aprisionamentos, para além da covid-19, que pessoas LGBTQIA+ enfrentam ao longo da vida e que cruzam diferentes densidades temporais. Outra

<http://www.fafich.ufmg.br/nuh/2020/11/13/interditadas-lancamento-do-livro-historias-da-queerentena/> e <https://www.facebook.com/watch/?ref=external&v=866938470779873>. Acesso em: 1 jan. 2023.

⁸ Em 2024, Mariana Procópio e eu publicamos uma resenha — intitulada “Queerentenas em primeira pessoa” — sobre o livro *Margens da pandemia: queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas* no periódico científico *Estudos Feministas*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v32n196272>. Acesso em: 6 fev. 2024.

⁹ As raízes etimológicas e os empregos ofensivos da palavra na linguagem apontam para uma subversão realizada com intuito de estranhar e ser resistência. No terceiro capítulo, estudamos as articulações semânticas da palavra *queer* e as apreensões teóricas.

dimensão possível expressa narrativas elaboradas por corpos que visam tramar uma multidão, expor o que lhes afligem e manifestar sentimentos diante das condições subalternizadas que marcam suas vidas. Nesse sentido, trazemos para a tese a referência à *queerentena* com base nos livros organizados por Pablo Pérez Navarro (2020a, 2021b), de tal modo que compreendemos esse léxico na pesquisa como proposta político-social para estranhar a situação pandêmica e alertar sobre a urgência de problematizar as relações de poder.

Diante das interdiscursividades, atentamo-nos para outras mobilizações durante a emergência da covid-19, como a exposição on-line *Queerentena*, dividida em duas curadorias, “Inspira” e “Expira”, pelo Museu da Diversidade Sexual (MDS)¹⁰, em que, com/através da arte, diferentes artistas LGBTQIA+ denunciaram as precariedades e os regimes de violências que tentavam capturar os corpos durante as dificuldades agravadas pela pandemia (Vieira Filho; Silva, 2023). Outro emprego na linguagem mais recente é feito pelo projeto audiovisual *QUEERENTENA: Lugar de fala*, disponibilizado nas redes sociais digitais dos artistas idealizadores, Gabriela Dominguez e Rafa Ventura, com transmissão televisiva da terceira temporada pela Rede Minas, cujo objetivo é dizer sobre gênero e sexualidade de modo descontraído, focando na representatividade e visibilidade LGBTQIA+. Então, parece-nos que o léxico *queerentena* se constitui como uma ação pela linguagem, a qual por vezes amplifica significações e permite a aparência das diferenças.

Figura 2 — Capas dos livros

¹⁰ As exposições artísticas podem ser acessadas, gratuitamente, em: <https://artsandculture.google.com/story/ogVBSUtYsMbBOW?hl=pt-br> e <https://artsandculture.google.com/story/RgURHz6frRLGMw?hl=pt-br>. Acesso em: 4 dez. 2023.



Fonte: montagem elaborada pelo autor.

Nota: na imagem, *Histórias da Queerentena* (2020) e *Margens da pandemia: queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas* (2021), respectivamente.

Com o interesse despertado a partir da heterogeneidade de histórias em primeira pessoa do singular de um universo de sujeitos que diz de uma pluralidade, esta pesquisa mobiliza o livro *Histórias da Queerentena* como objeto empírico, haja vista o maior número de registros produzidos pelas escritoras e pelos escritores sobre as afetações da pandemia de covid-19 em suas vidas. Como convida Pablo Pérez Navarro (2020b, p. 20): “entre, ocupe o seu próprio espaço, se quiser, entre ‘nós’. Não espere se dar bem com todas, somos muitas e temos ainda conflitos por resolver. Mas talvez você encontre entre as páginas — quem sabe? — um novo grupo de afinidade”. Esse convite abre para nós possibilidades de incursão variadas para continuar tecendo essa trama, mesmo que a finalidade do livro não seja classificável como acadêmica ou literária *a priori*. Assim, seguimos acreditando naquilo que motiva o desenvolvimento de uma pesquisa científica, conforme Camila Mantovani (2023) escreve: “[...] pesquisar é reconhecer uma falta, é duvidar das obviedades que o cotidiano insiste em nos oferecer, para quem sabe, alcançar um entendimento mais amplo acerca de determinados aspectos da vida” (Mantovani, 2023, p. 111). Essas palavras da pesquisadora nos acolhem no caminho da pesquisa e apostamos que trazer outros fios para a trama *queerenteneda* consiga potencializar as dimensões das narrativas de vida que emergem nesse exercício reflexivo.

Nessa obra, cruzamentos de temporalidades, assemelhando o momento pandêmico atual com passados marcados pela epidemia de HIV/aids na década de 1980, são narrados com a mobilização de experiências temporais de passados e presentes, projetando futuros ou sem vislumbrar possibilidades de cenários concretos. Há ecos de passados, reminiscências e paralelos traçados com a emergência do vírus, assim como olhares são postos para a covid-19 além da doença, entendendo-a como um elemento da experiência que convoca múltiplas relações consigo e com o mundo. Focalizam-se temáticas do isolamento com reflexões que extrapolam os limites das casas. São descritas vivências de pessoas transexuais e travestis, conflitos com fronteiras normativas de gênero e sexualidade, mudanças impostas pelo imperativo do distanciamento, condições de privilégios, violências necropolíticas e entradas e saídas de armários. Outro aspecto retomado é a máscara como proteção facial para contenção da transmissão do vírus e suas diversidades de modelos, bem como relações sexuais nesse período, dilemas interpostos pelo acessório para a comunicação de pessoas surdas, dificuldades de relacionamentos para o cotidiano de pessoas cegas, como uma metáfora para algo sufocante e uma escala social para aferir a adesão aos cuidados. As atividades ordinárias que passaram a ser mediadas pelas plataformas, aplicativos e aparelhos tecnológicos são tematizadas, além das *lives*, videochamadas, relações diferentes com o tempo e o espaço, encontros interrompidos, colapsos manifestados pela pandemia e isolamentos que não são de agora tematizam algumas narrativas. Notam-se, ainda, reflexões sobre corpos afastados socialmente pelos marcadores que os transpassam, clama pela união de indivíduos subalternizados, traz discussões sobre racismo estrutural, ausências dos toques, questionamentos decoloniais sobre universalismos e binarismos. Mesmo com esse breve percurso que descrevemos, as temáticas ressoam em diferentes textos, integrando histórias singulares em uma assembleia em gestos de palavra e escuta, do mesmo modo que projeta perspectivas ao mundo.

Em confluência com a apresentação do fenômeno, suas relevâncias e seus desafios para o trabalho, apresentamos o problema de pesquisa que guia a tese: como as experiências *queerenteadas* no Brasil são elaboradas em narrativas de vidas LGBTQIA+? Que sentidos são atribuídos para gênero e sexualidade a partir das experiências da *queerentena*?

Essas questões norteadoras se desdobram em caminhos para entender como as narrativas de vida assinalam reivindicações por reconhecimento, expandem-se discursivamente e convocam temporalidades múltiplas, bem como desafiam as normas regulatórias construídas histórica e culturalmente, demarcando aquelas e aqueles considerados

“desviantes”, e tentam engendrar o que é considerado “aceito” para gênero, sexualidade e outras categorias sociais. Trata-se, assim, da escrita de pessoas que necessitaram (e necessitam) lutar por legitimidade, existência e, como diz Judith Butler (2019a, p. 32), por “uma vida que possa ser vivida”.

Concordamos com a afirmação de Rennan Mafra e Mariana Procópio (2022, p. 93) de que, “no contexto da pandemia da Covid-19, diferenças emergem discursiva e esteticamente. Assim sendo, têm o poder de afetar contextos e anunciar indícios e leituras de nosso próprio tempo”. Nesse sentido, entendemos, desde já, as diferenças como “[...] quaisquer desejos que insurgem como contrapontos à ordem estabelecida, visando atualizá-la (desde marcadores clássicos como gênero, raça/cor, sexualidade, até diferenças ligadas à saúde, a expressões religiosas, à circulação territorial etc.)” (Mafra; Marques, 2019, p. 12). Sob essa ótica mais ampla que trazemos para a tese tal percepção do diálogo entre identidades e diferenças, contrafluxos e tensões, emergências e latências.

Por essas razões, justificamos a relevância do desenvolvimento da tese diante da imprescindibilidade em evidenciar os obstáculos do isolamento social para a comunidade LGBTQIA+. Como indicou o coletivo *Vote LGBT*, as consequências da pandemia de covid-19 estão profundamente vinculadas ao ciclo de exclusão, que inicia na família e segue por violências, enfrentado pelas pessoas. Outros fatores que corroboram para a realização de pesquisas que tratam sobre esse tema se deve aos problemas constatados pelo coletivo, em 2021: “agravamento da vulnerabilidade financeira”, “piora da saúde mental e afastamento da rede de apoio” e “insatisfação acentuada com o governo” (VoteLGBT, 2021, p. 10). Entre essas constatações, estão adversidades de distintas ordens recrudesendo a situação, como desemprego, insegurança alimentar, pobreza menstrual, dependência financeira, relações mais distantes, transtornos mentais e emocionais, e outras consequências. Assim, desenvolver estudos que colaborem com as questões apresentadas é um meio de construir redes de potência política e de articular insurgências para problematizar as relações de poder, bem como marcar memórias que tendem a evaporar ao longo do tempo.

Nossa pesquisa, desde já, insere-se em um diagnóstico cruel revelado pelos dossiês “Observatório das Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil”. Em 2020, foram registradas 237 mortes de pessoas LGBTQIA+; em 2021, 316 mortes; e 273 mortes em 2022 (Gastaldi *et al.*, 2021; Acontece Arte e Política LGBTI+, 2022, 2023). Divulgado anualmente como um alerta público por meio do esforço coletivo de coleta e compilação de dados pelas organizações *Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+*, *Acontece Arte e Política LGBTI+*,

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e *Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)*, esses relatórios visibilizam, mesmo com as subnotificações de casos de violência no país, um panorama trágico no Brasil de crueldades e vulnerabilidades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+. Cabe destacar que os estigmas enfrentados pelos indivíduos LGBTQIA+ variam na sociedade desde atos extremos de violência, como apontam os relatórios, até formas mais tênues, mas sistêmicas, de exclusão e marginalização social (Earnshaw *et al.*, 2024). Em uma sociedade em que a LGBTfobia impera e prevalece em diferentes âmbitos, desde governamentais até no cotidiano das ruas, das mídias e das casas, parece-nos que os esforços empreendidos nesta tese se lançam, mesmo com todas as dificuldades imbuídas, a mostrar vivências que não são vistas ou são desconsideradas socialmente, assim como perceber as desigualdades se avolumando nos processos comunicacionais.

2 Objetivos

Diante do delineamento do problema de pesquisa e da definição do objeto empírico, o objetivo geral é compreender como experiências da pandemia de covid-19 são elaboradas por pessoas LGBTQIA+ ao narrar a própria vida e que sentidos são atribuídos por elas para questões de gênero e sexualidade no contemporâneo.

Especificamente, almejamos:

- a) perceber como as diferenças estão em disputa nas narrativas de vidas *queerentenas*;
- b) refletir como as *queerentenas* se constituem como armários¹¹ para as vidas LGBTQIA+;
- c) apreender quais reivindicações e inquietações emergem ao narrar as relações de poder das quais são parte;
- d) problematizar como as narrativas de vida LGBTQIA+ significam, por meio dos discursos e das experiências estéticas, a pandemia de covid-19.

3 Notas sobre o referencial teórico mobilizado

¹¹ As lógicas dos armários sinalizam entradas involuntárias, formas de se proteger da exterioridade em contextos de risco ou regimes de (in)visibilidade para indivíduos. Nesse sentido, as perspectivas de Eve Sedgwick (2007) contribuem com uma visada para os dispositivos regulatórios que marcam vidas, sobretudo pensando aqui, em contextos pandêmicos enfatizados por vulnerabilidades.

Nesta tese, três conjuntos de referenciais teórico-conceituais são acionados: *teoria queer*, *narrativas de vida em uma perspectiva discursiva* e *experiência estética*. A articulação dos conceitos permite questionar as normas, especialmente de gênero e sexualidade, e desestabilizar categorizações identitárias e sociais. Com uma leitura interseccional, os atravessamentos de diferentes marcadores e fatores sociais das diferenças nas vidas das *queerentenas* podem ser observados para notar as especificidades do Brasil. Assim, ao ancorarmos nossas reflexões nesse conjunto teórico, reconhecemos as emergências das vidas em suas experiências limiares de existência e resistência, tanto pela pandemia de covid-19 que enrijece ainda mais as vulnerabilidades, quanto pela própria vivência *queer*.

A pesquisa é embasada pela teoria *queer* que direciona nossos olhares para o fenômeno. Essa escolha teórico-política não se deve apenas pelo fato de sexualidade e gênero ser o esteio das escritas e compor um horizonte comum das histórias, mas pelas desconfianças aos regimes normativos que colocam as pessoas como “estranhas”, abjetas e às margens sociais. Para compor tais lentes de leitura e gestos de tensionamento, mobilizamos Michel Foucault, Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Judith Butler, Eve Sedgwick e demais pesquisadoras e pesquisadores que, de algum modo, filiam-se às discussões dos corpos, das identidades, das diferenças, do poder, das (contra)normatividades.

Se as normas e os processos de enquadramento dos indivíduos em correspondências ao longo da vida necessitam das reiteraões discursivas, caminhamos para o segundo conjunto teórico da tese, composto por olhares discursivos para as narrativas de vidas. Entendemos os processos em que sujeitos escrevem e projetam histórias, elaboram subjetividades e conectam-se ao mundo como formas de conferir sentidos à vida, encadear acontecimentos, expor intimidades e verbalizar revelações. Para François Dosse (2009, p. 11), “escrever a vida é um horizonte inacessível, que, no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender”. Assim, ao trazer discussões das narrativas de vida para a tese, temos a oportunidade de apreender as construções de memória como gestos políticos de ação e de ressignificação de passados no presente. De tal modo, as relações com o tempo são compreendidas de modo expandido, para além de ordenamentos cronológicos, diacrônicos e lineares, mas fluídos, visto que permitem estudar as experiências dos indivíduos com a pandemia de covid-19. Com Leonor Arfuch, Paula Sibilia, Conceição Evaristo, Mariana Procópio, entre outras pesquisadoras e pesquisadores, avançamos na aposta de que, ao relatar a pandemia, pessoas em *queerentenas* narram as lutas do dia a dia pela própria vida, a espera

por tempos mais brandos, a resignificação de quem se é — e não permitem a significação abjeta e violenta projetada pelo outro.

A pandemia de covid-19 e suas consequências, assim como as lutas diárias *queer*, escapam à própria linguagem e desafiam as palavras. Por esse motivo, um olhar estético se faz necessário para entender que a vida vai muito além das significações e foge do controle em razão das experiências, perspectiva que se liga aos afetos. “Por isso, todo gesto estético provoca uma espécie de atualização, de modo que atualizar é verbo que insinua um movimento no/do presente: indica que novas práticas/valores/movimentos diferentes existem/buscam existir no espectro do agora” (Mafra; Procópio, 2022, p. 93). Essas proposições abrem um caminho para romper com latências que formam o contemporâneo em climas pandêmicos. Para pensar as políticas do corpo, temporalidades, latência, acontecimento e experiência, os trabalhos de Jacques Rancière, Walter Benjamin, John Dewey, Rennan Mafra e mais pesquisadoras e pesquisadores que entrelaçam estéticas da Comunicação são reunidos na trama da tese.

4 Afetos e indícios em questão: desenho metodológico e implicações epistemológicas e éticas para a pesquisa com narrativas de vida LGBTQIA+ na Comunicação

Como afirma Luís Mauro Sá Martino (2018, p. 158), “ao contar sua história, cada um expressa seu modo de conhecimento do mundo, sua interpretação da realidade e de si mesmo”. Esse posicionamento requer respeito, uma condição que merece destaque nesta pesquisa, visto que o relato de si é singular. Trata-se de uma visão de mundo a partir da qual o indivíduo expõe a si, e não cabe a mim enquanto pesquisador julgá-lo ou duvidar da veracidade do que é escolhido para ser dito. “A análise desses relatos não está ligada à definição de ‘realidade’ ou ‘ficção’, mas quer ver como as pessoas vivem *subjetivamente* essas situações” (Martino, 2018, p. 161, grifo do autor). Essa ponderação demarca que não se pode considerar os relatos estritamente fiéis às situações narradas, mas uma construção de uma “imagem subjetiva dos acontecimentos”, que deve ser respeitada, sabendo que outros acontecimentos podem ter sido suprimidos ou evidenciados com maior ênfase pelo indivíduo. Essas implicações éticas levam ao reconhecimento pelas escritas das pessoas que formam o material empírico desta tese e, por isso, quero dizer que não é meu desejo esquadrihar as narrativas, visto que apagaria a própria potencialidade do que é narrado. O desejo aqui é que as narrativas sejam tratadas com respeito, sem violentar novamente as pessoas que estão em

uma situação de vulnerabilidade e que desejaram, por meio da escrita, revelar ao mundo o que estavam passando em suas vidas. Quando estamos diante de narrativas de vida, registradas no papel ou nos arquivos digitais, há que se entender que se trata de pessoas concretas que as escreveram, sendo dessas pessoas que estamos dizendo.

Contudo, todos esses apontamentos nos lançam em encruzilhadas de questionamentos sobre como trabalhar com a heterogeneidade de histórias que, ao mesmo tempo, são narrativas de outras pessoas, mas que atravessam a minha vida em pontos de reconhecimento, estranhamento e diferenças marcadas pela alteridade. Como interagir e dialogar com histórias que não são minhas, mas que me encontro em diferentes passagens? Como enfrentar vulnerabilidades e precariedades enrijecidas na pandemia de covid-19, que, indissociavelmente, são partes de quem sou e de quem escreveu uma narrativa *queerentendada*? De que maneira traduzir uma afetação em palavras — visto que esta tese será lida por outrem? Ainda, como não cair nas ciladas dos “encaixotamentos” de pessoas nos marcadores sociais e conseguir reconhecer as singularidades das vivências e suas interseccionalidades? Esses desafios nos fazem procurar possibilidades metodológicas nas ciências, mais especificamente, no campo da Comunicação, abertas ao reconhecimento das fragilidades de uma pesquisa e ao lugar de pesquisador afetado pelo tema que mobiliza. Além de caminhos mais fluídos, que não significam menos rigorosos e éticos com o compromisso científico, mas que permitam um transitar entre histórias, conceitos e saberes. Afinal, concordamos com Luiz Saraiva (2023a, p. 21-22) que “vulnerável não significa frágil, mas tão somente reconhecê-lo [o método] como limitado e imperfeito como os seres que o criaram”. Tensionar um modo de fazer ciência “implica assumirmos que as escolhas metodológicas não são neutras, tampouco objetivas: são tão humanas e legítimas quanto nossa própria busca de conhecimento” (Saraiva, 2023a, p. 22).

Ao mesmo tempo que essas implicações confrontam a construção da tese, observamos no campo da Comunicação, principalmente nos estudos com interface em gênero e sexualidade, tematizações que não se aprofundam pelo olhar comunicacional para marcadores e práticas sociais como processos cujas dinâmicas estabelecem centralidades para os corpos e as vivências (Tomazetti, 2020). Não significa uma invalidação dos resultados encontrados pelos colegas de campo, mas evidencia uma fragilidade epistemológica que torna as discussões um plano de fundo das pesquisas.

Com essas considerações como horizonte, o desenho metodológico da tese parte do entendimento de que é preciso reconhecer as vulnerabilidades. Luiz Saraiva (2023b, p. 13)

continua sua escrita afirmando que “[...] é precisamente humanizando a ciência que ela se fortalece em diálogo com saberes, existências e possibilidade de fazer jus, de maneira mais próxima e efetiva, à complexidade das relações sociais que nos cercam”. Essa proposição sugere o reconhecimento dos limites metodológicos da pesquisa, da pesquisadora, do pesquisador e dos conceitos acionados para as discussões, entendendo até que ponto é possível ou não na condução do desenvolvimento do trabalho. Outro aspecto é o “conhecimento oriundo do pertencimento” (Saraiva, 2023a, p. 34) que permite acessar dimensões específicas a partir do que a experiência traz para a própria vida. Esse reconhecimento aponta para condições específicas, que, em um primeiro momento, podem soar como reduzidas à individualidade, mas que se articulam socialmente aos processos simbólicos, às representações e às práticas vividas por grupos em condições de vulnerabilidade.

Como caminhos metodológicos da pesquisa, apostamos na articulação de duas perspectivas: *afetiva* e *indiciária*, que se mostram possíveis de serem trabalhadas conjuntamente para alcançar os objetivos da tese e situá-la nos saberes da Comunicação. O objeto empírico é composto pelo livro *Histórias da Queerentena*, que possui 72 histórias, com as quais e em consonância com as delimitações e os procedimentos adotados, formam o *corpus sensível* (Pessoa, 2018) de investigação. Esse livro está disponível gratuitamente para *download* no site do selo editorial equatoriano¹². Brevemente, vale caracterizar o material, haja vista que o empenho da pesquisa não é trabalhar as implicações do formato livro, mas, sim, das histórias que o compõem, ou seja, queremos seguir por uma tessitura que seja capaz de entrelaçar as narrativas de vida aos processos comunicacionais discutidos¹³. Compreendemos o livro também como um dispositivo midiático e nos valem das considerações de Paulo Bernardo Vaz e Elton Antunes (2006) que definem como aquilo capaz de transmitir experiências por meio de uma multiplicidade de sujeitos em conexão e circulação.

Entretanto, é válido reconhecer a existência de fatores limitadores, pois as histórias não dão conta de representar uma amplitude de pessoas LGBTQIA+ e todos os espectros das dissidências de gênero e sexualidade, mas trazem singularidades que apontam para questões insurgentes de demandas, direitos humanos e reconhecimentos. A escolha pelo objeto

¹² Link para *download*: <http://bit.ly/3iolvym>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹³ No segundo capítulo, procedemos à caracterização mais aprofundada da empiria da tese, entendendo os contextos em co-constituição nas escritas e também apresentando quem são as pessoas que aceitaram o desafio de escrever sobre si e a pandemia de covid-19.

empírico se deu a partir da realização de exercícios metodológicos de reflexão em artigos científicos escritos por mim, em parceria com minha orientadora e outros colegas de pesquisa, assim como nas aulas das disciplinas durante o doutorado, que possibilitaram amadurecer a ideia. Ao longo desse percurso, conseguimos ter a clareza da conformidade do objeto, de sua potencialidade para o desenvolvimento da pesquisa e dos caminhos metodológicos. Ao escrever o capítulo intitulado *Afetos nas pesquisas científicas das humanidades: aposta metodológica para um caminho engajado*, publicado na coletânea *Metodologias em pesquisas acadêmico-científicas: subjetividades, afetações e práticas*, afirmei que “estamos em campos científicos abertos às interações, às relações e aos processos sociais, o que nos exige um cuidado ético e uma atenção aos contextos, às atualizações e aos deslocamentos” (Vieira Filho, 2025). Assim, reconhecer a heterogeneidade constitutiva que nos atravessa e forma os fenômenos se torna uma ação de compromisso com o fazer científico.

Ao trabalhar com materialidades textuais e afetos, estou, antes de tudo, questionando a minha própria posição de pesquisador e o papel do corpo imbricado no desenvolvimento deste estudo. Não se trata de sentimentos, em uma dimensão essencialista, mas aquilo que movimenta, surpreende e atravessa, provocando transformações, como trazem Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992). Conforme explica Camila Mantovani (2023, p. 112), a perspectiva dos afetos, ou também denominada como “virada afetiva”, “[...] se apresenta, ao mesmo tempo, como um lugar de conforto e também de inquietação”, ou seja, abrem-se possibilidades de experimentar outras formas de pesquisar, mas também se ampliam os desafios e questionamentos frente à cientificidade. É um processo de indagar as nossas afetações como pesquisadoras e pesquisadores pelas imprevisibilidades do percurso e pelos contatos que se dão ao longo da investigação. Antes de conceitualizar e tentar significar o fenômeno, é lidar com as incertezas do mundo e jogar com os riscos e as dúvidas que são partes inerentes da própria vida. Nesse sentido, devemos apreender os desafios metodológicos que se apresentam na experiência do sensível, a qual ultrapassa os significados e indica movimentos de presença.

Importante salientar que a virada afetiva representa uma mudança epistemológica para além do aspecto estritamente racional, ou seja, expandem-se as possibilidades da ciência cujas metodologias e teorizações de conhecimentos sejam guiadas juntamente pelos afetos, superem a ideia de isenção da pesquisadora e do pesquisador e rompa com a cisão entre sujeito e objeto, vertente moderna cristalizada em separações, distanciamentos e intransposições, pautando-se em princípios éticos e políticos, trazendo a corporeidade para o interior das

abordagens juntamente ao contexto em que se deu o encontro da experiência estética (Moriceau; Mendonça, 2016; Moriceau, 2019).

Conforme Jean-Luc Moriceau (2019, p. 41), “colocando afetos no centro da pesquisa, a virada afetiva oferece uma possibilidade privilegiada para estudar a comunicação, incluindo questões de gênero, vulnerabilidade e desigualdade”. Essa abertura para a emergência dos afetos traz desestabilizações de ordenamentos e proporciona repensar modos de ver e compreender, o que envolve todos os sentidos. “Estamos integrados e não divididos como sujeitos e objetos. Conhecemos pela audição, pelo olfato, pelo paladar, pelas sensações da pele” (Mendonça, 2021, p. 44). Esses movimentos reflexivos exigem cuidados éticos e políticos nas relações e lugares assumidos na pesquisa. Na esteira do pensamento de Jean-Luc Moriceau (2019), cada pessoa é um mundo, e a possibilidade de encontro exige (re)pensar a alteridade e as relações com a diferença. Nesse sentido, a experiência nos afetos não é só um ato descritivo do que se sentiu ao longo do processo, mas é a transformação da pesquisadora, do pesquisador e do próprio fenômeno estudado.

Ao considerar essa perspectiva, é importante enfatizar que a escrita como a dimensão da partilha do sensível (Moriceau; Mendonça, 2016). Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992, p. 223) questionam “como tornar um momento do mundo durável ou fazê-lo existir por si?” Uma das apostas dos filósofos, que também enlaçam as artes às afetações, é por meio da escrita, que acreditamos ser uma tentativa de dar algum sentido, mas também tentar tocar a leitora e o leitor por meio da recuperação dos afetos constituintes da pesquisa. Ao assumir essa postura performativa pela escrita, torna-se possível contrastar as abordagens teóricas e conceituais, refletir as representações sociais e os processos simbólicos implicados e, ainda, assimilar as afetações para quem ler significar e participar dessa trama.

A perspectiva dos afetos em uma pesquisa não é prescritiva e nem mesmo imbuída por passo a passo com os procedimentos que devem ser seguidos. Com ela, buscamos trabalhar um *corpus sensível* (Pessoa, 2018), ou seja, “*corpus* e teoria trilham, na nossa pesquisa, um caminho conjunto, rompendo possíveis fronteiras estanques, com espaços reservados e preservados entre si e também com interfaces que colaboram para o jogo epistêmico” (Pessoa, 2018, p. 19). Em outro texto, Sônia Pessoa (2023) explora essas aberturas por processos de pesquisas mais acolhedores e que permitam a “expedição” e o “mergulho” que, segundo ela, são atos envolvidos nas travessias da produção de conhecimento da pesquisa científica. Essa noção nos parece preciosa por trazer as vulnerabilidades em cena, reconhecer nossas relações e se envolver diretamente com o percurso de pesquisa adotado na investigação.

Como gesto operacional para trabalhar com narrativas de vidas tão distintas e complexas em suas singularidades, articulamos o paradigma indiciário a esse desenho. Como José Luiz Braga (2008) sinaliza, a Comunicação não é um campo de estudos nomotético. Isso porque não se trabalha com leis e regras herméticas cujo caráter propositivo postulador visa ordenar e estabelecer regularidades e princípios. Ao contrário, estudar os processos comunicacionais é se lançar ao desafio da vivacidade e da dinâmica, ao mesmo tempo que se abre aos obstáculos em lidar com fragmentos, rastros e sobras. A comunicação é complexa por envolver interações, circulação de sentidos, relações de sujeitos, discursos, dimensões simbólicas, situacionalidades e temporalidades. “É promovendo essa interseção que o viés comunicacional se coloca e se legitima como de fato um outro ‘ponto de vista’ (ponto de onde se vê); um lugar frutífero para analisar e compreender a realidade em que vivemos” (França, 2001, p. 16).

Contudo, José Luiz Braga (2008) acende um alerta para os problemas de abordagem que emergem em estudos de caso da Comunicação, pois muitos se valem de reflexões teórico-conceituais que não conseguem explicar os fenômenos estudados; ou são discussões advindas de áreas de estudos vizinhas, cujo foco volta-se em suas problemáticas, e o comunicacional é deixado de lado; ou, ainda, são pontos de vista limitantes para descortinar as microrrelações entremadas no fenômeno. Logo, a proposição qualitativa de José Luiz Braga (2008) é relacionar os estudos de casos ao paradigma indiciário, influenciado pela micro-história em Carlo Ginzburg (2007), a fim de formar um modelo metodológico que representa avanços epistemológicos para o campo e possa exprimir os aspectos comunicacionais nos/dos fenômenos estudados.

Com uma dupla preocupação, de construção do campo comunicacional por desentranhamento de seu objeto, diretamente no âmbito da sociedade, e de busca de espaço no qual se desenvolvam articulações entre realidades específicas e geração teórica, os estudos de caso e o ‘paradigma indiciário’ de Carlo Ginzburg parecem compor um modelo epistemológico bem ajustado a necessidades da área (Braga, 2008, p. 75).

Os indícios são pistas, sinais e elementos constituintes dos fenômenos, selecionados e organizados conforme sua essencialidade para o estudo e, a partir dessas ações, tensionados entre o referencial teórico-conceitual mobilizado e as inferências efetuadas no objeto empírico. Trata-se, pois, de realizar movimentos reflexivos e problematizadores de tal modo que seja possível avançar epistemologicamente. Para tanto, mesmo que o estudo articule teorias de campos de estudos vizinhos — como é o caso desta pesquisa que articula diferentes

estudos oriundos das humanidades —, deve-se trazer a comunicação em evidência, ou seja, desentranhá-la, como José Luiz Braga (2008, p. 86) pergunta: “o que há, aí, de propriamente comunicacional?” Essa pergunta nos provoca a entender que essa aposta metodológica realça ser possível construir conhecimentos por meio de questões e objetos singulares, haja vista a dupla afetação entre fenômenos e indícios. Na investigação aqui proposta, caracterizamos algumas inferências que emergem de modo relacional nos processos de comunicação em um espaço no qual biografias e passagens de vidas são projetadas, na medida em que se visa significar o momento, juntamente ao passado e ao futuro, e representar a si e o mundo por meio de construções narrativas grafadas em primeira pessoa. Nesse processo de apreensão das narrativas de vidas, têm-se indícios provenientes a partir da singularidade de cada vida, mas que se entrelaçam em uma coletividade, trazendo dimensões do luto, da memória, do esquecimento, das dificuldades, das violências, das alegrias, do compartilhamento, dos prazeres etc. É diante de múltiplos indícios que extravasam cada texto que nos lançamos a realizar esse estudo na Comunicação.

Há dificuldades que atravessam esse processo de pesquisa, mas apostamos que os resultados serão emaranhados de afetações participantes das narrativas de vida *queerentendadas*, assim como, por meio de uma leitura interseccional, os atravessamentos nas experiências sejam percebidos como constituintes dos contextos em emergência. Acreditamos, assim, que olhar para um fenômeno vai muito além do que olhos conseguem mirar, como provoca Ciro Marcondes Filho (2021), que discute a alteridade implicada nas relações comunicacionais, nas quais o outro nos desloca, nos afeta, nos impele, porém, por vezes, fingimos reconhecê-lo ou ignoramos. Em um sentido levinasiano, que fundamenta o pensamento do pesquisador, a abertura à alteridade implica em um gesto ético-político de desafiar o modo como apreendemos e nos abrimos a partir do olhar ao outro. Incorporar essa proposta à dimensão epistemológica é questionar o olhar com vistas a buscar entender o estabelecimento de relações de saber-poder e das práticas comunicacionais. Ciro Marcondes Filho (2021, p. 40, grifos do autor) pergunta: “e o que é a comunicação senão exatamente esse fato que nos surpreende, nos choca, nos incomoda, nos faz pensar, nos força a pensar?” Abrir-se ao inesperado representa a potência comunicacional e, talvez, seja isso que se torna um ponto de vista próprio para fenômenos.

Nesse sentido, inspirados em Donna Haraway (1995) e a potência da perspectiva situada para a pesquisa científica, direcionamos nossos olhares com vistas a lapidar o problema de pesquisa e, como o gesto *queer* impele, estranhar esse período histórico

pandêmico atravessado por desigualdades de distintas ordens. Por fim, concordamos que “o pensamento ocorre quando as coisas que funcionavam deixam de funcionar. Em momentos de decomposição, a possibilidade de outra coisa se torna mais urgente e fácil de imaginar” (Haraway, 2020, parágrafo 26).

5 Estrutura da tese

A estrutura desta tese está organizada em seis capítulos. O primeiro apresenta o estado da arte das pesquisas realizadas na Comunicação sobre pandemia de covid-19 que tiveram interface com as questões de gênero e sexualidade. Para tanto, procedemos, inicialmente, ao entendimento de como essa articulação ocorre no campo comunicacional, entendendo-o como um *locus* de conhecimentos abertos à miríade de possibilidades de estudos, e seguimos para identificar como pesquisas que tematizaram a pandemia de covid-19 e suas interfaces com gênero e sexualidade trabalham a dimensão sociais, políticas e relacionais desses fenômenos e as principais características que constituem os estudos como o repertório teórico-conceitual acionado, os caminhos metodológicos e os resultados encontrados.

No segundo capítulo, direcionamo-nos a um passeio pelas 72 histórias das *queerentenas* que compõem o livro. Menos que uma tentativa hermenêutica ou analítica, uma vez que o contato de cada leitora e leitor com as histórias traz diferentes percepções e formas de compreender. A proposta é percorrer os elementos acionados pelas pessoas ao narrar experiências e tentar perceber interseções, dissonâncias e similaridades. Dessa forma, iniciamos com um panorama que situa o momento sociopolítico vivido quando as histórias foram escritas (entre março e junho de 2020). Discursos presidenciais e de aliados políticos da extrema-direita que atuaram na gestão da pandemia de covid-19 são evidenciados como registro histórico do que foi dito, mas que não podem ser perdidos ou deixados de lado na história recente e futura do Brasil. Em seguida, somos conduzidos pela pergunta: o que é ser LGBTQIA+ no Brasil? Estamos no país com o maior número de mortes de pessoas LGBTQIA+ e cujas violências são insufladas por sujeitos e organizações políticas. Em um terceiro momento, apresentamos quem são as pessoas que compõem esse livro e formam uma assembleia. Indicamos, desde já, que realizamos as identificações com base no que cada pessoa disse sobre si e não temos a intenção de recenseá-las ou enquadrá-las em definições que partem de nossa visão de mundo ou que estancam a própria diversidade. Por um gesto afetivo, avançamos para a quarta parte do capítulo, na qual tento me entrelaçar ao longo da

leitura, evidenciando o que me move e me toca como pesquisador e como uma pessoa que também é parte dessa *queerentena*. Por fim, trazemos algumas notas iniciais, que serão aprofundadas no quarto capítulo, sobre o argumento que visamos defender nesta tese: embora uma narrativa tenha como cerne a organização dos elementos para que determinados sentidos sejam alcançados nos processos de interação social, aqui, nas *queerentenas*, notamos um movimento de desordem. Por mais incompatível e paradoxal que possa parecer, são narrativas de desordem que tentam desordenar um mundo que se aparenta como ordenado por normas. São estranhamentos que direcionam autoras e autores a observarem aquilo que está ao seu redor, juntamente a uma busca por entender o contexto em que estavam e se projetarem ao mundo.

De caráter teórico-conceitual, o terceiro capítulo constitui bases e lentes para condução da investigação do fenômeno das *queerentenas* e das narrativas de vida. Para tanto, primeiro, percebemos as estruturações das relações de poder e resistências, por meio dos estudos foucaultianos. Por Michel Foucault (1998, 2023) ser considerado uma das bases do pensamento *queer*, a segunda parte se volta ao entendimento de gênero e sexualidade como categorias sociológicas que atribuem significados culturais por meio da demarcação de corpos. Em seguida, com o estranhamento de tais categorizações e normatividades, entramos pelo pensamento de Paul Preciado (2018, 2022a, 2022b) como abertura para estranhar regimes que se ancoram no apagamento de indivíduos e grupos sociais. O escopo da quarta parte do capítulo é entender o conceito de diferença, para além de uma apreensão que distingue pessoas na matriz social. Com isso, outras camadas de compreensão da complexidade política desse léxico e dos rumos que a teoria *queer* traz são apresentadas. Por fim, como um conjunto de saberes, conceitos e políticas, observamos como os estudos que fundamentam a teoria *queer* podem complexificar o entendimento dos processos comunicacionais, tal como entender a *queerentena*.

Para avançar pelas narrativas de vida com perspectivas discursivas que possibilitam debater os processos de apreensão do tempo, da escrita autobiográfica e dos procedimentos de resignificação, o quarto capítulo se subdivide em quatro partes. Na primeira, a rememoração e os processos de entendimento do tempo se tornam cruciais para compreender como o marco temporal estabelecido pela pandemia de covid-19 não é fechado e único, mas heterogêneo, com percepções singulares, retomadas de passados e projeções de futuros (ou não). Em seguida, à luz de estudos das narrativas de vida, a lembrança é materializada na escrita de si, de tal modo que biografar se estabelece como uma ação política de existência. Nesse gesto, há

a incorporação de confidências, como um processo de contar segredos e intimidades, tomando a assembleia que forma o livro e as interlocuções desconhecidas como confidentes do que cada pessoa vive/viveu. Além disso, há uma percepção de testemunho da própria vida e de testemunho do desenrolar da pandemia. Essas reflexões levam à terceira parte do capítulo, na qual discutimos modos de reelaboração que ocorrem nas narrativas de vida e nos momentos em que as pessoas recontam o que escreveram. Por fim, queremos entender a pandemia por uma chave conceitual discursiva, tal como ensaiam Mariana Procópio e Robson Santos Filho (2020), a fim de avançar no sentido da emergência das diferenças. Somos inspirados por Leonor Arfuch (2010) e as leituras de relatos de vida como forma de aproximação de um *corpus* vivo e materializado na escrita, e menos ações hermenêuticas para análises.

No quinto capítulo, os olhares estéticos para as *queerentenas* são reconhecidos como abertura ao acontecimento instaurado pela pandemia de covid-19 no contemporâneo e a experiência como dimensão estética guiada pelo sensível. Para tanto, a primeira parte se desdobra com Jacques Rancière (1996, 2005, 2021) e o conceito de dissenso como partilha do mundo sensível em torno da busca pela parcela da palavra por pessoas em condições de subalternidade na sociedade. Acreditamos que romper com consensos e instaurar dissensos *queer* seja uma ruptura com o hegemônico e, por conseguinte, um meio de estranhamento dos regimes radicais em ascensão na política. Em seguida, propomos perceber aquilo que está presente sem ser dito, isto é, a latência em um contexto pandêmico e na comunidade LGBTQIA+. Trata-se de uma permanência sentida, mas que não se manifesta. E, em um terceiro momento do capítulo, somos direcionados à presença, a saber, reconhecer a experiência não por uma ordem hermenêutica, e sim das sensações que insurgem.

O sexto e último capítulo se desenvolve como uma tentativa de unir fios puxados nessa trama *queerentendada* e entrelaçá-los junto a conceitos fundamentais para a conjuntura estudada, tais como vulnerabilidade, precariedade, alteridade, multidão e assembleia. Na primeira seção, somos impelidos por uma tensão entre a força das identidades no estar no mundo das pessoas LGBTQIA+ em contraponto com as tensões *queer* e das *queerentenas*. Tentamos desatar um nós que se forma nessa textualidade ao aproximar experiências e tensões que se apresentam na construção das narrativas de vida. Em seguida, aprofundamos as leituras sobre alteridade e suas implicações éticas e de responsabilidade, assim como a precariedade e a formação de alianças na união de corpos de forma pública. E, por fim, as possibilidades e insurgências políticas em assembleia são articuladas às *queerentenas*.

CAPÍTULO 1

Pesquisas sobre gênero e sexualidade na Comunicação¹⁴

Este trabalho se filia à linha de pesquisa “Redes, Linguagens, Memórias”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF), haja vista que nosso escopo de interesse concerne às relações sociais e às narrativas de pessoas LGBTQIA+, suas relações com a rememoração e os processos linguageiros de produção de sentidos. Refletir sobre escritas de si e temporalidades é um gesto para investigar esses fenômenos atravessados pela pandemia de covid-19 e as alterações provocadas na sociedade. Evidenciamos também a inserção no *Diz – Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença*, no qual sou integrante desde 2019, quando desenvolvi iniciação científica e trabalho de conclusão de curso, cujas pesquisas tematizam as diferenças que constituem as vidas e a experiência social — ao englobar marcadores sociais como gênero e sexualidade, em uma perspectiva interseccional, assim como todos os que se opõem aos ordenamentos normativos e hegemônicos (Mafra; Marques, 2019) — pelas perspectivas discursivas e estéticas.

Além das filiações institucionais, é válido situarmos nosso interesse pela Comunicação. Afinal, por que esta é uma pesquisa da Comunicação, e não de outros campos do conhecimento das ciências humanas e sociais? E o que o campo da Comunicação nos potencializa e nos traz de especificidades para desenvolvê-la? Inicialmente, sinalizamos que a Comunicação é um campo de natureza interdisciplinar, com contribuições oriundas de outras disciplinas que podem gerar resultados que evidenciam as relações, a produção de sentidos e o contexto, como explica Vera França (2001). Ademais, aproximamos diferentes reflexões para pensar os aspectos comunicacionais, o que, de um lado, pode constituir um problema epistemológico quando não há avanços efetivos para o campo e reforços teóricos de campos vizinhos, e, por outro, pode permitir um tensionamento entre diferentes pontos de vista de modo a articular ideias, debates e desafios comunicacionais (Braga, 2016). Assim, entendemos que estudar os processos comunicacionais é estar diante “[...] de algo vivo,

¹⁴ Parte dos dados preliminares que encontramos e discorremos no estado da arte foram apresentados e publicados nos anais do evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2023). Agradecemos aos colegas do Grupo de Pesquisa Comunicação, Alteridade e Diversidade pelos compartilhamentos e pelas interlocuções que foram importantes para continuidade desta pesquisa. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202312220364dce99b719a9.pdf. Acesso em: 3 jan. 2024.

dinâmico, instituidor — instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura” (França, 2001, p. 16). Logo, trata-se de um campo de conhecimento cujas investigações científicas têm que lidar com disputas e relações de poder, com aquilo que sobra dos processos comunicacionais, com sujeitos em constante processo de interação.

“Pesquisa tem a ver com imaginação, criatividade, descoberta. Na Comunicação, por sua proximidade com o cotidiano, pesquisar é também inventar outras maneiras de ver o que estamos acostumados” (Martino, 2018, p. 8). Com esse horizonte, neste capítulo, caminhamos pelo debate da tematização de gênero e sexualidade na Comunicação nas pesquisas desenvolvidas e defendidas como dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em seguida, pontuamos algumas notas sobre a estruturação do Grupo Temático (GT) que se propõe a essa marcação das diferenças nos artigos e apresentações de trabalho nos eventos anuais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Esses levantamentos apresentados a seguir não têm o intuito de cartografar o campo, visto que exigiria um esforço e pesquisa própria, mas explorar como a Comunicação se situa e se desenvolve para trazer gênero e sexualidade, especialmente, em evidência nos processos comunicacionais. Também mapeamos como as questões de gênero e sexualidade são estudadas e publicadas em revistas da Comunicação com foco no marco pandêmico.

1.1 Gênero e sexualidade nas dissertações e teses em Comunicação no Brasil

A princípio, é importante retomar o mapeamento das dissertações e teses defendidas na Comunicação entre 1972 e 2015, realizado por Tainan Tomazetti (2020), em que aponta a conclusão de 316 pesquisas incluídas sob o guarda-chuva conceitual dos estudos de gênero. Vale destacar que o objetivo do pesquisador é perceber a interface de tais estudos na Comunicação, um campo cujos fenômenos são múltiplos, com distintas abordagens e possibilidades de construção epistemológica. No entanto, ao trazer em evidência a tematização das relações de gênero, notamos questões que atravessam nossa cultura e, portanto, instauram dimensões centrais em nossas vidas e práticas comunicacionais. Nesse sentido, Tainan Tomazetti (2020) suscita alguns resultados quali-quantitativos para entendermos os avanços e os percalços no campo:

[...] desde 1972, quando foram fundados os primeiros [Programas de Pós-graduação] PPGs na área, até o ano de 2015, produziu-se, aproximadamente, 13.265 investigações de mestrado e doutorado em comunicação. Desse número total, 316 pesquisas realizam algum tipo de interface com os estudos de gênero. Essas investigações estão distribuídas em 28 dos 44 Programas de Pós-Graduação que possuíram defesas nesses 43 anos. Geograficamente, as investigações de gênero e comunicação estão em sua grande maioria localizadas nas regiões Sudeste (66%) e Sul (19%) do Brasil (Tomazetti, 2020, p. 72).

Entre os destaques, na década de 2010 em diante, houve um acréscimo quantitativo nas teses e dissertações com interface em gênero, nas quais foram constatados problemas de pesquisa cujo alvo principal é o jornalismo. Há predominância da vertente teórica dos estudos feministas; seguido por abordagens *queer* e de estudos LGBT; em terceiro, debates das masculinidades. Fortemente, no campo da Comunicação, o conceito de representação foi mobilizado como chave operacional para tensionar gênero nas pesquisas. Outro destaque é a maior predominância teórica das norte-americanas Joan Scott e Judith Butler e da brasileira Guacira Lopes Louro, como pesquisadoras pós-estruturalistas cujas vertentes teórico-políticas se empenham na inconformidade dos regimes de identidade e diferença na matriz sociocultural. No entanto, embora cresça a tematização dessas diferenças a partir do ponto de vista comunicacional, reside uma crítica na simples assimilação conceitual do que é definido como “gênero” por essas pesquisadoras, e não um tensionamento epistemológico e metodológico como gesto de apreensão da empiria trazida na investigação. Logo, há fragmentações e, por vezes, apropriações que não representam avanços significativos para o campo comunicacional (Tomazetti, 2020). Não que trazer o esforço reflexivo de tais pesquisadoras ao diálogo nas pesquisas — como proponho nesta tese — de estudos desenvolvidos na filosofia ou educação, por exemplo, seja menos importante, mas é central o cuidado para não as citar meramente sem o compromisso epistemológico com nosso campo e perceber o que há de “propriamente” comunicacional (Braga, 2016) e apreender realidades a partir do “ponto de vista” da Comunicação (França, 2001).

Tainan Tomazetti (2020), portanto, sugere que nós da Comunicação tenhamos a prudência de evidenciar o quadro teórico de nosso campo, pois evitaremos o isolamento do trabalho e conseguiremos debater os problemas formulados com maior vigor. Nessa esteira, em movimento lento, o autor diz que “[...] estamos em processo de aprendizagem e justamente essa morosidade pode nos permitir flutuar em lugares ainda não explorados e potencializar nossos empenhos de pesquisa em um *devoir* epistemológico” (Tomazetti, 2020, p. 78, grifo do autor). Portanto, nossas ações devem ser, como o pesquisador propõe, de indagar

como as relações de gênero e sexualidade acontecem nos processos comunicacionais para que, assim, seja possível entender o porquê transcorrem em nossa sociedade e vislumbrar caminhos teóricos e metodológicos ao campo da Comunicação.

1.2 Gênero e sexualidade nas dissertações e teses em Comunicação sobre a pandemia de covid-19 no Brasil

Inspirados pelo mapa formulado por Tainan Tomazetti (2020), aqui, acompanhamos tais passos por meio da consulta ao repositório de teses e dissertações no banco de dados da Capes, mas por um caminho distinto ao realizado pelo pesquisador. Com vistas a situar o problema norteador desta pesquisa na Comunicação, a partir das palavras-chave “pandemia” e “covid-19”, como delimitador temporal, seguimos dentre os resultados encontrados para identificar quais são os trabalhos que se debruçaram em debates de gênero e sexualidade dentro desse marcador. Entendendo, ainda, que a pandemia de covid-19 emerge em 2020 e permanece até essa etapa de pesquisa, excluimos resultados anteriores a esse período indexados pelo portal. Desde já, cabe o alerta de que as buscas podem não dar conta da totalidade de trabalhos e que, eventualmente, podem escapar uma ou outra pesquisa por razões diversas como lacunas nos filtros de consulta da plataforma, não lançamento dos dados pelos programas de pós-graduação ou por não conseguir alcançar todos nesta listagem.

Realizada a consulta, com a palavra “pandemia”, temos 56 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado na área do conhecimento Comunicação e demais derivações. Contudo, excluimos seis resultados por serem anteriores à emergência da doença no mundo. Assim, chegamos ao total de 61 pesquisas, das quais apenas 4 se voltaram ao debate de gênero, sendo 3 dissertações e 1 tese. Em razão do tempo regular de um doutorado, acreditamos que, a partir da data de coleta das informações, o número de teses que tematizaram a pandemia de covid-19 deve aumentar no campo da Comunicação a partir de diferentes abordagens analíticas. Já “covid-19”, no total, são 90 dissertações e 24 teses. Dentre essas, excluimos 27 trabalhos pelos mesmos motivos temporais e chegamos ao total de 87 resultados; somente 6 trabalhos corresponderam às temáticas de gênero. Compilamos as informações obtidas no quadro abaixo com destaque para o título, ano de conclusão, tipo de trabalho acadêmico e algumas considerações.

Quadro 1 — Dissertações e teses na Comunicação a partir das palavras-chave mencionadas

“Pandemia”			
Título	Ano	Tipo	Notas sobre a pesquisa
“Debaixo do mesmo teto: O feminicídio durante a pandemia e as narrativas telejornalísticas no Pará” (Brito, 2022)	2022	Dissertação	A pesquisa analisou narrativas telejornalísticas de duas emissoras paraenses sobre casos de feminicídio entre março de 2020 e abril de 2021, primeiro ano de pandemia. O foco do trabalho se direcionou aos testemunhos na construção das reportagens (Brito, 2022).
“Informação e comunicação sobre os direitos das mulheres: a importância da comunicação digital para o acesso à informação” (Datrino, 2022)	2022	Dissertação	O trabalho abordou a relação entre comunicação digital e acesso à informação, com foco nas informações relacionadas aos direitos das mulheres. O objetivo foi compreender a dinâmica comunicacional no ambiente digital e seu impacto na disseminação da informação sobre os direitos das mulheres (Datrino, 2022).
“Efeitos de intervenções individuais e grupais sobre o desenvolvimento de valor de atitude em mulheres com fibromialgia: um estudo mediado pela internet na pandemia de Covid-19” (Moura, 2022)	2022	Dissertação	Com encontros em grupos e reflexões individuais com mulheres com fibromialgia, esse trabalho teve o objetivo, a partir da noção de valor de atitude, de compreender se uma maior participação em encontros grupais on-line teria um efeito mais positivo do que a reflexão individual restrita (Moura, 2022).
“Mulheres e covid-19: a mobilização de experiências em uma narrativa jornalística feminista interseccional da pandemia no Brasil” (Borela, 2022)	2022	Tese	Direcionada ao estudo cultural do jornalismo, a tese parte de perspectivas dos estudos culturais feministas e da narrativa jornalística, tendo como objetivo compreender como se configura uma narrativa feminista interseccional na cobertura da pandemia no Brasil. O foco foi nos conteúdos da “Especial Covid-19” produzida pela <i>Gênero e Número</i> em parceria com <i>Revista Azmina</i> , <i>Énois</i> e <i>data_labe</i> (Borela, 2022).
“covid-19”			
“Resiliência informacional e desinformação no contexto do covid-19: práticas informacionais colaborativas de mulheres imigrantes brasileiras nas mídias sociais” (Nascimento, 2021)	2021	Dissertação	A dissertação aborda a ligação entre migração, gênero, práticas informacionais, desinformação e resiliência informacional nas mídias sociais. O objetivo foi compreender como práticas colaborativas nas mídias sociais, realizadas por mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, contribuíram na construção da resiliência informacional e no enfrentamento à desinformação durante a pandemia (Nascimento, 2021).
“Mulheres e covid-19: a mobilização de experiências em	2022	Tese	Idem Borela (2022) identificada acima.

uma narrativa jornalística feminista interseccional da pandemia no Brasil” (Borela, 2022)			
“Informação e comunicação sobre os direitos das mulheres: a importância da comunicação digital para o acesso à informação” (Datrino, 2022)	2022	Dissertação	Idem Datrino (2022) identificada acima.
“Home office, o trabalho fora do lugar: uma análise feminista das condições de trabalho das mulheres jornalistas” (Cristie Silva, 2022)	2022	Dissertação	Por uma abordagem feminista-marxista, o trabalho abordou mudanças no mundo do trabalho jornalístico sob o contexto do capitalismo, caracterizado por um modelo de produção flexível. A pesquisa investigou as transformações percebidas por jornalistas, no que se refere aos contratos e vínculos empregatícios, aumento do ritmo de trabalho e da produtividade, precarização e feminização do setor, redução de postos de trabalho, demissões e instabilidade na carreira (Cristie Silva, 2022).
“Produção da notícia durante a pandemia da covid-19: impactos do novo normal na rotina produtiva das mulheres jornalistas” (Albuquerque, 2021)	2021	Dissertação	O trabalho investigou os impactos da pandemia na rotina de trabalho das jornalistas da editoria de Política em veículos de comunicação no Distrito Federal, em Brasília. Os resultados sinalizaram a existência de novos critérios de noticiabilidade durante a pandemia, sobrecarga das jornalistas e impactos na construção social da realidade por meio das notícias (Albuquerque, 2021).
“Mediações no jornalismo feminista: o conceito de cuidado na cobertura da pandemia de covid-19 pela revista Azmina” (Gomes da Silva, 2022)	2022	Dissertação	Investigou a relação entre o conteúdo do jornalismo feminista e o movimento feminista em meio à pandemia, com foco na <i>Revista Azmina</i> . Para tanto, mobilizou o paradigma dos Estudos Culturais e a teoria das mediações comunicativas de Jesús Martín-Barbero a fim de compreender empiricamente processos culturais e comunicativos de produção de sentidos na sociedade, com ênfase nas práticas diárias do veículo feminista (Gomes da Silva, 2022).
“Quando uma de nós morre: O feminicídio no portal G1 no contexto da pandemia de Covid-19” (Wilbert, 2022)	2022	Dissertação	O objetivo foi apreender como o portal <i>G1</i> , entre abril de 2020 e maio de 2022, noticiou o aumento dos feminicídios durante o início das medidas de isolamento social devido à pandemia. Com isso, o intuito foi compreender como a narrativa foi construída em relação aos crimes contra a vida das mulheres e discutir o papel do jornalismo na promoção dos direitos adquiridos e na conscientização sobre desigualdade de gênero e violência contra a mulher (Wilbert, 2022).

Fonte: elaboração do autor.

Nota: dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 13 de junho de 2023¹⁵.

Nessa busca, de modo geral, há predominância de pesquisas sobre jornalismo — em suas diferentes materialidades e linguagens —, (des)informação, campanhas específicas, narrativas, perfis em redes sociais e plataformas sob o contexto da pandemia de covid-19. Frente ao cenário de circulação de notícias falsas, ataques à profissão e aos veículos de comunicação, juntamente à reverberação de dados pelas plataformas digitais em ebulição, é assimilável a prevalência de dissertações e teses que estudaram a pandemia de covid-19 ter enveredado por essas tematizações como problemas de pesquisa. São trabalhos cujas empreitadas se dão em um fenômeno em transcorrência, o que torna ainda mais complexa as definições empíricas, os recortes temporais e as reflexões teóricas, haja vista que a pandemia de covid-19 continua e, a cada dia, outras consequências se desdobram. Especificamente, quando as buscas são filtradas por trabalhos que trouxeram, em alguma medida, a temática de gênero e sexualidade nesse contexto, os resultados são baixos e, dentre eles, voltaram-se principalmente às questões de gênero, como compilado no quadro 1. Parece, ainda, que, em algumas pesquisas, gênero se torna mais um pano de fundo do que propriamente uma questão a ser apreendida do ponto de vista comunicacional, haja vista a consideração de outras materialidades e fenômenos, como o jornalismo, em primeiro plano. Não foi possível localizar, até então, pesquisas em Comunicação sobre sexualidade na pandemia de covid-19, nem mesmo sobre a população e os indivíduos LGBTQIA+. Apesar da gama de dissertações e teses disponíveis sobre diferentes temáticas da pandemia, essa lacuna significativa revela a ausência de pesquisas acadêmicas no campo que compreendam as vivências, as interações e os desafios enfrentados por essa comunidade durante um tempo em que as desigualdades se aglutinam aos marcadores sociais e suas interseccionalidades.

A seguir, apresentamos mais detalhes sobre as pesquisas encontradas. Especificamos quem são os pesquisadores e as instituições nas quais a pesquisa foi desenvolvida, quais foram as abordagens metodológicas empregadas, os principais resultados, bem como as contribuições e as limitações.

Quadro 2 — Detalhamento das dissertações e teses na Comunicação

¹⁵ Todos os dados foram obtidos no site: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>.

Tese				
Mulheres e covid-19: a mobilização de experiências em uma narrativa jornalística feminista interseccional da pandemia no Brasil (Borela, 2022)				
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Suzanne Borela	Universidade Federal de Santa Maria	Análise Feminista da Narrativa Jornalística guiada pela interseccionalidade. Trata-se de um modelo adaptado da análise pragmática da narrativa cunhada por Luiz Gonzaga Motta.	Entre os pontos de destaque, a coletividade no trabalho entre organizações jornalísticas potencializou a cobertura noticiosa. Outro aspecto foi o [...] modo diferenciado e inovador de produzir conhecimento e informação qualificada e plural” (Borela, 2020, p. 198) no projeto “Covid-19 - Cobertura Especial”. A autora destacou a representatividade das fontes acionadas nas narrativas jornalísticas, as estratégias de comunicação e a visibilidade aos processos de precarização.	A circunscrição do corpus a um projeto inovador para aquele contexto representou atenção ao jornalismo e ao desenvolvimento epistemológico que permitiu repensar o campo. Reconhecemos que as limitações se dão, em especial, pelo recorte temporal à época (reportagens de março de 2020 a março de 2021) e ao prosseguimento da pandemia de covid-19. Dessa forma, a continuidade da pesquisa, na atualidade, com um corpus ampliado e orientado pela metodologia apresentada, seria crucial para o campo.
Dissertação				
“Debaixo do mesmo teto: O feminicídio durante a pandemia e as narrativas telejornalísticas no Pará” (Brito, 2022)				
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Ana Victória Botelho de Brito	Universidade Federal do Pará	Coleta de materiais audiovisuais, foco em testemunhos e depoimentos, análises realizadas com base em perguntas.	Em três dimensões sobre os testemunhos nas reportagens, a autora evidenciou o corpo sem vida, o registro visual e o de terceiros. Esse caminho adotado teve o cerne na importância do testemunho na narrativa jornalística como forma de registro e de implicações para o desenvolvimento de políticas públicas para coibir o feminicídio.	Os limites da pesquisa estão ligados ao corpus reduzido a 17 reportagens e a circunscrição ao tempo em que foi desenvolvida. Apesar de o foco ser a temática do feminicídio, a tematização das questões de gênero ficou latente ao comparar o peso dado ao telejornalismo em si. Tal como a autora sugere nas considerações finais,

				há desdobramentos possíveis de serem desempenhados em outras pesquisas.
Dissertação	“Informação e comunicação sobre os direitos das mulheres: a importância da comunicação digital para o acesso à informação” (Datrino, 2022)			
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Mariana Alarcon Datrino	Universidade Estadual Paulista	Hermenêutica de profundidade, cunhada por John Thompson, combinada com a análise de conteúdo, de Laurence Bardin.	Por meio de materiais de comunicação digital de movimentos de mulheres, a autora concluiu que a divulgação de informações sobre direitos foi um ato importante, mas não exclusivo para a garantia de que as pessoas tenham possibilidades de exercício da cidadania. Apesar de que, com frequência, as postagens não trouxeram tal tematização, a ocupação das redes sociais digitais por elas questionou lógicas de poder. Ainda, cada grupo teve estratégias específicas para circular a informação.	Consideramos que o trabalho se concentrou menos nas questões de gênero envolvidas nos direitos das mulheres e mais na importância dos estudos da informação e da comunicação digital.
Dissertação	“Efeitos de intervenções individuais e grupais sobre o desenvolvimento de valor de atitude em mulheres com fibromialgia: um estudo mediado pela internet na pandemia de Covid-19” (Moura, 2022)			
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Marlene Silva de Moura	Universidade da Amazônia	Grupo focal on-line e análise de conteúdo.	A autora destacou que mulheres com fibromialgia sofreram com diferentes sintomas da doença. As experiências revelaram ações para lidar com as dificuldades e interlocuções que permitiram a formação de interações entre as participantes.	Observamos que covid-19 não foi o mote central de condução da reflexão, mas o contexto que trouxe implicações para realização da pesquisa. Embora o foco esteja direcionado a mulheres, não houve reflexões aprofundadas sobre marcadores sociais.

Dissertação				
“Resiliência informacional e desinformação no contexto do covid-19: práticas informacionais colaborativas de mulheres imigrantes brasileiras nas mídias sociais” (Nascimento, 2021)				
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Geysianne Felipe do Nascimento	Universidade Federal da Paraíba	Estudo de caso, entrevista semiestruturada e análise temática	Nesta pesquisa, destacou-se que a pandemia gerou uma quebra na rotina e incertezas quanto à veracidade e à confiabilidade das informações. As mulheres imigrantes buscaram outras formas de conexão digital como gesto de apoio mútuo e busca por soluções coletivas, o que fortaleceu a autonomia, a solidariedade e as habilidades informacionais.	Trata-se de um trabalho que conseguiu evidenciar práticas informativas que ocorrem por meio da colaboração entre mulheres. Notou-se uma prevalência sobre os estudos da informação, reduzindo a centralidade das marcações de gênero importantes para a comunicação. Como se assinala, o trabalho poderá ser desdobrado futuramente, tendo em vista o contexto de desinformação que se amalgama na sociedade contemporânea.
Dissertação				
“Home office, o trabalho fora do lugar: uma análise feminista das condições de trabalho das mulheres jornalistas” (Cristie Silva, 2022)				
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Agatha Cristie Silva	Universidade Federal do Sergipe	Estudos da Economia Política da Comunicação, da crítica feminista e estudos marxistas de gênero junto a questionário semiestruturado, entrevistas abertas e em profundidade e relato de experiência	Com as mudanças produtivas nas lógicas laborais, o jornalismo se tornou mais flexível e também mais precarizado. As mulheres passaram a estar em diferentes postos de trabalhos, mas sem a garantia de ter equidade. O jornalismo ainda foi um campo marcado por subalternização, precarização e adoecimento das mulheres, sobretudo aquelas que são mães ou são mulheres negras.	Com abordagem crítica que articulou as questões capitalistas, do patriarcado e da precarização do trabalho, o trabalho voltou-se para uma abordagem interseccional fundamental cujo cerne foi apreender os impactos desiguais. Apesar de o foco regional no Sergipe ser importante, parece-nos haver uma limitação para a generalização dos resultados para entender a própria região do nordeste brasileiro ou, ainda, uma abrangência

				nacional.
Dissertação	“Produção da notícia durante a pandemia da covid-19: impactos do novo normal na rotina produtiva das mulheres jornalistas” (Albuquerque, 2021)			
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Rayanne Ewellyn de Albuquerque	Universidade Federal de Pernambuco	Este trabalho não possui autorização para divulgação conforme informação disponibilizada pelo Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Por esse motivo, consultamos o resumo.		
Dissertação	“Mediações no jornalismo feminista: o conceito de cuidado na cobertura da pandemia de covid-19 pela revista Azmina” (Gomes da Silva, 2022)			
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Laura Botosso Gomes da Silva	Universidade Estadual Paulista	Coleta de materiais empíricos e Mapa das Mediações Comunicativas, proposto por Jesús Martín-Barbero.	A revista <i>AzMina</i> está correlacionada ao movimento feminista por sua atuação e pela representatividade da equipe que compõe o veículo jornalístico. A pesquisa evidenciou as atualizações editoriais em consonância com as pautas feministas, enfatizando que as ações de <i>AzMina</i> foram moldadas pelo contexto social.	Entre as contribuições, acreditamos que o entendimento das relações entre <i>AzMina</i> e os movimentos feministas brasileiros seja um ganho para o entendimento das realidades.
Dissertação	“Quando uma de nós morre: O feminicídio no portal G1 no contexto da pandemia de Covid-19” (Wilbert, 2022)			
Autoria	Universidade	Metodologia	Resultados	Contribuições e limitações
Malena Wilbert	Universidade Federal de Santa Catarina	Análise de conteúdo, de discurso e da narrativa.	A partir da coleta de textos jornalísticos sobre feminicídio do portal <i>G1</i> , a autora propôs cinco categorias analíticas e chegou à conclusão de que os textos não ajudaram de forma satisfatória na promoção de reflexões profundas sobre o direito das mulheres. Foi identificado o uso incorreto da linguagem ou enquadramentos problemáticos nas narrativas jornalísticas,	O recorte temporal coincidente com o tempo de pesquisa (abril de 2020 - maio de 2022) permitiu o desenvolvimento de outras investigações no campo, haja vista a continuidade da pandemia de covid-19. Houve uma grande focalização no jornalismo por entender seu papel pedagógico e epistemológico na construção de direitos, o que pode desviar

			que individualizaram o problema e retiraram o foco das estruturas sociais, assim como a ausência de termos como machismo. Dessa forma, não houve contextualização dos casos que consideraram as estruturas das violências.	uma problematização de gênero mais detida no campo.
--	--	--	--	---

Fonte: elaboração do autor.

Nota: dados coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em 13 de junho de 2023.

1.3 Gênero e sexualidade em artigos da Comunicação sobre a pandemia de covid-19 no Brasil

Um reflexo da progressão no campo da Comunicação sobre a tematização das questões de gênero e sexualidade se dá com a instituição de um GT da Compós voltado especificamente a esse debate: “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”. Esse GT teve sua primeira reunião no 28º Encontro Anual da Compós, em 2019, após o processo de reativagem, e segue com a publicação de trabalhos¹⁶ anualmente, que passam pelo sistema “duplo cego” de avaliação. Conforme divulgado por e-mail pelo GT no último processo de reativagem, a busca pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores para participação é crescente, haja vista que 27 trabalhos foram submetidos em 2019, 33 em 2020, 30 em 2021 e 24 em 2022. Já em 2023, houve a submissão de 30 artigos para o GT e, em 2024, 28 artigos¹⁷. Em consonância ao crescimento de pesquisas de mestrado e doutorado no Brasil, ter um GT específico em uma das principais organizações do campo revela a importância de estimular o diálogo e a reflexão crítica, teórica e metodológica na construção de conhecimentos que abordam temáticas das diferenças nos processos comunicacionais, bem como reafirmar o compromisso epistemológico e político diante de contextos em que violências e ações sistemáticas de apagamento são promovidos tendo marcadores sociais como esteio.

¹⁶ Até 2024, cada GT da Compós aprovava até 10 trabalhos para apresentação, o que representava um esforço acadêmico para o debate mais acurado durante o evento. No entanto, por razões diversas, desde a impertinência do artigo para o GT ou até a limitação da seleção, essa configuração do evento não possibilitava o aumento de apresentações. Logo, o volume de artigos por GT permaneceu igual a cada ano. A partir de 2025, a Compós permitirá a aprovação de até 12 trabalhos por GT. No entanto, o número de trabalhos divulgados para cada GT não foi disponibilizado pela associação.

¹⁷ Disponível em: <https://compos.org.br/2023/03/548-trabalhos-sao-submetidos-ao-32o-encontro-da-compos/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

No panorama qualitativo realizado por Pedro Scudeller, Rose Rocha e Thiago Neves (2023) sobre o GT da Compós, os pesquisadores destacam a mobilização de objetos empíricos que vêm à tona na contemporaneidade. Ademais, conforme salientam, “não nos parece casualidade o fato de observarmos, no âmbito do GT, preocupações epistêmicas sintonizadas, por exemplo, com as perspectivas *queer*, com a analítica interseccional e com as contribuições do feminismo negro e do transfeminismo” (Scudeller; Rocha; Neves, 2023, p. 17-18). Os trabalhos apresentados no GT também articulam discussões de pesquisadoras e pesquisadores racializadas e racializados, generificadas e generificados, brasileiras e brasileiros, ou seja, há uma preocupação em dialogar com produções de saberes provenientes de outras origens e deslocar do predomínio europeu que ganhou exclusividade no campo científico.

Conforme a cartografia realizada por Joana Ziller *et al.* (2023) em periódicos científicos da Comunicação listados no site da Compós, as pesquisadoras indicam o crescimento no número de artigos sob o guarda-chuva LGBT, com maior vigor a partir de meados dos anos 2010. Entre os resultados, chama atenção a predominância no campo para investigações que se direcionam para reflexões sobre homens gays e, de certa forma, a assimilação da identidade gay como meio de abranger as experiências LGBTQIA+. Embora haja um crescimento, o número de publicações ainda é baixo e implica empenhos das pesquisadoras e dos pesquisadores, a fim de evitar equívocos e invisibilidades de indivíduos e grupos.

Diante dessas análises (Ziller *et al.*, 2023), cabe-nos partir para repositórios de periódicos científicos relevantes no campo, fundamentalmente aqueles avaliados pela Capes no sistema Qualis Periódicos no estrato A¹⁸. Novamente, não é um exercício de alcançar completude por todos os periódicos dentro desse critério qualitativo acadêmico, e nem mesmo mapear a Comunicação como fizeram as autoras, haja vista que artigos publicados podem nos ter escapado nessa etapa, assim como dificuldades de acesso aos sites e demais periódicos de outras áreas que estão no mesmo estrato (ou em outros) no campo da Comunicação. Como

¹⁸ Neste momento de pesquisa, o sistema de avaliação vigente corresponde ao quadriênio 2017-2020 efetuado pela Capes. Os periódicos científicos são ranqueados, conforme critérios avaliativos da organização governamental, em estratos sendo A1, o mais elevado; A2; A3; A4; B1; B2; B3; B4; C, mais baixo, como parte do processo avaliativo dos programas de pós-graduação. No entanto, diante de métricas e cobranças acadêmicas, o sistema Qualis Periódicos é assimilado por pesquisadoras, pesquisadores e instituições de ensino como sinônimo de relevância para a submissão de trabalho às revistas. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 12 jun. 2023. A partir do quadriênio 2025-2028, a Capes mudará os processos de avaliação e encerrará o Qualis Periódicos, estabelecendo novas diretrizes com base na produção intelectual das pesquisadoras e dos pesquisadores. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrinial>. Acesso em: 22 jul. 2025.

forma de situar os estudos que dialogam com essas tematizações, seguimos com as mesmas palavras-chave — “pandemia” e “covid-19” — e percorremos os periódicos: MATRIZES (USP), Intercom–RBCC (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — Intercom), E-Compós (Compós), Famecos (PUC-RS), Galáxia (PUC-SP), Lumina (UFJF), Contracampo (UFF), Brazilian Journalism Research (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo — SBPJor), Eco-Pós (UFRJ), Comunicação & Educação (USP), Intexto (UFRGS), Contemporânea (Ufba), Comunicação, Mídia e Consumo (ESPM-SP), Questões Transversais (Unisinos), Fronteiras – estudos midiáticos (Unisinos), Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), Organicom (USP), Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Fiocruz), Comunicação & Inovação (USCS), Discursos Fotográficos (UEL), Observatório (UFT), Revista Brasileira de História da Mídia (UFPI), Esferas (UCB) e Comunicar (Grupo Comunicar – Colectivo Andaluz de Educación en Medios de Comunicación).

Quadro 3 — Artigos científicos na Comunicação a partir das palavras-chave mencionadas

Periódico	Quantidade por palavra-chave		Notas sobre artigos com interface em gênero e sexualidade
	Pandemia	covid-19	
MATRIZES	13	11	Não encontrado.
Intercom–RBCC	4	4	Não encontrado.
E-Compós	4	4	Não encontrado.
Famecos	4	4	Não encontrado.
Galáxia	9	10	Não encontrado.
Lumina	32	30	Não encontrado.
Contracampo	5	6	Um artigo voltado a um perfil no <i>Instagram</i> de combate à violência contra mulher (Solon; Vidal, 2022).
Brazilian Journalism Research	12	10	Um artigo de análise do papel da imprensa espanhola na marcha <i>8M</i> (Galarza Fernández; Sosa Valcarcel; Quintana Puljante, 2022).
Eco-Pós	9	7	Um artigo sobre protagonismo de mulheres negras nas eleições de 2020 (Figueiredo; Leite, 2021); outro voltado ao entendimento da visibilidade de mulheres em campanhas do governo sobre covid-19 (Felix; Saldanha, 2021); um sobre o perfil <i>Existimos</i> no <i>Instagram</i> , projeto com relatos de mulheres trans e travestis em situação de rua

			(Neves; Gelain; Gonzaga, 2021).
Comunicação & Educação	28	24	Não encontrado.
Intexto	7	7	Um artigo com uma das categorias de discussão sobre gênero em que estuda relatos de revendedoras de cosméticos (Rodrigues, 2022b).
Contemporânea	1	0	Não encontrado.
Comunicação, Mídia e Consumo	6	5	Um trabalho escrito em espanhol sobre mulheres na publicidade televisiva espanhola e portuguesa (Fernández Rincón; Hellín Ortuño; Ferreira, 2022); outro artigo etnográfico com mulheres moçambicanas sobre consumo de <i>smartphones</i> (Pereira; Rúbia da Silva, 2022).
Questões Transversais	3	3	Não encontrado.
Fronteiras – estudos midiáticos	21	16	Um artigo de análise do podcast <i>Ondas de Resistência</i> , desenvolvido por mulheres negras durante 2020 e 2021 (Terso; Melo; Crisóstomo, 2022).
Estudos em Jornalismo e Mídia	7	7	Não encontrado.
Organicom	34	34	Um texto sobre maternidade e trabalho na pandemia (Prado Saraiva, 2023); outro sobre empreendedorismo de mulheres revendedoras de cosméticos, observando classe e gênero (Rodrigues, 2022a); um artigo direcionado as dimensões de gênero nas práticas comunicacionais e interacionais de mulheres em um presídio (Oliveira, 2023); outro de discursos de gênero de uma campanha da ONU Mulher no México e no Brasil (Alves; Carvalho; Kauer, 2021); um texto em que discute a pobreza menstrual e a desigualdade de gênero em matéria do <i>Fantástico</i> (Gotardo, 2022); outro de abertura do dossiê “Mulheres e Feminismos: mundo do trabalho, organizações e sociedade”.
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	56	60	Artigo cujo objetivo é analisar a construção da imagem da mulher no começo da vacinação contra a covid-19 em matérias jornalísticas (Fernandes <i>et al.</i> , 2021); um sobre a falta de marcadores de raça e gênero nos boletins epidemiológicos (Lopes, 2021); outro sobre experiências de mulheres com deficiência no <i>Instagram</i> (Conceição Oliveira; Mantovani, 2021); e uma entrevista com a pesquisadora Flávia Biroli (2021).
Comunicação & Inovação	24	22	Um artigo de análise de 33 reportagens com o objetivo de entender como a violência doméstica

			contra mulher é retratada (Menegatti <i>et al.</i> , 2020); outro sobre o machismo e a violência contra a mulher no <i>Twitter</i> (Malta; Amado; Meirelles, 2020).
Discursos Fotográficos	2	2	Não encontrado.
Observatório	65	78	Não encontrado.
Revista Brasileira de História da Mídia	8	8	Um sobre os sentidos nas capas de revistas femininas (Kolinski Machado; Trindade, 2021).
Esferas	9	8	Não encontrado.
Comunicar	2	14	Um artigo sobre 14 lideranças femininas na política (Garcia-Beaudoux <i>et al.</i> , 2023).

Fonte: elaboração do autor.

Nota: dados coletados no site de cada revista em 11 de junho de 2023.

A maioria dos artigos encontrados, fundamentalmente, tem uma estruturação que os aproximam de estudos de caso em que as questões de gênero — as quais são assinaladas com mais prevalência nos textos pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores a partir do foco nas mulheres nesse cenário pandêmico — se direcionam às representações, às experiências e aos sentidos atribuídos em diferentes materialidades midiáticas. No entanto, o esforço analítico exige a articulação de lentes conceituais para discussão e tensionamento dos fenômenos comunicacionais evidenciados. A princípio, soa-nos que ainda assim reside a necessidade de ter um esforço e rigor crítico dos estudos de gênero para podermos apreender as dimensões comunicacionais envolvidas nesses fenômenos.

Bruno Leal e Elton Antunes (2019), em artigo sobre desafios metodológicos emergentes a partir de uma pesquisa efetuada por eles e outras parceiras e outros parceiros sobre testemunhos nas produções jornalísticas de violências contra a mulher, indicam que as pesquisas na Comunicação sobre gênero e sexualidade encontram obstáculos, mesmo que o volume de trabalhos tenha crescido nos últimos tempos. Dizem os autores que,

em parte, esse cenário vem do próprio esforço histórico de constituição da Comunicação como área de saber, de suas bases e interfaces inter e transdisciplinares, além das incertezas e escolhas metodológicas decorrentes. Em parte, vêm também da constituição do gênero e da sexualidade como fenômenos a serem explorados e dos enfrentamentos epistêmicos, disciplinares e políticos que impõem (Leal; Antunes, 2019, p. 1).

Na Comunicação, é importante, como Bruno Leal e Elton Antunes (2019) acentuam, ter cuidados nas abordagens teórico-metodológicas, juntamente às questões éticas e subjetivas envolvidas no processo das pesquisas. Nesse sentido, mesmo ancorado em indícios (Braga, 2008), é preciso avançar no campo e, estritamente, reconhecer gênero, sexualidade e as diferenças nas práticas e nos processos comunicacionais como questões próprias que exigem esforços exploratórios e potentes para a construção epistemológica.

Realizar uma leitura de fenômenos comunicacionais em interface com questões de gênero e sexualidade é se lançar a uma empreitada para notar discursos, ações, práticas, latências e marcas que atravessam as interações e uma forma de marcar um lugar fundamental no campo do conhecimento da Comunicação. Parte dessa ação é realizada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

Grafias das *queerentenas*: o escrever de vidas LGBTQIA+ em primeira pessoa

“Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. ‘Escrever é uma maneira de sangrar’. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...”, tece a escritora Conceição Evaristo (2016, p. 109) no final de *A gente combinamos de não morrer*. Com a inspiração nesse gesto de escrita, que incorpora vivências, sentimentos e memórias, este capítulo caminha pelo passeio por 72 narrativas de vidas reunidas no livro *Histórias da Queerentena*. Em 2020, nos primeiros meses de pandemia de covid-19, pessoas de diferentes geolocalizações, que se interessaram pela proposta lançada pelo NUH/UFMG, escreveram textos em primeira pessoa sobre suas vidas naquele começo de pandemia. A partir de perspectivas singulares, cada uma pôde se expressar, mesmo que a dimensão das palavras não pudesse totalizar o que vivem e como se sentem em dias pandêmicos, ressoando em uma coletividade LGBTQIA+.

Vale reconhecer, desde já, que talvez a escrita tenha sido uma espécie de terapia para vomitar palavras que estavam entaladas na garganta e que não seriam ouvidas pelos outros, como disse Júlia Marques Preto, lésbica de 21 anos de Campinas, no texto *Pandemia Manicomial*: “escrever é terapêutico e me cabe por inteira” (Preto, 2020, p. 94). Por isso, acreditamos que talvez escrever foi apenas o que sobrou, ou o que faltou, para expressar, mesmo que na miudeza do espaço destinado ao texto, aquilo que estava impronunciável. Seja no papel ou na tela de qualquer dispositivo tecnológico, tentamos conectar sentimentos de uma vida interrompida e atravessada por uma pandemia a palavras que podem não ser as melhores ou suficientes, mas que procuram ao mínimo exprimir o que guardávamos e marcar nossas existências.

Escrever é uma ação de poder por meio da qual grafamos e situamos quem somos, como estamos e nossas relações no/com o mundo. Por outro lado, reconhecemos uma lacuna, porque, por razões diversas tensionadas pelas desigualdades sociais, muitas pessoas não foram alfabetizadas ou sequer tiveram acesso à educação formal no país e estão em situações de vulnerabilidades para interagir com o mundo. Ainda, é preciso ponderar que produzir um livro ou fazer parte de uma coletânea, como o edital proposto e divulgado on-line, exige esforços desde a organização editorial até financeira, tornando-se um meio restrito ao acesso de poucas pessoas que tiveram contato com a divulgação e se interessaram em contar sobre suas vidas

publicamente. Contudo, essa ponderação não invalida a relevância do livro, ao contrário, torna-se um registro de histórias e um espaço cuja potência permite sua expansão.

Nesse sentido, este segundo capítulo se divide em cinco momentos. Com vistas a localizar o cenário comum que intersecciona as histórias, apresentamos um panorama relativo ao início da pandemia de covid-19 no Brasil, atentando a elementos sociopolíticos que estiveram em evidência nos primeiros meses de covid-19 — período que coincide com o lançamento do edital do NUH/UFGM. Explicamos o surgimento e a estruturação do projeto das histórias *queerenteadas* em um livro cujo atributo maior é ser uma assembleia aberta e possível de ser expandida, proposição que ressoa no pensamento de Judith Butler (2019a). A segunda parte do capítulo é um movimento questionador sobre o que é ser LGBTQIA+ no Brasil cujo interesse é contrastar com a *queerentena*, isto é, pensar em certos traços da história para apreender os contrastes das experiências na própria pandemia de covid-19. A partir desse desdobramento, precisamos identificar quem são as pessoas presentes nessa assembleia. Essa terceira seção não consiste em um ato recenseador de aglutinação de pessoas em categorias fechadas. Por meio das autoidentificações emergentes nas histórias, tentamos tatear aspectos comuns entre as pessoas e também latências, percebendo quem não está compondo esse coletivo. A quarta parte é direcionada à apresentação da obra a partir da minha leitura, situada enquanto pesquisador interessado nos atravessamentos das marcas da diferença nos corpos e como um dos autores do livro. De imediato, o caminho de escrita adotado para a apresentação do objeto empírico distancia-se de padrões academicistas e rígidos esperados em uma tese de doutorado. Esse esforço (que não visa ser totalitário ou um simples gesto hermenêutico, que apagaria a potencialidade de cada uma das narrativas) é de adentrar essa assembleia, da qual faço parte, como em um trânsito entrecruzado por afetações, estranhamentos, dores, alegrias, semelhanças e diferenças. De tal maneira, as narrativas são apresentadas de forma entrelaçada, percebendo intersecções, silêncios, inquietações e achados da pandemia de covid-19 narrada por pessoas com as quais visamos dialogar nesta tese. Essa ação inicial constitui uma forma de notar as singularidades das narrativas, aproximações e disjunções, bem como identificar indícios importantes para os capítulos vindouros, nos quais tensionaremos reflexões sobre narrativas de vida, memória, temporalidade, experiência, vulnerabilidade e, sobretudo, apreender as vidas pelas diferenças como a teoria *queer* se lança. Por último, começamos a entender as narrativas como um conjunto de insubmissões cujo intuito é insultar e bagunçar as normatividades. As narrativas desafiam as próprias

palavras mobilizadas, provocam a alteridade e questionam os ordenamentos, no contrafluxo do que se espera para uma vida docilizada por normas e binarismos.

2.1 Panorama, contextualização e emergências sócio-históricas

É 26 de fevereiro de 2020. O Brasil confirmou o primeiro caso de covid-19 em um homem de 61 anos que havia retornado de uma viagem à Itália. Desse dia em diante, viveríamos tempos de sofrimento à medida que o vírus se dissipava e elevava as taxas de transmissão e mortalidade. A urgência do problema exigiria esforços governamentais para a contenção do coronavírus e de apoio à população com soluções eficazes como o estímulo à vacinação, à proteção de si e do outro. Entretanto, o que vimos nesse cenário foi a ida na contramão das recomendações sanitárias orientadas pelas organizações oficiais de saúde pública para lidar com o momento, o que se tornou ainda mais prejudicial com a divulgação de desinformações pelas plataformas digitais, negacionismos¹⁹ e polarizações políticas.

Em outro texto, argumentei, com base nos preceitos linguísticos de Patrick Charaudeau (2017) para analisar discursos presidenciais, que “[...] Bolsonaro mobilizou saberes de crença e opinião em detrimento à ciência. Os pronunciamentos frisam o descaso com o luto, com a vida e com a dignidade das pessoas que morreram” (Vieira Filho, 2022). Aqui, o intuito não é direcionar novamente às análises do discurso presidencial, mas apresentar trechos proferidos por Jair Bolsonaro e aliados políticos, haja vista que a legitimidade que possuía ao conduzir o cargo presidencial lhe projetou como figura autorizada a dizer sobre a pandemia e a indicar ações que seriam adotadas pelo Estado. No quadro abaixo, destacamos algumas, entre tantas, frases que refletem o período entre março e junho de 2020 — quando as histórias da *queerentena* foram escritas. Porém, os discursos desses mesmos atores políticos não cessaram nesse recorte temporal, ao contrário, tonificaram-se com o decorrer do alastramento da covid-19 no Brasil, sobretudo frente às negligências e

¹⁹ “Acontecimentos inesperados ou pouco conhecidos, como emergências de saúde, favorecem a circulação do assunto em diferentes circuitos de comunicação”, segundo Mariana Procópio e Robson Santos Filho (2023, p. 3), o que leva a percepção de novos termos, palavras e expressões que ganham adesão pública, midiática e social. A inclusão de negacionismo, assim como outras derivações que aludem ao contexto da pandemia de covid-19 (distanciamento físico, lockdown, infodemia, microsurto, vacinódromo), na língua portuguesa pela Academia Brasileira de Letras (ABL) representa o reconhecimento institucional linguístico de uma nova conjuntura histórica. O significado atribuído é: “atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam” (Academia Brasileira de Letras, [2021], seção Definição). Como Carla Fernandes (2022) alerta, essa prática está conectada aos modos de organização da extrema-direita política, cuja ampliação ocorre com maior vigor na Europa e América Latina.

permaneceram em inconsonância com as recomendações públicas dos órgãos de saúde. Com o aumento exponencial de casos e mortes, os discursos alastraram esforços em projetar desinformações, suposições e ataques a fim de minimizar o cenário pandêmico.

Quadro 4 — Cronologia de frases proferidas por Jair Bolsonaro e aliados

Quem disse	O que disse ²⁰	Quando e onde disse
Jair Bolsonaro	“Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado o poder destruidor desse vírus”.	9 de março de 2020 — Pronunciamento em Miami
Jair Bolsonaro	“Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga”.	10 de março de 2020 — Pronunciamento em Miami
Jair Bolsonaro	“Os movimentos espontâneos e legítimos marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação. Precisam, no entanto, diante dos fatos recentes, ser repensados. Nossa saúde e de nossos familiares deve ser preservada”.	12 de março de 2020 — Pronunciamento oficial em cadeia nacional de rádio e televisão
Paulo Guedes, então ministro da Economia	“Com 3 bilhões, 4 bilhões ou 5 bilhões de reais a gente aniquila o coronavírus. Porque já existe bastante verba na saúde, o que precisaríamos seria de um extra” <i>[sic]</i> .	13 de março de 2020 — Entrevista para revista Veja
Jair Bolsonaro	“Muitos pegarão isso independente dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde. Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim do mundo”.	15 de março de 2020 (dia de protestos contra o Congresso Nacional e a favor do governo) — Entrevista para CNN Brasil
Jair Bolsonaro	“Foi surpreendente o que aconteceu na rua. Até com esse superdimensionamento. Tudo bem que vai ter problema. Vai ter. Quem é idoso e está com problema ou deficiência. Mas não é isso tudo que dizem. Até que na China já está praticamente acabando”.	16 de março de 2020 — Entrevista em frente ao Palácio da Alvorada
Jair Bolsonaro	“Não dá para querer jogar nas minhas costas uma possível disseminação do vírus” [...] “Se eu resolvi apertar a mão do povo, desculpe aqui, eu não convoquei o povo para ir às ruas, isso é um direito meu. Afinal de contas, eu vim do povo. Eu venho do povo brasileiro”. [...] “Não vamos superdimensionar essa questão. Não pode algumas autoridades começar a proibir isso ou aquilo, afinal de contas está havendo uma histeria. Se eu me contaminei, tá certo, olha, isso é responsabilidade minha. Ninguém tem nada a ver com isso. Tudo continua funcionando no Brasil. Tudo! Tá havendo uma histeria” <i>[sic]</i> .	16 de março de 2020 — Entrevista para a Rádio Bandeirantes
Jair Bolsonaro	“A minha obrigação como Chefe de Estado é se antecipar a problemas... Levar a verdade à população	18 de março de 2020 — Coletiva de imprensa em

²⁰ Reproduzimos as frases tal como foram ditas ou escritas.

	brasileira, mas que essa verdade não ultrapasse o limite do pânico”. [...] Já tivemos problemas mais graves no passado que não teve essa comoção toda ou repercussão toda por parte da mídia brasileira”.	Brasília
Rodrigo Constantino, comentarista da Jovem Pan	“Coronavírus pode trazer mais falência do que falecidos”.	20 de março de 2020 — <i>Tweet</i> do próprio comentarista
Jair Bolsonaro	“Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não” [<i>sic</i>].	20 de março de 2020 — Entrevista em coletiva de imprensa
Jair Bolsonaro	“Brevemente o povo brasileiro saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus [...] Espero que não venham me culpar lá na frente pela quantidade de milhões e milhões de desempregados na minha pessoa”. [...] “O número de pessoas que morreram de H1N1 foi mais de 800 pessoas. A previsão é não chegar aí a essa quantidade de óbitos no tocante ao coronavírus” [<i>sic</i>].	22 de março de 2020 — Entrevista para TV Record
Jair Bolsonaro	“No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão” [<i>sic</i>].	24 de março de 2020 — Pronunciamento oficial em cadeia nacional de rádio e televisão
Silas Malafaia, pastor	“AGUARDEM ! No final da história vamos ver quem está com a razão, Bolsonaro ou os politiqueiros de plantão e a imprensa que tem produzido pânico no povo. O TEMPO VAI DIZER ! Na ITÁLIA, só 5 pessoas abaixo de 50 anos morreram, todos com problemas de saúde. NINGUÉM ABAIXO 30 MORREU” [<i>sic</i>].	25 de março de 2020 — <i>Tweet</i> do próprio pastor com palavras em caixa alta escritas por ele
Jair Bolsonaro	“Eu acho que não vai chegar a esse ponto [de casos confirmados nos EUA]. Até porque brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali. Ele sai, mergulha e não acontece nada com ele”.	26 de março de 2020 — Entrevista em frente ao Palácio da Alvorada
Jair Bolsonaro	“Não posso afirmar porque não sou médico nem pesquisador, mas pelas informações que eu tenho, as informações é que [a hidroxiclороquina] já deu certo. Nós vamos vencer essa onda e o Brasil vai crescer.”	26 de março de 2020 — Transmissão ao vivo (<i>live</i>) em redes sociais do próprio presidente
Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom)	“O Brasil não pode parar [...]. No mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do coronavírus entre jovens e adultos. A quase-totalidade dos óbitos se deu com idosos [...]”.	26 de março de 2020 — Campanha da Secom do Governo Federal
Jair Bolsonaro	“Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra, não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia.	29 de março de 2020 — Após passeio nos arredores do Distrito Federal

	Queremos poupar a vida? Queremos, na parte da economia, o Paulo Guedes tá gastando dezenas de bilhões de reais, que é do Orçamento, que é dinheiro do povo, se bem que nem dinheiro é. Pegamos autorização do Congresso para estourar o teto, que vai ser paga essa conta lá na frente” <i>[sic]</i> .	
Jair Bolsonaro	“A gente vai junto com pastores e religiosos anunciar para pedir um dia de jejum do povo brasileiro em nome de que o Brasil fique livre desse mal o mais rápido possível”.	2 de abril de 2020 — Entrevista para Jovem Pan
Jair Bolsonaro	“Esse vírus é igual uma chuva. Vai molhar 70% de vocês. Isso ninguém contesta. Toda a nação vai ficar livre da pandemia depois que 70% for infectado e conseguir os anticorpos. Desses 70%, uma pequena parte, os idosos e quem têm problema de saúde, vai ter problema sério e vai passar por isso também” <i>[sic]</i> .	3 de abril de 2020 — Durante saída do Palácio da Alvorada
Jair Bolsonaro	“Há 40 dias venho falando do uso da Hidroxicloroquina no tratamento do COVID-19. Sempre busquei tratar da vida das pessoas em 1º lugar, mas também se preocupando em preservar empregos. Fiz, ao longo desse tempo, contato com dezenas médicos e chefes de estados de outros países” <i>[sic]</i> .	8 de abril de 2020 — Postagem nas redes sociais do próprio presidente
Jair Bolsonaro	“Parece que está começando a ir embora essa questão do vírus, mas está chegando e batendo forte a questão do desemprego”.	12 de abril de 2020 — Videoconferência realizada com líderes religiosos
Jair Bolsonaro	“Particularmente, comecei a defender a hidroxicloroquina, calcado também nas experiências de médicos pelo Brasil, que apostavam nela e tinham uma resposta através da sua observação. Não consegui impor ou propor a sugestão ao então ministro da Saúde, de retirar do protocolo que o tratamento com a hidroxicloroquina, deveria ser ministrada apenas, quando o paciente tivesse em estado grave [...]”	16 de abril de 2020 — Em discurso de posse de Eduardo Pazuello como ministro da Saúde
Jair Bolsonaro	“Eu não sou coveiro, tá certo?” <i>[sic]</i> .	20 de abril de 2020 — Em resposta à Folha de S. Paulo sobre o número de mortes
Bia Kicis, deputada federal do Partido Liberal	“A Cloroquina mata o coronavírus e mata a narrativa comunista que quer nos impor a dominação pelo medo. E aí, é claro, o @ptbrasil foi ao @STF p/ tentar impedir que o Presidente @jairbolsonaro recomende o seu uso. PT=Partido da trevas #PartidodasTrevas” <i>[sic]</i> .	21 de abril de 2020 — <i>Tweet</i> da própria deputada
Ricardo Salles, então ministro do Meio Ambiente	“[...] Porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo” <i>[sic]</i> .	22 de abril de 2020 — Reunião ministerial
Olavo de Carvalho, apoiador e símbolo do bolsonarismo	“Essa campanha para nos ‘proteger da pandemia’ é o mais vasto e mais sórdido crime já cometido contra a espécie humana inteira”.	23 de abril de 2020 — <i>Tweet</i> do próprio escritor

Jair Bolsonaro	“Ele nem é médico”.	23 de abril de 2020 — Em transmissão ao vivo no <i>Facebook</i> , criticou Tedros Adhanom, diretor-presidente da OMS.
Jair Bolsonaro	“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.	28 de abril de 2020 — Portaria do Palácio do Planalto
Regina Duarte, então secretária de Cultura	“A humanidade não para de morrer. Se você falar ‘vida’ do outro lado tem ‘morte’. Sempre houve tortura, [Joseph] Stalin, quantas mortes? [Adolf] Hitler, quantas mortes? Não quero arrastar um cemitério nas minhas costas”.	7 de maio de 2020 — Entrevista para CNN Brasil
Jair Bolsonaro	“Essa questão de ‘fica em casa’ não está funcionando, servindo apenas para matar o comércio. 70% será infectado, não tem como fugir, é como uma chuva”.	7 de maio de 2020 — Em frente ao Palácio da Alvorada
Carla Zambelli, deputada federal pelo Partido Liberal	“Uma BOA NOTÍCIA para o povo brasileiro: General Pazuello assume interinamente o Ministério da Saúde com a missão de liberar o uso da cloroquina desde o início dos sintomas da Covid-19! Não podemos mais adiar a utilização de uma possibilidade promissora de salvar muitas vidas!”	16 de maio de 2020 — <i>Tweet</i> da própria deputada com palavras em caixa alta escritas por ela
Jair Bolsonaro	“Toma quem quiser, quem não quiser, não toma. Quem é de direita toma cloroquina. Quem é de esquerda toma Tubaina”.	19 de maio de 2020 — Entrevista na internet ao vivo
Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom)	“O Ministério da Saúde adotou um novo protocolo para receita da cloroquina/hidroxiclороquina. O medicamento, que já é adotado em diversas partes do mundo, é considerado o mais promissor no combate à Covid-19 [...]. O tratamento mais eficaz contra o coronavírus”.	21 de maio de 2020 — <i>Twitter</i> do Governo Federal
Jair Bolsonaro	“Quem não quiser que não tome, pô. Mas, não enche o saco de quem quer tomar. Tome o que quiser, mas não fica tirando direito”. [...] “Aí ficam os idiotas: ‘ah, mas não tem comprovação científica’. Eu sei que não tem” [sic].	22 de maio de 2020 — Entrada do Palácio da Alvorada
Jair Bolsonaro	“A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”.	2 de junho de 2020 — Saída do Palácio da Alvorada
Jair Bolsonaro	“Acabou matéria no Jornal Nacional”.	5 de junho de 2020 — Saída do Palácio da Alvorada — Alteração do horário de divulgação dos boletins epidemiológicos para que não fosse noticiado no principal telejornal do país
Jair Bolsonaro	Tem hospitais de campanha perto de você, tem um hospital público, né? Arranja uma maneira de entrar e filmar. Muita gente vem fazendo isso, mas mais gente	11 de junho de 2020 — Transmissão ao vivo nas redes sociais

	tem que fazer para mostrar se os leitos estão ocupados, ou não” <i>[sic]</i> .	
Jair Bolsonaro	“Não podemos ter aquele pavor lá de trás, que chegou junto à população e houve, no meu entender, um excesso de preocupação apenas com uma questão [saúde] e não podia despreocupar com a outra [economia]”.	25 de junho de 2020 — Transmissão ao vivo nas redes sociais

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: Informações coletadas a partir do compilado de Walter Barretto Júnior (2022, p. 110-157) e da Folha de S. Paulo (2021)²¹.

O reconhecimento político de Jair Bolsonaro em cargos públicos se dá desde o aparecimento em 1989, com posicionamentos e atitudes controversas e polêmicas que o projetavam aos holofotes midiáticos. Carla Fernandes (2022, p. 74) afirma que, Jair Bolsonaro, “nos governos Dilma e Temer, ganhou notoriedade e passou a ocupar um espaço frequente em programas de entretenimento, sobretudo em função dos discursos moralistas e, por vezes, xenófobos contra as minorias”. Ademais, Renan Quinalha (2022) identifica que, antes de tomar posse como presidente, a saúde pública era um alvo minado por planos para prejudicar o sistema público de saúde (SUS) e também extenuar os tratamentos e as medidas de saúde para o HIV/aids.

Por esse compilado, é notório associar a mesma prevalência das ações de ódio e descaso arregimentadas nos discursos como presidente e de políticos aliados ao governo à época e no modo como trataram o desenvolvimento da doença, a população brasileira e as recomendações sanitárias. A altivez, a prevaricação e a impassibilidade de Jair Bolsonaro, que estava no comando das principais ações do país, juntou-se às estratégias arregimentadas para a prevalência das vontades governamentais e a consequente reverberação pelo imaginário social. A desinformação e a desorientação da população se ergueram como eixos centrais para o vírus conseguir se propagar em escala exponencial pela sociedade. O pesquisador David Nemer (2020) alerta:

Quando há uma falta de informação orientada para o consenso social e tudo está sendo contestado em público, principalmente em redes sociais, isso gera um ambiente fértil para a confusão entre as pessoas. Então quando líderes falam que hidroxiquina e desinfetante podem ser um tratamento possível para o COVID-19 *[sic]*, e outras autoridades afirmam que isso não é possível, essa

²¹ Para uma radiografia completa das frases ditas por Jair Bolsonaro e aliados políticos durante a pandemia de covid-19, como também desde o início de sua carreira parlamentar, confira Walter Barretto Júnior (2022). O livro é uma fonte indispensável para pesquisas científicas que visam apreender os contextos políticos do Brasil contemporâneo, a ascensão da extrema-direita e seu passado recente em ebulição no país.

desavença acaba pressionando a população a questionar tudo — já que nem as autoridades podem convergir, as pessoas acabam não sabendo em quem confiar por definitivo e acabam acreditando em informações que as convêm (Nemer, 2020, p. 114).

A desinformação se configura no intuito de gerar influência sobre a opinião pública, a partir de objetivos específicos que visam beneficiar determinados sujeitos e organizações. Em uma conferência²², Eduardo Meditsch (2023) conceitua como desinformação estrutural um conjunto de fenômenos que envolvem o que vivemos atualmente, composto pela cultura do silêncio — lembrada por Paulo Freire a partir dos regimes de exclusões de vozes minorizadas e das condições de opressão social — juntamente ao questionamento da razão e das desconfianças com a ciência. Os produtores de desinformação exploram tais dimensões em um âmbito tecnológico platformizado, no qual mecanismos agem para obter lucratividade com a concepção e circulação de conteúdos, sejam eles verdadeiros ou falsos. O pesquisador evidencia, sobretudo, que a pandemia de covid-19 enfatiza a desinformação estrutural e os processos comunicacionais sobre os quais se arranjam uma atual crise do jornalismo, de perda da credibilidade das instituições científicas, de esvaziamento da democracia e de frustração da população (Meditsch, 2023). Além disso, percebemos que esse cenário está relacionado ao que é chamado de pós-verdade atualmente, isto é, opiniões e convicções pessoais têm mais relevância e atribuição de exatidão do que fatos apurados, checado e/ou validados por instituições certificadas para tal ação. Eli Borges Júnior (2019) avança essa problemática ao explicar que

o termo pós-verdade tem sido associado a uma série de tentativas de leitura do que sugere se anunciar como uma condição absolutamente paradoxal de nossa contemporaneidade, um tempo no qual a opinião pública parece perder seu lastro de uma pretensa verdade objetiva, um horizonte ético racional, assumindo, em seu lugar, posicionamentos que parecem se resguardar muito mais no campo das crenças e das emoções (Borges Júnior, 2019, p. 525).

A desinformação se amalgama a esse fenômeno, seja por meio de boatos, teorias da conspiração, informações incorretas ou mensagens prejudiciais, a tal ponto de debilitar a comunicação e afetar o cotidiano social. A compreensão do que é entendido como verdadeiro e credível passa pela aceitação sem critério e acritica de quem consome os conteúdos como informativos, abrindo lacunas para que a desinformação se instale, tal como ocorreu durante o

²² Conferência intitulada “A desinformação estrutural e os limites do jornalismo: uma visão crítica a partir das ideias de Paulo Freire”. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/qb6QAE63FS8?feature=share>. Acesso em: 21 jun. 2023.

auge da pandemia de covid-19 ou em acontecimentos anteriores como as eleições para presidência do país em 2018 (Borges Júnior, 2019).

Essas considerações, portanto, revelam a subestimação da gravidade de uma questão de saúde pública, a ausência de conscientização sobre a transmissão do coronavírus, a difusão de teorias conspiratórias, as mensagens controversas, o uso instrumental da desinformação como projeto de extermínio da diferença e discursos de ódio²³, as barreiras fundadas para não adesão de recomendações e conselhos de organizações de saúde, os ataques às instituições científicas, às pesquisadoras e aos pesquisadores, a desconfiança das pessoas diante aos ruídos e às irresponsabilidades de políticos e a polarização entre espectros políticos antagônicos. Nesse sentido, “as situações apresentadas evidenciam a urgência de discussões sobre os direitos humanos e o resgate da humanização, que parecem desaparecer ou terem sido encobertos nesse contexto” (Vieira Filho, 2022, p. 158), ou seja, a lista de problemas que se fundem nesse contexto se estabelece em consequências graves contra todas as pessoas, que deixam marcas e sequelas que perdurarão. Por esse motivo, acreditamos que uma das brechas encontradas para poder reivindicar condições melhores de bem-estar, assim como de poder projetar a própria vida ao mundo, tentando marcar a própria existência, se dá com ações que exigem aparecimento como as *Histórias da Queerentena*.

Em quatro verbos com ações distintas, mas propósitos convergentes — *expor, dispor, impor, interpelar* (Rausch *et al.*, 2020) —, as histórias se ancoram e inscrevem desejos, sonhos, aflições, dúvidas em breves páginas. Tornar evidente que existem vidas que não são vistas e escutadas (ou não seriam, ou pelo menos alguns sujeitos não querem vê-las e escutá-las); fazer com que seja obrigatório reconhecer e respeitar a emergência das diferenças e as interpretações da pandemia de covid-19 vividas pelas pessoas; determinar uma ordem para fazer aparecer quem é invisibilizada e invisibilizado; questionar e exigir respostas; essas práticas se costuram a mais um verbo nessa trama: *queer*. Mesmo que não exista correspondência direta na língua portuguesa, como abordaremos no próximo capítulo,

²³ Há diferentes concepções que tentam estabelecer balizas para o entendimento de *discurso de ódio*, sendo, muitas delas, cunhadas nos âmbitos jurídicos atrelados ao debate sobre liberdade de expressão. Não queremos seguir por esse caminho, haja vista que exigiria enveredar por uma pesquisa própria para compreensão no contexto brasileiro. Por discurso de ódio, aproximamo-nos de considerações do pensamento de Judith Butler (2021b) que entende que somos sujeitos linguísticos e, por isso, a linguagem pode nos ferir. Ser injuriado é ser ferido e ameaçado em si e no corpo. Nessa trama da linguagem, Judith Butler (2021b) aponta que a injúria linguística faz com que, ao ser chamado por um nome, o indivíduo seja humilhado ou consiga determinada condição de existência que, de alguma maneira, possibilite responder. Esta última ação parece carregar um caráter de subversão e resistência, sendo crucial termos como um horizonte ao olhar para *queerentenas* que se desenvolvem em meio ao contexto político brasileiro, caracterizado por ações desrespeitosas a determinados grupos identitários.

podemos reconhecer *queer* na mesma toada de Tamsin Spargo (2019) como um gesto de estranhar, duvidar, pôr em suspensão. Com o compromisso de revelar invisibilidades e tensões, as *Histórias da Queerentena* resultam em um símbolo maior de ser uma assembleia aberta, possível de ser atualizada, continuada e em abertura, assim como heterogênea e composta por perspectivas distintas sobre as identificações e as posições no mundo. Assim, acreditamos que o sentido das assembleias seja a mobilização, de caráter eminentemente político, com os corpos em torno de alguma causa (Butler, 2019a). No caso, por razões diversas das impossibilidades pandêmicas, os corpos se reúnem na escrita de textos que compõem um livro, isto é, são indivíduos que se desconhecem, mas se relacionam como uma ação de solidariedade coletiva no registro de condições e situações singulares de cada vida, mas que se interligam na coletividade e criam vínculos de reconhecimento.

Esses aspectos se relacionam aos textos, que, ao tentarem compilar as experiências pandêmicas que nos escapam na escrita, podem ser entendidos como um universo de significantes, como sugere Roland Barthes (1970). Não se trata, assim, de estruturas limitadas e fixadas aos significados, mas processos abertos compreendidos como situações comunicacionais, envolvidas em relações tecidas continuamente (Leal, 2018). Trata-se, assim, de uma prática comunicacional que amplia a apreensão e os modos de configurar os processos sociais. Ademais, rompe com a noção fechada de que um texto seria o conjunto verbal estruturado e pronto para a leitura de outrem. Os textos não são unidades encerradas em si mesmas e prontas para a decodificação em uma contínua linha de transferência do emissor ao receptor (Leal, 2018). Ao contrário, os textos estão em redes textuais e se constituem como um evento, um processo relacional entremeado pelas configurações de poder e por coenunciadores, como assinala Gonzalo Abril (2007) ao perceber a produção compartilhada de sentidos.

Seguir para a textualidade é dar um passo à frente apreendendo as redes que formam os fenômenos, a flexibilidade dos processos e as historicidades que constituem os contextos. Portanto, possibilita notar os textos em relação aos processos comunicacionais. O entramamento dos textos a outros, em redes, indicam que os processos de significação são incessantes e que não há começo ou fim de um texto. Com isso, refere-se a um processo cujas fronteiras são imprecisas, ou seja, “[...] sendo um processo, a textualidade faz com que textos não sejam artefatos estáveis, mas, sim, amálgamas provisórios de relações em curso” (Leal, 2018, p. 22).

Por essas características, as leituras de um texto são múltiplas, segundo as posições e os modos de contato. Isso quer dizer que a imprecisão das fronteiras de início e fim de um texto permite com que os significados sejam intermináveis, em contínuas interações e experiências. As *Histórias da Queerentena* estão em constituição — apesar de assinalarem um determinado tempo e espaço (sobretudo, o Brasil e suas diferentes regiões geográficas), porque os sujeitos que as leem podem tecer outros caminhos de significação, trazer outras perspectivas, estranhar ou unir ao que foi grafado. As leituras são diferentes e plurais, a depender das condições de cada pessoa, e não têm como estabelecer um único sentido. Ao contrário, a infinidade de sentidos que emergem das leituras denota as possibilidades de afetar e ser afetado, de compreensão e distanciamento, de troca e ligação. As *queerentenas*, igualmente, têm limites indeterminados que não se estabelecem apenas com a pandemia de covid-19, mas são processos comunicacionais em tessitura que acionam passados, experiências e projeções.

Entendemos que os estabelecimentos dos textos acontecem em redes e seus sentidos também. Essa trama contínua segue sendo costurada e atravessada em outras redes textuais. Os textos acontecem na vida, ou seja, são ocorrências vivas e intermináveis, que se atravessam, chocam, configuram, transformam, enfim, se encadeiam perpetuamente (Antunes; Mafra; Jáuregui, 2018).

Não há como separar os textos das formas de comunicação, de seus enredamentos e de sua cadência de outros textos. O tecido está no tear; do tear, vai para as mãos; das mãos, para o balcão; do balcão, para o freguês; do freguês, para o vestido; do vestido, para a festa; da festa, para o beijo; e assim por diante. O *tecido* se explica na relação da *tessitura*. Ou, dito por outras palavras: o texto se explica em relação com outros textos (Antunes; Mafra; Jáuregui, 2018, p. 43, grifo dos autores).

Esses tecidos não puderam seguir para as festas e para os beijos na pandemia de covid-19, foram interrompidos pela súbita imprevisibilidade, mas seguiram por muitas dimensões do isolamento, das paredes dentro e fora de casa, das telas que ficamos conectados incessantemente, das máscaras que camuflavam nossos rostos, dos toques e da falta deles, dos monstros que nos assombravam, da falta de controle sobre nossas vidas, das surpresas que nos interpelavam. Quando estamos em interação com os textos escritos na pandemia e a situação de contágio do coronavírus, notamos que os contextos são como exterioridades constitutivas (Ribeiro; Martins; Antunes, 2017), isto é, esse tecer se configura em processos dinâmicos de mão dupla de produção de sentidos sempre provisórios e com atravessamentos. A pandemia de covid-19 é, pois, o contexto maior que engloba e transpassa os textos, sendo uma

emergência que instaura sentidos comuns e se torna uma referência social compartilhada, mas que, por tanta heterogeneidade e especificidades das vidas LGBTQIA+, revela configurações e dimensões singulares que se entrelaçam ao coletivo.

2.2 Ser LGBTQIA+ no Brasil, país que mais nos mata

O que é ser LGBTQIA+ no Brasil? Esboçar qualquer resposta que contemple a complexidade dessa pergunta é um desafio social e acadêmico, que pode ser desdobrado em diferentes pesquisas nas humanidades, com olhares para a historicidade de gênero e sexualidade na sociedade brasileira e com diálogos interdisciplinares e interseccionais que consigam tensionar temáticas emergentes. Não seguirei estritamente por esse desafio nesta tese por entender que essa questão, urgente e fundamental, vem sendo desdobrada e desenvolvida com veemência por pesquisadoras, pesquisadores e intelectuais brasileiros e brasileiras em artigos, livros e obras científicas e artísticas, que ramificam os entendimentos com os quais dialogo nesta pesquisa. Ciente da variedade de tópicos possíveis de serem explorados nesta seção, tento refletir como os tensionamentos contemporâneos no Brasil têm se relacionado às pessoas LGBTQIA+, principalmente entre embates e disputas de resistências, focalizando nos tempos pandêmicos para notar contrastes nas experiências. Todavia, não tem como falar de quem somos hoje, sem falar de quem fomos, dos nossos passados e das coletividades, por serem temporalidades e vivências entrançadas em composição e desdobramento no agora. Por esse motivo, algumas considerações historicizantes são importantes de serem apresentadas no texto, permitindo, em certa medida, observar as atualizações em nossas histórias coletivas e na construção de novas subjetividades e modos de nos relacionar.

Há um passado recente, que completou 60 anos em 2024, que deve ser resgatado pelos desdobramentos permanentes na história do país e na vida de todas as pessoas, assim como pelas tentativas políticas recentes de autoritarismo e ensaios golpistas que visavam instaurá-lo mais uma vez: o golpe militar que deflagrou a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Naquela época, dentre os objetivos do regime, havia um desejo regulador para restringir os comportamentos, os desejos, as expressões que fossem enquadradas aos imaginários do que se compreendia como homossexualidade. Tanto no âmbito público quanto no privado, empreendia-se uma standardização de moralidades. Nas artes e nos diferentes meios de comunicação, houve restrições, destruição e censuras a todo tipo de material que trouxesse as

sexualidades em voga. Renan Quinalha (2018) recorda que, embora os regimes controladores do que era produzido e circulado estivessem em instalação por mecanismos opressores, a população estava consumindo cada vez mais produções que contivessem imagens pornográficas e sexuais em destaque²⁴. Nesse sentido, o corpo era ora um desejo obstinado dos controles biopolíticos²⁵ em diferentes relações de poder, ora alvo do desejo sexual pelas representações e práticas.

Nessa esteira conservadora e autoritária, os desejos e as práticas que não estivessem em consonância com a cisheteronormatividade eram perseguidos e violentados, com os mais austeros requintes de crueldade. Um exemplo de história de sobrevivência à ditadura civil-militar foi Martinha, que faleceu em 2020 pela covid-19. Ela contou ao *Projeto Colabora* que, por ser uma travesti, foi presa mais de 200 vezes, vivenciou as mais diferentes humilhações e carregava as marcas da violência das torturas policiais em seu próprio corpo (Alves Fernandes, 2018). As cicatrizes na carne eram a inscrição dos abusos e das perseguições que levaram à constituição de memórias do ódio. Martinha e outras pessoas LGBTQIA+ foram violentadas, outras tantas mortas. As experiências e as sociabilidades foram, por vezes, vividas em regimes de guetificação, em que não podiam ser vistas e não tinham a mínima liberdade para expressar os prazeres ou onde a polícia não conseguiria entrar e fazer “batidas”. Em uma ambivalência, as perseguições ocorriam num ritmo acelerado enquanto novas vivências homossexuais apareciam nos espaços urbanos em bares, boates e cinemas (Quinalha, 2018).

Convém aprofundar, com os estudos de Renan Quinalha (2022), que esse regime ditatorial coibiu uma organização mais sólida dos movimentos sociais pela diversidade de gênero e sexualidade²⁶, fato que se transformou no ano de 1978. James Green (2000) recorda que esse ano foi emblemático para uma série de reações contra o regime ditatorial instaurado no Brasil. No mesmo ano de surgimento do jornal *Lampião da Esquina* — periódico que trouxe temas sobre a homossexualidade proibidos para a época e a ditadura —, entre as movimentações que agitavam o Brasil, havia o indício de uma organização pelos direitos

²⁴ Acreditamos que essa tendência da pornografia não aconteça apenas no Brasil. Para exemplificar, Paul Preciado (2020) identificou uma transformação em território estadunidense pós-guerras Fria e Mundial, em que os corpos se tornaram centrais nas práticas de visualidade dos desejos e das sexualidades. Um dos artefatos da heterossexualidade e da constituição de uma subjetividade masculinista foi a *Playboy* com diferentes meios de comunicação, que passaram a moldar outras produções midiáticas ao longo do tempo.

²⁵ Abordaremos esse conceito foucaultiano no próximo capítulo.

²⁶ Como o próprio autor ressalta, organizado não significa conexo, uníssono ou homogêneo, isto é, há interesses e pontos de vista divergentes que compõem os movimentos, levando a proximidades e afastamentos de indivíduos e grupos. Porém, por organizado quer dizer uma tentativa política coesa em torno de propostas e mobilizações coletivas.

homossexuais no país. “Durante o longo verão entre 1978-1979, uma dúzia de estudantes, escriturários, bancários e intelectuais reuniam-se semanalmente em São Paulo” (Green, 2000, p. 273). Em sua maioria homens gays, mas com participação de algumas mulheres lésbicas, constituiu-se o “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual” que, logo em sua estreia, passou por um debate conturbado, levando ao esfacelamento no ano seguinte. Para Renan Quinalha (2022), esse período até a metade dos anos 1980 foi considerado um primeiro ciclo de movimentos sociais cujas agendas ativistas estavam ancoradas em temáticas pela afirmação da homossexualidade e de uma tentativa de combate à ditadura com a finalidade de ter liberdade para os prazeres e os corpos, retirar a homossexualidade do quadro médico de doenças e de ter abordagens respeitadas pelos meios de comunicação.

Os anos 1980 representam uma década de fatos históricos constituintes da história LGBTQIA+ no mundo e, em particular, no Brasil. Se a marginalização era um percalço a ser superado, a próxima dificuldade que se juntaria seria a epidemia de HIV/aids cujo desenvolvimento alterou a sociedade e acentuou a estigmatização contra determinados grupos sociais, atrelando corpos à dimensão de anormalidade e desumanização. Isso levou à elevação dos casos de violências contra pessoas gays, lésbicas, transexuais e travestis, conforme reitera James Green (2000), uma vez que o HIV e a aids eram conectados às representações de promiscuidade (Procópio; Vieira Filho, 2022). Nas matérias jornalísticas, sexualidades dissidentes eram condenadas como um vetor de transmissão por meio de caracterizações como “peste gay” e “câncer gay”, juntamente aos discursos médicos e religiosos que insuflaram a ideia de condenação, castigo e patologização (Quinalha, 2022). Enfrentar esse cenário violento exigiu uma renovação nas ações, o que fez com que os movimentos promovessem formas de acolhimento às pessoas vivendo com HIV e que estavam em condições de vulnerabilidade social, assim como intensificassem agendas direcionadas aos governos para que houvesse tratamento e dignidade. Para Renan Quinalha (2022), esse fenômeno gerou uma ONGuização, que forma o segundo ciclo dos movimentos organizados, a partir de uma reivindicação contínua por direitos e garantias do Estado para atenção à epidemia e de criação de programas de saúde. Porém, as violências não interromperam seus efeitos no cotidiano, como recordamos com a *Operação Tarântula*, empreendida pela violência policial em São Paulo no ano de 1987, cujo objetivo era “limpar” a cidade em uma caça por pessoas transexuais e travestis tidas como o eixo da aids nas lógicas discriminatórias que imperavam no imaginário social.

Na mesma década, a constituição do Grupo Gay da Bahia (GGB)²⁷ teve papel fundamental na retirada da homossexualidade das listas de doenças. João Silvério Trevisan observa que o GGB “[...] começou a liderar, desde 1981, uma campanha nacional para que o Ministério da Saúde não mais adotasse o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, debaixo do qual se incluía o homossexualismo como ‘desvio e transtorno sexual’” (Trevisan, 2018, p. 341). Por meio de um abaixo-assinado, exigia-se também que houvesse criminalização para os atos de discriminação sexual. Os anos 1980 também foram marcados pela redemocratização e a promulgação da Constituição Federal e, por isso, um conjunto de reivindicações ganhou força. Esse terceiro ciclo dos movimentos em prol da diversidade de gênero e sexual no Brasil tinha como característica a demanda pela institucionalização de mecanismos legais para o enfrentamento das violências (Quinalha, 2022).

Um pouco mais adiante, nos anos 1990, com a visibilidade e as organizações dos movimentos, caminhou-se por algumas ações de amplificação e manifestação, como as *Paradas do Orgulho*, realizadas desde 1997. Além dos atos celebrativos, houve uma aproximação com o mercado e pelas lógicas de consumo (Quinalha, 2018). Regina Facchini (2018) explica que, nessa época e nos anos 2000, houve um seguimento pela cidadanização das pessoas LGBTQIA+, fruto das conquistas de visibilidade e dos reconhecimentos, que levou à criação de projetos de lei para tematização das questões de gênero e sexualidade, à candidatura de políticos LGBTQIA+ e ao desenvolvimento de espaços para debates como conferências e conselhos. Como parte desse processo, podemos lembrar da primeira proposição em projeto de lei para o reconhecimento da união civil de casais homoafetivos, em 1995, pela deputada federal Marta Suplicy. Apesar de não ter avançado diante da ausência de suporte, essa pauta se tornou frequente no espaço legislativo. Em 2007, o deputado federal Clodovil Hernandes propôs um projeto de lei para a união contratual de casais homossexuais, que, ao longo dos anos, foi arquivado, recebeu relatorias e modificações (Trevisan, 2018). Nessa trama turbulenta, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como família a união homoafetiva, equiparando-a às uniões heteroafetivas. Porém, o reconhecimento constitucional pelo judiciário não foi suficiente para cessar as investidas de impedimento, como veremos mais adiante. Uma delas foi o parecer escrito pelo deputado federal Pastor Eurico em 2023, no qual defendia a rejeição do projeto de lei supracitado com

²⁷ O site do GGB está disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>. Válido salientar a importância histórica do GGB na consolidação de dados públicos sobre violências LGBTfóbicas com a publicação anual dos relatórios de mortes violentas da população LGBTQIA+ no Brasil, uma vez que há um duplo fator potencialmente prejudicial para a visibilidade do quadro de violências: a subnotificação dos casos e a falta de iniciativas governamentais para mapeamento das violências LGBTfóbicas no Brasil.

base em argumentos que se ligariam a uma pressuposta ontologia humana de relações binárias heterossexuais juntamente a trechos bíblicos e a valores essencialistas (Salgado Rodrigues; Vieira Filho, 2024).

Retomando às *Paradas do Orgulho*, tão importantes para dar ênfase e luz às questões de gênero e sexualidade no debate público, sobretudo pela midiaticização que as engendra, Renan Quinalha (2022, p. 126) caracteriza que, “inspiradas nas marchas do orgulho feitas anualmente em junho para rememorar e celebrar a revolta de Stonewall, aqui no Brasil, elas adquiriram contornos específicos e tons carnavalizados”, sendo que, a cada ano, têm um tema específico para abordagem em diálogo com os contextos e as questões em efervescência na sociedade e na cultura. A maior parada, em termos de abrangência e alcance de participantes, ocorre na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, um dos locais mais conhecidos do país, onde o matiz de cores e brilhos toma conta das vias com shows, performances e celebrações a céu aberto. Esse evento principal tem derivações com paradas ocorrendo em outras capitais e cidades do interior do Brasil. É nos anos 1990 que a Associação de Travestis e Liberados (Astral) foi fundada e, em 1997, consolidou-se como Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), representando um progresso para a criação de campanhas, lutas por direitos humanos e incentivos ao desenvolvimento de articulações pelo país (Quinalha, 2022).

No novo milênio, Renan Quinalha (2022) identifica um quarto ciclo dos movimentos que passam a ter expressividade política e um avanço por tentativas de reconhecimento da cidadania. Em 2004, por exemplo, durante o primeiro governo Lula, criou-se o programa *Brasil Sem Homofobia*²⁸, como recapitula Regina Facchini (2018) que identifica um processo de definição das identidades nesse cenário de visada governamental e, por esse motivo, provocou um despertar dentro do próprio movimento para outras visibilidades. Ademais, a pesquisadora sublinha que as *Paradas do Orgulho* possibilitaram o alcance de uma proeminência à comunidade LGBTQIA+, evidenciando a constituição de uma imagem. Nesse ciclo, cabe ênfase aos processos de elaboração de políticas públicas e, em específico, o poder Judiciário brasileiro na ratificação de direitos. Renan Quinalha (2022) chama atenção para o reconhecimento das uniões homoafetivas, como vimos mais acima. Segundo ele aprofunda, “era a primeira vez que nossa Suprema Corte se debruçava, em profundidade e com efeitos

²⁸ À época, o Ministério da Saúde publicou um documento com objetivos e princípios do programa governamental, bem como ações práticas que seriam procedidas, divididas em 11 eixos norteadores. É válido apreender, conforme o contexto da época, as bases que sustentavam as definições presentes no documento e a sigla GLBT adotada, o modo como as violências eram enquadradas em um guarda-chuva extensivo como homofobia, embora estivessem explicitados os agravantes no país com as violências contra pessoas travestis e transexuais em larga amplitude (Conselho..., 2004).

amplos, sobre o tema da diversidade sexual” (Quinalha, 2022, p. 133). Tratava-se de uma validação do Estado para reafirmar famílias e possibilidades de união afetiva que sempre existiram. Há que se lembrar também de outros direitos protegidos na esfera judiciária:

Nos anos seguintes, viriam decisões do STF sobre adoção por casais homoafetivos (2015), direito à identidade de gênero diretamente nos cartórios, sem necessidade de laudo médico, autorização judicial ou cirurgia de redesignação sexual (2018), criminalização da LGBTfobia (2019), doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (HSH) (2020), constitucionalidade da educação sexual e de gênero nas escolas (2020), bem como o direito à escolha para presas transexuais e travestis em cumprir penas em estabelecimento prisional feminino ou masculino (2021) (Quinalha, 2022, p. 134).

Todavia, o que foi garantido até o momento não é suficiente para coibir avanços de violências, assim como há o estabelecimento de embates com setores da sociedade que visam coibir o alcance dos direitos. As conquistas têm sido reconhecidas pelo judiciário, e não pelo legislativo, visto os movimentos parlamentares que freiam o debate de projetos de lei direcionados para a população LGBTQIA+ e, na retaguarda, provocam a ascensão de práticas discriminatórias. Na segunda década dos anos 2000, retomou-se um projeto já conhecido no país de instauração de pânico morais, provocado por uma série de questões de ordem política. Richard Miskolci (2021) aponta a atuação do STF no reconhecimento das uniões homoafetivas como um dos motivos que levaram às ameaças de Jair Bolsonaro, então deputado federal sem visibilidade midiática e política e, hoje, porta-voz do principal partido político de extrema-direita, com a mentira do “kit gay”. Nessa esfera pública, acirraram-se os ânimos na sociedade com polarizações políticas e divisões entre espectros ideológicos da política, assim como movimentos sociais e acadêmicos passaram a ser assimilados como adversários a serem combatidos. Instaurou-se, nesse imbróglio, que crescia como uma “bola de neve”, o tratamento das questões de gênero como “ideologia”, por meio de mobilizações em torno de moralidades e objetivos eleitorais de alcance do poder político (Miskolci, 2021).

Os sujeitos e as organizações envolvidos na construção de discursos sobre gênero como uma ideologia, que, segundo eles, conseguiria destruir famílias e crianças, se lançaram como o arauto da moralidade, dos bons modos e dos valores que todas as pessoas deveriam seguir e compartilhar. A propósito, são esses mesmos sujeitos que diziam, sem qualquer constrangimento, preferir um filho morto a ter um filho gay ou que ser gay é falta de apanhar na infância²⁹. É nesse contexto que o quinto ciclo dos movimentos LGBTQIA+ se ergue, ou

²⁹ Vide as frases de Jair Bolsonaro: “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele. Tá certo? [...]” [sic], disse à *TV Câmara*, em 25 de novembro de 2010 (Barreto Júnior,

seja, estamos em disputas nas quais as políticas morais de Jair Bolsonaro e aliados adquirem fôlego com as articulações em torno dos direitos sexuais e de desejos fascistas conservadores.

A leitura de Renan Quinalha sobre os efeitos da perversão bolsonarista acende um alerta e uma necessidade de investimentos no contrafluxo para tentar ressignificar corpos, gêneros e desejos que estão sendo cotidianamente atacados sob a mira de operações morais e eminentemente discriminatórias. “A contaminação do debate público sobre gênero e sexualidade por um obscurantismo já produziu consequências ao imaginário brasileiro que dificilmente serão revertidas no curto prazo” (Quinalha, 2022, p. 142), constatação com a qual concordamos sobretudo em razão de um acentuado levante de forças parlamentares continuar minando o espaço público com deturpações, mentiras e ódios direcionados. Em 2023, como já dito, um exemplo que ilustra a intensificação moral foi a Câmara dos Deputados, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), ter aprovado o parecer dado pelo deputado federal Pastor Eurico a um projeto de lei cujas exigências se direcionam a proibição do casamento homoafetivo, bem como tornar qualquer medida semelhante inconstitucional (Salgado Rodrigues; Vieira Filho, 2024). Paralelamente, a perversão constituinte no parlamento tem participações que causam efeitos sociais capazes de minar o debate público e instaurar o ódio, como o deputado federal Nikolas Ferreira, que já usou a tribuna do legislativo para atos transfóbicos. Parece-nos, assim, que os efeitos da ignorância e do ódio, aliado à prevaricação resultante nos ataques aos direitos humanos, se tornam mais ostensivos ao passo que esses atores possuem um movimento articulado e orquestrado por lógicas plataformizadas que permitem uma disseminação comunicacional de amplo alcance, atingindo pessoas desacreditadas na política institucional dos governos de esquerda, que concordam com os ideários conservadores e fascistas e também compactuam com atos de violência ou que não possuem competências para discernir criticamente os conteúdos disseminados nas plataformas digitais.

A eleição de Jair Bolsonaro impulsionou a legitimação da extrema-direita política na constituição da política institucional do país. Outro aspecto importante a ser enfatizado é o processo de naturalização de referências fascistas. Como Odilon Caldeira Neto (2025) explica, há duas vertentes que se complementam na emergência do neofascismo brasileiro: uma ala mais conservadora, cujos discursos se ligam à religião e ao nacionalismo, e outra mais radicalizada, que age por meio de violências. No Brasil, o neofascismo tem como

2022, p. 33); “Prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim vai ter morrido mesmo [...]” [*sic*], disse para a revista *Playboy*, em 16 de junho de 2011 (Barreto Júnior, 2022, p. 35).

característica ser descentralizado, ajustável e instituído por meio de redes alternativas de sociabilidade, com maior ênfase nos espaços digitais. Devemos “[...] confrontar o neofascismo (e suas celebrações de fascismo) como um desafio para o nosso campo de estudo, bem como para a estabilidade democrática de países com um longo histórico de volatilidade, como Brasil (Caldeira Neto, 2025, p. 46, tradução nossa³⁰). Essa luta está envolvida por desafios que se somam à desinformação, às violências tramadas contra grupos minorizados e aos sofrimentos da pandemia de covid-19 cujos problemas se intensificam pelo modo como grupos neofascistas se capilarizam nos espaços digitais.

Não bastou que Jair Bolsonaro estivesse inelegível ou fora do principal cargo político do Brasil para que o bolsonarismo desistisse do tumulto causado nas discussões que permeiam os direitos do corpo e das questões de gênero, perdesse força política na sociedade brasileira ou parasse com as investidas por crises democráticas. Em 2024, ano de eleições municipais para escolha de prefeitos e vereadores, a Câmara dos Deputados colocou em pauta, em regime de urgência, um projeto de lei (1904/2024) sobre criminalização do aborto, em casos já previstos na Constituição, para mulheres cuja gestação ultrapasse 22 semanas. O texto do projeto elaborado pelo deputado federal Sóstenes Cavalcante visa equiparar o aborto legal ao homicídio, punindo mulheres vítimas de violência sexual a escolha entre seguir a gravidez ou serem presas. Como a *Pesquisa Nacional do Aborto 2016* evidencia, essa questão de saúde pública diz respeito, principalmente, a mulheres pretas, pardas e indígenas, com baixa escolaridade e renda, pessoas estas que recorrem a métodos arriscados para interromper a gestação, visto que o Estado não garante atenção à saúde e ao amparo digno a elas (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2017). “As políticas brasileiras, inclusive as de saúde, tratam o aborto sob uma perspectiva religiosa e moral e respondem à questão com a criminalização e a repressão policial” (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2017, p. 659). Isso evidencia as atingidas por esse projeto de lei são mulheres e meninas, vítimas de violências, negras, pobres, que não têm os direitos garantidos e pensados pelo Estado. E, mais uma vez, a eclosão de um debate moral e religioso no campo político cujos objetivos se direcionam ao controle dos corpos das mulheres está atrelado aos interesses de parlamentares e políticos que não estão empenhados em discutir as vidas em vulnerabilidade e a reparação de direitos para elas³¹.

³⁰ No original: “[...] to confront neofascism (and celebrations of fascism) as a challenge for our field of study, as well as for the democratic stability of countries with a long history of volatility, such as Brazil” (Caldeira Neto, 2025, p. 46).

³¹ O Brasil, em 2022, teve o maior número de casos de estupro da história, conforme informações divulgadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Parece-nos que, enquanto sociedade, damos passos para frente e para trás, avançamos e retrocedemos e tudo isso nos impele a continuar em luta. Temos as primeiras parlamentares trans eleitas na Câmara dos Deputados, o que representa uma vitória para a luta por direitos humanos e por pautas que tratam de uma agenda ampla de questões para a população LGBTQIA+. No entanto, em 2023, o Brasil ocupou pela 15.^a vez consecutiva o topo do ranqueamento de mortes de pessoas trans e travestis (Benevides, 2024). Ainda somos o país cuja expectativa de vida para as pessoas trans é de 35 anos, o que indica a ausência de garantias e segurança para a vida. Segundo os dados divulgados pelo GGB, de 1963 até 2023, 7.233 pessoas LGBTQIA+ foram mortas violentamente pelos registros conseguidos nos relatórios, número que pode ser muito maior em razão das subnotificações³². Trata-se também do mesmo país que, a cada ano, aumenta os casos de feminicídio e de violência contra as mulheres, deixando as vítimas à mercê dos riscos e da precariedade.

Figura 3 — Dados sobre violência contra mulher relativos ao ano de 2022



Fonte: reprodução da figura disponível no site do Anuário Brasileiro de Segurança Pública³³.

Corpos LGBTQIA+, que seguem sendo violentados cotidianamente no país, são também os alvos preferenciais para o desejo sexual em espaços escondidos, “no sigilo” e para o *voyeurismo*, ou seja, são vistos com repugnância no espaço público, mas se tornam o fetiche a ser consumido (Vieira Filho; Fonseca, 2022). Um panorama que ilustra esse argumento é a pornografia, na qual o Brasil prevalece com buscas como “*lesbian*” (tradução direta para

³² Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

³³ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

lésbica) na quinta categoria visualizada com mais frequência na plataforma *Pornhub*, assim como “lésbicas”, “lesbian” e “trans” estarem no ranqueamento dos termos mais pesquisados em 2023. Ainda, “*transgender surprise*” (tradução direta para surpresa trans) e “*transgender*” (tradução para transgênero)³⁴ estão presentes nessa escalada de procuras. Se, em tempos ditatoriais, como vimos, as visualidades pornográficas eram mira de controle ao mesmo tempo que eram desejos de consumo da sociedade brasileira, hoje vemos o espraio da plataforma das pornografias, em que os corpos são vistos e controlados para o gozo e a excitação alheia juntamente à constituição de significados generificados e sexualizados que compõem memórias e representações em uma matriz farmacopornográfica (Vieira Filho; Fonseca, 2022).

Alhures, argumentei, junto à pesquisadora Mariana Ramalho Procópio, que, “em contextos modernos, sobretudo com as particularidades que compõem o Brasil, é fundamental ter ciência das lógicas conservadoras e morais que se despontam politicamente em nossos cotidianos” (Vieira Filho; Procópio, 2023, p. 260). Naquele momento, estávamos impulsionados por dois acontecimentos simbólicos significativos para a luta e os movimentos LGBTQIA+ nas artes: em 2017, o fechamento da exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* e, em 2022, a demolição da casa de Caio Fernando Abreu em Porto Alegre. Ambos representam esforços políticos de apagamento de memórias e impedimentos de aparição pública. Esses acontecimentos representam rupturas cujos objetivos se direcionam para além da docilização dos corpos LGBTQIA+ — ação das relações de poder identificadas por Michel Foucault (2023), esmiuçada no próximo capítulo —, mas para submetê-los aos sistemas coloniais e de subalternidade, a partir de pretextos relacionados à manutenção de um padrão normativo e patriarcal de família, uma presunção de moralidade e de alcance à inocência das infâncias. Esse período histórico brasileiro é engolido pelas ondas conservadoras que nos direcionam aos passados que ainda latejam nas feridas coloniais do Brasil com violências e desrespeito aos direitos humanos (Vieira Filho; Procópio, 2023).

Chegar até aqui é perceber que a nossa história é feita de muito sangue, de muitas mortes, de muitas violências e dores coletivas que, ao invés de serem coibidas, permanecem largamente incentivadas no campo político-legislativo com tentativas espúrias de fortificar conservadorismos, maldades e ódios em nome de um deus, de uma suposta padronização

³⁴ Informações divulgadas no relatório anual da plataforma *Pornhub*. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2023-year-in-review>. Acesso em: 21 jun. 2024.

cisheterossexual de família, de uma ideia de nacionalismo ou de uma moral fajuta. Lemas neofascistas como “deus, pátria, família e liberdade” são enunciados por sujeitos e partidos de extrema-direita política como alcunha polarizadora de desejos antidemocráticos e mote para alimentar violações de direitos e legitimar práticas violentas (Caldeira Neto, 2025). Os incentivos também são propostos por discursos de igrejas e líderes religiosos, em razão da centralidade cristã na constituição da história do país, como realizado por André Valadão, pastor brasileiro que sugeriu aos evangélicos durante um culto em Orlando, nos Estados Unidos, que matassem pessoas LGBTQIA+, afirmando que deus teria deixado esse “trabalho sujo” para eles (César, 2023). Ser LGBTQIA+ no Brasil é estar sob o fio da navalha que nos retalha pelo medo, pela morte, pela violência, que deixa cicatrizes na carne e na alma, que tenta controlar nossos movimentos e passos, que nos faz ser mais um corpo nas estatísticas. Ter dados oficiais e estatísticas são essenciais para dar dimensão dos quadros de violências e sinalizar a urgência por políticas públicas, porém, fundamental reiterar, não são números sem contexto, são pessoas, gente em vulnerabilidade, que não é vista como gente, e não apenas cifras somadas diante das quais não se estabelecem ações do Estado para solucionar os problemas sociais.

Figura 4 — Dados sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ no ano de 2022



Fonte: reprodução da figura disponível no site do Atlas da Violência 2024³⁵.

Enquanto movimentos organizados, há desafios e estratégias que precisam ser consideradas norteadoras para os caminhos que construímos coletivamente. Renan Quinalha (2022) lista 11 pontos de atenção, sem qualquer tentativa prescritiva, para esse contexto contemporâneo da comunidade LGBTQIA+: a importância do estabelecimento de combates persistentes contra as opressões governamentais, com discursos abertamente contrários aos regimes autoritários; os cuidados com a sedução do capitalismo e o *pink money*³⁶, visto que

³⁵ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

³⁶ Apreendemos que *pink money*, traduzido literalmente como *dinheiro rosa* para se referir ao poder aquisitivo e econômico de uma parcela das pessoas LGBTQIA+, tem duas visadas opostas. Uma diz respeito à apropriação do mercado e dos setores econômicos desejantes por ganhar esse dinheiro, levando a um falso reconhecimento das dissidências de gênero e sexual somente pelo interesse em atrair um público e lucrar — notório principalmente nos meses de junho com as campanhas publicitárias destinadas ao Mês do Orgulho; e outra se refere à visada do próprio mercado que segue por um entendimento de segmentação para abraçar causas, interligando-se a outras e gerando denominações como *green money* e *black money*, com vistas a estabelecer uma imagem de diversidade por meio de discursos. As lógicas capitalistas se interessam pelo consumo e, como veremos com as histórias das *queerentenas*, durante a covid-19, a vulnerabilidade econômica se intensificou e

um segmento privilegiado da comunidade LGBTQIA+ continuará com destaque pelo seu elevado poder aquisitivo, enquanto outras partes permanecerão em vulnerabilidade socioeconômica, sem direitos garantidos, além de outras frentes políticas se manterem em latência; o homonacionalismo e da homonormatividade como perspectivas críticas para apreender as conquistas civis e as ações do mercado; a necessidade de uma integração entre/com as esquerdas políticas e uma abertura aos diálogos; a saída das circunscrições do identitarismo e a mobilização dos sentidos políticos das identidades, trazendo a alteridade como força na construção de alianças; uma incorporação das demandas de marcadores sociais da diferença por meio de uma articulação interseccional que possibilite escutas e atenção, minimizando quem é excluído do debate; a necessidade de um compromisso por representatividade e, ao mesmo tempo, a coibição de práticas superficiais de inclusão tal como o chamado *tokenismo*; uma ponderação com as práticas de judicialização ao passo que os direitos devam ser desenvolvidos na esfera judicial menos agarrados às identidades, e sim às possibilidades de liberdade e relações; uma atenção especial às apreensões equivocadas e deturpadas sobre lugar de fala, visto que, como conceito emergente no pensamento feminista negro, refere-se ao reconhecimento de onde se enuncia, suas possibilidades e limitações, oportunizando uma escuta atenta e situada que não deve criar outras hierarquizações; o estabelecimento de militâncias que se atentem aos discursos, enunciando-os de diferentes maneiras para atingir públicos distintos e estabelecer pontes de diálogos; a preservação das memórias e a criação de lugares para seu resgate e ressignificação (Quinalha, 2022). A partir dessa listagem, queremos aprofundar quatro pontos trazidos pelo pesquisador, que nos confrontam como desafios nesta investigação.

Um deles se refere ao *identitarismo* a partir do qual apontamos algumas balizas de compreensão. Fechar as identidades como *loci* estáveis que funcionam como um carimbo para marcar pessoas e, assim, distribuí-las em encaixotamentos representa um risco à medida que reforça graduações de indivíduos na matriz social e prejudica o avanço das políticas identitárias ao reiterar dicotomias e diferenciações. Mesmo que essa perspectiva seja considerada datada e, com os movimentos sociais, já tenhamos avançado consideravelmente nas reflexões das identidades por uma perspectiva interseccional, atualmente, há discursos que se voltam ao reforço e fechamento de significações em torno das identidades, para estabilizá-las e determinar quem pertence ou não pertence. Por outro lado, parece-nos que,

não houve ações organizacionais direcionadas a população LGBTQIA+, exceto quando convém incluir essa parcela consumidora.

situados no Brasil, as identidades possuem um acentuado sentido social-político na constituição de si para (re)afirmar um lugar de pertencimento e de ancoragem individual e, também, na composição de grupos e possíveis alianças, que se unem por meio de elementos comuns das diferenças que compartilham. Ademais, por vezes, a apreensão da identidade pode adquirir contornos de uma dimensão essencializante, ou seja, não como um constructo transitório e conflitante e de múltiplas expressões, e sim como uma forma de dizer quem sou e que me torna autêntico e único, que pertence a mim e está inata em quem sou — entendimentos que levam aos problemas das cristalizações e vestem as identidades de uma áurea de corporificação. Apostamos que as identidades são estruturais para o entendimento de si e também atuam como processos simbólicos capazes de significar as vivências, não tendo como ser e sequer há razão para serem abandonadas, porém, elas não devem ser tidas como um fim em si mesmas ou tudo que possa totalizar alguém, nem mesmo como uma forma delimitada para encaixes. Conforme Renan Quinalha (2022) considera, as identidades devem ser pontos de partida e acreditamos, portanto, em miradas menos impositivas dos significados atribuídos a elas, abrindo uma gama de entradas e práticas possíveis de serem empreendidas e atualizadas.

Ao esmiuçarmos um pouco a dimensão das identidades, somos levados ao segundo ponto, a *interseccionalidade*, uma vez que os marcadores sociais das diferenças chamam atenção para aspectos relacionais em atualização e processualidade. A leitura historicizante do fenômeno desenvolvida por Carlos Henning (2015) revela uma dimensão contextual que não pode ser apagada das emergências da interseccionalidade no que diz respeito à origem da tematização que se deu com os movimentos feministas negros e lésbicos, tanto no campo intelectual acadêmico quanto no ativismo, dos anos 1970 em territórios do norte global, levando a modos de apreensão distintos sobre entrecruzamentos nas experiências. Kimberlé Crenshaw é considerada a expoente na abordagem da interseccionalidade ao trabalhar os contextos de lutas e de dominação do racismo, sexismo e explorações, denotando entendimentos das diferenças em interação. Nessa toada, Carla Akotirene (2023) explica que a interseccionalidade evidencia a interconexão entre estruturas de poder do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, permitindo o desenvolvimento de uma chave conceitual e metodológica. A pesquisadora destaca que “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (Akotirene, 2023, p. 24), tendo em vista as lutas, as heranças e os passados para nomeação das violências contínuas que interagem a partir dos marcadores sociais de raça, classe e gênero.

Carlos Henning (2015) chega à compreensão de que uma análise da interseccionalidade deve se “[...] atentar para o entrelaçamento daqueles [marcadores sociais das diferenças] que se mostram relevantes contextualmente, ou seja, partindo de análises atentas às *diferenças que fazem diferença* em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos” (Henning, 2015, p. 111, grifo do autor). Nesse sentido, a partir da articulação teórico-conceitual de diferentes pesquisadoras, Carlos Henning (2015) sublinha que a diferença, por vezes, tende a ser associada como desigualdade e repressão³⁷ ou também em uma relação de sinonímia com diversidade — dualidade que, em certa medida, tende a ser redutora.

A proposta crítica do autor caminha para um entendimento da interseccionalidade que nos parece potente tanto para pensar os indivíduos e a comunidade LGBTQIA+ e seus desafios contemporâneos quanto para a proposta de leitura das *queerentenas* que almejamos nesta tese. Trata-se de uma concatenação que visa uma relatividade dos entrelaçamentos de marcadores identitários (de raça, gênero, sexualidade, classe social, idade...) e dos modos como interagem entre si, superando uma interpretação de somativos de opressões para que seja um caminho de estratégias, articulações de resistências, insubmissão frente às injustiças, ou seja,

ao mesmo tempo em que a noção de interseccionalidade abre um relevante espaço para análise de contextos específicos de construção de diferenciações e de desigualdades sociais, ela pode também proporcionar uma contrapartida em termos de um potencial para analisar e por em relevo as ferramentas agenciais para ‘desfazer’, ‘desmontar’ e ‘desconstruir’ possíveis desigualdades. Essa atenção, consequentemente, auxiliaria a evitar o risco de uma reificação da ‘produção’ e ‘construção’ da diferença, vista como sinônimo de desigualdade, e a frisar a potencialidade ‘igualitarista’ que o conceito pode prover em termos de práticas sociais no campo de distintas formas de *agência interseccional* (Henning, 2015, p. 118, grifos do autor).

Essa agência interseccional está em diálogo com o sentido político observado por Renan Quinalha (2022) sobre a sensibilidade necessária nas lutas, uma vez que essa vastidão de experiências pode se agrupar em formas de aliança. Diante dessas considerações, somos levados ao terceiro ponto, o *lugar de fala*, por vezes, entendido em dimensões limitantes para os diálogos, principalmente em contextos como o brasileiro permeado por polarizações. Para algumas teorias, como Richard Miskolci (2021) argumenta, essa seria uma noção que apenas

³⁷ Inevitavelmente, diante da conjuntura descrita nesta seção sobre ser LGBTQIA+ no Brasil, não há como separar diferenças e lógicas de desigualdades, opressões e diminuições dos sujeitos. A diferença nesse contexto ainda é colocada em inferioridade e como alvo de repressões nas instituições e nos empreendimentos culturais.

serviria como uma arma retórica e não se sustentaria na produção de conhecimento e na realidade. Não concordamos com essa compreensão, visto que, por meio da perspectiva feminista, essa noção se direciona para desestabilizar representações que se centram historicamente a partir das enunciações e dos poderes conferidos aos considerados “universais”, que retiram as apreensões de diferentes sujeitos de cena, apagando suas visões de mundo e afastando-os cada vez mais para as margens. Em uma cultura eminentemente racista, LGBTfóbica e misógina, quem teve a possibilidade de dizer por si e pelos outros? Segundo Djamila Ribeiro (2017, p. 49-50), “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta”. Sendo assim, entendemos o lugar de fala como um despertar de consciências, diferente de imposições, e sim contrafluxos que conseguem alterar hegemonias, evidenciando referências e perspectivas que precisa, de modo urgente, serem trazidas à luz. É por essa conceitualização que queremos seguir nesta tese, entendendo como um falar *com*, um diálogo de múltiplas vozes e olhares, e não *por*, desafio que assumimos ao tentar, por meio de um desenho metodológico articulado para trabalhar com indícios emergentes de narrativas de vidas, articular as escritas das pessoas em *queerentenas* às discussões teóricas, conceituais e políticas.

O quarto ponto diz respeito à memória³⁸ e sua importância para sujeitos historicamente subalternizados poderem resgatar a si e as coletividades, assim como ressignificar passados construídos por óticas que não são próprias. Mas, como já dito por Renan Quinalha e Symmy Larrat (2023) durante a consolidação do GT de memórias LGBTQIA+ proposto no contexto governamental atual, a expropriação dos indivíduos de suas memórias consiste em uma das principais ações para extermínio da visibilidade. Sabemos que ter uma memória coletiva e institucionalizada configura poder e, na cultura contemporânea, é crucial para preservar e dar visibilidade às histórias, lutas e conquistas de grupos em vulnerabilidade, evitando que sejam apagadas ou silenciadas. Ela permite atualizar significados, fortalecer identidades e resistir às pressões conservadoras, contribuindo para a diversidade e inclusão na sociedade e promovendo a transformação e a conscientização sobre questões de gênero e sexualidade (Vieira Filho; Procópio, 2023).

Todavia, os desafios na construção de espaços de memórias LGBTQIA+ vivos e abertos incluem a resistência conservadora que busca silenciar e apagar essas narrativas, a falta de reconhecimento e valorização dessas memórias na sociedade e a necessidade de

³⁸ Perscrutamos a memória como conceito no capítulo 4.

combater a cisheteronormatividade que limita a visibilidade e aceitação dessas experiências. Além disso, é preciso superar a falta de recursos e apoio institucional para promoção e manutenção desses espaços de forma contínua e significativa (Vieira Filho; Procópio, 2023).

2.3 Apresentação e autoidentificação das pessoas *queer*ntenadas

Antes de um primeiro passeio pelas narrativas de vidas LGBTQIA+ escritas durante a pandemia de covid-19, é necessário chegar mais perto das pessoas que escreveram, como cada uma se identifica e o que deseja evidenciar sobre si nesta assembleia. O propósito desta seção não é catalogar as pessoas ou promover qualquer procedimento de recenseamento, com vistas a alcançar uma estatística ou média conforme os marcadores sociais das diferenças — orientação sexual, identidade e expressão de gênero, raça, idade etc. —, tampouco heteroidentificar cada uma que escreveu sua história a partir do ponto de vista de onde estamos lendo. Trazer essas demarcações se torna importante por não quisermos uma perspectiva quantitativa que, em alguma medida, reduza as singularidades aos agrupamentos numéricos. Não se trata, portanto, de uma tentativa de homogeneização como se as identidades pudessem ser consideradas guarda-chuvas estanques e precisos que conseguem circunscrever indivíduos em grupos totalitários. Por outro lado, temos que saber quem são essas pessoas para não haver descontextualizações e compreensões que possam contribuir com invisibilidades, dando uma personalização ao que é trazido para essa trama textual.

Por esse motivo, partimos das autoidentificações contidas nas notas de rodapé de cada uma das histórias, salientando que outras identificações podem emergir durante os processos de escritura e vão incorporando mais dimensões de caracterização e expressão de si. Outra baliza se refere ao marco temporal de quando as histórias foram escritas e reunidas em livro, ponderação válida em razão de as identidades serem transitórias, ou seja, elas têm um caráter de efemeridade, o que nos suscita a considerar que uma pessoa pode ter atribuído uma identificação para si naquele momento por diversos motivos pessoais e sociais, mas que, hoje, pode não se identificar mais assim. Queremos, por meio desse movimento, situar que essa assembleia possui um fluxo, mas que, naquele período sócio-histórico, demarcações foram realizadas para situar quem eram esses corpos e como eles se autoidentificavam na submissão dos textos.

Ainda vale observar as orientações presentes no edital de seleção do NUH/UFGM, que foi divulgado com submissões entre 16 de abril e 15 de junho de 2020 por meio do site

institucional do núcleo, da UFMG e em outros espaços como as redes sociais digitais³⁹. Quem submetesse um texto via e-mail deveria enviar um documento complementar com dados referentes ao nome ou ao pseudônimo a ser adotado, à autoidentificação que expressasse gênero, sexualidade, raça ou demais combinações, assim como idade, cidade e estado, e-mail e telefone para contato. Segundo o edital⁴⁰, a proposta estava aberta à participação de pessoas LGBTQIA+, comunidade fetichistas, poliafetivas ou qualquer pessoa que se interessasse pela narrativa em tempos pandêmicos, mesmo que não se identificasse nos grupos anteriores ou não se compreendesse nas dissidências de gênero e sexualidade. Não era necessário atender a essas solicitações para que houvesse o aceite do texto, o que resultou em escritas com as mais diferentes formas de se autoidentificar ou, até mesmo, não se identificar, como fez *sem nome nem pseudônimo* cuja identificação se resume à frase: “que importa quem disse, alguém disse” (2020, p. 133), o que nos remete mais a importância do registro neste contexto do que quem o elaborou.

Com essa abertura, encontramos textos assinados por duas pessoas heterossexuais, sendo uma delas descrita como aliada LGBTQIA+ e outra como coautora de um dos textos, sendo esta conduzida por uma dimensão das afetações a partir de provocações das singularidades e coletividades. De modo geral, a maioria das pessoas apresentou elementos de qualificação relacionados à idade e à geolocalização, que somos levados a crer que a prevalência se deu pela explicitação presente no edital. Com idades entre 19 a 58 anos, a faixa etária predominante se concentrou entre 20 a 29 anos, evidenciando pessoas adultas que destacaram receios com o período pandêmico, principalmente relacionados às condições e (im)possibilidades de trabalho formal e também da realização dos estudos. Curioso apontar que não houve (explicitado nas autoidentificações) pessoas idosas participando dessa assembleia, o que nos parece ser um dos fatores limitadores procedentes das articulações on-line efetuadas pelos idealizadores do projeto para as submissões. De tal maneira, só foi possível participar quem teve acesso à internet para efetuar o processo de submissão que

³⁹ Informações resgatadas no site do NUH/UFMG, a partir do repositório *WebArchive*, e no site da universidade. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200629211508/http://www.fafich.ufmg.br/nuh/2020/04/16/historias-da-queerente-na-selecao-de-testemunhos-vivencias-ou-reflexoes-sobre-pandemia-do-coronavirus/> e <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/edital-historias-da-queerentena-tem-inscricoes-abertas-ate-15-de-junho>. Acesso em: 20 jul. 2025.

⁴⁰ Edital recuperado do repositório *WebArchive*: <https://web.archive.org/web/20210909005858/https://doc-00-70-docs.googleusercontent.com/docs/securesc/0n92nc5istmfbgon20on4rd9ct0vm8cl/gmkgbp2ch3lie9ae8lc6abescusua1k4/1631149125000/18143512474588384532/12059804595877199858Z/14xLrTMkkzGV6-hFvDV-cKZBy-LutlsvY?e=download>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ocorreu por e-mail, o que reduziu o alcance a grupos cujos usos dos meios de comunicação são limitados por desigualdades sociais.

Em relação às geolocalizações, as autoras e os autores estavam espalhadas e espalhados por quatro das cinco regiões brasileiras, e duas pessoas estavam fora do país (uma em Kansas City, nos Estados Unidos, e outra em Buenos Aires, na Argentina). Não localizamos nortistas e a maioria era pertencente à região sudeste, sobretudo mineiras e mineiros que moravam na capital. Embora o norte seja a maior região em extensão territorial do país e a menor em número populacional, não ter pessoas dessa parte geográfica representa a diminuição de olhares situados para uma das partes do país que mais esteve imersa em questões de calamidade pública durante o governo de Jair Bolsonaro e na covid-19⁴¹. A indicação geográfica se articula aos relatos e traz evidências sobre diferentes condições socioeconômicas das cidades em tensionamento às afetações sentidas na própria vida e no cotidiano. Por outras palavras, estar em uma capital tem implicações distintas de se morar em regiões interioranas, por exemplo, desde acesso a serviços essenciais e amparos governamentais em uma emergência sanitária até mesmo nos modos de se relacionar com outras pessoas, as condições de interação e de sociabilidade.

De modo geral, notamos que as pessoas optaram por se identificarem mais com as marcações das orientações sexuais do que com as expressões de gênero. Assim, houve quem disse ser uma pessoa bissexual, bicha/bixa, sapatão, gay, pansexual, lésbica, homossexual, pansexual, viado, poc, entre outras identidades sexuais e modos de se autodefinir em ebulição nas notas de rodapé. Nessa trama, houve a marcação de identidades de gênero como pessoas trans, travestis, *queer*, cis, boyceta, não binárias e fluídas de gênero. Todavia, nas histórias, levantaram-se com mais ênfase percepções sobre as categorias de gênero e como elas se entrelaçaram aos contextos vivenciados nas relações cotidianas de cada pessoa.

Em menor medida, havia pessoas que se autoidentificaram com marcações em torno do estado civil, da profissão, da etnia, das deficiências, das situações socioeconômicas. As profissões, em específico, denotaram para trabalhos que exigem a formação em ensino superior como psicólogo e advogado, que, por sua vez, traziam condições de conforto e

⁴¹ O estado do Amazonas foi um dos mais impactados pela pandemia de covid-19. Em 2020, a realização de enterros das vítimas era feita em valas coletivas e, com o aumento das mortes, os corpos eram armazenados em câmaras frigoríficas até que fosse possível realizar o sepultamento (Média..., 2020). As imagens que circulavam pelas mídias mostravam a desumanização com o impedimento de cerimônias para o luto e o uso de tratores para jogar terra sobre as covas. No ano seguinte, a ausência de oxigênio para pacientes com covid-19 intensificou a situação de precariedade, levando à morte de pessoas pela falta de ar. Outro aspecto presente da região foi o descaso com os povos originários, como a situação de calamidade vivida pelos povos originários Yanomami que enfrentaram fome, subnutrição e avanço de doenças.

privilégio. Havia quem acentuou ser pobre porque é um fator socioeconômico que desencadeia enredamentos diretos para a sobrevivência; havia também quem disse ser “positiva” e acentuou como as vivências com o vírus HIV articulam-se a modos de vida atravessados por passados estigmatizantes; ou ainda trouxeram a formação acadêmica para dizer quais eram os impactos das atividades universitárias sobre quem se era naquele momento. Outras se autoidentificaram por meio de um fazer poético que evidencia uma perspectiva singular para a própria vida.

Cada pessoa trouxe um modo de se autoidentificar, colocando em primeiro plano as identidades que eram mais necessárias para si e que co-constituíam o seu viver no mundo naquele momento. Nesse sentido, consideramos dois pontos importantes a serem aprofundados. Por mais que estejamos sob um guarda-chuva (*queerentena*) que tenta juntar os gêneros e as sexualidades, não existe homogeneidade entre os indivíduos e as vivências, o que torna essa assembleia mais complexa do que simplificada. Uma aproximação desatenta pode levar a entender que o termo *queerentena* ou a sigla LGBTQIA+ sejam suficientes para estabilizar as identidades e tê-las em um quadro hermético de apreensão. Essa mesma perspectiva costuma ocorrer com as leituras dos movimentos organizados LGBTQIA+. Conforme Renan Quinalha (2022) explica, o fato de sermos parte de empreendimentos normativos que nos incluem no polo da outridade das normas, pode gerar visadas abreviativas e reduzidas. Por isso, o argumento do pesquisador reitera que os “marcadores sociais de diferença como classe, raça, território, idade, gênero, ideologias atravessam esses corpos, forjando sujeitos com visões diferentes em torno das suas próprias identidades e posições no mundo” (Quinalha, 2022, p. 109-110). Portanto, acreditamos que, com essa inerente pluralidade, as identidades ganham força na centralidade de marcações de si e para contato com as outras pessoas.

Guacira Louro (2019) explica que, em uma cultura balizada por referências e referenciais instituídos por homens cisgêneros, heterossexuais, brancos, ligados ao cristianismo e com poder econômico, esses sujeitos tendem a ser considerados centrais e não determinados pelas normas, ou seja, eles não precisam de nomeações ou de definições pelo poder exercido socialmente. Consequentemente, quem se destoa de algum dos enquadramentos mencionados será considerado o “outro”, o oposto e, então, classificado, demarcado e significado. As identidades operam nesse jogo das representações com um sentido político por investirem significados às experiências (Louro, 2019).

Esse aprofundamento nos leva ao segundo ponto que traz o imbróglio das tensões entre identidades e estudos *queer*, o qual pontuamos anteriormente e seguiremos explorando no capítulo 3. Desde já, é possível que interpretações respaldadas em conceitualizações *queer* entendam as identidades como construtos determinantes cujos significados minimizem as experiências dos sujeitos com os enquadramentos. Porém, tomamos as identidades por uma perspectiva *queer* que as entende diferente de um fechamento às identidades, mas, sim, como um meio pelo qual pessoas podem ter um reconhecimento e visibilidade, gerando certas relações e pertencimentos. O confronto é com a proposição de identidade inata, assim como criticar os binarismos.

Para Luísa Amaral (2024), a teoria *queer* não critica apenas as divisões binárias de gênero e sexualidade, mas, desde suas proposições iniciais, “[...] também elaborou críticas a binários como natureza-cultura, civilizado-primitivo e humano-animal, dentre outros” (Amaral, 2024, p. 7). Trata-se de entender as identidades como construções e, por essa razão, entender os processos que as fortalecem e definem normas ao mesmo tempo que possuem contradições, brechas e dúvidas. Como avança Luisa Amaral (2024) nas leituras *queer*, a ideia de sujeito *queer* não é marcada por uma dimensão ontológica, ou seja, algo da essência do ser, ao contrário, é uma processualidade instável com múltiplas subjetividades.

Na mesma medida, é importante ter atenção às interseccionalidades como atravessamentos e articulações dos marcadores sociais sobre os corpos cujas implicações permitem (ou não) modos de viver e estar durante a (e antes e depois da) pandemia de covid-19. Como apresentamos, na toada de Carlos Henning (2015), é ter atenção aos entrelaçamentos dos marcadores sociais das diferenças e suas interações, o que se difere de uma visada de sobreposição ou um ranqueamento que objetifica pessoas em uma escala de importância. Trata-se de entender a interseccionalidade nas *queerentenas* como uma perspectiva estratégica e insubmissa capaz de desenvolver as subjetividades e expandir os apontamentos de resistências no mundo em pandemia. Com isso, parece-nos possível uma articulação conceitual junto à teoria *queer* no sentido de “‘desfazer’, ‘desmontar’ e ‘desconstruir’” desrespeitos, injustiças e arbitrariedades — verbos trazidos por Carlos Henning (2015, p. 118).

Logo, por essas autoidentificações apresentadas aqui, notamos que as identidades assumem centralidade para um processo de se identificar, de estabelecer vínculos e localizar perspectivas, as quais, por vezes, vestem as pessoas *queerentenas* durante as narrativas. A

seguir, um primeiro contato com as histórias é feito como um passeio, puxando fios e costurando-os junto às tramas em tessitura.

2.4 Afetações e contatos com as narrativas de vidas LGBTQIA+ durante a covid-19⁴²

Dia 81 — 7 de junho
[oitentena]
Entre hashtags, arrobas e avatares
Mais uma chuva que não molha meus pés
Mãos limpas, mas secas de tanto gel e vazio
Panos cobrem sorrisos que nunca vi
E outros que nem me lembro
Risco cada sol que nasce
Pra não me perder nas luas
De paciência em paciência
40 se tornam 80
Valécio Bruno — *Um diário não diário*

Entre escritas e reescritas, leituras e releituras, rascunhos e rasuras, pausas e recomeços, tento arranjar um caminho para apresentar as *queerentenas* narradas em primeira pessoa. Não quero buscar um ordenamento ou uma coerência entre textos tão diversos desta antologia, mas fazer um passeio que consiga compartilhar experiências de corpos em isolamento. Também não tomo as palavras desta assembleia como minhas, mas busco estabelecer uma tentativa de diálogo *com* aquelas e aqueles que desafiavam as palavras para encontrar uma coerência em meio ao caos, ou talvez criar incoerências para evidenciar a falta de lógica de um mundo binário. Por isso, optei por citar trechos das histórias, mesmo que a reprodução *ipsis litteris* torne a leitura enfadonha ou pausada com as referências. Dialogar com quem nunca tive a oportunidade de estar junto presencialmente é desafiador, traz a sensação de um monólogo no qual minha interação é diretamente com o papel e tudo que está registrado nele. É como um exercício diário do pesquisador que estabelece diálogos com pensamentos de outras e outros intelectuais com quem não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas só com o que escreveram. Não tem cor, nem cheiro, não tem rosto em um sentido físico, tampouco vejo uma reação, mas sinto as provocações de cada uma e cada um, me desordena e altera a rota pré-planejada para essa seção. Talvez isso seja uma coisa *queer*, um escape às palavras e aos movimentos, a inversão pretendida das *queerentenas*. Compreendo que possa ser uma “escrileitura de mundo”, como mobiliza Fernando Pocahy

⁴² Salientamos que todas as narrativas de vidas mobilizadas nesta tese foram reproduzidas tal como foram escritas e publicadas. Logo, erros gramaticais ou fuga às regras gramaticais, como frases iniciadas com letras minúsculas, neologismos, marcas de oralidade etc., foram mantidas como tentativa de não alterar os sentidos propostos pelas autoras e pelos autores.

(2016, p. 209), cuja aposta é no deslocamento pela insubordinação e nas experiências como capazes de unir as subjetividades como uma micropolítica.

Parece-me que revisitar esses escritos é como lembrar dos intermináveis dias do isolamento da pandemia, que deixavam a sensação de viver um dia atrás do outro, com o tempo passando, mas sem perceber os movimentos dos ponteiros do relógio, apenas sentindo o fardo do afastamento em si. Se era segunda ou sexta-feira, não fazia diferença. Estávamos nos acostumando com números que só cresciam e perdiam a dimensão do que representavam, com a carência da proximidade física, com a repetição dos cuidados, com a vida mediada por telas. Parecia uma percepção comum de que reproduzíamos as mesmas ações diariamente, pensando em como escapar do vírus invisível aos olhos e do vírus visível do negacionismo. Fazer esse movimento de leitura e envolvimento com as *queerentenas* é, assim, retornar para um lugar que não queremos viver de novo, mas que mantém a impressão de que estamos permanentemente presos aos isolamentos, desde que o amargor dos discursos normativos nos interpela a ser de um jeito, e não de outro.

Entre tantos caminhos que poderia escolher para abrir esse passeio pelas histórias *queerentenas*, estou diante de muitas perguntas que se despontam e que me interpelam (e a todas e todos que se aproximam da assembleia) sobre a pandemia de covid-19. Menos do que respondê-las, cada pessoa se autoquestiona, questiona o mundo e lança suas inquietações. Também não é o meu propósito neste texto respondê-las ou criar uma estrutura hermenêutica, o que criaria uma falsa ilusão de controle sobre o incontrollável, mas tê-las como um horizonte de dimensões contextuais do isolamento da pandemia e das vidas. Nesse sentido, ao narrar a própria vida, percebendo questões que embaralham as condições de viver na sociedade, surgem muitas perguntas em cada escritora e escritor, que afloram em nós e potencializam a assembleia, que resgatam dimensões entranhadas no que vivemos, que sugerem o estranhamento não apenas de uma pandemia, mas de uma cultura e suas estruturas sufocantes para quem somos.

Logo nas primeiras páginas do livro, surge a pergunta que nos dá uma pancada: “Meu Deus, será que eu finalmente vou morrer?” (Nicolau, 2020, p. 23). É como um soco no estômago, inesperada, dolorida e toca em algum lugar, infelizmente, comum para muitas e muitos de nós. Para mim, naquela mesma época e sem conhecer A. C. Nicolau ou qualquer outra pessoa dessa assembleia, questionava-me se era isso que aconteceria comigo. O advérbio “finalmente” evidencia aquilo que parecia ser a última alternativa ou a luz no fim do túnel. Viver em um limiar de dores e violências é tão difícil que uma maneira de findar o

sofrimento pode ser o desejo instantâneo de não enfrentar mais tais condições. Talvez não seja o desejo imediato pela morte, mas pelo encerramento do sofrimento. Mas esse desejo não vem possivelmente da própria pessoa, mas de tudo ao seu redor que tenta apagá-la, enfraquecê-la e diminuí-la constantemente. Sinto que a vida vai se esvaindo em cada violência, pelos abusos, pelas coerções e advertências, pelas impossibilidades de sentir o próprio corpo. Ao mesmo tempo, as doses diárias de violência fazem com que a dor seja tamanha a ponto de anestesiá-lo o corpo.

Entre as dezenas de perguntas que emergem nos relatos biográficos, algumas tocam na forma como entendemos o que está ao nosso redor. Ao submeter uma pergunta, a resposta que pode emergir no contato com a leitura não mudará as experiências daquela vida, mas pode desmascarar os privilégios forjados nos binarismos, evidenciar o lugar de onde miramos e falamos, pôr em evidência a necessidade de reconhecimento da alteridade. Júlia Marques Preto disse: “já me sentia numa pandemia diferente antes disso tudo acontecer, sabia?” (2020, p. 93). Atrevo-me, diante dessa pergunta retórica, a dizer que sabia, porque me reconhecia nessas palavras, assim como outras *queerenteadas* e outros *queerenteados* que expuseram a mesma sensação de viver entre isolamentos. Antes de nascermos, os enclausuramentos começam a ser colocados para seguirmos uma rota. Já nos explicou Guacira Louro (2020) que a viagem da vida tem direções pré-estabelecidas que tentam nos obrigar a seguir correspondências, mas o imprevisível é parte do percurso com as chegadas e partidas, com os encontros e desencontros, com os atalhos que buscamos para respirar. A busca por um caminho fora do “ideal” pretende encurtar a dor e encontrar a liberdade de forma mais rápida e insubordinada.

A pandemia de covid-19, para além das questões sanitárias, descortinou zonas de precariedade que experienciamos no desvio normativo, seja a falta de liberdade para se expressar publicamente ou pelo medo que parece habitar dentro do nosso corpo.

Essa falta de liberdade já me é antiga, estava ao meu redor antes da quarentena, o medo, a delicadeza no falar, a máscara diária, que não era essa física, de tecido que todo mundo vê, mas uma máscara que me escondia, que me tirava essas tantas cores arco-íris, que me sufocava, e não era só pela falta de ar (Preto, 2020, p. 93).

As cores e as luzes se apagaram e tornaram tudo acinzentado. O refúgio que poderia ser a casa, onde seria o espaço para recarregar e recomeçar, fingia uma pretensa segurança, mas apenas para poucas pessoas. Estar em casa era lidar com o medo constante, com a dor física e emocional, com as dificuldades financeiras assombrando os dias. Algumas

conseguiram trabalhar no regime “*home office*” — mais um anglicismo importado do inglês pelo setor corporativo assimilar o trabalho em casa, que é composto também por problemas como a sobrecarga de tarefas, a inseparabilidade dos momentos de descanso e as dificuldades de se manter conectado em frente às telas o dia todo —, mas outras (e acredito que seja a maioria) não puderam e tiveram que continuar a se arriscar diariamente pelas ruas, pelo transporte público lotado, pela necessidade de se sustentar. “Como produzir saúde em localidades onde as pessoas ainda precisam trabalhar? Onde essas pessoas precisam ir para as casas lá das pessoas ricas que acabara voltar de viagem?” (Pires, 2020, p. 308). Ai de quem adoecer, a gente não tinha vacina e nem condições públicas de saúde que garantissem o cuidado como um direito fundamental.

Enquanto algumas pessoas se sentiram bem de não ter que sair de casa todos os dias, principalmente porque não enfrentariam o olhar torto de alguém ou teriam que desviar dos riscos das ruas, outras não, pois isso representaria o interrompimento dos encontros com a verdadeira família que escolheram para seguir suas vidas. Os laços consanguíneos, muitas vezes, parecem querer tirar nosso sangue, e rompê-los se torna uma estratégia de sobrevivência. Há quem diga que voltar para a casa dos pais e familiares foi sinônimo de sofrimento, pois lá os constrangimentos e os ataques seriam iminentes. Lar que se torna prisão onde nem é possível dormir em paz. “Amiga, e como vai ficar na tua casa com os teus pais homofóbicos?” (Pires, 2020, p. 307). Para outras e outros, era um refúgio como foi para Letícia Werner (2020, p. 322) que escreveu que “voltar para casa é como voltar para a lugar algum, a lugar algum que me caiba, a lugar algum que eu exista. É como não voltar”.

O cansaço era outro companheiro que se impunha a cada dia. “Mais um dia. Mais uma semana. Mais um mês” (Zelda, 2020, p. 85). Chego à história de Dolly e ali me reconheço e identifico outras tantas pessoas que já passaram pela minha vida. Dolly carregava as marcações de uma vida em permanente quarentena, em que o isolamento não aconteceu apenas pela ascensão do coronavírus, mas por viver e estar em determinadas condições sociais. “A minha vida toda, com as dores, as imposições, os castigos, a falta de reconhecimento do meu trabalho, as perdas, as panelinhas, as inimizades gratuitas, os enclausuramentos... sempre foi uma quarentena” (Dolly, 2020, p. 73). Esses sentimentos apareceram em muitas histórias pelos rastros da solidão, da dificuldade de se fazer amizades verdadeiras, da criação de vínculos. Desde criança, somos vistos de modo diferente, dentro da escola ou na rua, por um brinquedo que escolhemos ou por uma roupa que vestimos, como se não fôssemos bem-vindas e bem-vindos e como se carregássemos um perigo iminente para a

sociedade. Crescemos, desviamos da rota e esperamos por um porvir que possibilite encontrar companhias, aliadas, aliados e redes de apoio, mas que tende a se atualizar nas frestas do cotidiano com armários que aprisionam, apertam, trancafiam. “Daqui o armário sufoca, e a cada ano que passa ele vai se tornando menor (ou eu que continuo crescendo?), e pode parecer uma ideia fácil de sair dele, mas o medo ainda afugenta” (Preto, 2020, p. 93).

Essa sensação de isolamento carregava conexão com os estigmas e olhares de ódio advindos da epidemia de HIV/aids no mundo que enfatizavam os processos simbólicos de violência contra corpos dissidentes da cisheteronormatividade desde os anos 1980. São mecanismos engendrados por discursos morais, conservadores e de risco insuflados por organizações médicas e sanitárias, midiáticas e jornalísticas, que seguiram para os imaginários sociais e marginalizaram determinadas pessoas e grupos sociais. É nesse sentido que Guido Arosa (2020, p. 80) provocou: “me pergunto o que a aids pode ensinar sobre o coronavírus. Nem tanto num sentido biológico, mas social”. Parece que o fantasma dos estigmas apontava algum tipo de lição, mas ele seguiu assombrando nossas existências, ao passo que se atualiza nos discursos do cotidiano. Dolly (2020, p. 73) afirma: “o coronavírus não me preocupa, visto que eu já vivo nesse estilo desassossegada há décadas e existe uma ‘praga gay’ que é meu receio na vida. A vida me preparou para este momento de covid-19”. Mas precisamos enfrentar, viver entre vírus, “de risco em risco, vivemos alguma vida” (Oilerua, 2020, p. 88). O vírus tem um caráter político que nos lembra que ele pode atacar qualquer pessoa, mas a destruição é injusta e se sobrepõe aos marcadores sociais. “O que uma pandemia pode aprender com uma epidemia?” (Oilerua, 2020, p. 91)

Por esse motivo, parece que a vida nos preparou (e nos mantém prontos) para enfrentar (ou viver com) o medo. Zelda (2020, p. 85) destacou que “há muitos perigos na esquina para quem é viado (*queer*) como eu”. Há perigos que só nós sabemos e nos rondam a todo momento. Desde estar dentro de casa ou sair à rua, por um olhar estranho ou uma injúria contra nós. A todo momento, as estratégias de sobrevivência precisam ser atualizadas e, alterar a rota para se esquivar do preconceito, torna-se um imperativo para viver. Além do medo, existia um sentimento que atormenta, como escreveu Guilherme Miorando (2020, p. 120): “a angústia de se viver numa quarentena sendo uma pessoa *queer* é que estivemos vivendo quarentenas identitárias a vida inteira”. Tornam-se quarentenas que se cruzam e vão circunscrevendo, com voracidade, uma redoma de enquadramentos.

Nesse sentido, os “armários” não se limitam apenas aos movimentos de “saída” para dizer quem se é, revelar publicamente, por vezes, pela pressão, a sexualidade ou a expressão

de gênero, como se fosse algo entranhado em uma essência. São mecanismos complexos que se entranham na vida, ou melhor, são como matrioskas, analogia mobilizada por Flora Villas Carvalho (2020), pois quando acreditamos ter saído e aberto todos eles, deparamos com outros ainda fechados, não sabemos o que encontraremos dentro deles, nem quantos, ou ainda temos que recuar e voltar para os armários como tentativa de sobrevivência. Armários normativos, armários pandêmicos, armários de sobrevivência...

Esses isolamentos, que vão além das paredes e da pandemia de covid-19 e evidenciam as marcas e os atravessamentos das diferenças nos corpos, expõem como corpos negros, vítimas das violências do racismo estrutural, são miras cotidianas de investidas contra suas existências e como essas ações são tonificadas durante a pandemia. Jonata Vieira (2020, p. 112) assinalou: “pago o preço caro da violência, mas não cedo e não cederei. Quando me olho, me enxergo naquelas que vieram antes de mim, na força daquelas que amassaram o caminho, para hoje com a minha pompa, eu possa passar”. Os isolamentos sentidos nos corpos, na pele, em quem somos evidenciam a crueldade das normas e nos levam a ter que continuar as lutas diárias para honrar quem lutou antes e para quem ainda vai precisar enfrentar o mundo.

Temos a convicção de que o isolamento é permanente, vem de outros tempos, envolve marcas que se mesclam à covid-19. Sofia Favero (2020) narrou os isolamentos vividos por ser uma travesti que precisou das validações médicas, religiosas, sociais e psicológicas para ser vista dentro de certos atributos culturais de feminilidade. Essas organizações possuem um peso sobre os corpos que revela as imposições para enquadrar condições de existência que sejam consideradas normais na cultura. Na escrita de Sofia, há o confronto que incomoda e uma dimensão do eu que transborda as palavras, lançando provocações sobre as práticas acadêmicas. Ela disse ainda que “existem muitas pessoas ‘como nós’ que estão contentes de não ter de sair de casa, de se adequarem bem a uma rotina sem olhares que discriminam, que se viram diante da não-necessidade de validação do outro” (Favero, 2020, p. 29). Esse isolamento que se impõe como medida de profilaxia ao contágio é um meio para se esquivar do julgamento e das violências. Sofia propôs, assim, pensar sobre a homogeneidade que pode ser posta às pessoas LGBTQIA+, como se fôssemos uma comunidade que se dá bem entre si, sem preconceitos e apaziguada. Mas não é por aí. Parece-me que, muitas vezes, unimo-nos pela dor e pelo reconhecimento de uma existência que compartilha experiências como as nossas, mas, em outras vezes, distanciamo-nos e não acolhemos de maneira verdadeira e nos fechamos no individualismo. Abrir-se para a alteridade requer um compromisso ético de

respeito às vidas, de se dispor a ouvir e de subverter os regimes de preconceitos que se entranham em nosso desenvolvimento. “Se te digo, ouço e vejo, respiramos do mesmo sujo ar; quais mais abismos se instauram entre nós?” (Kill, 2020, p. 67).

A cada abismo que se abre na pandemia, fica-nos a dúvida do que virá depois. Vai piorar? Ou melhorar? A pergunta de Anahi Guedes de Mello e Camila Alves (2020, p. 61) mantém o desejo de prever o que poderia acontecer: “E o que esperar de um mundo pós-isolamento social, diante do fato de que ainda teríamos que conviver com a existência do novo coronavírus em nosso cotidiano?” Talvez hoje, mais de cinco anos após essa pergunta, tenhamos alguma dimensão concreta, mas falha e precária, dos efeitos do isolamento social, desde as dificuldades de compreender o que se sentia até as consequências singulares em cada vida. Porém, não tem como mensurar até onde vai o efeito, pois não são estatísticas, gráficos e números, como a pandemia quis detalhar com as vidas que se foram, que vão dizer o real impacto em cada indivíduo. A pandemia sinalizou a provisoriedade das convicções do mundo e de como tudo se atualiza em um ritmo frenético para interrogar.

Nas brechas das incertezas, “existe lugar para sonhar?”, perguntou Rômulo Lopes da Silva (2020, p. 310). Se o porvir era (e ainda é) tão amedrontador, parece-me que a incerteza conseguia pairar sobre nós de tal maneira que paralisava o corpo em uma busca incessante pelo amanhã. Por outro lado, essa pressa pelo dia seguinte estava carregada de surpresas que também nos lançaram em cenários nos quais estávamos imersos em mudanças. “Há quase quatro meses isolada todo o tipo de pergunta já percorreu minha mente”, disse Camila Santos Pereira (2020, p. 74). Essa sensação coletiva de não ter controle sobre nada evidencia como a vulnerabilidade é um estado ontológico de nossas vidas, algo que Judith Butler nos instiga. Ao mesmo tempo, as desigualdades ficaram estampadas e tonificadas, com pessoas desempregadas, sem moradia, com a saúde mental e física abalada, enfrentando sentimentos difíceis e lutando para sobreviver diariamente. Como se isolar quando a vulnerabilidade se acentua?

Para Camila Santos Pereira (2020, p. 74), esse isolamento, que extravasa a face mais próxima da proteção contra o vírus e carrega consigo camadas mais densas de interrupção das vidas, é uma medida farsante, “[...] em que as pessoas mais vulnerabilizadas estão na linha de frente de uma crise humanitária, antes em andamento, agora com índices crescentes alarmantes”⁴³. O avanço exponencial de números evidencia um elemento da gestão das mortes

⁴³ Chegar a essa afirmativa, lembra-me o texto “bem vindo ao estado suicidário”, de Vladimir Safatle (2020), que li nessa mesma época. Nesse ensaio pandêmico, o filósofo acentua a tecnologia social de gestão, que avança da necropolítica, para toda a população com a iminência do neoliberalismo. Escreve Vladimir Safatle (2020,

pelo Estado, tornando pessoas em coisas, como Vladimir Safatle (2020) alerta, isto é, se antes, o Estado dividia a população entre “pessoas”, dignas do luto e da memória, e “coisas”, assimiladas como números sem dimensão de vida, agora, parece-nos que o apontamento de Vladimir Safatle escancara a dimensão do risco de que todas e todos são parte dos processos neoliberais de produção e consumo, em mecanismos de descarte, tornando gente em mão de obra. Acrescentaria que essa coisificação é acentuada para eliminar determinadas pessoas como nós. Nesse atordoamento, a exaustão recai sobre o corpo sem piedade com as notícias nos jornais que causam angústia, medo, aflição. Eram números atrás de números que perdiam a verdadeira dimensão da vida que está por trás de cada dado apresentado em gráficos, figuras e telas.

Também passamos pela interpelação, a todo instante, das lembranças, seja por passados recentes ou mais distantes, por outras doenças que mataram tantas pessoas, por medos que a eleição presidencial de 2018 trouxe para as vidas LGBTQIA+ ou por questões íntimas que vêm à tona. “Nesses hojes esquisitos, que viram amanhã e hojes novamente e o cenário se repete, cadê vontade de sonhar?” [*sic*] (Ladeira, 2020, p. 299). A dúvida sobre sonhar volta mais uma vez, pois sonhar não parecia possível quando o pesadelo era cotidiano e a ansiedade tomava conta de nossa existência. A proximidade com a morte se torna um medo frequente. A cada dia que o vírus conseguia se espalhar, mais pessoas morreriam sem ter a dignidade que merecia. Sem possibilidade de luto. “Cada dia dias as mortes vão se tornando nomes conhecidos. Morreu o amigo de uma tia, morreu o conhecido de uma amiga, está em estado muito grave o tio de um conhecido” (Arosa, 2020, p. 81).

Recorremos às telas, e a vida digital mais do que nunca se intensificou de tal maneira que fomos levados a consumir “a chuva de lives que cai sem parar [...]”, como lembrou Mateus Aparecido de Faria (2020, p. 235). As relações afetivas e sexuais se resumiram às deslizadas na tela, para a esquerda ou para direita, em busca de um “*match*”. “O prazer, o gozo, as experiências, as prosas de botequim se resumiram aos 280 caracteres de léxico sexualizado” (Faria, 2020, p. 236). *Lives, likes, matches, follows, influencers...* Devo dizer que esse volume de telas e redes sociais digital para estar me cansava (e ainda me cansa), mas parece que só tínhamos isso para, de algum modo, estarmos unidas e unidos, interagirmos e estabelecermos uma solidariedade coletiva. Mas era ali também que o mar de *fake news*

parágrafo 6) que “o fascismo brasileiro e seu nome próprio, Bolsonaro, encontraram enfim uma catástrofe para chamar de sua”. Com a pandemia de covid-19, o Estado gere uma política da morte, mas também da sua própria catástrofe.

inundava nossos dias e se espalhava com o mesmo potencial das variantes do vírus sem vacina.

Apesar de tantos problemas (e tentar elencá-los é se deparar com uma lista sem fim), tivemos momentos de escape pelas artes, que vem nos salvando desde sempre. Ouvir música, dançar mesmo que sozinho, assistir filmes, escrever uma poesia ou um caderno de desabafos, mergulhar na literatura. Túlio Vinícius Andrade Souza (2020, p. 205) disse que “a arte, que me salvou diversas vezes durante esses 24 anos, reapareceu na minha vida”. A arte constitui espaços de liberdade, de expressão, de alívio, de insubmissão, de deslocamento. O caráter conturbador e desobediente das artes nos leva a confirmar que sua presença se faz inevitável e incômoda para quem prefere se nutrir da política da morte. É a partir desses escapes que vivemos pequenas alegrias quando parece não existir alegria. Mike Faria da Cruz (2020, p. 221) contou que “[...] a vitamina d do sol da manhã, a chamada de vídeo do aniversário da minha vó, os shows à distância” [*sic*] fizeram com que tivesse instantes de alegria. Acredito que foi nesses pequenos átimos do cotidiano que conseguimos chegar até aqui.

Apresentar as histórias das *queerentenas* é se lançar ao improvável, perceber realidades distintas, mas com pontos de intersecção em um cenário caótico. Quanto mais se pergunta, mais se provoca e, com essa ação, possibilita notar que “viver ainda é nosso maior desafio”, como disse Fabiano Saft (2020, p. 266), e que precisamos resistir, mesmo que lutar seja cansativo, temos que continuar. Como pesquisador interessado em questões de gênero e sexualidade na Comunicação, parece-me que a irrupção das *queerentenas* desloca a tessitura da vida e os limites das vivências *queer* e *queerentenas* em um mundo de fronteiras, de marcas e de protocolos impostos a serem praticados.

Quando propus escrever esse passeio por *queerentenas*, já tinha uma convicção de que seria amargo como fel, pois precisaria voltar em momentos de dor. Depois de muitos dias escrevendo, voltando, apagando e rasurando, confirmo minha impressão inicial. Mais uma vez, digo que minha proposta é situada a partir de um lugar singular, no mesmo gesto de Donna Haraway (1995). Vejo de um determinado lugar, afetado e em afetação, que não se projeta para tentar um englobamento ou totalidade, mas provocado pelas processualidades e dimensões comunicacionais que irrompem nesse fenômeno. Com essa pontuação, não quero fechar esse passeio por aqui. Nos capítulos adiante, continuaremos por um gesto indiciário que tenta um movimento comunicacional com tensionamentos e olhares projetados para elementos constitutivos das *queerentenas*.

Mas, por ora, deixo a última frase do texto de Camila Santos Pereira (2020, p. 77) no intuito de ser um embalo para continuidade e permanente questionamento: “corpos subalternizados, uni-vos!”

2.5 Narrativas insurgentes e disruptivas: desordem e estranhamento em textualidades e escrevivências

Ao percorrermos esse passeio por histórias de vidas em *queerentenas*, aproximamos de uma escrita que envolve o corpo e o sentir. Partimos do entendimento de que “a escrita performativa como um modo de inquirição, envolvimento e investigação oferece uma estratégia para *queerizar* a forma como construímos o conhecimento e refletimos a nossa experiência” (Goltz, 2022, p. 12, tradução nossa⁴⁴). Uma proposta de escrita de vivências e sobrevivências, articulações e indagações, provocações e denúncias. Mas que deixa uma pergunta levantada por Lucas Lopes (2020, p. 232): “por que para escrever este texto em primeira pessoa do singular eu preciso invocar a situação política, uma pandemia, um vírus?” São esses atravessamentos que se tornam inevitáveis ao refletir a constituição de si no mundo em meio a um contexto pandêmico. Assim, emergem gestos de escritas que provocam o sentir, deslocam quem lê e quem escreve, causam algum tipo de efeito.

Nesse sentido, instigados por essa questão e pelas possibilidades que a textualidade nos traz ao expandir as dimensões textuais, é interessante realizarmos uma primeira aproximação — como nos inspirou na abertura desta seção — de Conceição Evaristo e sua proposta da *escrevivência* como ação cuja intenção é potencializar a escrita da vida, imbuída dos marcadores que nos atravessam e que remete às coletividades, aos passados e às vivências. A escrevivência se apresenta como um método de investigação e um modo de produção de conhecimento, em que se observa uma posicionalidade do indivíduo no social. Dessa forma, acreditamos serem diferentes “eus” que dizem sobre nós e gentes em tramas cujas construções de conhecimentos de mundo se situam às margens, desafiando as ideias dominantes e as cristalizações de leitura de fenômenos.

Isabella Nunes (2020) categorizou como um *conceito-experiência*, o que nos parece apropriado para se referir ao modo como a escrevivência se lança não só pelo campo da literatura e pelo ato de escrever, mas por caminhos históricos, políticos, sociais e, para nós na

⁴⁴ No original: “performative writing as a mode of inquiry, engagement, and investigation offers a strategy to queer how we construct knowledge and reflect one’s experience” (Goltz, 2022, p. 12).

Comunicação, como um gesto epistêmico de reconhecer e trazer à centralidade quem está às margens pelas dinâmicas violentas e de preconceito na cultura ocidental. É um meio de registro, de marcar no mundo a existência de si e de outros, de se fazer comunicar pelas palavras, que age por sua dimensão ética, estética e poética. Implica o entendimento de que todas as pessoas podem compartilhar histórias “[...] e que, ao registrar ou publicar, promove sentidos, reconhecimentos e uma compreensão de vida livre e ampla, essencial para que se conheça e se respeite uma sociedade tão diversa” (Nunes, 2020, p. 14-15).

Imbuídos por esse conceito-experiência, acreditamos no movimento da escrita com o corpo implicado que consegue provocar nas discussões sobre direitos, reconhecimento e historicidades, tornando registrado o que estava impronunciável pelas ações de exclusão. Conceição Evaristo (2020a, p. 34) afirma que a “Escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência”. Nessa continuidade, a escritora demarca a origem de sua escrita na figura de sua mãe e na observação durante a infância das gesticulações que ela fazia, assim como nas relações com a ancestralidade que a constituem, estabelecendo uma dinâmica de escrita cujo protagonismo é de mulheres negras. Essa composição de escrita nos lembra Gloria Anzaldúa, chicana, escritora e ativista feminista e *queer*, que escrevia para resistir, para questionar os ordenamentos do mundo e para reescrever a sua história. Para ela, “o ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como ‘outro’ — o escuro, o feminino” (Anzaldúa, 2000, p. 232).

Esses caminhos de resistência pela escrita evidenciam que, quando se volta para as narrativas historiográficas, com as quais aprendemos a ler o mundo e o passado, há um lastro de poder para a dominação de histórias dos “universais” e opressores — homens, brancos, de origem europeia. Gloria Anzaldúa (2005) convoca, assim, pensamentos e consciências que se opunham ao centramentos e que emergem das fronteiras a fim de questionar imposições e uniformização de narrativas. As fronteiras são compreendidas como lugares de separação, mas elas também são pontos de união, possuem porosidades e brechas para adentrá-las. Dessa forma, a escrita se torna uma ação combativa, de denúncia e reivindicação de si e de suas companheiras e seus companheiros, de fronteira para unir a fusão de elementos insubmissos.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o

que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (Anzaldúa, 2000, p. 232).

A polifonia da escrita de Gloria Anzaldúa transborda as fronteiras das tentativas de silenciamento e envolve outras pessoas que vivem em zonas de invisibilidade provocadas pelo patriarcado e pela colonialidade. Esse poder da escrita envolve Conceição Evaristo que assinala: “[...] creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências” (Evaristo, 2020b, p. 52). Pela força dos textos que a autora tece e tudo o que eles carregam, percebemos que existem proximidades e ligações que entrelaçam vidas impedidas pelas dores de serem vividas dignamente. Uma fala de Conceição Evaristo (2020a) nos parece enlaçar as nossas identificações com sua escrita, com as personagens de suas obras literárias, com as dores narradas, assim como pelas subversões das lógicas centradas em sujeitos universais detentores de poder. Ela menciona:

A maioria das personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens. Um sujeito gay se vê nesse texto porque, também ele, vive essa experiência de exclusão. Um sujeito pobre tem a mesma identificação com uma personagem que vive a condição de pobreza. Uma mulher que se cumplicia com as outras se sensibiliza ao ler o conto ‘Maria’ ou Insubmissas lágrimas de mulheres. Assim como a escritora ou o escritor ao inventar a sua escrita, pode deixar um pouco ou muito de si, consciente ou inconscientemente, creio que a pessoa que lê, acolhe o texto, a partir de suas experiências pessoais, se assemelhando, simpatizando ou não com as personagens (Evaristo, 2020a, p. 32).

Perceber essas conexões, indicam-nos mais um esforço conceitual que almejamos iniciar nesta seção e prosseguir mais adiante: as narrativas de vida. Para Mariana Procópio (2016), o desenvolvimento de uma história de vida em um texto biográfico, seja ele do gênero literário que for, tem como característica a reconstrução da vida em sua evolução no tempo. Isso significa que “essas narrativas de exploração da subjetividade têm em comum a busca do autoconhecimento, o voltar-se para si mesmo, o mergulho no Eu, a análise das experiências

vividas por um sujeito” (Procópio, 2016, p. 307). Dessa forma, ao narrar, há uma tentativa de estabelecer coerência e ordenamento entre o que é relatado, mesmo quando a vida se apresenta em um caos, como ocorre durante a pandemia de covid-19 ou em outras situações limítrofes. Para tanto, é fundamental que quem narra busque arregimentar estratégias de ordem discursiva para alcançar os propósitos de uma narrativa biográfica. Mariana Procópio (2015) avança nessa argumentação ao explicar que o sujeito que biografa uma vida, seja a sua ou a de outra pessoa, tenta alcançar legitimidade a partir de uma posição de autoridade para narrar; cogita ter credibilidade que, por sua vez, seria outra estratégia que estabelece ligação com elementos que indicam veracidade e possibilidade de verificação de que aquela história é, de fato, real; já a captação, essencial para prender a atenção de quem lê a história, exige algum tipo de efeito para afetar o outro, garantir realidade e ficcionalizar certas passagens.

Não queremos analisar ou perscrutar quais estratégias foram mobilizadas (ou não) em cada narrativa escrita pelas pessoas nas *queerentenas*, mas perceber em que medida as histórias narradas se ligam a tantas outras vidas desconhecidas que não estão presentes na coletânea. Vale considerar que não estamos frente a biografias de celebrizados ou famosos nas mídias, porém, ao contrário, são pessoas que não são vistas e, por vezes, não recebem o reconhecimento de notoriedade na sociedade, tendo suas histórias ignoradas em detrimento de outras que aparentam ser mais interessantes pelo lugar socialmente ocupado. Ainda é importante saber que a publicação de biografias por editoras, principalmente comerciais, segue interesses econômicos e alinhamentos editoriais para serem amplamente vendidas. Um exemplo disso é uma procura rápida em lojas de varejo, que estampam inúmeros títulos de pessoas famosas nacional ou internacionalmente nas prateleiras como os itens mais vendidos do setor de livros.

Observar as *queerentenas* à luz da escrevivência (Evaristo, 2020a, 2020b; Nunes, 2020) introduz uma fissura epistêmica, por meio da projeção de vozes de vidas silenciadas e de sua posicionalidade na narração da sua própria existência. Em tais textos, emergem corpos tramados em uma multidão, cujas narrativas expõem o que lhes afligem e manifestam sentimentos diante das condições subalternizadas que marcam as vidas, para além da covid-19, e ressoam em outros corpos. Potencializa dimensões éticas, estéticas e políticas de questionar os aprisionamentos, que as pessoas LGBTQIA+ enfrentam ao longo da vida e que cruzam diferentes densidades temporais. À luz das textualidades (Leal, 2018), notamos como as histórias são tecidas com fios que remetem a outros momentos das vidas, extravasam a dimensão temporal da covid-19 e expandem os caminhos de significação dos momentos

pandêmicos, sem estabelecer começo ou fim para a existência dos textos. Constituem-se, assim, narrativas de vida que buscam reconstruir acontecimentos, marcar subjetividades e se voltam ao entendimento das experiências (Procópio, 2015, 2016).

Apostamos, paralelamente a essa perspectiva, que essas escritas biográficas sejam compreendidas como *narrativas de desordem*. Embora possa ser uma junção de palavras com significados contraditórios, porque qualquer narrativa procura por, minimamente, manter coerência e ordenamento entre situações, nesse caso, são narrativas que, de alguma maneira, desarranjam o fluxo normativo de uma cultura que se apresenta como pretensamente ordenada, correta e a ser seguida. Para além de dizer sobre momentos da pandemia de covid-19, são escritas insubmissas, como a de Gloria Anzaldúa, que encontram no livro uma possibilidade de se tornarem visíveis e lidas. Apesar da disposição de poucas páginas para narrar, o que resulta na escolha de determinados acontecimentos e do que deseja expor publicamente, essa materialidade se estabelece, assim, como meios de registros dentro de lógicas sociais de invisibilidade. Vale compreender que, de acordo com Renan Quinalha (2022), no Brasil, os esforços para registros e exposição das memórias LGBTQIA+ têm ganhado mais proeminência nos últimos tempos, embora, historicamente, muitos acervos e materiais que narram vidas LGBTQIA+ ficaram guardados no privado, dentro das gavetas da história, ganhando mais importância com a busca por disponibilização a partir de iniciativas de pesquisas.

A partir de movimentos de rasgar-se por inteiro na escrita, temos percebido que as pessoas *queerentendadas* assumem a condução da vida e da narração para si. Ensaiai essa proposta de insubmissão nos remete a outras obras que insurgem recentemente, como o livro *Toda pessoa é invenção — antologia viva LGBTQIAPN+ Volume 1*, organizado por Juarez Guimarães Dias (2023), cujos resultados são provenientes de um projeto de extensão norteado pela questão “Quem conta a sua história?” (Dias; Mendonça, 2023, p. 27), proporcionando um exercício de escrita de pessoas envolvidas em uma direção para dizer sobre a própria existência, e não a partir da narrativa de outrem. Essa ação se liga ao nosso argumento tendo em vista que:

Nós, da população LGBTQIAPN+, temos recorrentemente nossas existências apagadas ou estigmatizadas por narrativas elaboradas por terceiros, seja por meio dos meios de comunicação de massa, da atividade jornalística, da publicidade, das artes e da pesquisa acadêmica (Dias; Mendonça, 2023, p. 25).

Contam por nós, impedem o aparecimento e instauram significados cuja finalidade seja estabelecer uma redoma para a sujeição. Com o intuito de romper esse ciclo e mobilizar as palavras para ressignificar o que já foi dito, outros projetos ganham destaque nessa esteira de tomada da escrita das vidas LGBTQIA+ para si, como o livro *Fita: narrativas e memórias LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte*. Com organização de João Henrique Pires Azevêdo (2023), há a mesma linha de pensamento sobre os atos de escrever a própria existência. “Quando contamos uma história *sobre nós*, estamos contando uma história *sobre nós*. Sabemos a imensa diferença disso em relação à quando contam *por nós*, uma história *sobre nós*” (Azevêdo, 2023, p. 13, grifos do autor). É um processo de insubmissão que possibilita a ação política de ocupar um espaço no mundo, mesmo quando não se tem esse espaço.

Abrir uma brecha em meio ao normativo para implodi-lo, torna-se um gesto de coragem para expor a si ou relembrar situações, como aponta João Henrique Pires Azevêdo (2023). Em *Fita*, participaram pessoas com mais de 50 anos que contaram sobre a relação com a cidade e os espaços, principalmente em Belo Horizonte, capital mineira. Em *Toda pessoa é invenção*, são 24 pessoas escrevendo sobre si em um exercício de tecer as existências. Nas *Histórias da Queerentena*, as escritas são conduzidas por 74 pessoas, em meio à pandemia de covid-19, com olhares distintos que visam o protagonismo da vida, entendendo as constituições de gênero e sexualidade na existência. Logo, a coragem de sustentar um percurso para a própria vivência, direcionar o que se quer dizer ou não sobre si e grafar percepções sobre o mundo geram resultados que reconstituem e ressignificam histórias.

Para Anderson Fontes Passos Guimarães (2017), a escritura *queer* representa um conjunto de textos que oferece a chance de ler e questionar gênero e sexualidade, de forma não categorizada e não conformista. Isso significa uma forma de abordagem performativa e desterritorializada, a qual consegue dismantelar a hegemonias que se estruturam na cultura. Logo, agem para “[...] afirmar a diferença como lugar legítimo e possível de desejos, são escrituras que se mantêm na proposta de desterritorializar normas e convenções culturais, permitindo que ocorra tanto a transformação da leitura quanto do leitor” (Guimarães, 2017, p. 7). Dessa maneira, a escritura *queer* tem como cerne a irrupção para transformações e diálogos.

Por essa perspectiva, parece-nos que essas antologias se conectam, mesmo que os propósitos primários, os modos de condução e os resultados obtidos sejam distintos entre si e distanciados em geolocalizações. Porém, o que as ligam é o fato de tomar as rédeas da escrita — o que significa subverter o poder de contar e conseguir escrever — e as textualidades em

processualidade, em cujos fios tramados se envolvem em um fluir por histórias biográficas, que interconectam pessoas em uma tessitura aberta e desordenam a falsidade dos ordenamentos.

Para dar continuidade ao entendimento do fenômeno das *queerentenas* e o próprio afixo que constitui esse neologismo, precisamos avançar nas emergências dos movimentos sociais e acadêmicos *queer* e os sentidos que provocam. Historicamente, *queer* carregava conotações pejorativas, mas, com lutas e resistências, foi resignificada por ativistas, pesquisadoras e pesquisadores na tentativa de expressar e atribuir outras significações fora das categorizações e normas de gênero e sexualidade. É com esse horizonte que seguimos para o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

Estranhamentos, desobediências e subversões *queer*entenas: incorporar saberes *queer* à perspectiva comunicacional

Para começarmos a caminhar com as *queer*entenas, é importante um recuo contextual pela teoria *queer*, com o intuito de entendê-la como bases teórico-conceituais, com fundamentos políticos para existências, que, de algum modo, tensionam e friccionam as hegemonias modernas da ocidentalidade sustentadas em pares binários, rejeições às diferenças e limitações ao corpo. Embora seja uma epistemologia recente e em construção, que ganha destaque na última década do século XX (Leopoldo, 2020), mas com ascensão desde a contracultura estadunidense dos anos 1970 (Trevisan, 2018), a teoria *queer*⁴⁵ mostra progressos no pensamento intelectual sobre os corpos, as questões de gênero e sexualidade, ao passo que percebe essas dimensões como uma processualidade que se desenvolve durante a vida dentro da cultura, rompendo com perspectivas biologizantes, essencialistas e generalizantes.

Precisamos também dar um passo atrás para, primeiro, compreender o que significa *queer* na linguagem, haja vista que a palavra não tem uma correspondência direta na língua portuguesa, e o emprego advém de usos mais recentes no inglês, tornando-se um anglicismo no português. Por esse motivo, as marcas significativas a que o termo se refere historicamente podem se perder nessa tradução direta para nosso idioma. Logo, as raízes etimológicas na língua inglesa são importantes de serem destacadas para assimilar como emergem os significados, as apreensões dadas pelos movimentos políticos, acadêmicos e sociais que tomam a palavra e a subvertem, assim como o emprego aplicado para as *queer*entenas durante a covid-19.

William Sayers (2010) destaca que, apesar de a etimologia não poder determinar os caminhos futuros que os significados assumem na circulação da palavra na sociedade, é possível compreender um ponto de partida por meio do qual contextos e condições sociais permitiram tal emergência. Nesse sentido, o pesquisador apresenta que a palavra “*queer*” tem proveniência do alemão e apareceu no irlandês moderno com o significado de “algo torto ou

⁴⁵ Neste texto, ora opto por teoria *queer*, ora estudos *queer*, entendendo-os como sinônimos e tentando remeter a um modo mais canonizado de mobilização nas humanidades. Porém, há pesquisadoras e pesquisadores que optam por teorias *queer*, no plural, como Luisa Amaral (2024), pela amplitude de visadas e complexidade do campo epistemológico.

curvado”, com derivações também do irlandês antigo que tinha a mesma acepção, e passou a ser empregada para apelidar pessoas com a coluna vertebral curvada. Conjectura-se que o uso da palavra tenha sido incorporado para o inglês coloquial por volta do século XVI, quando marinheiros irlandeses eram pressionados por navios ingleses, uma vez que a palavra era habitual nas práticas da navegação marítima. Já a associação pejorativa da palavra para pessoas homossexuais é datada de 1937, com aparição anterior em uma publicação do governo estadunidense de 1922, cuja aplicação tinha a mesma conotação para adjetivar negativamente indivíduos (Sayers, 2010).

Essa base histórica aponta para a carga semântica atravessada pelo desejo de insultar o outro que, de algum modo, destoa das exigências normativas que regem a cultura. Então, *queer* se torna um guarda-chuva para adjetivações pejorativas. Rafael Leopoldo (2020) explica que a palavra adquire, primeiro, o significado da abjeção⁴⁶ como ação de injúria contra alguém que desvia as normas sociais. Para o filósofo brasileiro:

Trata-se dos e das incontáveis, dos e das descartáveis, dos zeros econômicos, do subalterno, do imigrante, da louca, do louco, do mojado, da chicana, do refugiado, do ladrão, do bêbado, do indigente, do pedinte, do enfermo, do homossexual, da bicha, da lésbica, da sapatona, da travesti, da transexual, do homem afeminado, da vida nua, do pobre, do estigmatizado, da ‘ralé’ e dos ‘batalhadores’ (para pensarmos nos escritos de Jessé Souza e sua obra *A ralé brasileira*), do ‘refúgio humano’ (para pensarmos nos termos do sociólogo Zygmunt Bauman em sua obra *Vidas desperdiçadas*), dos de existência ‘precária’ (para pensarmos em Judith Butler, e sua obra *Vidas Precárias*), mas, também, de nenhum deles, pois, como coloca Paul Beatriz Preciado, essa palavra aparece como uma falha na representação linguística: nem isso, nem aquilo, mas ‘*queer*’ (Leopoldo, 2020, p. 25, grifos do autor).

A marcação sobre os corpos com que a palavra era mobilizada caminhou para um segundo momento quando ocorreram apropriações no contexto da epidemia de HIV/aids, em eclosão nos anos 1980, um problema de saúde pública catalisador de transformações na cultura ocidental desde então. Rafael Leopoldo (2020, p. 26) recorda que os “quatro agás” — homossexuais, haitianos, hemofílicos e usuários de heroína — eram os alvos preferenciais da culpabilização social da emergência da doença, recebendo a marcação dos estigmas, ou seja, tornam-se indivíduos despossuídos da sua própria possibilidade de viver. Essa ação tem consequências graves para todas as pessoas LGBTQIA+, que vão experienciar, em maior ou

⁴⁶ A abjeção pode ser entendida como um sentimento de repulsa por alguém projetado por outrem. Segundo Richard Miskolci (2020), essa palavra é trabalhada por teóricas e teóricos *queer* cujos interesses se voltam à tentativa de apreensão das violências e das marcações de anormalidade atribuídas na sociedade. Ao longo deste capítulo, voltaremos à discussão da abjeção e sua centralidade para o debate das *queerentenas* da pandemia de covid-19.

menor grau, pelas diferentes condições sociais e econômicas e seus entrelaçamentos interseccionais, as violências cotidianas. Um dos problemas deflagrados nesse contexto de emergência social e sanitária é a desigualdade significativa nos acessos à saúde desde a epidemia de HIV/aids, assinalando que as condições da estigmatização se transformam, mesmo com lutas e conquistas por direitos fundamentais, o que significa que o estigma “[...] mudou e continuará a mudar com o tempo” (Earnshaw *et al.*, 2024, p. 33, tradução nossa)⁴⁷. Vale salientar que, recentemente, a estigmatização ganhou outros contornos com a emergência de outra doença viral, mpox (anteriormente nomeada como “varíola dos macacos” ou “*monkeypox*”), a qual recebeu associações incabíveis com a homossexualidade, evidenciando que estigmas da aids permanecem em vigor em atendimentos médicos, discursos presidenciais, matérias jornalísticas e práticas cotidianas (Procópio; Vieira Filho, 2022). Logo, “[...] o que se nota é o entramamento de violências, ressignificações de representações abjetificadas e lutas por reconhecimento amplamente ativas por diferentes movimentos LGBTQIA+” (Procópio; Vieira Filho, 2022, p. 68).

Ao apreender os discursos e as organizações em torno da emergência da epidemia de HIV/aids, tem-se que o fato de o vírus e a doença serem imputados a determinados grupos sociais, e não considerar que um vírus que pode infectar qualquer pessoa que tenha exposição a ele, realça processos culturais estigmatizantes que tornaram a doença entendida como sexualmente transmissível (antiga sigla DST, atualizada para IST, marcando o caráter de infecção). É nesse contexto de usos pejorativos que grupos LGBTQIA+ nos Estados Unidos começaram a se apropriar de palavras que, historicamente, são pejorativas, como *queer*, para subverter significados e questionar atribuições. Assim, não se tratava de lutas para se tornar assimilado na matriz social, mas ocupar um lugar que não é localizado em nenhum par binário, ou seja, nem uma coisa, nem outra, como destaca Rafael Leopoldo (2020), fora de redomas identitárias e de alteração de valores culturais. Nos Estados Unidos, grupos como *ACT UP* e *Queer Nation* agiram contra as práticas homofóbicas sem qualquer cessão para serem aceitos. Conforme Richard Miskolci (2020, p. 23), “a aids, portanto, foi um catalisador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais, materializadas no ACT UP [...] e no Queer Nation, de onde vem a palavra *queer*, a nação anormal, a nação esquisita, a nação bicha”. São movimentos que agem, assim, para instituir políticas que tentam desintegrar e desconstruir a cisheteronormatividade (Trevisan, 2018).

⁴⁷ No original: “[...] it has changed and will continue to change with time” (Earnshaw *et al.*, 2024, p. 33).

Especificamente no Brasil, esse período foi marcado pelas movimentações LGBTQIA+ que viviam um processo de consolidação de uma identidade homossexual nas lutas contra a ditadura civil-militar e pela redemocratização do país, como vimos. Porém, a heterogeneidade constituinte da própria comunidade e a emergência da epidemia de HIV/aids trouxeram outros contornos para a época. A patologização de sexualidades não-heterossexuais provocou um movimento de “ONGuização” cujo intuito era reivindicar direitos fundamentais, como a saúde e os tratamentos (Quinalha, 2022). Porém, a culpabilização de determinados indivíduos e grupos sociais pela epidemia era apresentada com vigor em discursos religiosos, associando a um castigo divino pelo “pecado”. “Além do discurso religioso, a patologização de um desvio à heteronorma não era uma novidade no discurso médico-científico, que não apenas legitimou, mas incitou uma série de violências contra as subjetividades dissidentes” (Quinalha, 2022, p. 113). Práticas médicas discriminatórias imperaram nesse período com discursos impregnados de mecanismos simbólicos para legitimar coerções, violências e preconceitos, embora as organizações médicas tenham preponderância na circunscrição de sujeitos como a-normais, discussão que avançaremos com Michel Foucault (2023) nas leituras sobre a sexualidade.

É importante enfatizar, com esse panorama, que ao evocar totalizações de significados, tais organizações médicas e científicas conseguem estruturar formas de simplificar a complexidade da realidade. Por esse motivo, até hoje, “muitas instituições e pessoas entram em pânico diante de qualquer possibilidade de desterritorialização. Encontram-se aflitos diante da perda ou abalo de um suposto ‘eu’ que, a duras penas, tentam (auto)fixar” (Pocahy, 2016, p. 209). Nessas tentativas de desestabilização contra balizas normativas da cultura por sujeitos e organizações, as ações de subversão, principalmente provocadas pela palavra *queer*, não ocorrem harmonicamente, tampouco sem conflitos das significações. Leandro Colling (2018) destaca que os novos significados para *queer* são oriundos de ações ativistas e no campo acadêmico com o intuito de ser uma prática de vida opositora às normas. Salientar essa contextualização e as instabilidades de acontecimentos históricos que afetam as pessoas LGBTQIA+ é um gesto importante para entender como se dá o reconhecimento na língua portuguesa.

No Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), espaço institucional de registro oficial no idioma, a palavra *queer* pode ser encontrada, apesar de não ter um verbete dedicado no Dicionário da Língua Portuguesa (DLP) da Academia Brasileira de Letras (ABL). Nesse sentido, um caminho a ser realizado é identificar em outros dicionários como o

verbetes foi descrito e significado para o português. Esse exercício permite notar como as marcas de preconceito constituem a palavra, por meio de uma visada institucional acentuada nos verbetes, e se expandem para além do dicionário até hoje.

Quadro 5 — Verbetes “*queer*” em dicionários

Dicionário	Significado
Dicionário Priberam da Língua Portuguesa	“adjetivo de dois gêneros e de dois números Relativo a uma identidade de gênero ou a orientação sexual que não é considerada tradicional, normativa ou majoritária (ex.: ativismo <i>queer</i> ; identidades <i>queer</i>). Origem etimológica: palavra inglesa. Palavras relacionadas: LGBTQ” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2023, on-line).
Cambridge Dictionary	“adjetivo SEXO frequentemente ofensivo (especialmente de um homem) gay homossexual [...] ESTRANHO antiquado estranho, invulgar, ou não esperado estranho, esquisito [...] substantivo – frequentemente ofensivo uma pessoa gay, especialmente um homem; gay” (Cambridge Dictionary, 2023, on-line, tradução nossa). “Nota: Esta palavra pode ser usada como um insulto, mas as pessoas por vezes usam-na de uma forma que não é ofensiva, especialmente para se descreverem a si próprias” (Cambridge Dictionary, 2023, on-line, tradução nossa⁴⁸).
Michaelis On-line	“adj 1 esquisito, ridículo, fantástico, estranho. 2 adoentado. 3 SL homossexual, veado, bicha louca. vt 1 estragar, arruinar. 2 embaraçar, desconcertar. 3 colocar-se em posição embaraçosa” (Michaelis, 2023, on-line).
The Landmark Dictionary	“adj. esquisito, ridículo. v. arruinar; embaraçar. (inf.) efeminado” (Hollaender; Sanders, 2006, p. 252).
Silveira Bueno	“v [<i>queers</i> , <i>queering</i> , <i>queered</i> , <i>queered</i>] 1 arruinar. 2 impedir. 3 pôr alguém em situação embaraçosa. II adj 1 estranho; excêntrico; anormal. 2 indisposto; adoentado. 3 falso. 4 suspeito. II s gír ofens homossexual” (Bueno, 2007, p. 475).

Fonte: elaboração do autor.

Nota: verbetes reproduzidos a partir da consulta aos dicionários⁴⁹.

Esquisito, estranho, doente, algo que vai arruinar... Essas definições recaem na historicidade do termo, enquanto apenas um dicionário traz uma concepção atrelada às identidades. Diante dos significados dicionarizados, cabe um questionamento: será que grande parte da sociedade sabe o que significa “*queer*”? Poderíamos arriscar que o primeiro contato pode ser ao se deparar com a sigla LGBTQIA+ e saber que a letra “Q” representa essa palavra. No entanto, com o aumento da sigla, a letra “Q” surge em um contexto recente em

⁴⁸ No original: “adjective | SEX | often offensive | (especially of a man) gay | homosexual [...] STRANGE | old-fashioned | strange, unusual, or not expected | estranho, esquisito [...] noun - often offensive | a gay person, especially a man; gay” (Cambridge Dictionary, 2023, on-line). “Note: This word can be used as an insult but people sometimes use it in a way that is not offensive, especially to describe themselves” (Cambridge Dictionary, 2023, on-line).

⁴⁹ As abreviaturas presentes nos verbetes significam: “adj.” adjetivo; “SL” *slang*, em português, gíria; “vt.” verbo transitivo; “inf.” informal; “v” verbo; “s gír ofens” substantivo gíria ofensiva.

que outras identidades passam a ser representadas como intersexualidade e assexualidade em um âmbito de busca por visibilidade e reconhecimento. Porém, “*queer*” não é propriamente uma categoria identitária, mas uma oposição ao que é normativo. Então, dúvidas e confusões podem surgir para o entendimento no português, pois os significados dicionarizados permanecem, majoritariamente, com bases semânticas cujas associações são violentas e pejorativas. Afinal, não temos a incorporação ao uso cotidiano como foi com outros estrangeirismos aplicados nos processos comunicativos, sendo que o emprego prevalece, sobretudo, no campo acadêmico. No inglês, por exemplo, o termo pode ser um substantivo para dizer da identidade de alguém ou de um grupo (*queer of colors*), um adjetivo para atribuir uma qualidade ou, ainda, como sinônimo abrangente para pessoas LGBTQIA+ (West, 2018).

Nos anos 1990, Teresa de Lauretis foi considerada uma das expoentes na consolidação da expressão “teoria *queer*” ao nomear um conjunto de reflexões científicas de caráter transgressor e, até então, dispersas, para questionar naturalizações dos corpos, desejos e marcadores sociais (West, 2018). Apesar de haver divergências na origem histórica da teoria *queer*, queremos salientar que, no início dos anos 2000, o termo ainda era pouco conhecido no contexto brasileiro, conforme resgata Guacira Louro (2020) — uma das principais teóricas pós-estruturalistas dos estudos *queer* no campo da Educação no país —, e hoje ganha mais proeminência com a circulação em diferentes espaços, sobretudo midiáticos. Embora a pesquisadora aponte para as restrições da palavra que tende a ser mais adotada por artistas e intelectuais no campo acadêmico e político, o estranhamento que *queer* causa está em sua gênese e é parte do que reivindica. Independente da classe gramatical, *queer* pode ser substantivo, adjetivo ou verbo que indica confronto aos regimes de normalização que se dão culturalmente (Spargo, 2019), assim como, propõe Isaac West (2018), entendendo as ligações com discussões identitárias (substantivo), com as representações sociais (adjetivo) e para as práticas políticas (verbo).

Nesta tese, nossa compreensão por *queer* se aproxima das leituras de Tamsin Spargo (2019) com o sentido de um verbo para agir contra as proposições de normalidade e de questionamento das normatividades, ação que se abre em uma processualidade diferente das significações contidas como substantivo e adjetivo. Se é para “arruinar” ou “estragar” que sejam ações diretas contra as normas culturais a partir da ascensão de pessoas que pensam diferente e não desejam a centralidade, mas reivindicam ocupar um outro lugar, bagunçar certas convenções e irromper ao binário. *Queer*, portanto, tem a ver com excentricidade, o que

carrega originalidade, fuga ao que tenta aprisionar em redomas normativas, ousadia na capacidade de inventar e repensar. A ambiguidade constitutiva *queer* permite compreender como um entre-lugar, um entre-vidas ou outra possibilidade em meio ao impossível, mas também pode ser um outro lugar, uma outra vida. Por essas percepções, dialogamos com Guacira Louro (2020), que argumenta:

Assumo que *queer* pode ser tudo que é estranho, raro, esquisito. O que desestabiliza e desarranja. *Queer* pode ser o sujeito da sexualidade desviante, o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ ou ‘tolerado’. Pode ser, também, um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o que quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecível (Louro, 2020, p. 8).

Nesse sentido, além de ser um modo de contestar estruturas e organizações, *queer* se consolida como um conjunto de estudos na contracorrente com o intuito de assinalar desconfiças e críticas às normas regulatórias que colocam pessoas como “estranhas”, abjetas e à margem da sociedade. A teoria *queer* pode ser entendida, assim, como um *aprendizado pelas diferenças* (Miskolci, 2020), uma vez que esforços teórico-políticos se unem para destruir o caráter pré-estabelecido e fictício das convenções, romper com as lógicas categorizantes e visar a ressignificação daquilo que é presumido socialmente como uma estranheza. Trata-se de duvidar dos regimes que visam conferir ao natural, permanente e binário, e aprofundá-los como instâncias socialmente produzidas com possibilidades abertas para ser e estar no mundo. Ao invés de perspectivas limitadas ao biológico, natural ou, até mesmo, lidas como de ordem divina, por meio dos esforços basilares desse pensamento, movimentamos por estranhamentos que visam transgredir o sistema sexo-gênero.

Ademais, trazemos para essa trama e concordamos com os cinco pontos listados por Leandro Colling (2018) a respeito da teoria *queer* e sua forma de estudar: (1) trata-se de um conjunto de estudos críticos aos regimes normativos ancorados em gênero e sexualidade, percebendo o modo como se desenvolvem e desmistificando naturalismos; (2) a transitoriedade e a atualização são processos co-constitutivos das identidades para que determinadas formas de se expressar e pertencer possam acontecer; (3) rejeição às marcações de desvios e doenças que ocorrem a partir de tentativas de se atrelar às identidades, bem como reprovar propostas que tentam ligar sexualidade e gênero às constituições biológicas; (4) recusar formas de categorizar indivíduos e grupos, e também discordar das tentativas de normalizar algo ou alguém em razão de identidades e expressões; (5) irromper com a divisão de estudos entre gênero e sexualidade, pensando-os relacionadamente (Colling, 2018).

Com essa introdução sobre bases das origens do termo e do pensamento *queer*, este capítulo, de caráter teórico-conceitual, é composto por cinco seções para entender as construções históricas entrelaçadas de poder e sexualidade até chegar a uma proposição que permita incorporar os estudos *queer* às práticas comunicacionais. A partir de uma leitura foucaultiana sobre poder e resistência, a primeira parte se direciona a entender os processos culturais de desenvolvimento da sexualidade na modernidade. Cabe salientar que Michel Foucault é um esteio para os estudos *queer*, embora não possa ser situado como um teórico *queer*, especialmente pelas tentativas em desestabilizar noções cristalizadas de discurso, poder e saber. Ao nível acadêmico, afloram-se estudos pós-estruturalistas cujas compreensões das relações sociais humanas se voltam aos microespaços, aos sujeitos e às relações de poder. Destacam-se, nessa esteira de pensamentos, Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Jean-François Lyotard como filósofos que se despontam por questionamentos às ordens de poder e do que se apresentava como pré-concebido. Michel Foucault, por sua vez, não se considerava na rotulação de pós-estruturalista, apesar de notarmos que suas bases filosóficas, fundamentalmente a fase genealógica do poder (Foucault, 1998, 2023), contribuem para deslocar cristalizações e, por tal feito, se constituem como centrais para o desenvolvimento da teoria *queer*. Tamsin Spargo (2019, p. 13-14) reitera que “Foucault não deu origem à teoria *queer*, tampouco a teoria *queer* é o destino do pensamento de Foucault”. Não se pode confundir as contribuições do intelectual para o pensamento com uma circunscrição categorizante. Com esse olhar, tem-se que as reflexões sobre saber, poder, sexualidade, discurso e outras temáticas que, até então, não eram objetos acadêmicos de grande visibilidade nas humanidades durante meados do século XX, tornam-se elementares para desestabilizar essencialismos.

Na segunda seção, percorremos conceitualizações de gênero e sexualidade, entendendo-as como categorias sociológicas cujos significados culturais são atribuídos para demarcação de corpos, mas que podem ser incorporadas como articulações políticas. Esse movimento conceitual permite com que compreendamos as limitações e as aberturas possíveis em torno desses dois marcadores sociais das diferenças, bem como nos aproximemos de uma análise interseccional que considere as articulações das experiências. Em seguida, as possibilidades epistemológicas desenvolvidas por Paul Preciado com/a partir do corpo deslocam bases epistemológicas ocidentais que tentam circunscrever vidas em mecanismos coloniais e modernos de poder. De tal maneira, é uma ação para causar desconfortos e implodir regimes normativos. A quarta seção do capítulo tem o intuito de discorrer sobre o

conceito de “diferença”, para além de uma apreensão que distingue pessoas na matriz social, para propor outras camadas de compreensão da complexidade política desse léxico e dos rumos que a teoria *queer* pode trazer. Por fim, como um conjunto de saberes, conceitos e políticas, observamos como os estudos que fundamentam a teoria *queer* podem complexificar o entendimento dos processos comunicacionais, tal como entender a *queerentena* como uma forma de ler fenômenos em ebulição no contemporâneo.

3.1 Tensões das/nas relações de poder e resistência

O propósito filosófico de Michel Foucault possui, em seu cerne, o ato de questionar e possibilitar (re)pensar as práticas sociais. Por meio da historicidade, ele consegue evidenciar que a abordagem histórica dos fenômenos, que se apresentam como estáveis, não é fechada e regular. É nesse propósito que, segundo Johanna Oksala (2011, p. 12), “para ele, a filosofia não era um campo de saber que se acumulava, mas um exercício crítico que questionava de maneira incessante crenças dogmáticas e práticas intoleráveis na sociedade contemporânea”. Essa ideia do acúmulo de saberes é questionada em sua primeira fase arqueológica, como comumente se organiza a produção intelectual de Michel Foucault⁵⁰, a qual se volta para as práticas discursivas e suas formações históricas em um campo de saber (Foucault, 2008). De tal maneira, acreditamos que, por esse olhar foucaultiano, ao mirar as construções sociais e apreender dimensões do passado, temos um gesto de (re)pensar o contemporâneo e contrapor hegemonias. Como um pensador cuja efervescência tem em vista provocar um ato de deslocamento nas leitoras e nos leitores, o desafio é criticar visadas essencialistas e processos de normalização na sociedade ocidental. Essas ações ligam-se diretamente ao filósofo, como John Andrews *et al.* (2024, p. 222) assinala: “escrevendo durante a década de 1960, Michel Foucault expressou uma forte antipatia pela sociedade burguesa dominante e uma grande simpatia por aqueles à margem da sociedade”.

As reflexões de Michel Foucault sobre a genealogia do poder e a história da sexualidade revelam um conjunto de esforços nos anos 1970 para compreender relações que estão entrelaçadas entre poder, saber, discurso e corpo como mecanismos de regulação de desejos, da ordem e de naturalização. Nessa empreitada, há um deslocamento para

⁵⁰ Há uma divisão da carreira acadêmica do filósofo em três momentos: *arqueologia do saber*, *genealogia do poder* e *ética*, sendo que não são fases que se superam, mas que lançam análises mais abrangentes de questões críticas à modernidade (Oksala, 2011). Neste capítulo, damos ênfase à genealogia, com vistas a perceber as relações de saber-poder e suas conexões com a sexualidade enquanto um dispositivo.

desestabilizar perspectivas estabelecidas sobre o indivíduo, entendendo-o como parte de um processo em desenvolvimento na cultura. Nesse período da chamada “Revolução Sexual” entre as décadas de 1960 e 1980 (Spargo, 2019), o trabalho de Foucault, em especial com o primeiro volume de *História da sexualidade*, consegue colocar a sexualidade como um problema da modernidade cujos entendimentos nas ciências eram destacar a repressão do sexo, mas Michel Foucault (2023) assinala a complexidade de estratégias regulatórias que lhe operam.

É importante, antes, entender que o poder não é interpretado por uma ótica opressora, com a qual se condenaria e proibiria ações e práticas e assinalaria estritamente a negação. Trata-se de uma ação produtiva, quer dizer, o poder se dá em relações e interações, o que assinala o caráter instável e presente na microfísica da sociedade. Na analítica do poder foucaultiana, prevalece a noção de que, “na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 1998, p. 248). Ao entender o poder de forma móvel, é possível compreender que existem estratégias, assim como uma presença em todos os lugares, não estando concentrado em uma organização, instituição ou sujeito, como se lançava o poder soberano, mas em práticas interacionais que atravessam a sociedade.

Johanna Oksala interpreta que as relações de poder não devem ser analisadas de cima para baixo, como se alguém ou algo detivesse e comandasse uma subordinação, mas de baixo para cima, “[...] e se estudar a miríade de maneiras pelas quais os sujeitos são constituídos em redes diferentes, mas entrecruzadas” (Oksala, 2011, p. 84). Nessa toada, Michel Foucault (2023) segue uma investigação pela burguesia da era vitoriana e a refutação da hipótese repressiva da sexualidade. Desde o século XVIII, surgiram tecnologias de produção do corpo, que, por sua vez, queriam a docilização dos indivíduos em um período de aprofundamento do capitalismo e da industrialização e de surgimento da população e os entraves econômicos e políticos. Ao contrário do que a repressão representava, Michel Foucault (2023) observa a crescente estimulação para que a sexualidade se tornasse alvo de realces, classificações e vigilâncias. De tal maneira, os discursos sobre o sexo, as práticas e os prazeres se tornam parte do exercício das relações de poder e passa a instigar a vontade de saber de educadores, psiquiatras, médicos, clérigos. Por outro lado, nessa ebulição, surgem também espaços em que há proibição da enunciação, embora a efervescência dos discursos fosse parte de um processo de busca por verdades ocultas e secretas.

Com vistas a ilustrar a explicação, a confissão é um dos mecanismos explorados pelo filósofo. O ritual confessional era (e permanece) uma prática estimulada pela Igreja Católica, desde o século XVI, com o incentivo aos sacramentos cristãos no Concílio de Trento. Confessar é uma ação na qual uma pessoa precisa voltar-se para si e refletir sobre seus atos e pensamentos pelos fundamentos do pecado e pelos dez mandamentos presentes na Bíblia. Assim, deve-se confessar a uma autoridade superior, como um padre, para receber uma penitência que poderá absolver os desvios. No entanto, a configuração da confissão não se restringiu ao âmbito religioso e se secularizou por outras organizações e relações, como na psiquiatria, na justiça etc., sendo que cada uma delas estabelece um modo de atribuir ao indivíduo algum tipo de culpa ou erro para ser confessado. “A sexualidade tornou-se assim um construto essencial na determinação não só do valor moral de uma pessoa, mas também de sua saúde, de seu desejo e de sua identidade (Oksala, 2011, p. 87). Nessas lógicas de confissão, o sexo é um dos motes principais na tentativa estratégica das relações de poder circunscrever limites aos corpos, seja colocando-os como doentes, ou perversos, ou criminosos. É por meio desse “erotismo discursivo generalizado” que Michel Foucault (2023, p. 36-37) assinala que a produção discursiva sobre o sexo ocorre com/no poder como modo de exercer, isto é, “[...] criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva”. Consecutivamente, organizações científicas e jurídicas se radicam em práticas de controle, tal como a medicina e a produção de (a)normalidades para as vidas, cujo intuito é o engendramento de práticas, comportamentos e desejos regulados.

Tornamo-nos, por efeito, uma sociedade “confessanda”, diz Michel Foucault (2023, p. 66), constituída por uma processualidade em busca de uma oculta verdade. Esse mecanismo se entranha no cotidiano e passa a ser naturalizado, e não mais apreendido como parte de uma trama. O aperfeiçoamento das estratégias de poder se funde às vidas, estabelecendo práticas de controle. Por esse motivo, a hipótese repressiva não se sustenta, haja vista os processos históricos de incitação ao discurso sobre o sexo e a procura por verdades no indivíduo, com os quais práticas normativas e científicas passam a produzir o poder sobre o modo como se vivencia a sexualidade.

Nessa emergência da sexualidade na modernidade, Johanna Oksala (2011) interpreta que Michel Foucault desejava sinalizar algo sobre a contemporaneidade. Quer dizer, no período de desenvolvimento da obra, existia uma ideia de repressão da sexualidade que

causaria danos à saúde das pessoas. Foi a partir de uma visada opositora a essa concepção essencialista que o filósofo explica que a sexualidade só adquire significados dentro de uma cultura a partir das negociações e das articulações do poder. Quer dizer, marcar uma sexualidade como doença ou desvio só cabe dentro de determinados parâmetros culturais norteadores de uma sociedade. Com essa perspectiva, desloca-se a ideia de haver sexualidades naturais do humano a serem libertas. O equívoco de tal percepção evoca as armadilhas das normas, que podem se transformar em outras com tom semelhante de opressão (Oksala, 2011).

Ao seguir por essa esteira historicizante do pensamento foucaultiano, chega-se à conclusão de que a sexualidade foi se constituindo por meio de táticas, estratégias e arranjos com os quais se visava ter controle. A trama da sexualidade envolve, assim, desejos, prazeres, vivências, práticas, regulações, ou seja, configura-se como um *dispositivo* que seria um amálgama, “[...] em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se, uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder” (Foucault, 2023, p. 115). Como objeto de preocupação moderna, a sexualidade não se restringe a um único modo, mas às diferentes armações do dispositivo na sociedade que se dão com estratégias e discursos nas relações. Cabe dizer que a complexidade dos dispositivos evidencia um matiz de elementos. Na leitura de Gilles Deleuze (1996), os dispositivos são constituídos por regimes de visibilidade e enunciabilidade, que comportam também dimensões de poder e linhas de subjetivação. Pelo enredamento desses arranjos, é possível notar certos processos disciplinares e de controle.

Logo, se o poder se arranja em relação para produzir, como se nota com o dispositivo da sexualidade, estamos frente à inescapabilidade de seus mecanismos. Porém, se existe poder, há resistências. Quer dizer “que lá onde há poder há resistência, e no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 2023, p. 104). Isso salienta que as resistências operam nessas tramas de diferentes maneiras e com transitoriedade, ocasionando reuniões de indivíduos, mudanças de comportamento e ações na vida.

Ao fim do percurso, Michel Foucault (2023) percebe uma reconfiguração do poder que passa a atuar sobre coletividades, o *biopoder*. Por outras palavras, “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 2023, p. 150). Se o

poder se arranhou para disciplinar os corpos em sua individualidade, a partir do século XVIII, outro modo de governo quer engendrar diferentes tecnologias para o disciplinamento de populações. Entre suas arregimentações, liga-se, fundamentalmente, à saúde para que possa controlar expectativas de vida, reprodução de grupos de pessoas, natalidade, velhice etc. (Oksala, 2011). O biopoder, além disso, se arranja institucionalmente para gerenciar dimensões temporais por meio dos mecanismos capitalistas. Nesse sentido, a sexualidade é também alvo do biopoder para estabelecer algum tipo de gerenciamento de grupos e populações.

Com esses entendimentos foucaultianos, Isaac West (2018) aponta quatro movimentos executados em estudos da Comunicação, a partir da *História da sexualidade* de Michel Foucault (2023), que provocam reflexões no campo: *rejeição à hipótese repressiva; desejo como saber-poder em discursos; identidades e resistência; poder-saber*⁵¹.

- a) Nesses estudos, entende-se que a sexualidade não era uma questão reprimida por instituições, mas, sim, alvo de constante incitação para enunciá-la nos discursos e até mesmo violá-la. “Dessa forma, Foucault valorizou a comunicação como experiência subjetiva capaz de produzir prazer e dor” (West, 2018, p. 6, tradução nossa⁵²). Nessa ambivalência dos prazeres e das dores, há processos comunicacionais que se constituem por discursos.
- b) Como se nota, por meio de discursos — religiosos, médicos, jurídicos, midiáticos —, os desejos se tornam alvo de classificações cujos interesses eram estabelecer diferenciações entre indivíduos, atribuindo valorações. Um dos exemplos resgatados pelo pesquisador na obra foucaultiana é a demarcação da homossexualidade como uma categoria patológica criadas nos discursos médicos do século XIX.
- c) Pelas identidades, há práticas de resistência. Isso significa que as produções discursivas de pessoas contra práticas violentas e opressoras passam a ser desenvolvidas a partir da reivindicação da identidade, “[...] proporcionando assim a comunicação como um local necessário de agência e política” (West, 2018, p. 6, tradução nossa⁵³).

⁵¹ Por outro lado, destacamos que esses pontos que se sobressaem também são trabalhados nas humanidades para apreender discursos, historicidades e relações de poder. Logo, não se trata de uma exclusividade para a Comunicação.

⁵² No original: “In this way, Foucault valued communication as a subjective experience capable of producing pleasure and pain” (West, 2018, p. 6).

⁵³ No original: “[...] thus providing communication as a necessary site of agency and politics” (West, 2018, p. 6).

d) Essas relações de resistência assinalam as constituições de saber-poder, pois estão atuando em redes da cultura. É nesse amalgama que as identidades e o reconhecimento operam por chaves de resistências nas relações de poder.

Esses quatro tópicos depreendidos dos estudos foucaultianos para a Comunicação engendram bases importantes para as pesquisas, todavia implicam o empenho epistemológico-conceitual de avançar, entendendo limitações do pensamento, atualizações dos dispositivos e (re)entramamentos nas relações de poder. Para nós, as considerações de Michel Foucault (2023) estabelecem alicerces para as discussões da teoria *queer*. Segundo ele, a sexualidade é central nas relações de poder pelo estabelecimento de mecanismos discursivos que produzem práticas normativas na cultura. O poder, tido como multifacetado e instável, sem estar concentrado em determinada organização, está imbricado em uma trama complexa na sociedade (Foucault, 1998). Por essa configuração, a sexualidade se arregimenta como “dispositivo” através do qual estratégias são mobilizadas para conferir significados aos corpos e aos desejos. Então, entendemos que a sexualidade se ordena por discursos de saber-poder, que estão em permanente atualização para afetar e pedagogizar todas as pessoas. Esse horizonte conceitual em vista permite tecer articulações com a emergência e inquietude dos estudos *queer*.

Somos instigados por Michel Foucault (1998, 2008, 2023) a ter desconfianças e buscar a liberdade. Seria esse um dos propósitos filosóficos dele, lembrado por Johanna Oksala (2011, p. 124) que conclui: “lendo-o, somos capazes de experimentar o mundo à nossa volta de maneiras radicalmente novas, e nesse processo tornamo-nos nós mesmos algo diferente: sujeitos à procura de modos de pensar, viver e se relacionar com outras pessoas que são, talvez, inimagináveis ainda hoje”. Tal como as *queerentenas* que provocam alguma afetação pela escrita projetada ao mundo, embaralhando as normas que desejam se petrificar nos corpos, indagando os motivos que levam a formação de discursos que visam sugerir quem se deve ser, vivendo de algum modo insubmisso pelas brechas que nós mesmos abrimos. Acreditamos, assim, nesse desejo de liberdade evocado na filosofia foucaultiana que tenta resistir às relações de poder cujos fins buscam a (a)normalização.

3.2 Gênero e sexualidade como categorias de análise das relações e processos sociais

Ter os horizontes foucaultianos sobre poder e dispositivo, abre-nos um prisma para incursões pelas considerações em torno de gênero e sexualidade. Em um ensaio, Guacira Louro (2017) enfatiza como o entramar das relações e jogos de poder são, muitas vezes, sutis, agem tacitamente, estão camuflados em discursos, mas ora são diretos, evocam forças para estabelecer parâmetros e ordenamentos. É válido considerar que o exercício do poder é composto por ações de resistência e contestação, aceitas ou não, na malha social. Por esse motivo, a construção das pessoas não ocorre apenas por sistemas opressivos, mas em produções que instituem determinadas formas de viver, de estar no mundo e se comportar a partir de convenções culturais em torno da cisgeneridade e heterossexualidade. Essa perspectiva assinala que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (Louro, 2014, p. 45).

Por gênero, entendemos uma conformação das experiências dos corpos e das pessoas, funcionando também como uma ferramenta analítica e política, assim como é o primeiro delimitador da vida de qualquer indivíduo (Butler, 2019a). Constitui-se como uma categoria construída socialmente, com transformações no tempo-espaço e em atualizações (Louro, 2014). Aqui, ancoramo-nos em uma perspectiva *queer*, o que não significa que seja a única maneira de apreender essa categoria, haja vista que os diferentes estudos feministas e decoloniais propõem entendimentos para gênero que podem trazer outras visadas e nuances (Colling, 2018). Ademais, gênero não é uma categoria fechada, que, na cultura ocidental, cristaliza-se em torno de um binômio masculino-feminino. Quer dizer, ao passo que não se pode apreender como inscrições introjetadas nos corpos ou papéis a serem aprendidos e performados, “[...] e sim como uma sequência de atos, é possível pensar que será apenas a reiteração continuada desses atos que cria sua aparência (ou ilusão) de naturalidade” (Louro, 2017, p. 20). Gênero e sexualidade se relacionam à medida que se formam por discursos⁵⁴ que são partes das produções identitárias.

Culturalmente, diferentes organizações e instituições tentam ordenar a vida para caber na correspondência entre *sexo-gênero-sexualidade*. Judith Butler (2019b) aponta que o “sexo”, seguindo a perspectiva foucaultiana de produção do poder, é um ideal cujas ações se destinam à regulação dos corpos e, por meio das normas regulatórias, materializa-se. Podemos entender, assim, que a identificação aparente da anatomia de um pênis ou uma vagina em um corpo, classifica-o como homem ou mulher, antes mesmo do nascimento. Nessa linha de

⁵⁴ Discurso é entendido na mesma esfera do pensamento foucaultiano, na interpretação de Sara Salih (2019), a partir das obras de Judith Butler, como um conjunto amplo de enunciados. Lembramos que o discurso é dinâmico, acontece nas interações e se relaciona com outros, tornando-se parte da história (Foucault, 2008).

correspondência, o ideal regulatório se destina a marcar um corpo com pênis como homem cujos relacionamentos, práticas e interesses devem ser heterossexuais nas relações; e vice-versa (Louro, 2020). Então, “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (Butler, 2019b, p. 195). Forma-se uma continuidade de expectativas a que os corpos passam a ser direcionados à equivalência normativa.

Entender que gênero e sexualidade não são atos impositivos, mas processos com regulações aos corpos e produção ao longo do tempo, leva-nos à genealogia butleriana sobre as instabilidades das normas, a dimensão performativa e os problemas do sistema sexo-gênero (Butler, 2019a, 2019b, 2023). Esse caráter impermanente e transitório evoca a necessidade da iteração, ou seja, a repetição das normas pelos discursos. Nesse sentido, a materialidade dos corpos representa o efeito de poder, que está correlacionado à materialização das normas. Portanto, a performatividade é como um poder reiterativo de discursos na linguagem, ocasionando efeitos que esse mesmo poder tenta regular, em que o sujeito passa a ser formado pela norma ao assumir um sexo. Conforme Sara Salih (2019), a hipótese de correspondência de uma linha contínua e estrita entre sexo, gênero e sexualidade é posta em xeque por Judith Butler (2023) quando questiona a falsa naturalidade da categoria gênero e evidencia que não existe correlação natural entre o corpo de uma pessoa e o gênero que ela performa. Ao considerar que gênero é, pois, um conjunto de atos em atualização, com os quais interpretamos e tensionamos, assinala-se a produção discursiva normativa que se desenvolve nas relações de poder (Butler, 2023).

O argumento de Judith Butler (2019a) elucida que gênero não é um carimbo no corpo, mas que nos coloca, a partir de dimensões normativas que são anteriores a nós e se atualizam na cultura, a representar determinadas expectativas em relação ao que nos foi atribuído ao nascer. A filósofa lembra que existem discursos que visam estabelecer autoridade e cumprimento, como acontece com a instauração de leis e atestados médicos, porém, o efeito que pode surgir a partir das práticas e das representações pode expandir algum tipo de mudança e forma de resistência. As reproduções de gênero exigem ajustes e acordos nas relações de poder, o que ocasiona a ratificação das normas, ou atualizam-nas, ou alteram-nas no fluir das representações nos corpos.

Dessa maneira, é notório que a linguagem tem crucialidade nos processos de legitimação com vistas a se apresentar como sólida e criar um acervo comum partilhado de

como ser com base em sedimentações, experiências coletivas e atos que se tornam tradições. Com essa mecânica na linguagem, as normas precisam constantemente da repetição para serem incorporadas e fazerem valer suas ações nos corpos. Logo, esse é o efeito performativo, isto é, o discurso tem capacidade de fazer, e não apenas de dizer, instituindo efeitos reais sobre identidades (Silva, 2000). Um conjunto de atribuições e prescrições se apresenta, assim, para um indivíduo seguir em sua vida, sendo que, ao romper com as expectativas, poderá ser mira de violências, tentativas pedagógicas de coerção e marcações de problemas.

Porém, por ser uma produção, e não um dado, existem meios de contestar e quebrar as normatividades que tentam se petrificar na cultura. Diz Guacira Louro (2017, p. 20) que, “apesar dos pesares, alguns (ou muitos) se arriscam à desobediência, atrevem-se a transitar pelas fronteiras dos gêneros e da sexualidade, a desejar quem não devem desejar, a experimentar a ambiguidade”. Não tem como saber quem vai transgredir às normas, e nem mesmo prever os caminhos que tomará na vida. Por outro lado, acontece um investimento pedagógico com fins de conformar quem somos, como agimos e nos relacionamos. Esse processo de escritura sobre nossos corpos e subjetividades é contínuo e se dá por intermédio de ordenamentos e regras diretas ou incutindo sutilmente como devemos atender às expectativas sociais, desejos e comportamentos (Louro, 2019). Ao colocar em risco, muitas vezes, a própria vida, desobedecer às normas de gênero e sexualidade, por exemplo, é estar na mira pedagógica, dos controles, das punições, das violências físicas e simbólicas. É estar em condições potenciais de vulnerabilidade diante do encontro com o outro. “As pessoas LGBTI+ precisam se assumir contra as normas que regulam os campos de gênero e da sexualidade, ao mesmo tempo em que, ambigualmente, legitimam a existência dessa normatização” (Quinalha, 2022, p. 21). Esse paradoxo evidencia problemas que as normas colocam na vida. Não é possível se deslocar totalmente delas, por serem, processos discursivos performativos, que se arquitetam pela linguagem e no simbólico, produzindo significados, que se tornam compartilhados.

Notam-se, todavia, ações contestatórias na história cuja visada é tentar opor aos mecanismos culturais centrados na normalização da cisheterossexualidade. Renan Quinalha (2022), por exemplo, estuda as organizações políticas emergentes na Inglaterra do século XIX, nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e no Brasil contemporâneo, no qual se esforça para destacar desafios que exigem mobilização coletiva para respondê-los em nosso país. Se ao longo do curso da história há tentativas sistemáticas de destruir os passados LGBTQIA+ para imperar ideais confabulados com estatuto de normalidade, apostamos, nesta

tese, que as narrativas de vidas sejam meios de formar alianças e diálogos para a emergência das diferenças. Entretanto, o grande desafio que se projeta se deve ao contexto pandêmico e bolsonarista de enrijecimento das precariedades e de tentativas sistemáticas de apagamento.

Todas essas discussões demandam estarmos atentos ao contexto sócio-político que ganha fôlego a partir da década de 2010 — período de catálise na política brasileira com o governo Dilma Rousseff e de debate de temáticas sociais dos direitos sexuais e reprodutivos —, quando ocorre uma intensificação conservadora de grupos interessados em inibir o debate público sobre gênero, sexualidade e corpos no Brasil. Iniciamos essa discussão no primeiro capítulo, mas, aqui, queremos dar ênfase ao fato de que houve uma união entre igreja, fiéis religiosos, agnósticos, políticos e economistas de alinhamento ao espectro da direita e extrema-direita, ou seja, grupos com diferentes organizações e interesses, mas juntos pela aliança ao combate do que nomearam por “ideologia de gênero” (Miskolci, 2021). Vale o adendo de que essa expressão “ideologia de gênero” é forjada por católicos⁵⁵ nos discursos e posicionamentos dos papas João Paulo II e Bento 16 a fim de reagir contrariamente aos feminismos (Colling, 2018).

O projeto moral, que deseja impedir a conquista de direitos sexuais e deslegitimar a pluralidade para impedir que esse “mal” corrompa crianças e se espalhe pela sociedade, desestruturando-a, enrijeceu nos anos 2010 devido à desinformação e ao alastramento pelas lógicas plataformizadas digitais de serviços como *WhatsApp* e *Facebook*, que permitem a elaboração de mensagens e compartilhamento instantâneo e em massa (Miskolci, 2021). Entre exemplos de moralidade em torno das questões de gênero, encontramos movimentos religiosos com produções midiáticas endereçadas para crianças e pais com a busca por reiterar o binarismo de gênero — para ilustrar, citamos as músicas “Nosso gênero vem de Deus”, do Trio R3, e “Não dessa vez”, da dupla Sr. e Sra. Lobos, cujas produções audiovisuais se constituem com estratégias pedagógicas explícitas que invocam moralidade e preceitos religiosos evangélicos para assinalar normas aos corpos desde a infância (Vieira Filho; Procópio, 2024).

Não se trata de um fenômeno circunscrito ao Brasil, e nem limitado a essa década, mas, aqui, observa Renan Quinalha (2022), o agravante se dá com a ascensão do bolsonarismo, um movimento político cujo expoente é o protagonismo de Jair Bolsonaro ao

⁵⁵ Embora não prolonguemos nesse aspecto, é necessário mencionar o quanto discursos religiosos cooperam para elaborações simbólicas preconceituosas e proibicionistas para gênero e sexualidade. Entre 2023 e 2024, o papa Francisco enunciou, em diferentes momentos, sobre benção a casais homoafetivos, enquanto, em outros, usou termos homofóbicos para se referir à possível homossexualidade de padres e integrantes da igreja.

mobilizar, midiaticamente, temáticas de cunho moral e conservador como dispositivo eleitoral para conquista de seguidoras e seguidores, eleitorado, aliadas e aliados de extrema-direita. Nessa alçada moral, cujo objetivo é proibir a aparição e atacar o debate público das questões englobadas no guarda-chuva de gênero, os focos são delimitados para agir (e atingir) nas escolas, famílias, religiões e outras organizações com bases extremistas e conservadoras, visando a obstrução dos direitos LGBTQIA+. Os ataques sistemáticos a artistas, educadoras, educadores, pesquisadores e pesquisadoras se intensifica com perseguições, impulsionados pelas mensagens e conteúdos em redes sociais (Miskolci, 2021). Entre os eventos de repressão e violência, destacamos dois episódios emblemáticos na caçada moral: os protestos contra Judith Butler, que veio ao Brasil, em 2017, para falar dos *fins da democracia*, e a censura à exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, que reunia mais de 80 artistas para evidenciar criações voltadas à diversidade sexual. Escreve João Silvério Trevisan (2018, p. 472) que, “em plena vigência democrática, surtos autoritários começaram a pipocar, com a função explícita de vigilância e censura, como patrulhas em defesa da moral e da integridade da família brasileira”. Assim, acreditamos que a descontextualização do debate de gênero, entendendo-o como um guarda-chuva amplo para temáticas de ordem social e comunicacional, funcionou como parte de um projeto orquestrado no país, que culminou na vitória eleitoral de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Ter essa percepção nos ajuda a situar com mais precisão o cenário das *queerentenas* e avançar posteriormente pelas histórias com olhares ancorados por esse conjunto teórico-conceitual desenvolvido neste capítulo.

Ainda sobre o contexto brasileiro, para Paul Preciado (2021), o Brasil é um país caracterizado pelo caos de disputas antagônicas. De um lado, há uma coalizão de movimentos engajados em questionar tal contexto e lutar pelo atendimento de demandas sociais, mas, do outro lado, há um neoconservadorismo que age astutamente a partir da mobilização de pautas morais, desinformação e uso engajado das redes sociais para camuflar a emergência das diferenças. Emerge, portanto, uma disputa política, epistemológica, social e cultural, no sentido de que precisamos estar do lado que luta contra os perigos gerados pelas violências. Paul Preciado (2021, parágrafo 34) afirma que “o Brasil tem um dos regimes neopatriarcais e neocoloniais mais hiperbólicos (quase uma paródia de si mesmo) do mundo, mas possui também alguns dos movimentos de contestação e de resistência mais interessantes, em especial com as culturas indígenas”.

Acreditamos, portanto, que as alianças seja o caminho mais certo para atualização das diferenças e de potencialização do debate público. Cabe repetir que os significados atribuídos aos corpos e às vivências só ganham sentidos e reverberação dentro de uma cultura, a partir da frequência com que são enunciados. Assim, são estabelecidas categorias, identificações e caracterizações que impõem marcas a partir de discursos de instituições diversas do cotidiano com fins de estabelecer o que é aceitável ou não (Louro, 2020). Mas, lembra Michel Foucault (2023), para que o poder se exerça sempre vai existir resistência, ocorrem revoltas, contestações e provocações na tentativa de emergir e atualizar as diferenças.

3.3 Contrassexualizar o poder, as marcações e os armários

Assinalar a processualidade na cultura, instaura um deslocamento de pressupostas naturalizações da cisheterossexualidade, cuja historicidade remete a construções de saber-poder que visam consolidar relações e comportamentos como normais. Como vimos, juntamente ao gênero, a sexualidade se torna um elemento central para estruturação das identidades nas sociedades modernas. Por esse motivo, é difícil para muitas pessoas e organizações, até hoje, entender o caráter construído, em fluxo e transitório das categorias, por aparentarem ser elementos constituintes da essência biológica do ser humano. A partir de Jeffrey Weeks, Guacira Louro (2019) sublinha que a fixação nas identidades se torna como um determinante do que se é, ou seja, com as marcas identitárias, sobretudo pelas balizas normativas de gênero e sexualidade, parece que o indivíduo consegue narrar quem se é com certa coerência e biografar a própria vida, tomando as identidades como um esteio ou pano de fundo para si.

Por outro lado, embora haja um afã para estabelecer padronizações, meios de identificação e correspondência, tudo isso requer a agência dos sujeitos. Em uma cultura, os significados dos corpos são múltiplos e evidenciam as possibilidades de poder se esquivar e deslizar por outras aberturas ou nas fronteiras. Guacira Louro (2020) diz que cada pessoa é uma viajante com razões distintas, atravessadas por (im)possibilidades de cruzar as fronteiras, mas que conseguem, em alguma medida, escapar à rota pré-estabelecida. Tal argumento simboliza estranhamentos para contestar a cultura em que se está e as dinâmicas sociais com as quais se forma. Questionar o normativo representa uma tentativa indócil frente às relações de poder que tentam disciplinar o corpo.

É preciso considerar que os “armários” da vida, de onde entramos ou saímos, devem ser apreendidos como dispositivos regulatórios cujas elasticidades podem emergir barreiras, exigindo a permanência em segredo ou a busca por uma visibilidade (Sedwick, 2007). Por essa ótica, Tamsin Spargo (2019, p. 27) considera que “sair do armário evocava emergir do confinamento e do ocultamento para o espaço público, partir da clandestinidade para a afirmação pública”. Entendemos que os armários se desenvolvem como produções de conhecimentos que objetivam o estabelecimento de valores e significações na cultura ocidental. Historicamente, Eve Sedgwick (2007) aponta que os armários instauraram regimes de opressão para pessoas gays no século passado, porém, parece-nos que o modo como esse dispositivo se desenvolve na sociedade faz com que as operações de opressão permaneçam, em exigir uma revelação ou não, para diferentes identidades e expressões LGBTQIA+. Por outras palavras, os armários não são edificados apenas para a homossexualidade e o ato de assumir-se ou esconder-se, fingindo ser “heterossexual” nos espaços públicos, mas se enrijece com outros pares ambivalentes, como ilustra Eve Sedgwick (2007) com masculino/feminino, novo/velho, mesmo/diferente... Logo, como um dispositivo, enuncia-se de diferentes formas, privilegiando um polo em detrimento ao outro, construindo ordenamentos que vão se tramando socialmente a partir de expectativas, desejos, relacionamentos e tantos outros esforços para os princípios normativos.

Nas manobras do poder, há indivíduos marcados como abjetos em razão de os dispositivos eivarem a compreensões de abominação, rechaçamento e horror pela forma como cada uma e cada um se expressa e experiencia o mundo e o próprio corpo. Essa noção, proveniente do pensamento feminista de Julia Kristeva, sustenta o entendimento de que as normas determinam processos de instauração de diferenças, atrelando-as a algo da ordem da repulsa por caracterizar um desvio. Nesse sentido, “parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece” (Butler, 2023, p. 230). A abjeção categoriza corpos como se não fossem humanos, e sim excrementos para descarte, em meio a um sentimento de repulsa que visa a distinção entre dominantes e os outros. Por exemplo, determinadas expressões de gênero e vivências sexuais podem ser tomadas como abjetas pelo fato de não estarem em correspondência à cultura cisheterossexual.

Nessa teia composta por fios difíceis de serem rompidos, conseguimos puxar outros fios a partir da filosofia de Paul Preciado, com a qual a força política e encarnada do próprio corpo expande possibilidades imaginativas para ressignificar o mundo, o corpo e a política.

Ao partir do lugar de monstrosidade que lhe foi atribuído para abjetificá-lo, Paul Preciado (2022a) questiona e subverte, atenta-se às construções discursivas da psicanálise e consegue estremecer bases epistemológicas cunhadas em produções discursivas modernas e coloniais de inscrição de validações às experiências humanas. Para encontrar saídas, aprende a linguagem do sistema sexo-político para dismantelá-la, mas isso não representa a libertação dos regimes violentos, visto que liberdade, para ele, “é um túnel que se cava com as mãos [...] é algo que se fabrica” (Preciado, 2022a, p. 23). E por esse motivo, ao aprender o funcionamento dos regimes controladores, começa, de dentro para fora, a ruí-lo. Com essa leitura, sentimos como o gênero se afirma em amarras que conseguem se prender em nós de tal forma que escapar se torna um desafio. Parece-nos uma gosma pegajosa que, quanto mais tentamos tirá-la do corpo, mais ela tenta grudar. Mas o que Paul Preciado (2022a) nos provoca é questionar aquilo que quer ser dominante e tentar fabricar a liberdade.

Essa trama tecida pelo filósofo, a partir das narrativas das próprias experiências com os efeitos da testosterona no corpo e das transições de gênero (Preciado, 2018), tensiona os processos de normalização ao evidenciar a ficcionalidade das normas presentes nas práticas médicas, jurídicas e psiquiátricas. Diante de milhares de psicanalistas, ele inverte a ordem e provoca:

Mas por que as senhoras e os senhores estão convencidos, queridos amigos binários, de que só os subalternos têm uma identidade? Por que estão convencidos de que só os muçulmanos, os judeus, os gays, as lésbicas, os trans, os moradores de periferias, os migrantes e os negros têm uma identidade? Vocês, os normais, os hegemônicos, os psicanalistas brancos da burguesia, os binários, os patriarco-coloniais, por acaso não têm identidade? Não existe identidade mais esclerosada e mais rígida do que a sua identidade invisível. Que a sua universalidade republicana. Sua identidade leve e anônima é o privilégio da norma sexual, racial e de gênero. Ou bem todos temos uma identidade ou então não existe identidade. Ocupamos todos um lugar diversificado em uma complexa rede de relações de poder. Ser marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear sua posição identitária como universal” (Preciado, 2022a, p. 31).

Lançar essas perguntas para uma plateia acostumada a designar o “outro” como erro e problema para distanciar de si qualquer tipo de marcação, colocando-a em um patamar de universalidade e neutralidade, estabelece ações de coragem no confronto das ficções normativas. Ao tomar o lugar do “monstro” contra quem lhe marcou assim e contrapor o que dizem para patologizar, Paul Preciado (2018, 2022a) consegue apontar como os códigos atrelados ao gênero, às categorizações binárias de masculinidade e feminilidade e aos desvios normativos são discursos falhos desenvolvidos com interesses cisheteropatriarcais.

Para além, o ato de fabricar o próprio corpo remonta aos objetivos almejados pela contrassexualidade — um conjunto de estratégias políticas para estabelecer possibilidades de vida e subjetividades que arriscam e colocam sob o fio da navalha o sistema sexo-político. Esse sistema se investe sobre os corpos como escrituras a partir da sexualização de determinados órgãos como uma tecnologia biopolítica de controle das populações (Preciado, 2022b). Com esse investimento, o corpo é sexualizado e os prazeres, circunscritos. Contrassexualizar é, então, uma forma de descentralizar esses órgãos e o falocentrismo, reinventando o corpo a partir de exercícios que expurgam a ideia de naturalidade. Além disso, a contrassexualidade corresponde às ações críticas de reivindicação política dos corpos, abrindo experimentações e desejos, rompendo com expectativas e comportamentos visados.

O pensamento de Paul Preciado (2022b) não busca estabelecer outro tipo de natureza humana, mas abolir essa concepção que se fecha em binarismos de homem e mulher, masculino e feminino. A princípio, a ideia soa como utopia, até mesmo porque estamos impregnados pela reiteração discursiva do que devemos ou não ser, juntamente à materialidade dos corpos, mas seu desenvolvimento deixa evidente a falsidade de normas e estruturas biológicas que ensinam naturalizar e essencializar os corpos. Por esse motivo, o contrato contrassexual reconheceria os indivíduos não como corpos sexualizados a partir de suas genitálias, buscadas cada vez mais cedo nas ultrassonografias e exames de sexagem fetal, mas como corpos vivos e falantes, capazes de enunciar e desconstruir práticas. Inspirado em Michel Foucault, o argumento é por uma corporeidade livre, fora de oposições, contraprodutiva, ou pelas palavras de Paul Preciado (2022b, p. 33), “[...] a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna” se desenvolvendo como resistências. Trata-se, inclusive, de compreender como uma epistemologia histórica e um modelo cultural as configurações do poder para diferenciar a sexualidade, o que demarca possibilidades de alterações (Preciado, 2022b).

Como vimos com Michel Foucault (1998, 2023), o poder consegue se rearranjar quando suas estratégias deixam de ser eficazes para as lógicas sociais. Por esse entendimento, o poder soberano não era mais efetivo e foi se ajustando por dispositivos para se tornar disciplinar, com vista a gerenciar a vida do indivíduo, que passa a se reconfigurar para um entramamento nas populações, o biopoder. Embora o manifesto da contrassexualidade questione as demarcações e as tecnologias do sexo, para Paul Preciado (2018), avançamos essas concepções do poder foucaultiano e, hoje, vivemos o período denominado por *farmacopornografia*. Depois da Segunda Guerra Mundial, ocorrem alterações tecnológicas na

produção das subjetividades com a introdução de próteses, produtos químicos, farmacológicos e pornográficos (no sentido de rompimentos entre delimitações do que é público e privado, a partir da incorporação de meios comunicacionais, aguçando o consumo e a busca frequente pelo prazer⁵⁶), que permitem fabricações do corpo e outras gerências da vida. Grosso modo, a era farmacopornográfica corresponde à contemporaneidade em que corpos e prazeres são indispensáveis para as atualizações do sistema capitalista. Surgem produtos sintéticos que permitem a (re)construção corporal, químicos farmacológicos que visam o controle reprodutivo e sexual, pornografia como tecnologias audiovisuais de consumo pessoal.

Ter os dispositivos farmacopornográficos em nossa perspectiva se torna crucial para avançar pela pandemia de covid-19 e os modos de viver estabelecidos em isolamentos. “A complexidade desse momento deriva do fato de que não há apenas uma transformação nas técnicas de controle e produção da subjetividade, há também uma transformação epistemológica” (Preciado, 2021, parágrafo 18). Essas mudanças na produção de saber se referem ao fato de as divisões políticas e binárias do mundo não poderem mais sustentar as transformações. Em ensaio no início da pandemia de covid-19, Paul Preciado (2020b) afirma que o vírus reproduz a gestão política que atua nos territórios, de tal forma que consegue encarnar e se exacerbar para atingir toda a população. A afirmativa do filósofo naquele momento parece ter se concretizado quando avançamos pelo tempo, sobretudo ao mirarmos o Brasil e a consolidação de um regime enevoado por desinformações, práticas necropolíticas intensificadas pelo desejo de um governo, de alastramento de repressões. Ainda é válido considerar que a situação pandêmica eclode em um contexto de alterações mundiais, em que “o corpo e a subjetividade contemporâneos já não são mais regulados unicamente pela passagem por instituições disciplinares [...], mas, acima de tudo, por um conjunto de tecnologias biomoleculares, microprotéticas, digitais e de transmissão e de informação” (Preciado, 2020b, parágrafo 14). É o fortalecimento da farmacopornografia em conjunturas de mudança com a incorporação de um vírus como parte de estratégias políticas.

Fazer essa incursão pelos estudos *queer* e situar deslocamentos pela pandemia de covid-19, abre questionamentos de normatividades e permite procurar outras maneiras de unir a potência das vidas na busca por direitos e reconhecimentos. Seriam as *multidões queer*

⁵⁶ No livro *Pornotopia: Playboy e a invenção da sexualidade multimídia*, Paul Preciado (2020a) adentra pela consolidação da era farmacopornográfica, a partir de reflexões com base no arquipélago midiático da *Playboy*, nos Estados Unidos, pós-Segunda Guerra Mundial. Como um laboratório experimental, a *Playboy* assinala as modificações nas relações entre prazer, sexualidade, espaços e tecnologias juntamente ao modo como as pessoas se relacionam, as representações de gênero e as práticas sexuais. Dessa forma, instaura-se um regime cultural que modifica as apreensões em torno das sexualidades e das masculinidades.

capazes de reunir quem utiliza estratégias múltiplas de (sobre)vivência com vistas a subverter lógicas centradas na cisgeneridade e na heterossexualidade (Preciado, 2011). Lembra-nos o filósofo de que o sistema sexo-político é uma das ações do biopoder, tendo foco nas vidas de grupos sociais, regulando-os a partir de discursos sobre sexo. Contudo, o corpo é uma produção e precisa ser desterritorializado. A partir das multidões *queer* constituem possibilidades políticas de resistência e criação de espaços de liberdade e expressão contrárias às totalizações. Tais ideias estabelecem diálogos com o entendimento de Fernando Pocahy (2016) ao assinalar o pânico da desterritorialização que mexe com estruturas de fixação de um “eu” normativizado. Pô-las no fio da navalha do estranhamento causa um abalo em concepções binárias, no modo como os discursos são dirigidos aos indivíduos, no questionamento dos determinismos biológicos.

Contrassexualizar as práticas de saber-poder enfatizam a urgência de incorporar os saberes *queer* como resistência e descortinamento de questões. Como Fernando Pocahy (2016, p. 213) propõe: “a produção de potência de vida *queer* encontra-se com a radicalização de uma epistemologia de mundo engendrada no desvio e desde as vidas constituídas no avesso das normas, muitas vidas precárias”. Acreditamos, assim, que explorar a multiplicidade das diferenças, criticar os dispositivos biopolíticos e tensionar as configurações farmacopornográficas seja um caminho de avanços por subversões normativas e criações de corpos insubmissos.

3.4 Apreensão da “diferença” nos estudos *queer* e apostas conceituais

Diferença é uma palavra polissêmica e, por vezes, abstrata, que mira uma concretude. Em discursos contemporâneos, tem sido mobilizada como um “lugar-comum” (Louro, 2014, p. 48). No senso comum, há significações que se atrelam à tentativa de distinção entre coisas, sejam pessoas, fenômenos ou objetos, a partir da qualificação e adjetivação do que é visível. Já nos campos científicos, trata-se de uma categoria estudada e atualizada por diferentes abordagens e, às vezes, usada indiscriminadamente para marcar uma heterogeneidade. A emergência de discussões em torno da diferença como um conceito se potencializa ao passo que vivências subalternizadas e em condições suscetíveis à vulnerabilidade se tornam mira de discussões nas humanidades. Isso significa que “os que integram grupos vulneráveis possivelmente tiveram vivências de opressão, e sentiram na pele o peso de serem ‘diferentes’, o que permitirá a elaboração de um repertório associado a tais diferenças, que pode variar da

conformidade à reação frente ao que é experimentado” (Saraiva, 2023a, p. 32). Ao despertar questionamentos sobre universalismos e produções de conhecimento, acreditamos que as diferenças sejam mobilizadas como um ponto de partida pela pesquisadora e pelo pesquisador para indagar dormências na compreensão da sociedade.

Nas Ciências Sociais, a diferença é interpretada como uma categoria concreta e sociológica para delimitar populações, estabelecer normas e regras específicas, como ocorre com os marcadores sociais de gênero, sexualidade, racialidade, deficiência, etnia, idade... Com esse modo de olhar para a diferença no social, observam-se categorias em movimento e disputa para se estabelecer sobre os corpos. Essa abordagem é comumente trabalhada na Comunicação, como uma maneira de ler fenômenos que se constituem e atravessam os indivíduos e as interações. Por outro lado, corremos o risco das armadilhas de reforçar apenas teorizações já trabalhadas e não aprofundar nos processos comunicacionais.

Partir dessa sinalização nos requisita *diferenciar as diferenças*, dito por outras palavras, entender aquilo que caracteriza a diferença em alguns campos científicos e abordagens, para podermos ancorar em algumas apostas do que compreendemos por diferença nesta pesquisa em uma interpretação interseccional. No campo das Ciências Sociais, Antônio Pierucci (2013) traça a dificuldade em estudar a abstração da diferença e, por esse motivo, conduziu estudos com foco na direita política no Brasil das décadas de 1980 e 1990, haja vista que, como um espectro político crivado por historicidades, constitui-se como pensamentos, ideologias, modos de vida e formulações de mundo. Além disso, para ele, discutir a diferença exige situá-la em contextos, o que permite apreender as balizas que fundam os processos de diferenciação social. Nesse sentido, ao deslocar olhares para as estruturas políticas do país, percebe-se que a direita se articula como prática e sociabilidade, e não apenas ideais, em discursos e ações que visam atacar com uma “obsessão identitária”, conforme escreve Antônio Pierucci (2013, p. 18), o que estaria em ameaça e destruição pelos “outros” (os diferentes dos interesses da direita). Essa consideração avança para o ponto da argumentação do pesquisador de que foi a direita, em tempos modernos, que articulou a marcação da diferença nos seres humanos com a delimitação de que não nascemos iguais e, por tal motivo, não devemos ser tratados igualmente. Existe uma obsessão com a diferença, seja ela perceptível ou imaginada, que estabelece um mecanismo de afirmar para rejeitar, apagar e violentar. Logo, é um jogo de linguagem em que “[...] *a rejeição da diferença vem depois da afirmação enfática da diferença*” (Pierucci, 2013, p. 27, grifos do autor).

Ainda pertencente a esse contexto, situa-se a denegação do direito, ou seja, há sujeitos de direita que creditam como balela os direitos humanos e discursos por melhores condições de vida, diante ao reconhecimento histórico do racismo, por exemplo — cujo processo se fundamenta na afirmação da diferença para violentá-la. Se essa constatação de Antônio Pierucci (2013) naquele período histórico de redemocratização apontava para uma ojeriza e reforços sexistas e racistas, no Brasil recente, não à toa, frases como “direitos humanos para humanos direitos”, visando uma diferenciação entre quem seria digno de ter algum tipo de garantia institucional e quem não teria, adquire força midiática e política, ainda mais com uma direita plataformizada e se torna um tipo de discurso familiar para atores políticos com cargos importantes no país. Com a pesquisa desenvolvida, o que Antônio Pierucci (2013) quer provocar é o risco das ciladas dos discursos sobre diferença, que são postos em oposição às ideias de igualdade, assim como o risco da fragmentação dos debates sociais.

Ainda com foco nas Ciências Sociais, em outro artigo da mesma coletânea, Antônio Pierucci (2013) provoca que a diferença produz diferença. Explicada de outra maneira, a diferença fomenta a emergência de outras diferenças, a partir dela ou contrárias a ela. Segundo o pesquisador:

[...] quando os diferentes querem se apresentar e, importante isto, se representar com toda a sua diferença, quando eles tomam ‘para si’ sua diferença e nela se reconhecem com benevolência e autoestima, desencadeia-se um processo que é ao mesmo tempo discursivo e material de afirmação de outras diferenças culturais já compartilhadas por indeterminado número de indivíduos, mas que eram, até então, socialmente invisíveis em seu valor (real ou imaginário) e inconcebíveis em sua legitimidade (social ou política) (Pierucci, 2013, p. 120).

Nesse processo, a nomeação da diferença funciona como um meio de ressignificação e recodificação, dando visibilidade e existência. Por outro lado, Antônio Pierucci (2013) pensa que existem ciladas que podem levar ao identitarismo⁵⁷ — léxico que tem sido atribuído por determinados intelectuais e políticos de forma simplificada como um interesse pelas

⁵⁷ Queremos salientar que não estamos de acordo com o rompimento das questões identitárias. Ao contrário, acreditamos que, com e a partir (d)elas, criamos possibilidades de articulação política e pontos de partida para afirmar existências e coletividades. Sinalizamos apenas os riscos quando o debate social se fecha ao não reconhecimento da diferença. Contudo, as identidades não devem ser tomadas como a causa dos problemas contemporâneos, visada que pode ser interpretada na obra de Richard Miskolci (2021) ao associar a ascensão de movimentos identitários em espaços universitários como causa para o jogo político de ascensão da extrema-direita em tentativas antidemocráticas de tomada de poder. Tal perspectiva não nos parece apropriada quando debruçamos olhares para o contexto sociopolítico brasileiro, explicado com maior profundidade no capítulo anterior. Para uma reflexão mais criteriosa do tema, a leitura do artigo “Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades”, de Leandro Colling (2022), contribui para entender a importância das lutas e da interseccionalidade para reflexões sociais e acadêmicas.

identidades para saturar o debate público — e o risco dos essencialismos que as fixações nas identidades podem trazer ao debate, tornando mecanismos de exclusão de determinados indivíduos. Nessa trama complexa tecida por Antônio Pierucci, aproximamos da argumentação de Pedro Paulo Martins de Oliveira (2013), que revisita o trabalho do sociólogo, sobre a constituição e transformação da diferença em nós. Não há como fugir do reconhecimento das diferenças no social, mas elas nos explicitam os cuidados requeridos ao tentar apreendê-las nos contextos culturais.

Em certa medida, a diferença opera com o par da identidade, como uma dobradiça interligada. Tomaz Tadeu da Silva (2000), no contexto da Educação e filiado aos Estudos Culturais, aponta que a primeira aproximação comumente exercida seria associar a identidade àquilo que se é, enquanto a diferença seria aquilo que o outro é. Embora sejam noções apaziguadas sobre “eu” e “outro” que demarcariam certo inatismo, por meio delas, conseguimos pensar em exemplificações cotidianas. Por outras palavras, dizer que se é algo é também negar que não se é tantas outras coisas. Nesse sistema lógico, a identidade só tem sentido por causa da heterogeneidade do mundo, isto é, se todos compartilhassem uma mesma característica, por exemplo, não faria sentido dizer que se é aquilo. Dizer que sou gay é, ao mesmo tempo, dizer que não sou heterossexual, nem bissexual, nem tantas outras identidades sexuais que podem atribuir significados aos indivíduos com base em um conjunto de desejos, prazeres e afetos. Logo, ao afirmar que sou, nego infindáveis coisas que não sou. Identidade e diferença estão em relação, formam uma díade cujo funcionamento depende uma da outra. Tomaz Tadeu da Silva (2000) percebe que um problema recorrente é tomar a identidade como ponto central e por ela derivar a diferença. Entretanto, a virada proposta em seu pensamento é apreender a mutualidade e a interligação da relação entre identidade e diferença, de tal forma que esta deve ser vista em primeiro plano, porque desestabiliza concepções que tentam estancá-la.

Importante frisar que ambas são produzidas por nós na linguagem. Não existe nada de natural, inato, pronto, acabado, dado, fechado, divino... São processos culturais criados na linguagem, como explicamos neste capítulo. Tomaz Tadeu da Silva (2000) chama por atos de criação linguística essas características dos atos languageiros de estabelecerem a operação da identidade e da diferença, ao passo que nomear algo é fazer com ele exista. Ao retomar Ferdinand de Saussure, entende-se que a língua opera por signos que marcam a diferença. Portanto, a linguagem tem a instabilidade como propriedade, uma vez que os significados são mutáveis e escapam de qualquer tentativa de fixidez. Pelo entendimento da linguística

saussuriana e em associação com Gilles Deleuze, Tomaz Tadeu da Silva (2000) vislumbra que o signo nunca é a totalidade da coisa que representa; é sempre operado pela marca da diferença (o que Jacques Derrida chama por *différance*). A linguagem balança, e os significados não têm nenhuma condição de totalizar. Essa mesma lógica é válida para pensar identidade e diferença. Por exemplo, a identidade “gay” não carrega significados que totalizam a homossexualidade, embora estigmatizações se fortaleçam discursivamente pela ofensa (Procópio; Vieira Filho, 2022). Concomitantemente, são atravessadas pela indeterminação como também pela imposição, pois é repleta de tensionamentos em jogos de poder. Essas disputas nas relações sociais evidenciam a permanente tensão nesse par.

Se identidade e diferença são poder e operam pelo binarismo pelo qual o poder se produz, cabe-nos questionar quem define certas identidades e diferenças? Quais são os interesses sociais em jogo? A diferenciação produz a identidade e a diferença com base em inclusão/exclusão, pertencimento/não-pertencimento, integração/desintegração, ou seja, segmentando. Assim, separa-se em categorias, sob as quais são alocadas hierarquias, conforme o privilégio social que detêm, e reitera as lógicas do poder.

Tomaz Tadeu da Silva (2000) mostra que o binarismo é uma das principais formas de segmentar e operar o poder. Por meio da divisão entre polos extremos, marcam-se incompatibilidades e não transposições. Um polo sempre carrega a marca de “normal”, enquanto o outro terá atributos danosos para quem for atribuído a ele. A identidade considerada positiva é normalizada para ser naturalizada e, assim, não ser questionada. Por exemplo, heterossexualidade *versus* homossexualidade. Quem se identifica como heterossexual precisa reafirmar-se ao longo da vida? Com certeza, não, exceto caso alguma característica corporal, física ou sensível seja assimilada na cultura como desviante. Por isso, o exercício do questionamento é primordial para desestabilizar esse falso binarismo. Para dizer que algo é normal, há um processo de marcar tudo aquilo que é anormal. Sem essa operação pela linguagem, o “normal” não existiria, nem a identidade, nem a diferença.

Os mecanismos para tentativa de fixação da identidade variam conforme a dimensão identitária, com vistas a tentar essencializá-la. Contudo, há um processo oscilatório entre solidificar e desestabilizar. Para tanto, são mobilizados significados cujos interesses se dão para a tentativa de assentar identidades, pois a fixação visa alcançar a inteligibilidade. A “matriz de significação”, como Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 86) destaca, ocorre no processo de interpretação, em que tendemos a priorizar determinadas dimensões, justificando o argumento em essencialismos.

Um movimento basilar acontece nos atos de subversão. Identidade não é algo fixo, mas movimento. É mostrar que nada disso é como é, mas constituído por fluidez e repleto de fissuras. Uma metáfora colocada por Tomaz Tadeu da Silva (2000) é da viagem. Para tanto, cabe retomar Guacira Louro (2020) e o pensamento sobre a viagem da vida, em que os caminhos pré-determinados que conformam nossas identidades (como gênero e sexualidade) mudam e nós escapamos os limites pré-colocados. A ideia de fronteira trazida no texto do autor estabelece algum tipo de diálogo com Gloria Anzaldúa (2005) — como apresentamos anteriormente — e o pensamento de que é justamente na fronteira que ocorrem uniões e separações, bem como é necessário rompê-las para trazer o que estava fora para o centro.

Não tem como falar de identidade e diferença sem falar de representação — e talvez, por isso, na Comunicação, há tantos esforços epistemológicos e teóricos em torno dessa temática. Apesar de haver vários significados para esse conceito, Tomaz Tadeu da Silva (2000) se detém ao entendimento pós-estruturalista que apreende como um processo elaborado na linguagem por signos. Nessa esteira, carrega consigo a instabilidade dos sistemas de significação, mas têm a intenção de dar sentido às identidades e diferenças. Representação é constituída nas relações de poder. Por isso, o gesto de estranhamento é vital para questionarmos quem, hegemonicamente, detém o poder e constrói as representações favoráveis e desfavoráveis socialmente.

A performatividade é retomada por Tomaz Tadeu Silva (2000) com base em discussões caras à Judith Butler (2019b). Trata-se daquilo que tem efeito no real, isto é, atos de fala que têm capacidade de fazer, e não apenas dizer. Por exemplo: “é um menino”, durante o exame ultrassonográfico de gravidez para identificação fetal do sexo. Naquele momento, mais do que dizer o sexo biológico daquele feto em gestação, faz-se a construção de um conjunto de empreendimentos normativos que guiarão (para retomar a proposta de Guacira Louro (2020), constituirão uma viagem pré-determinada) aquela vida desde então como um indivíduo com pênis e, portanto, será um homem cisgênero com relações heterossexuais. Outro aspecto necessário é a repetição para ser lembrado constantemente. Os sistemas normativos, assim, precisam agir pela repetição para operarem seus sentidos. Entretanto, é possível romper esse processo, pois temos agência para questionar, problematizar, não repetir. Isso porque a linguagem escapa.

Essa abordagem de Tomaz Tadeu da Silva (2000) é ancorada nos Estudos Culturais e, por esse motivo, tem como cerne a ideia de transformação. Logo, quando avança para uma ação propositiva no contexto pedagógico e curricular, o pesquisador evidencia que não se trata

apenas de clamar pela tolerância e respeito — fundamentais na ordem da vida —, visto que são visadas que podem camuflar as relações de poder que constituem e criar falsas simetrias entre identidade e diferença. Acreditamos que essa percepção da diferença na nossa formação enquanto indivíduos e grupos sociais seja um olhar presente nos estudos da Educação e nas práticas cotidianas em ambientes escolares. Há abordagens que tomam a diferença como uma forma de construção curricular cujo intuito seja a condescendência, a aceitação e a pluralidade. Apesar das intenções parecerem boas, como coloca Guacira Louro (2020), é importante um reconhecimento para produção da diferença. Trata-se de trazer à diferença ao centro e questionar as relações de alteridade. Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 99) propõe, portanto, uma abordagem na qual se entende a identidade e a diferença como “questões de política” criadas na cultura. A ação fundamental é, pois, questionar. Não é ir pelo caminho da diversidade, e sim da multiplicidade.

Essa proposta de *diferença, diversidade, diferenciação* foi argumentada por Avtar Brah (2006), em artigo homônimo, cujas influências se filiam ao debate feminista e pós-estruturalista. Em um debate a respeito da categoria “negro” nos contextos africano-caribenho e sul-asiático, a pesquisadora alcança o entendimento de que a diferença se constrói de modos distintos nos discursos, com estratégias e mobilizações políticas. Ao avançar, ela apreende a diferença de condições sociais, o que representa entender que, mesmo situado em um determinado marcador social, há estruturações que se diferem e não homogenizam como um todo assentado. Logo, “não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea” (Brah, 2006, p. 341). Ela exemplifica, a partir de uma leitura feminista, a construção da categoria “mulher” e salienta que a constituição e representação de gênero se difere com as condições sociais específicas nas relações de poder.

Parece-nos, portanto, que se refere a uma leitura de reconhecimento das intersecções na diferença e a heterogeneidade das vivências. “Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra — é constituída pela outra e é constitutiva dela” (Brah, 2006, p. 351). Perceber a complexidade das categorias exige o entendimento de que não são autônomas, essencialistas e pensadas isoladamente, mas em atravessamentos e com especificidades, o que não significa uma em detrimento a outra ou uma em oposição a outra, e sim em co-constituição de complexas estruturas de poder.

Nesse sentido, Avtar Brah (2006) propõe um esquema analítico para a diferença em quatro conceitualizações cujo direcionamento é se opor aos essencialismos, tentando questioná-los:

a) “Diferença como experiência” (Brah, 2006, p. 359) — seria uma maneira de entender as atribuições de significados à realidade. Não se trata de uma verdade absoluta dos fatos, mas uma prática de interpretações simbólicas e narrativas a partir das interações dinâmicas dos indivíduos. A experiência exige interpretação com vistas a apreender as formações dos sujeitos, os atravessamentos políticos, econômicos e culturais de suas constituições e as perspectivas de mundo. Logo, pensar a diferença como experiência implica na compreensão de que a forma como uma pessoa percebe e vivencia determinado acontecimento difere de outras em razão dos posicionamentos culturais e dos repertórios que lhe formam.

b) “Diferença como relação social” (Brah, 2006, p. 362) — trata-se de uma junção coletiva em que há narrativas coletivas compartilhadas. Dessa forma, as relações sociais desenvolvem condições de constituição da identidade de um grupo. Assim, a diferença deve ser percebida pelo curso histórico e atual das práticas culturais.

c) “Diferença como subjetividade” (Brah, 2006, p. 365) — aqui, o investimento da pesquisadora é uma proposição que não simplifique a complexidade da subjetividade e avance na processualidade de atribuir significações ao mundo e às relações. Por meio de repertórios críticos que se debruçam na psicanálise e nas questões da racialização, a diferença como subjetividade pode ser uma forma de “[...] nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas” (Brah, 2006, p. 370).

d) “Diferença como identidade” (Brah, 2006, p. 371) — conectada às três anteriores, a identidade diz de um terreno múltiplo e relacional que constitui o sujeito. Em atualização, a identidade visa estabilidades e continuidades para que seja enunciada na formação do indivíduo. Identidades coletivas, por sua vez, não representam o somatório dos indivíduos, mas evidenciam significações de experiências comuns, o que pode trazer destaque para características identitárias específicas ou outras próprias da coletividade. Dessa forma, a diferença como identidade evoca a processualidade de lugares de poder nos quais identificações ocorrem na produção de discursos e significados.

Ao esquematizar uma conexão de conceitualizações para diferença, o gesto empreendido por Avtar Brah (2006) provoca questionamentos que objetivam afastar das concepções de que a diferença seja uma oposição ou uma essência, mas que consiga ser situada pelas interconexões entre experiências, relações sociais, subjetividades e identidades. Além disso, a diferença não deve ser lida apenas como um marcador de distanciamentos que classificam e oprimem. De tal maneira, ela pode ser uma construção que violenta e assinala desigualdades ou pode ser um espaço para diversidade e relações democráticas, exigindo, assim, uma leitura dos contextos e das relações de poder (Brah, 2006).

Apesar de ser parte do desenvolvimento argumentativo de Avtar Brah (2006), concordamos com Richard Miskolci (2020) que a noção de diversidade, por vezes, quer apaziguar e trazer uma horizontalidade às relações de poder, deixando-as inalteradas, evitando os conflitos e buscando uma incorporação da diferença ao hegemônico. Evocar a multiplicidade é importante em uma sociedade democrática, porém apostar em uma “política da diferença” (Miskolci, 2020, p. 52) é apresentar o reconhecimento de uma matriz social regulada por normas que ordenam a vida dos indivíduos, marcam alguns com mais voracidade, apagam outros. Ao reconhecer a diferença, a teoria *queer* está em busca de refletir para um não-lugar. Não se refere à vontade de assimilação, e nem simplesmente um reconhecimento simplório do que é considerado diferente, mas questionar como essa diferença é produzida em normas. Guacira Louro (2014, p. 50-51, grifos da autora) considera que “[...] a atribuição da diferença está *sempre* implicada em relações de poder, a diferença é nomeada *a partir* de um determinado lugar que se coloca como referência”. Logo, chacoalhar os referenciais que tentam se petrificar na história institui um gesto de estranhamento, de pôr em suspensão os polos que separam aquilo que quer ser hegemônico do “outro”.

Para além, a diferença por uma visada *queer* esmiúça o entendimento das relações sociais que se estruturam na cultura, de tal maneira que questionar as hierarquias, ordenamentos e normalizações acende discussões sobre precariedades e abre diálogos por mudanças coletivas. Continua Richard Miskolci (2020, p. 54-55), em outra passagem de seu argumento, que “a perspectiva das diferenças é mais democrática porque nos convida a descobrir a alteridade como parte não reconhecida do que somos, em vez de um atributo ou a identidade de um Outro incomensuravelmente distinto de nós mesmos”. Em nossa interpretação, a política da diferença desmistifica a concepção de que o diferente está alocado no “outro”, que se distancia de mim por algum atributo aparentemente reconhecível, mas é

justamente interrogar o oposto, ou seja, a diferença é parte de nós, mesmo que os processos sociais tentem torná-las estáveis e assimiláveis à vida.

Ao perceber esse processo de incômodo com a estabilidade, cabe também compreender que a diferença se une e é parte de quem somos, das nossas relações e das vivências no/com o mundo. A perspectiva da interseccionalidade, que emerge no feminismo negro, é, portanto, um caminho profícuo para não isolar marcadores sociais em encaixotamento distintivos e conseguir “[...] ver esses eixos de diferenciação social como marcas da diferença, daquele rompimento normativo que coloca em xeque os ideais que uma sociedade cria sobre si mesma” (Miskolci, 2020, p. 64). Essas leituras das políticas *queer* têm sido caras ao campo da Educação, haja vista que se torna um dos *loci* para tentativas sistemáticas de estabelecer convenções sociais, modulações desde a infância e pedagogias explícitas. Apreender a diferença e suas construções no contemporâneo se constitui como um desafio interdisciplinar, conforme provoca Richard Miskolci (2007). Nesta pesquisa, acreditamos na potencialidade de tais considerações para os estudos da Comunicação, cujas provocações fomentam reconhecer a alteridade e resistir aos empreendimentos normativos na vida cotidiana.

Abordar a diferença como uma categoria comunicacional requer voltar-se para as potencialidades das atualizações que podem subverter ordenamentos e hegemonias que se apresentam nos processos comunicacionais. Rennan Mafra e Ângela Marques (2019) apostam nessa perspectiva, uma vez que a diferença atualiza discursos e ações em razão dos movimentos que desencadeiam ao aparecer. Acreditamos ser uma abordagem que se volta menos para classificações de diferenciações, e mais às atualizações e constituições que, de alguma forma, afetam os indivíduos, irrompe contra perspectivas que se anunciam como fechadas e prontas, choca construções de sentidos (Mafra; Marques, 2019). Cabe lembrar que estamos em uma ciência interpretativa e não nomotética, segundo explica José Luiz Braga (2008), quer dizer, não produzimos leis gerais ou buscas por regularidades em fenômenos, mas fazemos leituras possíveis de contextos juntamente aos referenciais teórico-conceituais mobilizados. Por esse motivo, a diferença parece ser um conceito que deflagra movimentos.

Para Luis Mauro Sá Martino e Ângela Marques (2023), levados a argumentação pelas provocações e pensamentos de Lucrécia Ferrara, importante pesquisadora para as epistemologias da Comunicação, a diferença, enquanto fenômeno para o campo, permite um habitar os processos comunicacionais e deflagra três possibilidades: linguística, social e política. A focalização dos pesquisadores se direciona ao questionamento da diferença como

algo constitutivo e constituinte da Comunicação. Pela linguagem, temos elementos operatórios para escanear o mundo e interagir com ele e, a partir deles, fazer com que a diferença apareça nesse processo. Enquanto uma expressão, a diferença é parte de um sistema que a aproxima de outros termos, opondo-os e complementando-os, “[...] como ‘identidade’, ‘igualdade’, ‘alteridade’ e ‘comum’ ou ‘comunidade’” (Martino; Marques, 2023, p. 22). Conforme já explicamos, há um vínculo direto com a identidade ao estabelecer significações e distinções, mas também há uma relação com a “igualdade” — uma das propostas de Antônio Pierucci (2013) na superação dos imbróglios da diferença na malha social e política — que remete a ideia de conformidade ou de existência de um nós. Outro ponto se refere ao social pelo fato de a diferença estar em uma disposição de constituição da alteridade, uma vez que os indivíduos dentro das configurações normativas que guiam a comunicação querem que a singularidade de cada um seja identificada e respeitada socialmente por esse movimento conferir existência. Todavia, quando se volta às definições da linguagem para a identidade, a diferença aparece da forma mais visível no social, diferenciando e igualando sujeitos. Já como uma categoria política, ela está em um jogo de disputas nessas relações de poder (Martino; Marques, 2023).

Saber, por meio das apreensões epistemológicas, que a Comunicação é uma mediação, o que significa um *entre/estar* como *intermediária* de um processo de interação, evidencia um modo de estruturação das relações, que pode, ocasionalmente, padronizar e homogeneizar a partir das atribuições de lógicas determinantes de um lugar para os indivíduos. Logo, os processos comunicacionais podem gerar apagamentos e, como aposta para um rompimento, a diferença como um habitar evoca aberturas e alterações *com* o outro, haja vista que emerge durante o processo. Ao comunicar, há uma disputa de sentidos, por ser aquilo que fica e afixa, mas a torção proposta é que a diferença emergja nesse processo e seja reconhecida como um contrafluxo tensionador para evitar os apagamentos.

As considerações finais de Luís Mauro Sá Martino e Ângela Marques (2023) complexificam a problematização da diferença, tendo um olhar interdisciplinar calcado na Comunicação, e provocam a necessidade de uma abertura ao outro capaz de alterar matrizes hegemônicas e unir pluralidades.

Desta maneira, o lugar da comunicação como forma de pensamento é aquele que nos possibilita olhar para a complexa rede de relações sociais — bem como para o contexto em que estas se dão — e perceber práticas, discursos, diálogos, contextos de interação como um todo múltiplo em constante movimento a partir de suas rearticulações. A comunicação se dá na comunidade e expressa um incontido desejo

de estar com o outro, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua diferença (Martino; Marques, 2013, p. 31).

Todas essas abordagens da diferença fundamentam bases conceituais importantes para discussões em torno dos processos culturais que tentam assinalar perspectivas sociais para indivíduos e coletividades. Para nós, unir o comunicacional ao *queer* parece ser uma forma de reconhecer os movimentos que emergem em processos e atualizados pelas singularidades, destacando afetações que se dão na ordem do sensível e da experiência juntamente aos sentidos que emergem pela linguagem.

3.5 Leituras *queer* como inquietação para a Comunicação

A partir do percurso apresentado neste capítulo, pensamos a potencialidade dos estudos *queer* para o campo da Comunicação, no qual situamos esta pesquisa como um modo de olhar para dinâmicas e processos comunicativos pandêmicos e para a diferença. Queremos construir uma perspectiva para o comunicacional que descortine as concepções de gênero, sexualidade e diferença entranhadas no modo de apreender as relações, os indícios, as narrativas e os contextos, assim como seja uma forma de pensar — perturbadora e provocadora, como sinala Guacira Louro (2020) — para além de marcadores sociais. Contudo, algumas balizas precisam ser postas para assinalar com mais rigor nosso interesse epistemológico e teórico-conceitual.

Sabemos que diferentes incursões epistemológicas podem ser propostas, dando mais ênfase em determinadas questões do que outras. Por exemplo, poderíamos direcionar a inquietação para as vulnerabilidades e as construções das relações sociais ou para aspectos mais específicos em consonância com a pandemia de covid-19 e as interfaces com a saúde. Qualquer direção escolhida por nós exigiria, pois, esforços conceituais e teóricos suficientes para conseguir identificar indícios de processos comunicacionais e perceber as subversões e estranhamentos nesse fluir. Esse tipo de trabalho exige extensão para conseguir provocar leituras críticas de fenômenos comunicacionais com lentes *queer* e ter um domínio mais abrangente do conhecimento, tal como foi executado pela *The Oxford Encyclopedia of Queer Studies and Communication* (em tradução direta: A Enciclopédia de Oxford de Comunicação e Estudos *Queer*), que reúne mais de 70 artigos científicos, de intelectuais de diferentes partes do mundo, com debates direcionados às mídias, às relações interpessoais, às historicidades, às geolocalizações, às temporalidades e aos processos simbólicos. Por exemplo, Deustin Goltz

(2022) pensa a *temporalidade queer* como intervenção à temporalidade heterossexual, que estabelece culturalmente convenções sobre casamento, filhos e expectativas com o futuro, modulando outras percepções para a história, o tempo e os fluxos da vida. Ou como propõem Jamie McDonald e Sean C. Kenney (2021), ao aproximar o subcampo da Comunicação Organizacional à teoria *queer*, com vistas a questionar marcadores sociais da diferença em ambientes organizacionais, na gestão de diversidade ou na administração de processos. Esse movimento trouxe, por exemplo, questionamentos sobre a aparição de identidades não normativas em espaços de trabalho e os desafios internos com os quais as organizações devem trabalhar.

No Brasil, foi publicado o dossiê “Comunicação, Filosofia e Cultura *Queer*”, do periódico científico *Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará*, que oportuniza a leitura *queer* de diferentes fenômenos comunicacionais. Apesar da conexão do pensamento com a Filosofia, evidenciando o caráter interdisciplinar, parece-nos que o dossiê provoca uma reivindicação dos estudos *queer* para o campo comunicacional a partir de movimentos de desafio normativo, de criação de brechas para evidenciar narrativas e de críticas que se voltaram para diferentes objetos empíricos. Essa incursão *queer* evidenciou um desafio multifacetado, que pode abranger diferentes temáticas e abordagens metodológicas. Conforme os organizadores do dossiê apontam,

Queer é a arte, a performance e a realização da política radicalmente crítica, desviante e desconstrutiva do modelo binário, excludente e conservador. A cultura *Queer* extrapola os limitantes e rompe com expectativas, na própria fluidez e motilidade do conceito, que não se pode restringir e capturar em totalidade, mas que transita, transforma e se modifica toda vez que alguém performa seu dizer (Jeronimo; Barbosa; Buttermann, 2023, p. 2).

Em mais de duas décadas de estudos *queer* no Brasil, percebemos que essa característica da transformação a cada mobilização teórica, conceitual e política do pensamento *queer* tensiona e expande os caminhos para uma construção engajada de conhecimentos. Dessa forma, potencializa-nos a ensaiar uma proposta que, de alguma maneira, se desdobra ao longo da tese, quando nos direcionarmos por perspectivas discursivas e estéticas. Reconhecemos que a potencialidade da teoria *queer* está na versatilidade do questionamento das subjetividades, do corpo, das relações sociais, e não em querer se definir com conceitos fechados ou tentativas de circunscrever fenômenos a teorias que almejam cristalizações. Esse caráter advém de sua gênese, isto é, “a teoria *queer* surgiu, pois, de uma aliança (às vezes incômoda) de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas que

fecundavam e orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito” (Salih, 2019, p. 19). Por essas aberturas, apostamos que, na Comunicação, conseguimos encontrar um campo aberto e em dinamicidade nas humanidades, com necessidades atuais e urgentes de serem criticadas e atualizadas na sociedade.

Se “a Comunicação, enquanto campo de estudo, apresenta-se como proposta de um novo caminho para conhecer e tratar os fenômenos sociais”, conforme explicam Vera França e Paula Simões (2016, p. 27), é possível entendê-la com tal abrangência que permita a leitura de processos simbólicos, de contextos sócio-históricos, de produção e circulação de sentidos. Por isso, fazer um movimento interdisciplinar, constitutivo da natureza do campo (França, 2001), junto aos estudos *queer* evidencia algumas recorrências. Isaac West (2018) apresenta que as investigações sobre representações de sujeitos têm sido um dos esforços contínuos de pesquisadoras e pesquisadores⁵⁸ — aqui, cabe a ponderação de que seu olhar é ancorado a partir de estudos do norte global, onde também é professor da Universidade Vanderbilt e território por excelência da emergência do pensamento *queer*. Esse interesse pelas representações salienta que, com a visibilidade de pessoas LGBTQIA+ nas mídias e nos meios comunicacionais, os estudos tentam analisar os imaginários e as formas como elas são idealizadas e qualificadas nas produções. Constitui-se, assim, um gesto crítico para as visibilidades recebidas e as consequências geradas pelas interações dos públicos. Por outro lado, Isaac West (2018) reconhece haver estudiosas e estudiosos com críticas às leituras dos fenômenos, que podem ser questionadas pelo fato de existir julgamentos sobre uma materialidade enviesadas pela interpretação ou, também, pela necessidade de cuidado na apreensão das circulações, dos compartilhamentos e das interpretações dos públicos, as quais são variadas e de difícil entendimento a depender do percurso metodológico empreendido na pesquisa.

Outro enfoque comunicacional emerge das questões políticas *queer* cujos direcionamentos se concentram em movimentos sociais e organizações (West, 2018). Nesse percurso, há trabalhos que investigaram os ativismos durante a emergência da epidemia de HIV/aids, estimulador de mudanças em toda a matriz social e basilares para a consolidação dos estudos *queer*. Outras pesquisas objetivaram a discussão das centralidades em identidades e os modos de reunião de sujeitos em coletividades. Uma vertente identificada recentemente

⁵⁸ Essa percepção é similar ao que foi constatado por Tainan Tomazetti (2020), de modo mais abrangente por estudos que se concentram em vertentes dos estudos LGBT, feministas, *queer* e das masculinidades, reconhecendo que as interfaces de gênero e sexualidade no campo da Comunicação têm exponencial interesse por questões das representações.

se deu com a preocupação com as argumentações e os recursos para questões dos direitos humanos e da cidadania *queer*, aspectos que nos parecem primordiais em contextos políticos conservadores e de ascensão de violências autorizadas pelo estado contra minorias sociais (West, 2018).

Ter esse panorama comunicacional, junto ao mapeamento mais abrangente de Tainan Tomazetti (2020), aponta-nos para os pilares em formação na Comunicação. Quando questionamos que tipo de movimento essa articulação teórico-política conseguiria trazer ao campo para desestabilizar processos comunicacionais e o que podemos produzir de “propriamente comunicacional” para os estudos *queer*, e vice-versa, apontamos para uma perspectiva que mira as relações sociais e os processos comunicativos com desconfiança das hegemonias e dos regimes cristalizados que se apresentam como sólidos e regulares, capazes de enquadrar indivíduos, bem como projetar sobre eles expectativas sobre a realidade de como devem interagir. Trata-se, assim, de apostar em uma forma crítica de pensar com teorias e conceitos abertos que causam desconforto e visam olhar além dos arranjos visíveis. Ademais, é ousar por caminhos de estranhamento que desviam do fluxo normativo e se aprofundam pelos discursos e pelas estéticas da diferença, na tentativa de reconhecer contextos apagados no curso da historiografia, perceber os amálgamas que se formam com ditos e não ditos para estabelecer relações de saber-poder, identificar o que corpos invisibilizados têm a falar e a escrever sobre as realidades que experienciam.

Hoje, os estudos *queer* se amplificam de tal forma que até as próprias bases para os significados de estranhamento são estranhadas, atualizadas e colocadas sob o fio da navalha epistemológica. Isso se deve ao fato de que o *queer* não deve ser limitado a uma categoria ou identidade rígida, tampouco a uma agenda política definida ou a conhecimentos restritos a campos e a perspectivas disciplinares. Francisco Leite (2022) destaca, por exemplo, o surgimento dos estudos *quare* e da crítica *queer of color* como proposições que intervêm nas epistemologias e têm o intuito de seguir pela reparação de silenciamentos historicamente presentes nas sociedades, os quais se instauraram por meio das violências contra corpos racializados. Segundo o pesquisador, “[...] os estudos *quare* e a crítica *queer of color* inscrevem para reparar e corrigir as brechas interseccionais presentes no movimento social e intelectual *queer* mais antigo” (Leite, 2022, p. 388). Esse conjunto de estudos em emergência evidencia os valores *queer* em acolher os deslocamentos e abrir-se para aquilo que estava latente, com uma visada interseccional e de projeção ao centro pelos corpos negros.

Outra vertente tem sido chamada de pós-*queer* ou cuir no Brasil. Segundo Christian Gustavo de Souza, Leandro Colling e Rodrigo Pedro Casteleira (2024) avançam,

O nome, neste momento, não importa, mas sim percebermos que enquanto a academia brasileira se recheava com um discurso *queer* à la Judith Butler, fora da academia outras construções ocorriam a todo vapor e estão cada vez mais reverberando e ocupando as academias com uma outra perspectiva que vai para além do sexo e do gênero. O cuir da margem, da periferia, das ocupações, das aldeias, dos pesadões. Um cuir com toda a pluralidade que representa o Brasil. Pensar um outro cuir no Brasil da atualidade é pensá-lo múltiplo (Souza; Colling; Casteleira, 2024, p. 9).

Esses estudos se direcionam às aberturas e às tentativas de incorporações epistemológicas de conhecimentos que não são reconhecidos pelos cânones e pelos espaços institucionalizados de saber. Atravessados por influências dos estudos feministas trans, negro e indígenas, os estudos cuir reúnem olhares plurais para narrativas contrahegemônicas, ao passo que almejam deslocar paradigmas ocidentais e coloniais. De tal maneira, são estudos que prezam por abordagens interseccionais, observando e criticando as interações entre marcadores sociais da diferença e os regimes de vulnerabilidade vividos pelos corpos em condição de subalternidade. Por ter essa abertura, não se constitui apenas com teorias e conceitos, mas como estratégia de mobilização artística e política, sobretudo por meio de ativismos, com a finalidade de visibilizar identidades que não apareciam socialmente, experiências das margens e perspectivas decoloniais.

Válido considerar que essas novas abordagens tensionam as matrizes dos estudos *queer*, tendo em vista sua concentração e consolidação no norte global e o modo de pensar que pode, por vezes, ignorar as articulações entre marcadores de raça, classe, geolocalização, idade etc. Assim como Gustavo de Souza, Leandro Colling e Rodrigo Pedro Casteleira (2024) provocam, ao pensar o pós-*queer* ou cuir (nomes tanto quanto provisórios, tal como querem evidenciar, e que não almejam uma designação fechada), estamos travando tentativas de dismantlar os modos de desenvolvimentos dos (CIS)temas que regulam espaços acadêmicos, sociais e artísticos. Assim, formam-se pensamentos alternativos que, segundo os pesquisadores, representam uma “transformação em curso” (Souza; Colling; Casteleira, 2020, p. 20).

Na Comunicação, os tensionamentos dos estudos *queer* evidenciam um espaço privilegiado para atenção às dissidências e suas interseccionalidades nas expressões e nas existências. Quando pensamos nas *queerentenas* por um olhar comunicacional, parece-nos

que esse neologismo carrega consigo a diferença em ebulição em contextos de repressão e violências. A disrupção é parte constitutiva do que almejam, ao lançar luzes para o que estava apagado e reunir em multidões, para evocar Paul Preciado (2011) nesta argumentação, como um ato de desafio normativo que se torna mais complexo em um contexto de preocupação social. Para se ter como um exemplo, as exposições artísticas nas curadorias de *Queerentenas*, do MDS, insurgem pela linguagem e com diferentes símbolos, abrindo brechas nas normas e encontrando outros espaços possíveis para essa reunião de corpos. Essa multidão *queer* consegue, por meio de micropolíticas, produzir espaços de memória e de registros para a posterioridade, unindo-se contra intolerâncias e violências que se tonificam, além da covid-19, com o período conservador da política brasileira (Vieira Filho; Silva, 2023).

Conseguimos pensar ainda que os agrupamentos das histórias das *queerentenas* não evidenciam apenas uma diversidade de olhares que se materializam nas artes, escritas e produções de conteúdos, mas subvertem o regime sexo-político que se tonifica com precariedades na emergência da covid-19. Nesse sentido, ao caminharmos pelas *queerentenas*, tentamos recusar ações categorizantes que podem reduzir as pessoas às normatividades e criar algum tipo de enquadramento cujos limites restrinjam as incursões, mesmo que cada história contenha uma nota de rodapé com identificações associadas às expressões de gênero e sexualidade. Ademais, ao tentar dialogar com elas, parece-nos uma maneira de refletir comunicacionalmente que não visa ser hermenêutica, e, sim, atentando-se aos processos relacionais que se co-constituem na pandemia de covid-19

Nesse sentido, quando tentamos estabelecer leituras *queer* como gesto de inquietação para a Comunicação partimos da compreensão de que a teoria *queer* é “desconcertante e provocativa”, como caracteriza Guacira Louro (2020, p. 49). Por essas propriedades, pensamos não haver como, e nem devemos, criar uma gramática imperativa de como deve ser feita uma leitura/investigação/reflexão *queer* com fenômenos comunicacionais. Seria essa a armadilha que nos levaria ao erro e, tal como os imperativos que nos guiam culturalmente, fechariam as possibilidades com vistas a um único caminho. Se a teoria *queer* tem essa potencialidade de fazer (re)pensar, apresentamos algumas bases teórico-conceituais que se constituem no enredo desta pesquisa.

A proposição dessa heterogeneidade pela obra e o olhar não totalizante adotado nesta tese querem indicar um gesto ético de tematização da diferença. Partimos do entendimento da diferença como movimento que revela subjetividades, discursos, experiências e, também, diferenças. Esse direcionamento nos conduz ao capítulo seguinte, no qual nossas discussões

passam a ser orientadas pela perspectiva discursiva, uma vez que essa entrada permite abordar o narrar a si e, em alguma medida, entender o que é possível de ser contado nessa trama das *queerentenas*. Mesmo que as afetações nos paralisem momentaneamente, movimentamo-nos e somos impulsionados a continuar, ações que podem se dar com as narrativas de desordem e o grafar a vida.

CAPÍTULO 4

Perspectivas discursivas para as *queerentenas*: narrativas de vida, processos de (re)memoração e reelaboração de sentidos

falar em primeira pessoa também insinua alguma coragem: aquela de não se esconder por trás do narrador. mesmo assim, relatar a si mesmo expõe uma violência: a de se explicar perante os outros, sem os quais, nenhuma interrogação teria razão. o indivíduo conhece a certeza do seu próprio mundo. a dúvida me humaniza e me abre aos outros, dependentes da mesma carência. já a palavra... ela insinua a busca obstinada de garantir algum sentido a este tempo — que já é outro — no qual continuamente sigo me perdendo e me encontrando. lá onde encontro o privilégio de um quarto e a redenção de uma caneta (Oliveira, 2020, p. 198)

Abrimos este capítulo com um trecho do texto de João Victor da Fonseca Oliveira (2020), uma bixa católica belo-horizontina de 23 anos, que conta o período de quarentena vivido como uma fase de sobrevivência imersa pelo não-planejamento do futuro. No encerramento do texto, abre-se uma provocação a respeito dos movimentos da narrativa da própria vida, como gesto de entrada e exposição do íntimo e das subjetividades, com certa dose de violência contra nós mesmos, porque estamos nos contando para uma outridade que nos interroga e interrogará, explícita ou tacitamente, por toda a vida, em razão dos atravessamentos da diferença e das tentativas de controlar nossas experiências na sociedade.

Impelidos por essa provocação, antes de continuarmos, devemos entender que narrar é verbo cotidiano que adquire objetivos diversos a depender dos propósitos das interlocutoras e dos interlocutores, os contextos em que é empregado e os meios comunicacionais mobilizados para a interação. A título de ilustração, no exercício jornalístico, a narrativa adquire contornos que sejam minimamente suficientes para explicar um acontecimento, orientados por meio de paradigmas de objetividade, os quais exigem explicar quem são as pessoas envolvidas, onde e quando algo se desenvolveu, juntamente a outras informações complementares sobre os motivos que levaram aos desdobramentos. Em um texto de literatura ficcional, como outro exemplo, a narrativa também é imbuída de elementos que retomam às ações por meio da linguagem, mas que, no caso, podem ou não corresponder a uma certa realidade empírica e pragmática, abrindo-se à poética e à criação artística.

Com essa ação tão rotineira imbuída em nossas vidas, embora complexa, queremos apontar que os gêneros narrativos variam, suas materialidades pela linguagem idem, mas os elementos constituintes possuem similaridades por se relacionarem com a finalidade de tentar

estabelecer coesão e coerência entre quem narra, o que narra e como narra, por meio de organizações semânticas, lógicas e textuais. Uma modalidade narrativa que adquire centralidade na contemporaneidade é aquela direcionada ao próprio sujeito, impelido a contar a vida e a exhibir-se. Longe de ser uma novidade, mas o ato de dizer sobre si adquire mais vigor nas lógicas da vida moderna. Embora sejam diversas as possibilidades de gêneros — como biografias, autobiografias, autoficção, diários, memoriais, publicações em plataformas digitais —, tal como os suportes audioverbovisuais mobilizados para essa ação, esse fenômeno está relacionado às alterações nas separações do que seria da ordem privada, ou seja, das intimidades e dos segredos da vida individual, e aquilo que seria (ou deveria ser) público, compartilhado e exposto, “[...] em que o encurtamento dos espaços destinados especificamente às vivências públicas associado à valorização da individualidade, levam o indivíduo contemporâneo a buscar novas formas de se projetar em sua sociedade”, conforme acentua Lígia Maria Trigo-de-Souza (2007, p. 73). Há uma necessidade humana, segundo a pesquisadora, em querermos ser percebidos pelo outro, uma vez que vivemos em culturas cujas lógicas do tempo parecem estar em contínua aceleração pelos fluxos de informações e dos movimentos da vida urbana, tornando-nos “invisíveis” em meio ao caos. Ademais, arriscamos que essa busca por ser visível se associa ao desejo de inclusão social, de se identificar com o outro e de tentar se aproximar de grupos comuns.

Inspirados no gesto de leitura de Leonor Arfuch (2010), cujas mobilizações de narrativas de vida não são feitas com o propósito de categorizar e esquadrihar o que foi escrito em busca de uma interpretação, mas sim pela potencialidade dos relatos e suas conexões com as dinâmicas do dizer, seguimos por este capítulo. A pesquisadora acentua que, “começar a ler as histórias como um romance, eis aqui um primeiro gesto essencial. Suspende por um momento o ‘aparelho’ metódico, a busca obsessiva do ‘detector’ de provas” (Arfuch, 2010, p. 278). Trata-se de uma tentativa de leitura que almeja muito mais o contato do que as buscas por classificação e o esquadrihamento que as pesquisas, muitas vezes, almejam para responder às perguntas. Ao seguir por essa abordagem, conseguimos perceber que as narrativas de vida sobre a pandemia de covid-19 escritas por pessoas LGBTQIA+ sobressaem ao fluxo normativo, evidenciando não apenas singularidades pelo uso da primeira pessoa, mas conexões e desconexões entre si, que se unem em uma trama tal como um *patchwork* cujo resultado é a composição heterogênea das histórias das *queerentenas*.

Diferente de Leonor Arfuch (2010) que trabalhou com relatos de imigrantes argentinos a partir de entrevistas, nossa pesquisa segue por um rumo diferente: partimos de histórias já contadas, sem roteirização de entrevistas ou perguntas direcionadas, não conhecemos a fundo quem são nossas interlocutoras e nossos interlocutores, sequer temos dimensão do modo como cada pessoa “parou” um instante da quarentena para escrever e reelaborar a própria vida por meio das palavras. Estamos confrontados por indícios que emergem do contato com as narrativas e com a *live* de lançamento, o que traz um desafio de outra ordem, pois temos apenas o resultado provisório da escrita e as marcas discursivas com as quais nos lançamos a um lugar de leitura e escuta, muito menos analítico e mais conectado à dimensão das afetações.

Conforme a provocação de Philippe Lejeune⁵⁹ (1997), as autobiografias de pessoas comuns não são tão interessantes na história dos meios científicos. “Sociólogos, psicólogos, terapeutas ou professores privilegiam a história de vida oral que eles provocam e podem controlar. Mostram-se desconfiados em relação a relatos escritos espontaneamente fora de seu controle” (Lejeune, 1997, p. 113). Esse tipo de texto pode gerar suspeita quanto à integridade e à fidelidade ao real. Porém, precisamos deixar a desconfiança de lado e ler os relatos das pessoas comuns vivas. A proposta do linguista nos atrai pela ideia de ler as narrativas de vida sem buscar aprovação ou reprovação, sem as analisar com rigor de metodologias que esmiúçam textos. Tal condição, já sinalizada desde o desenho metodológico da pesquisa, leva em consideração também os argumentos de Luís Mauro Sá Martino (2018) e a proposta de trabalhar com os relatos tal como foram escritos, entendendo-os como uma leitura subjetiva de determinadas situações vividas, que podem ser exageradas, minimizadas ou ocultadas conforme interesses próprios.

Dessa forma, devemos considerar que as narrativas de vidas relatadas de forma autobiográfica não devem ser tomadas como verdades imediatas e localizáveis na trajetória de cada pessoa. Referem-se às construções que ocorrem por meio da linguagem em que o *eu* está em um processo de ressignificar, reelaborar e rememorar algum acontecimento que julga pertinente para seu relato. Claudio Lessa (2015) enfatiza que o *eu atual*, ou seja, aquele indivíduo que toma forma ao narrar e contar uma experiência, está reconstruindo e reinterpretando o próprio passado. Isso diz do distanciamento entre o *eu atual* e o *eu que viveu*

⁵⁹ Em suas buscas por relatos autobiográficos, Philippe Lejeune (1997) desenvolveu, nos anos 1990, uma pesquisa sobre diários íntimos de francesas e franceses. Para tanto, promoveu dois concursos em que as pessoas pudessem compartilhar seus relatos, sem regras para serem aceitos. Os resultados foram mais de 200 textos recebidos de pessoas entre 55 e 85 anos, guardados como memória.

aquilo, uma vez que partimos das possibilidades do agora para reelaborar o passado e mirar possíveis futuros. Nesse presente, o *eu atual* estabelece um processo reflexivo sobre si e o que conta, a partir de valores que compartilha na atualidade e de prováveis pontos de vista diferentes dos que tinha antes, o que, por sua vez, projetará determinadas ações de selecionar, eliminar e evidenciar partes do que será narrado, assim como criará outras ações que não necessariamente ocorreram antes, tendo em vista as estratégias discursivas que deseja acionar para captar seu interlocutor ou sua interlocutora. Logo, ao narrar um acontecimento passado, o indivíduo resgata experiências e restabelece sentidos com o intuito de organizar essa dimensão temporal.

Nesse sentido, vale alguns adendos metodológicos. Como propomos, não há como esgotar o *corpus* desta pesquisa por meio de um procedimento analítico que esmiúce as dimensões simbólicas da linguagem, sequer propor algum tipo de enquadramento com base em métodos comuns para pesquisas em Comunicação, tal como a análise do discurso. Nosso intuito é tensionar as narrativas de vida com os repertórios teórico-conceituais, sendo que, neste capítulo, olhamos por meio das perspectivas discursivas, uma vez que a linguagem é central na conformação de sentidos provisórios capazes de dar coerência a situações, as pessoas e ao mundo, representando-os. Também consideramos, ao aproximar de Judith Butler (2019b), que o gênero e as normatividades se estruturam pelos discursos na linguagem em uma dimensão performativa, isto é, materializam-se nos corpos com as reproduções languageiras, provocando assim processos de reiteração, atualização e irrupção nas narrativas de vida, como argumenta Daniel Mazzaro Vilar de Almeida (2016). Logo, a atenção ao campo da linguagem se faz necessária para o avanço da tese.

A partir desse horizonte, organizamos as discussões em quatro seções cujo intuito é apreender as disputas e as tensões de sentidos emergentes nas narrativas de vida. Por meio de uma perspectiva discursiva, debatemos os processos de apreensão do tempo, a escrita autobiográfica e os procedimentos de ressignificação. Para seguir pelas narrativas de vida, na primeira parte, debruçamo-nos na conceitualização da memória e os processos de (re)memoração, bem como os embates com os esquecimentos, orquestrados nas redes de poder de forma consciente ou pelo fluxo da vida cotidiana. Ademais, os processos de entendimento do tempo se tornam cruciais para compreender como o marco temporal estabelecido pela pandemia de covid-19 não é fechado e único, mas heterogêneo, com percepções singulares, retomadas de passados e projeções de futuros (ou não). Ainda, a escrevivência se apresenta como um conceito-experiência (Nunes, 2018) que possibilita um

entrelaçar pelas *queerentenas*. Na segunda seção, à luz de estudos das narrativas de vida, a lembrança é materializada na escrita das autoras e dos autores, de tal modo que biografar se estabelece como uma ação política de existência. Nesse gesto, há a incorporação de confidências, como um processo de contar segredos e intimidades, tomando a assembleia que forma o livro, as interlocutoras desconhecidas e os interlocutores desconhecidos como confidentes do que cada pessoa viveu e vive naquele momento. Além disso, há uma percepção de testemunho da própria vida e de testemunho do desenrolar da pandemia de covid-19. Depois argumentamos sobre as reelaborações de si, tendo como contraste a experiência narrada na escrita e na fala durante a *live* de lançamento do livro. Queremos, por fim, entender a pandemia por uma chave conceitual dos discursos, tal como ensaiam Mariana Procópio e Robson Santos Filho (2020), a fim de avançar no sentido da emergência da diferença pela linguagem. Dito de outra forma, nessa seção, voltamo-nos para o que as narrativas fizeram aparecer em termos de discursos e as emergências de sentidos para a vida e as questões de gênero, sexualidade e dos corpos.

4.1 Entre memória e esquecimento nos processos mnemônicos de narrar o presente pandêmico

Trazer a memória ao centro das discussões pressupõe uma miríade de possibilidades de entendê-la. Trata-se de um fenômeno de preocupação atual (Huyssen, 2000). Há estudos que abrangem desde a compreensão do funcionamento cerebral cujo interesse é pela constituição das redes de neurônios e a plasticidade do cérebro⁶⁰, outros que nos sugerem a ânsia pela memória e pela nostalgia em tempos nos quais o futuro parece incerto e cada vez mais usurpado por tecnologias generativas, até os campos das humanidades que se interessam pelos processos sociais e simbólicos envolvidos nas relações entre indivíduos, o ato de rememorar e a chance de guardar algo para a posterioridade. É sobre esse último conjunto de estudos que nos interessamos aqui.

No campo da Comunicação, a memória é estudada com interesse direcionado às ressignificações de acontecimentos, vidas e relações, às disputas em torno do esquecimento, aos processos de silenciamento e de apagamento de determinadas pessoas e grupos

⁶⁰ Sem querer adentrar por um campo que não temos afinidade ou propriedade para prolongar, é curioso notar que uma das sequelas da covid-19 em casos mais graves é a perda da memória. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-controle-de-doencas/noticias/05062024-estudo-da-usp-mostra-qu-e-covid-19-leve-pode-desencadear-perdas-cognitivas>. Acesso em: 12 maio 2025.

identitários, à constituição de arquivos e espaços de preservação de patrimônios materiais e imateriais, entre outros enfoques comunicacionais⁶¹. Conforme Luciana Amormino (2024, p. 13) explica, “refletir sobre a memória, faculdade sobre a qual pensadores em vários campos do conhecimento se debruçam, pelo viés comunicacional, pressupõe considerar alguns aspectos que perpassam sua ancoragem e constituição no comum”. É lançar mão, assim, do reconhecimento das experiências, dos compartilhamentos e relações de alteridade, das disputas com o esquecimento e a lembrança. Trata-se de admitir a memória em dinamismo e interconexão com o tempo, em que passado, presente e futuro se compõem mutuamente, e não de modo isolado, delimitado e cronológico (Amormino, 2024).

Como estamos situados em um campo de conhecimento predominantemente interdisciplinar, recorremos a estudos como os de Pierre Nora (1993) para quem memória e história são conceitos distintos, mas em diálogo. Isso significa que “memória, história: longe de serem sinônimas, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra” (Nora, 1993, p. 9). Isso quer dizer que ora podem se associar, ora se separam, mas com confusões que podem dificultar a apreensão de cada conceito. A história reconta o que já aconteceu, mas de forma fragmentada, porque não tem condições de totalizar os acontecimentos da mesma forma que transcorreram. Consiste em registrar por meio de determinados pontos de vista e fragmentos de passado disponíveis para consulta e entendimento comum. Todavia, o objetivo da história é alçar certa universalidade por meio do encadeamento temporal de marcos representados discursivamente a partir de perspectivas de quem alcança o poder de narrar. “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 9), logo, na história, existem embates entre o que é visibilizado e invisibilizado, atingindo, diretamente, grupos sociais minorizados e suas possibilidades de (auto)representação. A memória, por sua vez, envolve processualidade, movimento e é parte das disputas entre lembrar e esquecer. Nessa perspectiva, são reminiscências que vagueiam e se multiplicam a partir de cada indivíduo e grupo social (Nora, 1993). Esse horizonte conceitual nos permite refletir sobre os referenciais que formam a história desenvolvidos devido às ingerências da aceleração do tempo, da instantaneidade, da mundialização e da modernidade.

A história geralmente naturaliza certos feitos, isto é, o que se destaca e causa um impacto significativo, mediante discursos heroicos sequenciais e condensadores de marcos

⁶¹ Enquanto um *locus* de construções epistemológicas para a Comunicação, a Compós possui o GT “Estudos de Memória e Comunicação” em atividade, no qual essas tematizações ocorrem como forma de evidenciar a importância da memória para os processos e as práticas comunicacionais. Para mais informações, consulte este link: <https://compos.org.br/gt/estudos-de-memoria-e-comunicacao/>.

referenciais de poder. Quem geralmente consegue atingir o destaque histórico são, muitas vezes, homens brancos do Norte Global, especificamente no eixo europeu e estadunidense, detentores de riquezas e expropriadores de territórios, como ocorreu com os chamados “conquistadores” das Américas, que, afinal de contas, colonizaram povos originários por meio de violências e genocídios camuflados no curso da história. Na escola, espaço no qual temos os primeiros contatos com a história universal, não aprendemos sobre pessoas LGBTQIA+ importantes no passado, sequer sabemos que existiram movimentos sociais organizados politicamente que travaram lutas pelos direitos humanos. Esse reconhecimento nos aproxima dos escritos *queerentendados* de Dani Silva, uma pessoa de corpo trans não-binário e racializado de 22 anos, em *Do meu corpo descolonizado para um cenário (cis) pandêmico*, no qual refletiu os atravessamentos da pandemia de covid-19 em sua experiência. Em um dos trechos, estabelecendo diálogos com Grada Kilomba, Dani Silva (2020, p. 165-166) disse:

Quem pode saber sobre sua história? E quem não pode? Se não pode, por que não pode? Quem tem o privilégio de não saber? Aqui, eu, corpo não-binário racializado e terceiro-“imundista”, sou levada a pensar sobre a estrutura que beneficia a branquitude cis-hétero-“patriarcal” em não saber sobre sua história higienista, tanto no contexto da saúde pública quanto como metáfora para um genocídio histórico e em curso. Assim, eu, como um corpo falante, posso afirmar a minha memória e presença com/sobre/na história porque os carrego na minha corporeidade. Outro aprendizado que Kilomba me ensinou foi que, a memória é uma teoria do esquecimento, pode-se tentar não lembrar, mas é impossível esquecer, pois, a experiência vivida permanece guardada na memória (no lugar do inconsciente). Dessa forma, já aconteceu e está acontecendo, permanentemente, memórias e saberes-conhecimentos descolonizados neste variado e significativo isolamento físico que meu-seu corpo experienciou no cenário (cis) pandêmico.

Essas tensões sobre a própria história e a história de seus antepassados apontam para a indissociabilidade da memória com as experiências, ou seja, aquilo que se vive, que está no corpo do indivíduo, entranhado em si. Esse entendimento é orientado pelos “discursos de memória de um novo tipo [que] emergiram pela primeira vez no ocidente depois da década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas” (Huyssen, 2000, p. 10). Trata-se da emergência de, a partir da década de 1960, questionamentos advindos da Segunda Guerra Mundial, momento em que minorias sociais foram mortas com crueldade pelo regime nazista, de fenômenos culturais que alteraram a percepção do mundo e colocaram essa visão positivista da história em xeque. Dessa forma, emergem estudos que almejam evidenciar quem não pôde aparecer até então⁶².

⁶² De certa forma, é possível localizar que a emergência dos estudos *queer* em um contexto de marginalização de corpos dissidentes e considerados patológicos nos anos 1980 constitui uma forma de permitir novas formas de

Essa ideia restrita de história era envolta pela ideia de que se chegaria a um lugar bom do ponto de vista ocidental, ou seja, havia-se uma crença na ideia de progresso pela técnica e de conquistas. Além disso, com a mundialização, a democratização, a massificação e a midiaticização, a memória acabou perdendo espaço para outras narrativas (Nora, 1993).

Pierre Nora (1993) se direciona ao entendimento das mudanças de paradigmas que ocorreram a partir de meados do século XX, sobretudo motivadas pela guinada subjetiva, segundo a qual os indivíduos passam a ganhar maior importância para além dos feitos narrados e repetidos na história. O ano de 1968⁶³, por exemplo, é considerado um marco nas mudanças mundiais, haja vista os protestos organizados por estudantes e trabalhadores em diferentes partes do mundo e a emergência de questionamentos contra as estruturas de poder. Os agendamentos provenientes desse período formam bases para a continuidade de lutas e a resistência após essa década.

Em face desse horizonte de mudanças, devemos entender a memória como narrativa e viva. Ela coincide com o presente no par em choque de perder e recordar. Por ser esse processo, a memória diz respeito também às formas de afetação no e com o mundo, logo são variáveis, (re)criadas e em curso. No entanto, os embates sempre se fazem presentes. Doprá Oilerua (2020) escreveu em seu texto *Uma vida entre vírus, uma vida ordinária* que, desde os anos 1980 e a emergência das questões políticas, sociais e sanitárias da epidemia de HIV/aids, estamos em uma sociedade cuja memória se dissipa com facilidade e nos esquecemos do que já aconteceu diretamente em nossas vidas, da importância da atenção coletiva ao cuidado, da compreensão das desigualdades que se fortalecem em acontecimentos limiares à vida.

Por isso hoje eu penso: sbrevivi ao genocídio dos anos 1980 e administro os riscos dos anos de 2020. Já vivíamos o confinamento e o isolamento. Embora totalmente distintos: o confinamento significava estar confinado ao gueto e o isolamento não era espacial, mas social, muito pior. Mas mesmo assim, nunca aprendi com eles nada além do que os efeitos do preconceito. [...] O cuidado de lá não se apresentou aqui. *Somos uma sociedade sem memória alguma. Incapazes que somos de generalizar o dano, só lembramos do que foi nosso, não do que era dos outros* (Oilerua, 2020, p. 91, grifo nosso).

narrar e (re)construir os próprios passados. São aberturas para um narrar sobre si e para si, e não pelos outros e a partir dos outros que buscaram nos representar a partir de pontos de vista violentos, discriminatórios e estigmatizantes.

⁶³ O escritor Zuenir Ventura publicou o livro *1968: o Ano Que não Terminou*, no qual analisa o conjunto de acontecimentos que alteraram o mundo e, em específico, o Brasil. Para nunca esquecermos, neste ano, o país viveu a instauração do pior momento do regime civil-militar com o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que intensificou o autoritarismo do governo, instituiu mecanismos de censura e de tortura e eliminou direitos das pessoas. A leitura desse livro é fundamental para um aprofundamento do ano 1968 e sua influência em outras práticas de luta e resistência.

Precisamos lutar pela memória e pela consolidação de espaços de registro como forma de não apagar os passados e sequer apaziguá-los. Tal como Pierre Nora (1993) enfatiza, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter adversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13). As *Histórias da Queerentena* organizam um lugar de memória composto pela heterogeneidade das vidas LGBTQIA+, que contam, com um anonimato provisório das dimensões do papel, sobre si e, por esse motivo, gravam suas próprias memórias na história coletiva da pandemia de covid-19. Conseguimos nos aproximar novamente de Philippe Lejeune (1997) com a proposta do guarda-memória, quer dizer, um espaço seguro de acolhimento e de escuta sem julgamentos às autobiografias, tornando possível o narrar-se.

Nesse sentido, vale destacar também as considerações de Maurice Halbwachs (1990) que assinalam que a memória individual não é considerada um conjunto de lembranças isoladas e únicas, porque ela está correlacionada às relações, aos vínculos e aos compartilhamentos com os quais interagimos. Existe um atravessamento entre aquilo vivido pelo indivíduo e a memória do outro. Essa relação com a alteridade se torna fundamental na formação de memórias coletivas. Ao observar como os movimentos organizados LGBTQIA+ se articulam por meio de diferentes práticas contínuas de resistência, temos ações que se tornam responsáveis pela curadoria, pela manutenção e pelo compartilhamento das nossas próprias lembranças, como traz Renan Quinalha (2022). Ter essa perspectiva da memória compartilhada e passada entre pessoas nos aproxima da argumentação de Maurice Halbwachs (2000) para quem a memória é, portanto, um fenômeno em atualização composto tanto pelas experiências quanto pelas coletividades.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens⁶⁴, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social (Halbwachs, 2000, p. 34).

⁶⁴ Mantemos a palavra tal como a versão traduzida do livro lida por nós. Porém, queremos salientar que outros termos são mais pertinentes na atualidade para se referir ao conjunto de pessoas, sem marcar uma dimensão sexista e totalizadora como a palavra homem quis evidenciar no fluxo da história para humanidade.

Não se refere à homogeneidade da memória coletiva, pois ela depende dos grupos sociais e da coletividade para se organizar. Cada pessoa parte de uma perspectiva singular no interior das relações de pertencimento das quais faz parte, o que evidencia pontos de vista distintos sobre a memória coletiva. Portanto, a memória individual deve ser apreendida como local de onde se parte sobre a memória coletiva, o qual expressa diferentes leituras e interpretações, conforme o contexto social de cada indivíduo.

Isso nos leva ao entendimento de que a memória é sentida, vive-se a diretamente, mas temos a necessidade de registrá-la como parte de nossa história de vida e de uma coletividade. Nas *queerentenas*, a construção de um lugar de memória a partir da reunião de relatos singulares em um livro nos evidencia tentativas de resgates daquilo que aconteceu e acontecia em cada vida, mas que não constava — e nem sequer constaria — nos arquivos oficiais da história hegemônica, sobretudo ao se identificar o contexto sociopolítico em efervescência no qual estivemos nos piores momentos da pandemia de covid-19. Isso é um pouco do que Mohara Villaça, mulher cisgênero bissexual, designer, professora de 32 anos de Belo Horizonte, narrou sobre sua *queerentena*:

A memória como o tempo têm esta elasticidade que não conhecia. O futuro e o presente se entrelaçam, como se o agora se conjugasse no passado. A dor das coisas te alcança eventualmente, e mesmo cercada de conforto a sanidade parece escapar. Passo dias sem abrir as cortinas. Deitada na cama na mesma posição. Percebo que não consigo me levantar. Perco a sensibilidade das pernas. Talvez ajuda seja necessária. De outro tipo, dos comprimidos (Villaça, 2020, p. 291).

Perceber essa mistura de temporalidades evoca o modo como as dimensões do tempo eram repensadas por quem narra. Trata-se de uma aproximação com o testemunho, isto é, uma ratificação de que se viveu aquilo que se narra e, por isso, torna-se uma experiência autêntica. “Narrar a vida, não apenas as vidas de homens e mulheres famosos, mas as vidas de pessoas comuns, coloca em jogo o valor de testemunho que lança uma nova luz sobre as experiências do ordinário na contemporaneidade”, como traz Igor Sacramento (2018, p. 125). Esse ato atravessa os processos narrativos de si e conforma subjetividades, projeta denúncias e se lança como um mecanismo político (Sacramento, 2018)

Nesse sentido, devemos avançar, primeiro, conforme Andreas Huyssen (2000), na apreensão de que a memória tem sido objeto de interesse da cultura, visto que vivemos embrenhados em um presente inundado por passados, em que se cria uma musealização das coisas. Nas palavras do autor, “em suma, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” (Huyssen, 2000, p. 16). Trata-se de

entender, assim, que existe um excesso de passado rondando nossas vidas, ao mesmo tempo que o futuro se torna cada vez mais indeterminado e sem perspectivas, o que tem nos exigido ações para garantir a preservação daquilo que já aconteceu e resguardá-lo do esquecimento em meio à efemeridade e à velocidade do momento contemporâneo. Esse borramento temporal embaralha o que foi, é e será na vida das pessoas. Quando lemos as *queerentenas*, observamos a importância do passado LGBTQIA+ na formação do presente, da necessidade de um presente seguro para imaginar futuros possíveis e vivíveis. Porém, a realidade se impôs de outra forma, como Lipe Paes Monteiro, um homem cisgênero homoafetivo de 32 anos de Salvador, relatou a experiência do isolamento social alterando sua rotina e como as percepções do tempo se transformaram:

Entretanto, tenho trocado o dia pela noite, não acompanho mais o calendário e acabo perdendo a noção de tempo de forma completamente incomum. Todos os planos feitos para organizar minha vida no ano de 2020 foram por água abaixo me fazendo retornar a partes esquecidas do meu Ser como sonhos e lembranças da infância (Monteiro, 2020, p. 126).

Para além da covid-19, as impossibilidades do isolamento e os sentimentos de frustração com a realidade, vivemos tempos em que o futuro parece mais distópico, com incertezas e amedrontamento, pondo-nos frente à insegurança e à angústia com mais medos do que esperança do porvir. Passado, presente e futuro se amalgamam às memórias e aos processos de reelaboração de si, como emergiu no texto de Alexandre Luiz Polizel (2020, p. 170), jovem gay de Londrina:

[...] Quantos futuros não criamos para nos impulsionar!? Quantos passados inventamos para de nossa própria vida se interessar"? É isso que buscamos com as técnicas e tecnologias que temos, um buraco para nos entocar. Pena que nenhum refúgio suporta bombardeios, é preciso guerrear.

Essa confusão temporal existente nos relatos foi trazida também por João Victor da Fonseca Oliveira (2020, p. 196), bixa católica belo-horizontina de 23 anos, que disse:

abro a janela. falo neste instante. único tempo que disponho. entre o passado e o futuro: o instante. não estou preparado para inventar o agora, para pensar o presente. o futuro suspenso dói. não porque fossem grandes minhas expectativas sobre ele, mas porque só resta o presente. ele não perdoa. não desfaz o incômodo. não aceita adiamentos, nem compensações. ele solicita presença. ocupar o presente é agir sobre ele. interromper o tédio também é uma luta contra o tempo. perdida e necessária.

Nessa fragmentação das temporalidades, parece-nos que os passados presentes⁶⁵ envolvem a experiência com o tempo, a partir de tentativas de rememoração, de interesses em assegurar a presença do passado e, em alguma medida, prever aquilo que poderá acontecer. De um lado, existe o temor pelo excesso de passados no agora, capaz de gerar sentimentos de paralisação; por outro lado, há uma necessidade de evidenciar passados, sobretudo aqueles que não podiam aparecer ou aqueles que causaram tamanhas dores e violências contra determinados grupos, tornando-se difíceis de serem lembrados. Nesse sentido, João Silvério Trevisan (2018) nos chama atenção para a importância da criação como gesto de resgate dos nossos próprios passados.

Sob o pretexto de preservar valores tradicionais, o projeto dos grupos conservadores propõe destruir valores que lhes são inconvenientes. Destruir para preservar é uma 'contradição em termos'. Aos setores oprimidos só resta aquilo que sabem fazer melhor: criar. Quanto mais os querem destruir, mais estarão elaborando novos valores, abrindo caminhos inusitados e inventando expressões estéticas. O ímpeto criativo pode ser claramente percebido em momentos de sobrevivência difícil e necessária (Trevisan, 2018, p. 536).

Precisamos inventar os próprios caminhos, como sugere João Silvério Trevisan (2018), porque o mundo não os fez para nós. A metáfora da viagem, apresentada por Guacira Louro (2020), mostra que a sequência sexo-gênero-sexualidade ordena a direção antes de existirmos neste mundo, depositando expectativas a serem correspondidas até mesmo depois da morte. A rigidez normativa da viagem da vida possui um roteiro pré-determinado, mas nós aprendemos a rompê-lo, a seguir por rotas que nós mesmos abrimos, a criar nossas próprias memórias e espaços de refúgio. A história de Maria Clara Elias Polo e Giselle Tavares (2020), que se identificam como super sapatã de 26 anos e lésbica pra caramba de 33 anos, respectivamente, e ambas de Uberlândia, mas em meio a viagem por diferentes cidades, contou que o relacionamento delas foi uma tentativa de expressão de liberdade e de amor, que, de certo modo, rompeu com as expectativas normativas. Elas criaram esses sentimentos em casa, espaço privado onde tinham a chance de se expressarem longe dos olhares de ódio público e desenvolveram as próprias memórias.

⁶⁵ Essa passagem nos direciona a Paul Ricoeur (1994) nas reflexões sobre as aporias do tempo, em que aponta o presente tripartido para mostrar a existência do tempo, em que o presente do passado é a memória, o presente do presente a visão e o presente do futuro a espera. Inferimos que a memória atua no tempo como um movimento a partir de um gesto apoiado no presente indicando para o passado. Ao buscar narrar esse passado pelos traços da experiência, damos uma inteligibilidade a esse tempo através da rememoração dos acontecimentos, ou seja, somos convocados pelo tempo há lembrar, sendo esse ato uma ação e uma distensão no tempo.

O lugar é seguro. É acolhedor. É nosso. Criado por nós. Um sonho nosso poderia ser ‘não ter que sair de casa pra nada’, em paz. No entanto, vale ressaltar: com amarras sociais, estruturais, pessoais e culturais. Porque a vontade é poder sair, de dentro de nós, e de dentro da estrutura estabelecida. Poder ser quem nós somos, da forma como queremos. Performar. Criar. Ter o privilégio de apenas ‘ser’, sem ser julgado (Polo; Tavares, 2020, p. 157).

Em continuidade com João Silvério Trevisan (2018), seu apontamento contém uma crítica importante de ser entendida aqui, haja vista aquilo que lembramos e podemos recontar do passado. A cultura da memória, segundo Andreas Huyssen (2000, p. 18), é composta por “memórias imaginadas”, quer dizer, muito do que lembramos são acontecimentos e coisas impostos a nós pelas tecnologias das mídias, por exemplo, e não, de fato, memórias vividas por nós. Ter essa atenção torna-se crucial na compreensão dos contextos em que estamos e aquilo que emerge ou se esconde, ou melhor, é apagado intencionalmente. Se, por muito tempo, tivemos que permanecer em silêncio como meio de resistência nas relações de poder, hoje, com as lutas contínuas, nossas memórias se afloram e tentam rasurar páginas que nos representaram historicamente.

Renan Quinalha (2022) alerta para o fato de a memória ser envolvida pelo paradoxo da lembrança e do esquecimento e, por isso, toda formação mnemônica pode ser ameaçada pelos aniquilamentos que tentam destruí-la. “No caso das pessoas e da comunidade LGBTI+, [...] a memória coloca-se como dispositivo ainda mais central na criação de laços e de um senso de hereditariedade” (Quinalha, 2022, p. 182). Sabemos que a importância da memória vai além de registrar nosso passado, mas se estrutura como um meio de reafirmação e de estratégia política, ao colocar sob o fio da navalha a história oficial contada sobre e para nós. Assim, perscrutar as experiências apagadas e soterradas pelo curso historiográfico e tentar seguir de modo contra-hegemônico se torna o meio para a formação de memórias de resignificação.

Compreender as disputas de memórias e de narrativas, faz-nos prosseguir no entendimento de que a memória é dinâmica, relacional e politicamente tensionada. Não se trata de um repositório no qual lembranças individuais e coletivas se assentam e solidificam, de modo apaziguado. Luciana Amormino (2024) conceitualiza a memória como gesto, isto é, ato em permanente reconstrução cujas disputas e negociações são constituintes de um movimento ativo e dinâmico, com escolhas e recriações constantes. “Pensar a memória como gesto pressupõe, ao nosso ver, considerar sua dimensão de performatividade” (Amormino, 2024, p. 53), o que evidencia o fazer da memória no presente. Cada vez que se lembra de algo, reinterpreta-se o passado a partir das condições do presente, estabelecem-se tensões

entre o par esquecer e lembrar, além de envolver escolhas sobre o que, como e para quem recordar. Toda essa ação é influenciada por diferentes fatores políticos, culturais e afetivos que tornam a memória um espaço de disputas.

Se os estudos de memória encontram um campo aberto ao resgate de vestígios, indícios e arquivos na Comunicação, parece-nos que um olhar dirigido às especificidades das memórias *queer* se faz elementar na tentativa de dar a ver passados e narrativas solapadas pelos fluxos dominantes que se desenvolveram nas culturas ao estabelecer universalidades e privilegiar o que seria contado e reproduzido como parte de uma história oficial. As memórias *queer* são entendidas aqui como uma pluralidade que acontece em uma dupla via, em razão das próprias bases semânticas da palavra, tanto como voltada aos indivíduos e grupos que assim se identificam quanto aos movimentos sociais, políticos e acadêmicos.

Para tanto, recorremos às premissas do pensamento de Thomas R. Dunn (2021) sobre memórias *queer* no campo da Comunicação, que se aproximam de três quadros abrangentes de estudos em desenvolvimento: “a recuperação e circulação das memórias de pessoas, movimentos e instituições *queer*; a (re)teorização da memória a partir de perspectivas *queer*; e conexões entre memórias *queer* e arquivo” (Dunn, 2021, p. 5, tradução nossa⁶⁶). Antes de aprofundá-los para entendermos os direcionamentos tomados para as reflexões sobre memórias, cabe-nos identificar o que está sendo definido por memória *queer* na atualidade. Segundo Thomas R. Dunn (2021, p. 1, tradução nossa⁶⁷), “[...] hoje [memória *queer*] pode ser amplamente entendida como o trabalho para recuperar, preservar, circular e, em alguns casos, inventar o passado de pessoas, instituições e momentos lésbicos, gays, bissexuais, transgêneros e *queer*, muitas vezes intencionalmente esquecidos”. Nessa definição, há desafios implicados em disputas nas relações de poder, nas significações das identidades e nos movimentos de ter que criar, em razão de as memórias terem sido intencionalmente negligenciadas e apagadas. Muitas vezes, os rastros que poderiam ser recuperados vão se perdendo ao longo do tempo. Em outros momentos, projetos conservadores se sobressaem na política como tentativas de silenciar e, consequentemente, evidenciar a cisheteronormatividade como uma perspectiva para se contar sobre o passado e projetá-la no presente.

⁶⁶ No original: “[...] the recovery and circulation of the memories of queer persons, movements, and institutions; the (re)theorizing of memory from queer perspectives; and connections between queer memories and the archive” (Dunn, 2021, p. 5).

⁶⁷ No original: “[...] today can largely be understood as the work to recover, preserve, circulate, and, in some cases, invent the pasts of often intentionally forgotten lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer people, institutions, and moments” (Dunn, 2021, p. 1).

A epidemia de HIV/aids tem sido um catalisador de questões para as memórias *queer*, tanto por meio de uma apreensão do contexto de crise sanitária, respostas ou inação governamental e desenvolvimento de ativismos organizados, quanto como as estratégias de recuperação das memórias relacionadas a esse acontecimento. Historicamente, os imaginários sociais sobre o vírus e a doença possuem forte ligação com as mídias e o modo como se noticiava essa questão pública e sanitária, sendo que, no Brasil, “[...] num primeiro momento, a imprensa se omitiu e, depois, excedeu em suas abordagens” (Santos Filho, 2020, p. 36) com abjetificações e estigmatizações que perduram na memória coletiva.

Com tantas perdas, as dimensões temporais foram reconfiguradas nesse contexto, haja vista que “o tempo pesava de forma diferente nas vidas *queer*: ‘até quando?’ e ‘quem será o próximo?’ (Goltz, 2022, p. 3, tradução nossa⁶⁸). Não à toa, acreditamos que nossas memórias coletivas LGBTQIA+ se relacionam diretamente a esse passado presente. Suome Matheus Vilela de Lima, autoidentificado como boyceta, pansexual, branco, latino, macumbeiro, de 26 anos, da cidade de Assis, relatou em seu texto da *queerentena* o quanto a pandemia de covid-19 adquiriu contornos semelhantes ao tratamento dado à epidemia de HIV/aids:

Então, marginalizados, como eu e tantas outras pessoas, estaremos à míngua a depender do sistema, como sempre estivermos. Sempre seguimos isolados, com políticas, por meio do asco, por meio da violência, por meio do embate. Eu observo pessoas na rua evitando o contato comigo e com minhas parcerias. Nós sempre fomos tratados como pessoas que tivessem doenças extremamente contagiosas, os nossos hábitos são vistos como algo contagioso. O covid-19 é pique o surto, ou surtos biológicos e psicossociais, da aids/HIV na década de 80 (Lima, 2020, p. 58-59).

As semelhanças com tempos difíceis rememoram narrativas de perda de pessoas queridas e também de coragem nas lutas contra instituições. Lembrar pode ser um ato de dor e amargo. Resgatar isso é abrir-se às afetações, como quem cutuca feridas que não fecham, e às tentativas de reelaboração da memória. Mais uma vez, voltamos ao texto de Doprá Oilerua (2020, p. 91) que afirmou: “vivo entre administrar vírus. Quando a mídia apresenta os detalhes do microrganismo do coronavírus atual é um certo *déjà vu* para mim. Cansei de ver o HIV e sua horda em fotos e imagens. A gente vai criando uma relação com os microrganismos sem perceber”. Esse ato de lidar com medos se tonifica ainda mais quando já se convive com o vírus no corpo. É o que também Fefa Splendore (2020, p. 98), homossexual de 29 anos de Recife, disse:

⁶⁸ No original: “Time weighted differently on queer lives: ‘How long?’ and ‘Who is next?’ (Goltz, 2022, p. 3).

O medo da ‘sentença de morte’ ainda resgatada no imaginário social do diagnóstico de HIV ressurge só de pensar nessa coinfeção. Se eu já estava lidando com um vírus que achei estar ganhando a luta por estar indetectável, agora vem mais um pra tentar desmontar toda a minha resistência e luta pela vida.

Esse medo com o qual convivemos é parte dos processos pedagógicos por meio dos quais aprendemos que nossos corpos são considerados como problemas sociais, alvos contínuos da marginalização, das marcações de desvio e das tentativas de eliminá-los dos espaços públicos por serem vistos como contaminantes. Devemos lembrar, a partir da metáfora do corpo estranho, o argumento trazido por Guacira Louro (2020) que, nessa matriz cultural regulada por princípios institucionais que alocam corpos em zonas de normalidade e anormalidade, dissidentes das normas são esquecidos ou serão lembrados como problemas. Nossas memórias, assim, passam a ser povoadas por imaginários de dor e sofrimento, de contaminação e abjetificação. Nesse sentido, “construir mundos alternativos *queer* e resistir àqueles que os disciplinariam requer, portanto, atenção à memória” (Dunn, 2021, p. 4, tradução nossa⁶⁹).

Ao direcionar para os três quadros principais da memória *queer*, Thomas Dunn (2021) ressalta que eles representam formas de abordagem do fenômeno na Comunicação cujos objetivos reforçam a importância do papel da memória na formação das identidades, da história dos movimentos LGBTQIA+ e dos ativismos. O primeiro é a recuperação e a circulação das pessoas e dos movimentos *queer* como esforço contínuo de preservação tanto de memórias de indivíduos quanto a formação de coletividades. São ações que exigem escavar e investigar os rastros deixados em meio aos discursos cisheteronormativos para destacá-los e inseri-los aos discursos públicos, culturais e políticos em circulação na contemporaneidade com vistas a fortalecer os debates sobre as vidas. Porém, essas ações não estão livres de problemas, sobretudo porque vivemos envoltos por discursos que coíbem e tentam reiterar as normas. Uma das principais considerações em relação às falhas se refere ao fato de haver uma prevalência da branquitude na construção e na luta por memórias *queer*, centralizando-se em um foco de experiências, enquanto outras como a negritude ficam à margem dos esforços de consolidação de passados. Uma perspectiva interseccional se faz central para entender as diferenças em articulação e o impacto na consolidação de memórias.

⁶⁹ No original: “Building queer-affirmative worlds and resisting those who would discipline them therefore requires attention to memory” (Dunn, 2020, p. 4).

Em *Manifesto de um corpo isolado*, Camila Santos Pereira (2020, p. 75), *queer* de 23 anos da cidade de Alvorada, afirmou:

Meu corpo é, historicamente, isolado. O que é ser negra? Sei que essas normas foram estabelecidas muito antes de eu nascer, séculos atrás. Minhas ancestrais também tiveram seus corpos isolados, foram isolados da humanidade. As correntes grossas de ferro imobilizaram, prendiam vidas juntas a um destino trágico, repleto de cicatrizes que o corpo mostrava e a mente guardava. Deixava em um lugar bem escondido, para que os dias que se seguiam pudessem ser vividos, ou melhor, sobrevividos. As tradições eram revividas nas cantigas e nas histórias das mais velhas. Alguns estudos dizem que essas lembranças e o sofrimento foram tão brutais que as ascendentes levam os traços desses traumas no inconsciente. Também aprendi a guardar marcas na mente para seguir com os dias. Não apenas nos lados ocultos do pensamento, mas meu corpo isolado também apresenta novas marcas. Que ilusão. Mesmo depois de tanto tempo, uma falsa abolição nos condenou a buscar pela verdade em meio a cinzas de destroços. Fomos rendidas a um tratamento que nos inferioriza pela cor e perversamente foi muito bem articulado para negar, a tal democracia racial. As máscaras nos impediam de falar, de lembrar as sinhas e os sinhões das atrocidades refletidas em suas frentes, do confronto.

Reproduzir suas palavras nesta pesquisa é, de alguma forma, perceber como o isolamento é sistematicamente atualizado nos discursos e como o passado racista se faz presente. O que Camila relembra das ancestralidades é parte daquilo que a história não gostaria que aparecesse, pois perturba os empreendimentos normativos, tanto é que parte dessas tradições só foram possíveis de serem transmitidas às gerações posteriores pela oralidade — cujo maior problema é a momentaneidade — e graças às tentativas de rememorar-las. Nesse sentido, vale citarmos novamente Conceição Evaristo (2020a, 2020b) e a proposta da escrevivência como prática de escrita que entrelaça memória e pertencimento e nos revela um sentido pela interseccionalidade.

A escrevivência é um gesto individual de autoria, mas que se sustenta como ato coletivo, isto é, “[...] é uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade” (Nunes, 2020, p. 35). Essa conceitualização nos parece importante frente à crítica de Thomas Dunn (2021), haja vista que a escrevivência é uma memória coletiva de caráter insurgente mobilizada para reverter as estruturas de apagamento histórico. Trata-se, então, de um movimento que opera na contramão da história ocidental eurocêntrica, na qual mulheres negras, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos em condição de vulnerabilidade e subalternização foram alocados às margens, mas que, agora, escrevem contra as apartações históricas. Isabella Rosado Nunes (2020) entende, nessa argumentação, que a escrevivência constitui uma ação em prol dos direitos e está conectada diretamente às experiências, à escuta da alteridade e à expressão dos afetos. A proposta de Conceição

Evaristo visa atualizar o legado da ancestralidade, recuperando tradições e heranças, como forma de construir conhecimentos e resistências.

Esse ato de escrever das/nas fronteiras, para retomar o propósito de Gloria Anzaldúa (2000, 2005), é um gesto de tensão cujas questões são lançadas contra os dominantes. Há denúncias imbuídas nesse processo que adentram as brechas das estruturas tradicionais, incutindo saberes localizados e outras perspectivas de mundo. Portanto, forma-se, por meio da escrita, um *locus* de conhecimentos e de memórias que ocorreram a partir da exclusão do mundo, porém imbuído pelo espírito de reinvenção e de reelaboração dos significados.

O segundo quadro trazido por Thomas Dunn (2021) se refere às (re)teorizações da memória a partir das contribuições dos estudos *queer*. Por outras palavras, constitui-se o movimento de reinterpretar conceitos relacionados à memória de forma a estranhá-la e desafiar os cânones acadêmicos que excluem as experiências LGBTQIA+, alocando-as às margens das possibilidades de ter reminiscências. Para alcançar esse propósito, exige-se uma mudança epistemológica que seja capaz de incluir às subjetividades na centralidade dos conhecimentos, os trânsitos das identidades e a aceitação de narrativas contra-hegemônicas. Expandir a apreensão dos passados significa incluir a diferença e o modo como ela tensiona o mundo. O que as *Histórias da Queerentena* realizam se une diretamente a essa proposta epistemológica de expandir espaços para escritas dissidentes, de reconhecimento das subjetividades e de inclusão de corpos marginalizados na centralidade das reflexões sobre os passados, construindo uma dialogia capaz de, ao menos, provocar debates, exigir atenção para o que enunciam e compor memórias coletivas sobre a pandemia de covid-19 nas vidas LGBTQIA+.

Thomas Dunn (2021) sublinha que esse resgate mnemônico pode favorecer a constituição de identidades, o compartilhamento de meios para sobrevivência em um mundo LGBTfóbico e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de mundos *queer* que formem comunidades unidas. Apesar do potencial de resistência, as memórias *queer* não estão isentas de serem conservadoras, conforme o pesquisador discute. Homonormatividades e privilégios da branquitude podem sobrepujar os espaços de debates e, conseqüentemente, tornarem as memórias meios de opressão. Isso ocorre, de certa forma, quando se assimila a comunidade LGBTQIA+ como um todo, ignorando as próprias particularidades de cada identidade e expressão. Por mais que o senso de comunidade seja fundamental ao agir de modo estratégico, é importante considerar as diferenças que nos constitui. Muitas vezes, a identidade homossexual masculina será a mais visibilizada, enquanto outras sexualidades e

identidades de gênero ficarão em segundo plano e, como efeito, desprezadas de reconhecimento.

Nas *Histórias da Queerentena*, apesar de a heterogeneidade se fazer presente, concentram-se, em maior número, pessoas que se identificam como homossexuais e suas diferentes expressões, como bixa, gay e sapatão. Outro aspecto que se torna importante ao ler por uma perspectiva interseccional é a ausência de memórias de pessoas LGBTQIA+ idosas, que não aparecem nessa assembleia. Com isso, perdem-se as chances de lê-las e saber sobre as experiências de vida e as interações geracionais tão importantes para construções mais potentes de ativismo e resistência. Da mesma forma, não há pessoas da região norte do Brasil, uma das partes do território mais atingidas pelos impactos da pandemia de covid-19 por meio dos descasos governamentais na ingerência do problema e das práticas necropolíticas instauradas. Pelo fato de pessoas LGBTQIA+ nortistas não estarem nessa trama *queerenteneda*, as perspectivas sobre os atravessamentos pandêmicos e as reminiscências da diferença a partir de marcadores regionais não constituem a composição das memórias coletivas. Segundo Thomas Dunn (2021, p. 11, tradução nossa⁷⁰),

a comunidade *queer* inclui pessoas de todos os gêneros e sem gêneros, de diferentes classes, idades, nacionalidades, habilidades e assim por diante — e, no entanto, a própria memória *queer* é muitas vezes lenta para centralizar e elevar mulheres, pessoas trans, *queers* rurais, pessoas pobres e outros, bem como pessoas *queer* de cor.

Essa ausência de representação consiste em um desafio e exige ações contínuas para incluir partes da comunidade LGBTQIA+ que permanecem excluídas. É nesse sentido que caminhamos para o terceiro quadro de compreensão dos estudos comunicacionais sobre memória em interface com os estudos *queer*. Trata-se da conexão entre memórias *queer* e arquivos. Tudo aquilo que recuperamos, precisamos armazenar e salvaguardar do esvaecimento que o próprio tempo pode trazer, ainda mais pelas lógicas aceleradas e pelos desejos de futuros. Criar arquivos, sejam eles físicos ou digitais, tal como as oportunidades tecnológicas nos têm trazido, demanda atenção e sensibilidade na manutenção, assim como questionamento das formas tradicionais de se arquivar (Dunn, 2021).

Histórias da Queerentena é um arquivo cujos esforços das idealizadoras e dos idealizadores se somam à tentativa de dar a ver as vidas, mas também construir um ambiente

⁷⁰ No original: “The queer community includes people of all genders and no genders, different classes, ages, nationalities, abilities, and so forth — and yet, queer memory itself is often slow to center and elevate women, trans folks, rural queers, poor people, and others, as well as queer people of color” (Dunn, 2021, p. 11).

seguro para as memórias marginalizadas. Por ser um projeto invertido, como Pablo Pérez Navarro (2020a) descreve, desenvolve-se um ambiente conjunto e de reunião de pessoas LGBTQIA+ que se ligam pelas diferenças. Tal como o projeto foi qualificado, é um ato de expor, tendo em vista que aquilo que aparece aqui jamais ganharia os espaços hegemônicos (Rausch et al., 2020). Importante enfatizar que se trata de um arquivo vivo — característica que parece contraditória quando pensamos nos arquivos e nas dimensões de repositórios que, muitas vezes, ficam armazenados sob a poeira do tempo —, no qual a trama tecida continua — e continuará — em tessitura por meio de múltiplas vidas que incluem outros fios e camadas na constituição das *queerentenas*, expandido-as para além das dimensões das páginas do livro.

E ao considerar essa perspectiva, é importante enfatizar que, conforme Dustin Goltz (2022, p. 1, tradução nossa⁷¹), “nos últimos anos, as tensões *queer* com a normatividade, se não mesmo a sua resistência total, têm examinado as implicações culturais das lógicas de governação do tempo”. Essa relação com o tempo deve ser, portanto, entendida de modo expandido, para além do compasso do relógio, o que inclui, portanto, as identidades e suas formas de serem entendidas em permanente atualização. Dustin Goltz (2022) teoriza como temporalidades ao entender o tempo como uma ferramenta de poder e de disciplina, que amalgama não apenas as matrizes de gênero e sexualidade, mas também a modernidade, o capitalismo, a branquitude, o capacitismo e a masculinidade hegemônica, capaz de ordenar como devemos nos relacionar, envelhecer, experimentar, performatizar o próprio corpo e, mais ainda, como contaremos sobre a própria vida. No intuito de questionar as histórias e as narrativas que normalizaram as lógicas temporais com base em cisheteronormatividades, a seguir, refletimos sobre como esse ato de dizer sobre si ocorre na vida contemporânea para, então, aproximar outra vez das *queerentenas*.

4.2 Das confissões aos testemunhos da vida: escritas de si e biográficas

Quando alguém narra a própria vida, almeja-se estabelecer uma autodocumentação de si com o objetivo geral de alcançar reconhecimento de outrem. Sob outras facetas desse fenômeno, Lígia Maria Trigo-de-Souza (2007) aponta que, com as diferentes tecnologias e aberturas para os registros da vida na contemporaneidade, seja em um ato de biografar uma

⁷¹ No original: “In recent years, queer tensions with, if not outright resistance to, normativity have examined the cultural implications of the governing logics of time” (Goltz, 2022, p. 1).

totalidade de eventos ou fragmentadamente a alguns episódios, ampliam-se os repertórios, como também os estímulos individuais e o comportamento que levam as pessoas a lançarem o que seria íntimo e, até então, pessoal para uma visibilidade pública cada vez mais abarrotada por conteúdos audioverbovisuais. Ao esmiuçar um pouco mais os motivos que levam à narração da vida, a busca por uma autocompreensão é correlacionada à herança dos diários íntimos para os sujeitos se voltarem à própria consciência.

Michel Foucault (2023) recorda que esse exercício de se voltar internamente para a consciência e avaliá-la se torna uma prática que extravasa o espaço religioso com as confissões e adquire amplitude em diferentes momentos da vida cotidiana com os estímulos das organizações. No momento em que o indivíduo procede à narração de si, ele está se desenvolvendo. Por outras palavras, “[...] ao escrever sobre si, ele literalmente se produz” (Trigo-de-Souza, 2007, p. 77). Essa premissa nos aproxima de outro texto de Michel Foucault (2002), no qual ele explica, tomando por base os *hypomneta*⁷² e as trocas de correspondências entre filósofos, que havia um ritual para tentativa de preservação das memórias, mas que não se resumia a simplesmente salvaguardá-las, e sim com a finalidade de desenvolver exercícios que orientassem a vida de alguma maneira. Já as correspondências constituíam modos de comunicar que traziam uma espécie de “diálogo face-a-face” no papel, no sentido de que quem dirigia e quem recebesse estabeleceriam uma relação, como se estivessem em uma troca de olhares presencial, na qual havia uma contação da vida, com informações mais detalhadas de atividades ordinárias. Com as cartas de Sêneca, Michel Foucault (2002) percebeu a existência de relatos detalhados dos dias, por mais banais que fossem, para salientar uma forma de voltar-se para si, examinando a memória e a consciência. Portanto, à guisa de uma síntese foucaultiana, “escrever é, pois, ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (Foucault, 2002, p. 150).

A vida como narração, segundo Leonor Arfuch (2010), tem uma multiplicidade de possibilidades e consiste na transformação da experiência em uma relação com o tempo do relato e o tempo da leitura. Logo,

⁷² *Hypomneta* ou *hypomnemata* era um registro pessoal usado como se fosse um guia norteador para a vida. Não eram diários ou cartas, no sentido que conhecemos, mas artefatos escritos para a subjetivação que visavam preservar a memória do que foi lido, escutado, visto e escrito. Esse material era usado para consultas posteriores e postos em prática no cotidiano. Lembra-nos Michel Foucault que os *hypomnemata* formavam também um conjunto de escritos que guiavam a escrita de textos voltados “[...] para lutar contra este ou aquele defeito (como a cólera, a inveja, a tagarelice, a bajulação), ou para ultrapassar esta ou aquela circunstância difícil (um luto, um exílio, a ruína, a desgraça)” (Foucault, 2002, p. 135).

falar do relato [...] não remete apenas a uma disposição de acontecimento — históricos ou ficcionais — numa ordem sequencial, a uma exercitação mimética daquilo que constituiria primariamente o registro da ação humana, com suas lógicas, personagens, tensões e alternativas, mas à *forma por excelência da estruturação da vida* e, conseqüentemente, da identidade, à hipótese de que existe entre a atividade de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas que apresenta uma forma de necessidade ‘transcultural’ (Arfuch, 2010, p. 112, grifos da autora).

Entendemos, desde já, que a narrativa de vida não é um simulacro da realidade, mas um caminho para dar sentido à experiência vivida, incorporando questões culturais, do tempo em que está e das relações com o outro. Compreendemos ainda que o ato de escrever sobre si é um meio de resguardar memórias diante das adversidades da contemporaneidade. Podemos tomar como exemplo Carlos Renato Alves da Silva (2020), gay de 51 anos, que escreveu sobre a *queerentena* em diálogo com o trabalho de cuidado que desenvolvia com pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade. Em seu texto, enquanto esperava as devidas autorizações para incluí-las em seu relato pessoal, ele mencionou: “afinal é necessário que eu escreva tudo que penso, para não perder muita coisa do que faço, já que eu estou sentindo as minhas memórias cada vez mais falhas” (Alves da Silva, 2020, p. 49). Já Camila Santos Pereira (2020, p. 75) acreditava que “escrever parece um exercício que movimenta uma adaga profunda dentro do peito. Contudo, uma forma clássica de manter a comunicação, carregada também de personalidade e originalidade”. Escrever, então, é ter a coragem de grafar no mundo as próprias palavras sobre o mundo.

Concordamos com Lígia Maria Trigo-de-Souza (2007) ao enfatizar que o ato autobiográfico — interpretado de forma abrangente para além dos gêneros de autobiografia — é “[...] como um ato performático, em que o indivíduo busca se reconstruir, modificando sua própria vida, aos seus olhos e aos olhos dos leitores” (Trigo-de-Souza, 2007, p. 77). Assim, assume-se o papel de narrador de si, de enfatizar a própria perspectiva ao mundo. Aliado a essa necessidade, há também um desejo de eternizar a própria história, que pode chegar ao ponto de ser um envaidecimento para engrandecer o próprio ego ou um desejo narcísico, mas que precisa do reconhecimento de outrem. Lígia Maria Trigo-de-Souza (2007) identifica a historicidade desse fenômeno desde os registros rupestres do período pré-histórico, em que marcas talhadas em pedras serviam como testemunho do cotidiano. Esse processo evoluiu até o cenário contemporâneo, caracterizado não somente pela presença de tecnologias e sistemas midiaticizados e plataformizados de comunicação, mas também por

dinâmicas interacionais que nos impulsionam constantemente a construir a subjetividade e narrar quem somos, aspectos apropriados pelas lógicas do neoliberalismo.

Leonor Arfuch (2010), inspirada na noção de *espaço biográfico* de Philippe Lejeune, enfatiza a diversidade de gêneros autobiográficos possíveis. Por outras palavras,

Um primeiro levantamento não exaustivo de formas no apogeu — canônicas, inovadoras, novas — poderia incluir: biografias, autorizadas ou não, autobiografias, memórias, testemunhos, histórias de vida, diários íntimos — e, melhor ainda, secretos —, correspondências, cadernos de notas, de viagens, rascunhos, lembranças de infância, autoficções, romances, filmes, vídeo e teatro autobiográfico, a chamada reality painting, os inúmeros registros biográficos de entrevista midiática, conversas, retratos, perfis, anedotários, indiscrições, confissões próprias e alheias, velhas e novas variantes do show (talk show, reality show), a videopolítica, os relatos de vida das ciências sociais e as novas ênfases da pesquisa e da escrita acadêmicas (Arfuch, 2010, p. 60).

Segundo a autora, o interesse por biografias de famosos ou pessoas comuns é crescente, ação que denota não apenas o desejo de querer conhecer o que acontece na vida de outrem, mas também as intimidades ou, como ela chama, os bastidores dos acontecimentos recheados de detalhes. A listagem anterior de gêneros apresenta a elevação e a proliferação de narrativas, assim como a hibridização de linguagens, o dialogismo e as intertextualidades que estabelecem relações entre textos e indivíduos.

Importante considerar que esse modo de narrar a si se consolida a partir de atos de confissão e confidência presentes no cotidiano. Leonor Arfuch (2010) destaca que o livro *As confissões*, obra autobiográfica de Jean-Jacques Rousseau, evidenciou uma trama narrativa de intimidades e borrou os limites entre o que era público e privado, projetando segredos sobre si de forma aberta para o outro. “O surgimento dessa voz autorreferencial [...], sua ‘primeiridade’ [...], a promessa de uma fidelidade absoluta [...] e a percepção aguda de um *outro* como destinatário, cuja adesão é incerta [...] traçavam com veemência a topografia do espaço autobiográfico moderno” (Arfuch, 2010, p. 48-49, grifos da autora).

Esse processo de contar sobre o que se viveu e reelaborar isso em texto nos leva às proposições de Michel Foucault (2023) sobre a secularização da confissão. Considerado um ato que faz parte de rituais religiosos cristãos, a confissão consiste em um exame de consciência em que o indivíduo deve repensar tudo o que fez com base em definições de pecado, o qual será determinado a partir de uma figura de autoridade divina. Por uma perspectiva discursiva, Pedro de Souza (1993) explica as transformações nesse ritual e parte do entendimento de como ocorre esse ato. Segundo ele, a interlocução da confissão ocorre de

dois jeitos, a saber: o primeiro passo é coletivo, com toda a comunidade religiosa reunida compartilhando o mesmo ato litúrgico de reconhecimento de culpas. “No segundo, instaurado em momento posterior ao processo de formação da Igreja, a confissão é realizada diante de um só interlocutor hierarquicamente designado e estatuído pela comunidade para ouvir e impor a penitência ao fiel confessante” (Souza, 1993, p. 58). Cabe notar que a confissão pressupõe pensar-se por uma estrutura de poder hierarquizado, isto é, há uma autoridade superior para quem se deve contar sobre as intimidades. No entanto, esse ato é feito em busca de uma identificação. Pedro de Souza (1993), em diálogo com Michel Foucault, nota que a pessoa atribuída como pecadora e penitente deseja se confessar, pois está excluída do grupo de cristãos e procura ser inserida novamente sem essas marcações negativas, mas como um sujeito cristão digno de ocupar aquele espaço.

Tais percepções são encontradas por Pedro de Souza (1993) em sua tese, na qual estudou cartas enviadas por homens gays ao grupo *Somos* e percebeu relações com o ato de confessar. Ele escreve que, “neste grupo, ao confessar-se como homossexual, o indivíduo afirma a si próprio, ocupando um lugar de sujeito num espaço coletivo de enunciação, ou seja, encontra aí a possibilidade de dizer *eu*”. Em certa medida, parece-nos uma proximidade com as *Histórias da Queerentena*, haja vista que quem está ali se identifica de alguma forma com a trama que estava a ser formada. Confessa-se a dissidência de gênero e sexualidade a partir de marcas do poder sobre a vida, marca-se a diferença e projeta-se uma tentativa de se autoafirmar. Enviam-se textos íntimos para um grupo de interlocutores desconhecidos que procederam à curadoria do livro e, posteriormente, tornaram públicos. Diferentemente da constituição de um grupo cujos parâmetros orientadores para a formação e as interações estão dispostos nos processos comunicacionais, nas tramas das *queerentenas*, havia poucas diretrizes, apenas as demarcações trazidas em um edital. O resultado era inesperado, mas possibilitou a reunião de corpos dissidentes que desejavam contar as intimidades para outrem.

Pedro de Souza (1993, p. 64) continua a argumentação assinalando uma característica da confissão:

O problema é que a ideia de confessar, tal como esta prática é entendida modernamente, remete à obrigatoriedade de o indivíduo lançar sobre si um olhar de reprovação. Quem confessa reconhece-se publicamente autor de alguma falta. Assim é que se pode definir a formação discursiva que constitui o confesso em formulações dispersas em domínios tais como o cristianismo e as práticas discursivas da justiça civil.

Na leitura foucaultiana de Johanna Oksala (2011), ela evidencia esse processo de gestão de si que ocorre em outras instituições, como as práticas de patologização da medicina ou a definição de comportamentos pela psiquiatria, o que assinala a atualização da prática de controle confessional e o modo como se aglutina à vida de todas as pessoas. Deve-se entender que a confissão não opera um mecanismo repressivo, seguindo as críticas do poder de Michel Foucault, mas uma tentativa de o sujeito afirmar-se a si em uma falta diante de grupos sociais.

Ter essas explicações como horizonte, nos leva a um dos textos das *queerentenas*, o de A.C. Nicolau (2020), bissexual e confusa de 25 anos de Brasília, que narrou um episódio da vida, no qual a mãe lhe convocava a se juntar a ela em um ritual cristão de eucaristia. Naquele instante, a mãe entregou o pão para comer e o pensar-se como desvio emerge: “ela me entrega o alimento e eu como em silêncio; sua mão encosta no meu peitoral, ela fecha os olhos e ora em voz alta. Eu de olhos abertos, esperando o mais poderoso de todos os deuses descer dos céus e vir me esculachar. PECADORA” [*sic*] (Nicolau, 2020, p. 22). Na passagem seguinte do texto, A.C. Nicolau narrou que pensou em revelar-se para a mãe, mas desistiu. A dúvida sobre sua autoidentificação levantou a questão:

Não sei, não há espaço para esse tipo de coisa nessa casa, não devo me questionar, ninguém deve. Me afogo em pecados e quase sinto o arder do fogo do inferno queimando minha pele, tenho vontade de nadar pelada na piscina, e daí que os vizinhos conseguem ver meus peitos moles? (Nicolau, 2020, p. 22).

Essa rotina de cultos e orações da mãe afrontavam os pensamentos íntimos sobre a sexualidade e a expressão do próprio corpo, criando sentimentos de culpa com relação aos desejos e às práticas sexuais. Nessa via de acreditar que a vida é um pecado, somos impelidos pelo texto de Rick Afonso-Rocha (2020), bixa nordestina, que descreveu a castração do gozo e a sensação de estar “amputado” em meio à pandemia de covid-19 e aos enclausuramentos da própria vida dissidente. Ele escreveu:

O que faz sentido? Manteremos a normalidade? Um conto? Uma paisagem? Uma cena? Já esqueço. Pouca coisa mudou. Meu gozo é castrado, imundo, sujo, pecador. Sodomita, viado, perverso. Transas com o ânus. Não adentrará ao paraíso. Qual? Deus-coiso que ri, igualmente perverso e insano. Castiga-me. Fez-me ser amputado. Condenado a não ser. A anormalidade — minha cotidiana experiência sanguínea (Afonso-Rocha, 2020, p. 128).

Mesmo envolvido por uma trama que quer o colocar como pecador ou “não ser”, atravessado por relações de poder que visam manter hierarquias, percebemos que esse texto

junto aos demais se aproxima de uma confidência. Embora possa ser confundida como sinônimo de confissão, a confidência tem características enunciativas distintas. Trata-se de um ato que implica interação entre interlocutores, mas não de forma hierárquica; em oposição a isso, “no discurso confidencial, os interlocutores encontram-se num mesmo nível de reciprocidade” (Souza, 1993, p. 65). Tanto nas cartas estudadas por Michel Foucault (2002) quanto nas cartas enviadas ao *Somos* estudadas por Pedro de Souza (2002), há marcas discursivas que denotam essa paridade entre o eu e o outro por meio de um gênero textual que permite a elaboração das subjetividades.

Se a confissão é fundamentada em julgamentos, aceitações e sentenças de terceiros — que, muitas vezes, estão envolvidos em organizações que ditam a vida — ou é uma forma de revelar e reafirmar a identidade, a confidência é fundamentada na troca mútua de informações entre interlocutores (Souza, 1993). Estabelece-se um pacto para descrever a si próprio, do mais íntimo ao mais profundo, o que poderia ser um segredo que se torna público.

Com essa explicação, podemos afirmar que, nas *Histórias da Queerentena*, o movimento que se constitui é menos o de uma confissão, e mais uma confidência, embora tenha características semelhantes e distintas que se mesclam nesse ato, tais como: a ausência de interlocutoras e interlocutores diretos — embora se pressupunha a formação de uma coletividade reunida a partir de elos identitários comuns —, a segurança do espaço para enunciação e a possibilidade de desenvolver textualmente as próprias experiências pandêmicas. Válido reconhecer que a confidência tem um caráter dialógico, na esteira do pensamento de Mikhail Bakhtin (Fiorin, 2016). Mesmo que a confidência seja algo que remeta ao indivíduo e os enunciados sejam acontecimentos únicos que revelam a posição autoral, há vozes sociais e outros enunciados que a constitui. Logo, existem relações estabelecidas com o outro, por meio das quais os indivíduos vão se formando discursivamente (Fiorin, 2016). Partimos do entendimento de que a assembleia que se forma não foi planejada *a priori*, ou seja, os editores do projeto não tinham como saber quem se interessaria em contar as intimidades ou prever o sucesso da iniciativa. Por esse motivo, quando os textos estão reunidos, as narrativas confidenciais ganham um caráter coletivo, de união em torno de semelhanças, mas também de diferenças, em que as interlocutoras e os interlocutores colocados no mesmo estatuto de reciprocidade se tornam confidentes coletivos.

Devemos considerar também que a escrita tem uma centralidade no ato de contar histórias LGBTQIA+. Pamela VanHaitsma (2021) resgata a prática de escrever cartas — que, hoje, podem parecer meios de comunicação obsoletos mediante as tecnologias de mídias

sociais digitais — como uma fonte documental para registros de relações amorosas, sexuais e eróticas, assim de funcionarem como fontes primárias para conhecer a memória de figuras históricas. Esse gênero epistolar costuma conter informações contextuais, porém é atravessado por destruições e confiscos quando quem escreve é descoberto ou se torna alvo de violências pelas experiências dissidentes. A carta como gênero retórico, entendido como uma prática discursiva introduzida em convenções sociais e históricas que orientam interações entre interlocutores e formação de subjetividades, tem sido relevante para estudos sobre pessoas LGBTQIA+ tendo em vista a dimensão da escrita íntima e pessoal como valor político que extravasa a esfera privada. Segundo Pamela VanHaitsma (2021, p. 10, tradução nossa⁷³), “as cartas LGBTQ+ mais conhecidas no cenário midiático atual são aquelas circuladas digitalmente”, o que assinala a dimensão textual que envolve esse gênero e a suas formas de se atualizar por outros contextos, para além das materialidades do papel, e por outros elementos semiolinguísticos.

Com esse aumento dos espaços para contar quem se é, notamos que o compartilhamento das intimidades, a necessidade de dar o testemunho e de compartilhar tudo aquilo que se vive adquire protagonismo com as mídias contemporâneas. Paula Sibilia (2016) compreende o regime atual de exposição das intimidades como extimidade⁷⁴, fenômeno interconectado às diluições das fronteiras entre as esferas pública e privada. Nas palavras da pesquisadora,

Ao que parece, portanto, ainda haveria certa intimidade bem protegida na privacidade doméstica. Contudo, a solidez dessas paredes tecnicamente reforçadas se deixa infiltrar por uma quantidade inaudita de olhares tecnicamente mediados ou mediatizados, que atravessam os muros graças a esses cobiçados sinais de rede aos quais sempre buscamos nos conectar com diversos graus de ansiedade e desesperação (Sibilia, 2015, p. 145).

Na contemporaneidade, esse fenômeno se deve, em partes, pelas interpelações contínuas das mídias e das plataformas on-line que nos evocam a dizer sobre quem somos nós, o que fazemos ou deixamos de fazer, sobre o que achamos de uma coisa ou de outra. A

⁷³ No original: “The LGBTQ+ letters most familiar within the present-day media landscape are those circulated digitally” (VanHaitsma, 2021, p. 10).

⁷⁴ Não perscrutamos a extimidade como um conceito proveniente da psicanálise e proposto por Jacques Lacan, para quem esse neologismo significa uma coisa íntima do sujeito, mas que está no exterior simultaneamente. Para um aprofundamento, indicamos o artigo “Das Ding: o mais primitivo dos êxtimos”, de Gabriela de Freitas Chediak Seganfredo e Daniela Scheinkman Chatelard, publicado no periódico *Cadernos de Psicanálise*. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952014000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2024.

mostração é o imperativo da contemporaneidade, de tal maneira que confessamos e confidenciamos nossas intimidades ao íntimo a todo instante. “[...] Essa legião de confessandos e confidentes que invadiu as redes para se tornar a personalidade do momento vai ao encontro e promete satisfazer uma outra vontade geral do público contemporâneo: a avidez de bisbilhotar e consumir vidas alheias” (Sibilia, 2016, p. 115). Com isso, o contar sobre a vida adquire outros contornos e novas possibilidades de dizer.

Gleiton Matheus Bonfante (2020), bicha do Rio de Janeiro, foi uma das pessoas que narrou como essas configurações digitais atravessavam a própria vida em *queerentena*. As dimensões temporais e espaciais mudaram ao passo que tínhamos vídeos sendo transmitidos ao vivo com frequência nas plataformas digitais e pessoas gravando sobre o que estavam enfrentando no isolamento social e nas intimidades.

A presença das pessoas nas redes sociais digitais se intensificou ainda mais em decorrência do isolamento social. Em nossa contemporaneidade — que qualifico como íntima-espetacular devido ao intenso consumo da espetacularização da intimidade — o recolhimento doméstico fez viralizar as houseparties, as lives, as chamadas de vídeo em grupo, os stories do Instagram e posts em geral, aumentando o fluxo de produção multissemiótica. A metáfora de contágio que anima o termo ‘viralizar’ abre espaço para uma investigação sobre como os seus sentidos passaram a fazer parte das performances da intimidade (Bonfante, 2020, p. 37).

Ao mesmo tempo que as interações interpessoais foram abruptamente transportadas para os espaços digitais, pois se tornou o local mais seguro para evitar a circulação do vírus entre as pessoas, foram neles que passamos a maior parte do tempo, seja como forma de ocupar o ócio ou de dar o testemunho sobre o que acontecia, como Isabela Muzzi Vasconcelos (2020), bissexual, branca, de 20 anos e de Belo Horizonte, trouxe.

Acabo no meu celular, entre várias redes sociais. No YouTube assisto a mais um vídeo do canal ‘Living Rosa’, sonhando sobre como vai ser a minha família. Será que eu vou adotar? Ou será que eu poderia fazer como elas e gestar o bebê biológico da minha esposa? No Twitter vejo memes sobre a quarentena, mas eles me deixam estressada e eu penso se me faz bem ficar no celular por tanto tempo (Vasconcelos, 2020, p. 222).

Com esses excertos, temos uma dimensão da centralidade da digitalização da comunicação em nossas vidas. Em específico, queremos chamar atenção para a dimensão dos testemunhos e das autobiografias, que seguem em tessitura nesses espaços plataformizados, mas também são articulados nas histórias *queerentenadas* em capítulos de um livro. Trata-se de compartilhamentos de confidências que se transformam em atos de testemunhar a própria

vida e a vida daqueles que se unem. Também o testemunho funciona como forma de dizer das violências sofridas e dos projetos de morte que prenunciava a cada dia ações para nos eliminar. Devemos reiterar que o testemunho funciona como um ato político, que ocorre através do acionamento de experiências da pessoa, e adquire destaque na cultura contemporânea por meio das lógicas de visibilidade e exposição. Segundo Igor Sacramento (2018), o testemunho adquire proeminência nas narrativas de cunho autobiográfico, haja vista a convocação contemporânea e midiática para a exposição, mas também pelo valor que adquire coletivamente, conectando-se a outros sujeitos e grupos sociais como gesto de aproximação e identificação.

Quando pensamos nesses gêneros textuais nos quais há testemunhos, Margareth Rago (2013) explica que, historicamente, o privilégio para narrar sobre si e pelos outros era concedido aos homens, o que, conseqüentemente, instituiu narrativas excludentes e que inferiorizavam as vivências das mulheres e grupos minorizados socialmente. Em razão de a autobiografia ser um gênero de tradição masculina, cabe-nos questionar as dimensões de poder imbuídas no discurso de legitimação de determinadas personalidades autorizadas a narrar. Ao evocar o pensamento de Margareth Rago (2013), somos convidados a pensar no contrafluxo dessa hegemonia e resgatar a escrita de si, em uma aproximação com Michel Foucault (2002), como gesto de memória ético e político de desenvolvimento da subjetividade, cujo intuito é desestabilizar a fixidez de identidades ou de regimes de verdade cristalizados na matriz social, produzindo narrativas de vida capazes de serem atentas às alteridades e à memória coletiva.

Nesse ato de narrar a si, devemos recordar da resignificação de si pensada por Pierre Bourdieu (2006) para quem a vida se constitui como uma história imbuída de experiências. Para o autor, é somente ao contar que a vida se estabelece. Ser a ideóloga ou o “ideólogo de sua própria vida” (Bourdieu, 2006, p. 184) é alçar, assim, protagonismo e proceder a uma curadoria daquilo considerado significativo para essa trajetória, evidenciar e ocultar partes, estabelecer relações coesas e coerentes para a produção narrativa fazer sentido. Ter consciência disso representa a tomada de posição nas narrativas de vida, as quais são produções de sentido e de subjetividade. Consoante ao pensamento de Margareth Rago (2013, p. 24), “[...] a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas, e de que o real-social é construído discursivamente”. Assim, quando reconstroem e avaliam as experiências vividas, as pessoas dão forma à sua identidade e reinterpretam o presente. Trata-se de um ato

performativo, segundo Dustin Goltz (2022), por meio do qual, ao narrar sobre si, o corpo e a experiência são elaborados e intervêm na temporalidade. Não se trata de uma breve investida na restauração de um acontecimento, mas, sim, uma prática que envolve lembranças, afetos e saberes com base nas circunstâncias discursivas do momento em que é contada.

4.3 Reelaboração de si nos percursos narrativos

Em continuidade às discussões sobre as narrativas de vida, parece-nos fundamental entender que o ato de contar sobre si assume contornos distintos nas enunciações a depender do momento em que ocorrem. Para seguir por essa argumentação, devemos compreender que as narrativas de vida são atos de linguagem que envolvem dizer e fazer. Segundo Daniel Mazzaro Vilar de Almeida (2016, p. 162), “todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade à qual pertencem”. Essa perspectiva discursiva nos aponta para o fato de que as pessoas, ao narrarem, se tornam testemunhas do que viveram e produzem determinados sentidos por meio da linguagem. Com isso em vista, queremos destacar que, se hoje narro sobre determinado momento da minha vida de uma certa maneira por entendê-lo como basilar na elaboração de quem sou e como estou, daqui a pouco poderei narrá-lo de maneiras diferentes por adquirir outros significados para a minha jornada, pelas mudanças de prioridades e pelas necessidades de enfatizá-lo (ou não) na (re)construção da minha subjetividade. São memórias que continuamente podem ser reelaboradas, esquecidas ou evocadas em certas situações.

Ao estabelecer uma comparação com a pesquisa realizada por Daniel Mazzaro Vilar de Almeida (2016), que explorou as narrativas de vida de homens gays, identificamos um aspecto importante no que concerne à percepção do pesquisador acerca dos processos de reconfiguração da identidade pessoal. Na pesquisa que conduziu, ele frisa que “[...] quem enviou seu relato de vida seguramente utilizou ferramentas para legitimar o que disse, para passar certa credibilidade e/ou para captar os entrevistadores [...]”. Nas *Histórias da Queerentena*, esse processo, muito possivelmente, foi comum e ocorreu pela necessidade de enfatizar passagens reais ou imaginadas sobre a própria vida, que, a depender da situacionalidade, poderá fazer ou não sentido para aquela pessoa e, ainda, poderá chamar mais atenção de quem ler.

Tomemos o relato de Suome Matheus Vilela de Lima (2020) como exemplo mais uma vez. Em seu texto, ele refletiu sobre as discursividades das mídias em torno da pandemia de covid-19 que não se aplicariam aos corpos marginalizados, vítimas contínuas de isolamentos e violências. Identificando-se como boyceta, pansexual, branco, latino e macumbeiro, ele evidencia que os corpos trans estão em zonas pandêmicas continuamente com lutas que não se limitam a buscar conter os vírus, mas combater tentativas de matá-los, invisibilizá-los e abjetificá-los. Tempos depois da escrita, durante a *live* promovida pelo NUH/UFGM, a partir da pergunta realizada por Pablo Pérez Navarro sobre os motivos que impeliram à escrita e o que poderia ser dito sobre esse período da pandemia de covid-19, seus impactos e suas continuidades, Suome Matheus Vilela de Lima responde, entendendo que o sistema colonial opera de múltiplos modos:

Ele se reatualizou, continua se reatualizando, e brincar um pouco com essa ficção que, dentro desse processo civilizatório, as coisas avançaram, estão melhores, que agora as coisas iam mudar, que a sociedade sempre evolui. Mas aí eu fiquei pensando, como? Para quem? E aí eu escrevi um pouco nesse sentido para brincar com essa ideia de território, que o meu corpo também é um território, como é minha perspectiva durante esse período de quarentena. *Mas eu acho que, se eu fosse escrever hoje de novo, eu teria escrito de uma forma diferente.* Em vez de analisar criticamente a pandemia e o Brasil, e essa situação da quarentena, eu teria focado mais um pouco nessa brincadeira com as nossas potências, focar um pouco mais nos corpos trans enquanto corpos de resistência, de adaptabilidade, de reinvenção, de transformação, quais outros territórios a gente ocupa, como a gente transita entre essas zonas. E aí, para mim, eu acho que eu teria focado um pouco nessa macumba, que para mim é muito importante, porque a macumba, ela é encantaria, ela é magia, é encontrar com o Exu e poder acionar o Exu. *Eu acabo comentando isso de uma forma bem breve no final do texto, mas, se hoje eu tivesse escrito, eu teria trabalhado um pouco melhor essa ideia de acionar o corpo, o transe, o deboche, o marafó, as andanças da vida, saudar a rua e a malandragem, porque os corpos trans têm essa figuração do encontro, do corpo que se prepara, que tem uma imersão, que questiona o sistema de gênero, e essas identidades inventadas e ditas enquanto únicas [...]* E a minha fala foi pensando muito também em acionar as forças e os saberes da comunidade trans, porque a comunidade trans estava falando sobre a quarentena e a experiência de estar isolado (NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT⁷⁵, 2020, 9min04s-11min31s, grifo nosso).

O foco mudou, a escrita poderia ter outras e novas camadas de experiências, a vida segue se alterando. Esse fluxo, por sua vez, não invalida o passado elaborado, mas evidencia o quanto os movimentos da experiência também nos impelem a seguir por rotas que, talvez, estariam latentes nos processos de retomada de si e de reelaboração das subjetividades. Podemos dialogar novamente com Fefa Splendore (2020) que trouxe outra narrativa de vida

⁷⁵ Consoante às normalizações da ABNT para trabalhos acadêmicos, a citação deve ser dessa forma, indicando o canal ou a página promotora do vídeo. Porém, tentamos localizar quem e o que foi dito, entendendo a importância de dar nome e ênfase à enunciação.

que envolvia o marco pandêmico com micro-histórias do isolamento, tais como a vida com o HIV e as tensões que outro vírus produz, a perda da mãe, a trajetória acadêmica e profissional, a situação política do Brasil naquele momento. Durante a *live*, Pablo Pérez Navarro lança a pergunta sobre o que não aprendemos com a epidemia de HIV/aids para Fefa Splendore, que menciona:

[...] quando eu escrevi esse texto, foi uma forma de pôr pra fora aquilo que estava entalado, eu escrevi de uma forma como se fosse um desabafo, uma psicoterapia em grupo, porque a gente acaba ficando tão isolado que a gente não tem a oportunidade nem de falar da gente pra outras pessoas, mesmo que seja virtualmente, a gente acaba se isolando de tantas e diversas outras formas. E, quando eu pensei nessa relação do HIV com a covid, foi nesse sentido, nessas coisas que me atravessavam. Eu comecei a ver o mesmo processo de estigma acontecendo com a pandemia da covid-19. Era um vírus que começou a ser chamado de vírus chinês, assim como o HIV se tornou aquela peste gay, tão conhecida naquela época. Começaram a traçar grupos de risco mais uma vez e não aprenderam mais nesse sentido, vendo que a cultura do grupo de risco não funciona. É mais fácil a gente pensar pelas vias da vulnerabilidade, que a gente pode falar em grupo de risco e aí passar a ideia de que outras pessoas estão livres do vírus, e não é bem assim, é um vírus que acomete todas as pessoas, assim como o HIV também (NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, 2020, 38min35s-39min43s, grifos nossos).

Repensar sobre o que já escreveu constitui-se, então, como ato de reconfiguração de si e de se situar nas dimensões temporais e espaciais da vida e do contexto no/do qual se enuncia. A fala de Fefa Splendore, posterior à escrita, marca um gesto confidencial, de expor intimidades e experiências entre iguais, estabelecendo sentidos de coletividades sobre um marco comum que vivíamos mais intensamente naquele período.

Todavia, esse processo de reelaboração de si pela escrita ou pela fala pode ser desordenado pelo atravessar das experiências que atropelam o curso das ações. Parece contraditório, uma vez que a busca é por se fazer entendível ao narrar e tentar minimamente ser coerente e cauteloso com os significados evocados, mas as tentativas de externalizar os pensamentos, as memórias e os sentimentos por meio das palavras são confrontadas pela imprevisibilidade da própria vida. Com isso, queremos pontuar que a reelaboração de si é parte do processo de desenvolvimento de narrativas de desordem, porque reelaborar é também tirar da ordem, reorganizar, criar outras ligações.

Podemos aproximar do texto de Andrea Pech (2020), lésbica de 29 anos do Rio de Janeiro, que contou sobre a ligação que fez para sua ex-parceira para dizer que a amava, o reencontro delas e outros temas como a distância, a ausência dos corpos e a presença das telas. No entanto, na *live*, há outra percepção sobre o que foi narrado:

E é engraçado que eu relia o texto e achei ele um texto superconfuso, na verdade. Eu voltei e falei, caraca, esse texto tem uns momentos de desabafo que eu joga às opiniões políticas sobre os atravessamentos que estão acontecendo, e voltam os sentimentos. Mas, no final, eu chego a comparar sobre o ritmo da escrita ser um pouco o ritmo da quarentena, um ritmo que se repete, que é arrastado, e tudo isso vai se impondo sobre a relação. Então, eu acho que, assim como o texto, por mais caos que às vezes transmita, é um texto e está aí, não foi caótico, não se preocupe, não foi (NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, 2020, 24min40s-25min24s).

Essa desorientação assinala o que Judith Butler (2021c) explicou sobre o relato de si, o qual origina com a narrativa de vida, mas que não é simplesmente produzido pelo indivíduo, e sim uma conexão com o outro interpelada pelas tensões normativas que moldam a própria história. Dá mesma forma que escrever pode ser caótico por essas razões, também é um ato de registro que se assemelha ao testemunho. Conforme Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 72), “todo testemunho é único e insubstituível”, apto a desafiar a linguagem e quem o ouve e o lê. Capaz de assinalar dimensões de singularidade, mas não é um relato apartado das coletividades, e também de imaginação. Indo além, é válido reconhecer o testemunho como uma “política de memória”, ou seja, como uma “modalidade da memória” (Seligmann-Silva, 2008, p. 73) de preservação e compartilhamento sobre acontecimentos, sendo, no caso da argumentação analítica do autor, aqueles traumáticos. É uma tentativa de garantir que passados compostos por violências não sejam recusados ou esquecidos — práticas comuns por organizações, como o Estado, em tentativas de negligenciar problemas, como foi trabalhado pelo governo de Jair Bolsonaro na pandemia de covid-19 no Brasil.

O testemunho está na conjunção da memória pessoal com a memória social ao estabelecer uma relação entre o sofrimento e a busca coletiva por lembranças e pelo reconhecimento de eventos traumáticos (Seligmann-Silva, 2008). Quando associamos a narrativa pandêmica das *queerentenas* ao testemunho, observamos que as lógicas testemunhais adquirem dimensões especiais como uma investida em registrar aquilo que se viveu sozinho e coletivamente, mas também como recurso de ressignificação do próprio passado em meio a um acontecimento trágico como a pandemia de covid-19. Ainda o testemunho funciona como dispositivo de validação em meio à memória social, constituindo um ato político, assim como é um ato de algo que ainda está em curso. Interessante notar que, de modo geral, o testemunho se vincula a um passado, ainda que recente (Sacramento, 2018), mas, no caso, temos um processo em curso, cujos desdobramentos, dia após dia, impeliam as pessoas a testemunhar o presente.

Nicole Bezerra Costa, uma pessoa trans não binária pansexual de 27 anos de Iguatu, ao escrever sobre o cotidiano e as tentativas de transformar os dias de isolamento social em autoconhecimento e cuidado, narra conflitos internos e questões sobre as diferenças. Durante a *live*, sua percepção sobre o próprio testemunho narrado é de considera o texto muito visceral e, após a escrita, reconhece uma dimensão de vitória diante de tudo (NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, 2020). Esse olhar direcionado à elaboração de si no passado traz a memória individual ao presente e se entrelaça com a memória social da pandemia de covid-19.

Nessa via de conectar a individualidade às coletividades e as memórias às reelaborações, podemos nos aproximar dos ensaios de Dieison Marconi (2025) que explica os motivos que o levam a escrever e a grafar no mundo suas próprias perspectivas: “porque tenho medo da autoanulação; porque quando escrevo me impeço do meu próprio esvanecimento; porque ninguém de fato numa me ensinou o caminho e eu apenas consigo vislumbrar a força e a estrada para seguir adiante dentro da solidão da escrita” (Marconi, 2025, p. 22-23). Trata-se, como explica o pesquisador, de resgatar a perspectiva situada de Donna Haraway (1995) que reconhece os atravessamentos da diferença, as dimensões de tempo e espaço, o corpo implicado na construção de outras epistemes.

Ao percorrer as páginas de Dieison Marconi (2025), somos levados a contemplar a escrita autobiográfica como método e ferramenta que enaltece a vida, seja nos piores ou nos melhores momentos. Ele afirma que “[...] a escrita se torna um espaço-tempo onde posso abarcar plenamente a dor, o sofrimento e a finitude da vida” (Marconi, 2025, p. 25). Dessa forma, é uma escrita reflexiva e comprometida, que vai além de descrever eventos pontuais, fazendo-se um processo de autoconhecimento. Nas palavras do pesquisador, “essa escrita permite ao sujeito não apenas se acomodar à realidade, mas também retornar a si mesmo para cuidar de si mesmo” (Marconi, 2025, p. 17). Trata-se de mencionar também que não é um ato de voltar-se para si e projetar ao mundo uma grandiosidade sobre o eu ou de modo condescendente. Mais ainda, Dieison Marconi (2025) suscita que podemos estar diante de uma armadilha em tempos de extimidade (Sibilia, 2015), na qual não temos dimensão dos mecanismos de poder capazes de aderir aos discursos e nos impelir a dizer cada vez mais sobre nós. Embora esse perigo esteja presente no neoliberalismo, devemos mobilizar a narrativa de vida como método e ferramenta que permita entender os significados da diferença e como ela é parte das experiências (Marconi, 2025).

Tudo isso nos direciona com maior vigor ao pensamento de Judith Butler (2021c) e os processos estabelecidos entre a narrativa do indivíduo e sua formação como ética de responsabilidade em determinados contextos sócio-histórico-políticos. Relatar a si mesmo é uma ação que não se restringe à apresentação de identidades com as quais o indivíduo se reconhece socialmente, mas uma resposta ética às demandas do outro, funcionando como gesto de existência e responsabilidade, assim como uma maneira de perceber as relações entre as identidades. No entanto, lembra-nos a filósofa de que:

[...] não existe nenhum ‘eu’ que possa se separar totalmente das condições sociais de seu surgimento, nenhum ‘eu’ que não esteja implicado em um conjunto de normas sociais condicionadoras, que, por serem normas, têm um caráter social que excede um significado puramente pessoal ou idiossincrático (Butler, 2021c, p. 18).

Quer dizer que somos sujeitos discursivos, ou seja, emergimos no/com o/ por meio do discurso e é na linguagem que nossas identidades são moldadas junto às interações e às relações estabelecidas entre os outros. É uma forma de se identificar, ao mesmo tempo que se busca o reconhecimento da alteridade. No entanto, quando se relata, identifica-se a implicação da temporalidade social que atravessa esse “eu” em permanente negociação com as normas. Somos sujeitos discursivos cujas ações compõem a realidade do mundo por meio dos sentidos. Quando somos interpelados a dizer quem nós somos, segundo Judith Butler (2021c), tentamos produzir um relato que se alinha aos preceitos éticos⁷⁶ para que sejamos reconhecidos socialmente e fazermos jus à responsabilidade da alteridade.

Relatar a si mesmo consiste também em resistir, ou seja, estabelecer disputas de significados em determinados contextos que podem ser opressores e violentos. No entanto, devemos entender que relatar é uma processualidade em permanente atualização, por meio da qual reconhecemos condições morais e normativas de orientação e gerência da sociedade, bem como situamos nossa existência em uma conjuntura ética.

Importante saber que entre o vivido pela pessoa e a representação que se dá por meio da linguagem existe uma cisão que marca a incompletude da narrativa para a totalidade de quem se é. Nesse sentido,

[...] o relato que dou de mim mesma no discurso nunca expressa ou carrega totalmente esse si-mesmo vivente. Minhas palavras são levadas enquanto as digo,

⁷⁶ Apreendemos ética na obra de Judith Butler no sentido levinasiano. Refere-se à apreensão de que não se trata apenas de ter atenção à minha própria existência, mas também sobre me abrir ao outro, que me recorda, continuamente, das minhas obrigações enquanto ser.

interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo tempo da minha vida. Essa ‘interrupção’ recusa a ideia de que o relato que dou é fundamentado apenas em mim, pois as estruturas indiferentes que permitem meu viver pertencem a uma sociabilidade que excede a mim (Butler, 2021c, p. 51).

Esse tipo de condição evidencia a performatividade da enunciação, isto é, toda vez que se narra procede-se a um recorte específico, uma curadoria da experiência a ser narrada, que não tem como coincidir integralmente com o que de fato se viveu. No entanto, o indivíduo não é um ente autônomo, mas constituído pelo social em uma construção permanente, crivada por discursos, normas e relações de poder.

4.4 Discursividades pandêmicas

Nesta seção, o intuito é entender, mais especificamente, a partir da perspectiva discursiva semiolinguística, a narração. Essa vertente teórica-conceitual compreende como um ato de contar uma história que envolve um contexto linguístico de enunciação e uma polifonia enunciativa, quer dizer, múltiplas vozes envolvidas nos processos de construção da narrativa. Essa apreensão trazida por Jean-Michel Adam, no dicionário de análise do discurso organizado por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2020), se diferencia, em certa medida, dos estudos clássicos de narratologia, cujo cerne se direciona à literatura, e entende que existe “um certo número de critérios [que] incitam reconhecer um ‘ar familiar’ comum a formas narrativas semiolinguisticamente tão diversas [...]” (Adam, 2020, p. 342). Na narratologia, há sujeitos importantes para a narrativa, como o narrador — aquele que conta —, o narratário — quem escuta ou lê a história — e o destinatário — aquele leitor externo presumido nesse processo. Esse modo de organizar os sujeitos linguísticos no contexto narrativo nos parece estanque e, em alguma medida, funcionalista, ao desconsiderar interlocutores em interação, contextos situados historicamente e experiências em desenvolvimento junto às enunciações.

Para nós, é mais interessante entender outras distinções sobre a narração trazidas por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2020). Uma delas é a voz narrativa, a instância abstrata que mantém o processo narrativo; outro aspecto é o narrador como uma figura concreta presente no texto, podendo ser, por exemplo, o personagem. Essa diferenciação da narratologia conduz os linguistas a entender que a narração pode conter encaixes em sua constituição, ou seja, podem ser contadas pequenas histórias no interior de outras. Para ilustrar esse argumento, conseguimos identificar essas inserções nas *queerentenas*

quando as pessoas narram micro-histórias do cotidiano que transcorreram no interior daquela moldura pandêmica. A narrativa de vida de Flora Villas Carvalho (2020), sapatão trans não-binária, de 22 anos e de Belo Horizonte, é um exemplo de processos de elaboração das subjetividades durante aquele momento inicial da covid-19, mas composto por encaixes de outras histórias ao longo do percurso narrado que reelaboram o próprio passado. A metáfora das matrioskas mobilizada no texto possibilita avançar no sentido das continuidades e descontinuidades da autoaceitação e da revelação pública das identidades, assim como permite inferir sobre as inserções de relatos do que já ocorreu na dimensão narrativa. Outra narrativa de vida que evocou os encaixes é a de Marcus Antônio Neiva Carvalho (2020), gay, de 19 anos da cidade de Dom Cavati, cujo próprio título, “Contraindicações *queerentena*: relato confuso e conexo com a realidade”, assinala os trânsitos para selecionar e contar o que se deseja sobre a própria vida, flinando dentro das condições de isolamento social, de tédio e incerteza para a agitação dos sonhos que estava tendo naquele momento.

Ainda é válido reconhecer que uma narração possui diferentes tipos de narradores em consonância com as posições assumidas nas histórias. Quando se narra em terceira pessoa, há um narrador heterodiegético, que não participa diretamente dos acontecimentos narrados e assume certo distanciamento do que ocorreu. Existe aquele narrador que participa da história, mas não é o protagonista, chamado por homodiegético. E o autodiegético, por sua vez, é o narrador que conta em primeira pessoa e também é o protagonista das ações (Adam, 2020). Sobre estes, acreditamos ser, majoritariamente, o caso das pessoas *queerentenas* que compõem a assembleia. Elas contam sobre si, demarcam um ponto de vista próprio sobre o mundo — muitas vezes impossibilitado de ser dito ou visibilizado nos espaços públicos — e reelaboram o que enfrentavam naquele momento da covid-19 diante de situações de vulnerabilidade, assim como assumem a escrita em primeira pessoa (exigência do edital *Histórias da Queerentena*, mas movimento textual conduzido pelas autoras e pelos autores como possibilidade de emergir as subjetividades e ter um papel ativo na construção da narrativa de si).

Para Mariana Procópio (2016, p. 299), em consonância com os estudos da semiolinguística, “as narrativas são compreendidas como uma organização discursiva específica, resultado de uma atividade humana que tem por objetivo contar ações e servir para a exposição de acontecimentos, sejam eles reais ou imaginários”, espalhando-se por diferentes gêneros textuais e formas de linguagem. Essa perspectiva é aprofundada por ela ao apreender que o ato de narrar requer o resgate de acontecimentos e o estabelecimento de relações com

ele. Dentro desse contexto, a pesquisadora salienta as narrativas de vida como um tipo em evidência no cotidiano, dando foco mais específico às biográficas, que adquirem atenção contemporânea e interesse mercadológico. “Essas narrativas de exploração da subjetividade têm em comum a busca do autoconhecimento, o voltar-se para si mesmo, o mergulho no Eu, a análise das experiências vividas por um sujeito” (Procópio, 2016, p. 307). Mesmo que o interesse seja narrar-se, há uma falsa ideia de que esse tipo de produção discursiva daria conta da totalidade do eu. Há, nesse sentido, escolhas argumentativas e tentativas de construir sentidos mais ou menos provisórios sobre o que se conta, devendo, para tanto, recorrer a estratégias de legitimação, credibilidade e captação das possíveis interlocuções (Procópio, 2015).

Concordamos com o fato de que “[...] as narrativas biográficas se apresentam como uma possibilidade de manutenção de uma ordem em meio a um caos de significados do mundo contemporâneo, marcado pela dispersão, efemeridade e pluralidade” (Procópio, 2016, p. 308). Essa abordagem nos aproxima das *Histórias da Queerentena* por localizarmos marcas biográficas, fundamentalmente, evidenciadas a partir da mobilização da primeira pessoa do singular na escrita. Essa escolha narrativa sublinha a subjetividade da experiência individual como forma de controlar o que vai ser dito sobre si e, ao mesmo tempo, desvela um conjunto multifacetado e polifônico de experiências coletivas a respeito do que era vivido, pensado e possível naquele momento. No entanto, mesmo que as histórias sejam tentativas de manter uma certa ordem, elas despertam inquietações contínuas com o intuito de revelar um mundo que quer ser entendido como normalizado e normatizado a partir da exclusão de determinados corpos. E ao serem unidas na trama do livro, tornam-se potencialmente disruptivas.

Cabe-nos, todavia, situar que esses discursos biográficos são impulsionados a partir do contexto pandêmico como forma de testemunho e lugar de memória. Havia múltiplos discursos em ebulição, que se entrelaçavam às experiências cotidianas, dentre os quais aqueles que instauravam sentidos para o que era a covid-19 e o coronavírus. Diante desse conjunto de discursos em circulação, parece-nos que a conceitualização de “epidemia discursiva” (Procópio; Santos Filho, 2023) evoca entendimentos importantes sobre como determinadas visões da realidade se tornam dominantes e adquirem perenidade no seio social, formando memórias coletivas repetidas e difundidas amplamente. Mariana Procópio e Robson Santos Filho (2023), motivados pelo avolumamento de discursos e o modo como se propagam, entendem a epidemia discursiva como:

um conjunto de imaginários criados e partilhados discursivamente por âmbitos sociais diversos, em um contexto de mediação e excesso de enunciados sobre determinada temática, expressando determinadas visões de mundo dominantes em uma dada sociedade e em um dado momento, mas que pela proliferação e repetição duradoura, com difícil mutabilidade, se consolidam em memória coletiva de modo tão potente a ponto de serem frequentemente evocados (Procópio; Santos Filho, 2023, p. 5).

Essa explicação é direcionada a partir da emergência da epidemia de HIV/aids que consolidou imaginários ainda perpetuantes na sociedade, tais como a ligação equivocada do vírus HIV e da doença aids, como se fossem sinônimas e condições de saúde afins, ou a discriminação de pessoas soropositivas por achar que a transmissão do vírus é deliberada por atos cotidianos feitos por todos e todas. Consiste, assim, em compreender que discursos constroem significados na sociedade e, em cenários de crises sanitárias, como foi essa epidemia ou como ocorre com a pandemia de covid-19, capaz de gerar valorações, crenças e perspectivas. Muitas vezes, a mídia é a instituição basilar, que funciona como um pilar para a sociedade, para que determinados discursos adquiram proeminência, adesão e reprodução. Em contextos amplamente mediados por mídias e, mais recentemente, por plataformas digitais, as pessoas dependem delas e dos enunciados produzidos para reconhecerem os contextos em que vivem e compreenderem a realidade na qual se inserem. Esse processo instaura memórias discursivas possíveis de consolidar, alterar ou recusar discursos em circulação, o que, consequentemente, constrói sentidos sobre os fenômenos, os sujeitos e as ações (Procópio; Santos Filho, 2023).

A reflexão de Gleiton Matheus Bonfante (2020), homem gay do Rio de Janeiro, coaduna com a argumentação, ao passo que percebeu que a preocupação naquele momento da pandemia só havia mudado o foco dos vírus. Ele disse: “acredito que o mais viral na pandemia é a circulação de discursos que contamina qualquer área de nossa vida, inclusive o sexo, e a provação dele, pelo menos daquele que envolve contato físico” (Bonfante, 2020, p. 41). A circulação discursiva sobre o coronavírus se assemelha à produção discursiva sobre o HIV no período de emergência global, realçando o silêncio e a desinformação governamental com relação à saúde pública.

Talvez, para além de uma epidemia discursiva, estejamos imersos por uma pandemia discursiva. Se uma epidemia evoca sentidos mais delimitados a localidades e populações ou, até mesmo, a um jargão midiático mobilizado em situações mais abrangentes como a fome e a violência, como suscitam a pesquisadora e o pesquisador, pensar em pandemia seria, portanto, abranger mais populações, interações entre sujeitos e se atentar à reverberação dos discursos

facilitada por plataformas digitais e suas configurações algorítmicas, por exemplo, que adquirem centralidade nas práticas comunicativas em contexto global. Conforme Rennan Mafra e Mariana Procópio (2022, p. 87), a pandemia de covid-19,

como fenômeno contemporâneo, trata-se de uma pandemia midiaticizada, em meio a qual somos bombardeadas/bombardeados com notícias, com informações científicas, com número de mortos, com narrativas de vida, com contendas governamentais, com posturas irresponsáveis e genocidas de figuras públicas e de governantes, com métodos de contágio e de análises/previsões sociais [...].

Esse raciocínio pode ser ilustrado quando mapeamos, no capítulo 2, discursos presidenciais e de políticos da extrema-direita no Brasil, que banalizaram a pandemia de covid-19, e traçamos alinhamentos discursivos com outros país e escolhas políticas como a de Donald Trump, nos Estados Unidos, que, no início da crise sanitária, recusava-se a usar máscara facial de proteção e negligenciava os saberes científicos sobre o vírus e a doença. Outros países, por meio de suas lideranças, negligenciaram a pandemia de covid-19, como foram os casos da Bielorrússia, Estado da Nicarágua, Tajiquistão e Turquemenistão (Giovanaz, 2020; Lucas, 2020). Para além do regime político, temos que evidenciar como a pandemia se estende por outras zonas de vulnerabilidade que amalgama violências aos corpos.

Mais ainda, a necropolítica se institui nos moldes de pandemia discursiva, haja vista a produção discursiva de sujeitos que ocupam posições de poder e que decidem quem deve morrer e quem é digno de atenção primária das instituições. Para resgatar um dos textos das *queerentena*, Murilo Kill (2020), bicha de 26 anos de Vila Velha, acreditava que os discursos se articulavam na tentativa de composição de uma guerra “[...] entre sujeitos, [e] não ao organismo acelular [...]”. Além disso, “insistem que o vírus está no outro, isolado nos corpos pretos, pobres ou bichas. Um ‘inimigo invisível’ que se sustenta no controle de todos por todos” (Kill, 2020, p. 67). Esse mecanismo performativo que se funda pela linguagem produz zonas de abjetificação e violenta determinados corpos que estão em condições potenciais de vulnerabilidade social.

No próximo capítulo, avançamos pela dimensão estética, uma vez que a fruição da linguagem vai além da compreensão hermenêutica que os textos tentam trazer. Reconhecemos que dar atenção à experiência vivida, para além do que o relato textual abrange, seja fundamental em acontecimentos disruptivos, como a pandemia de covid-19, que instaura um antes e um depois na existência humana.

CAPÍTULO 5

Perspectivas estéticas para as *queerentenas*: experiências, latências e presença

Cada movimento da vida convoca deslocamentos na nossa consciência. Essa afirmação de Kathleen Stewart (2007) nos direciona ao entendimento de que as experiências do cotidiano estão carregadas de significações que transbordam às enunciações e suas possibilidades interpretativas. É movido por essa reflexão que entendemos a importância de se refletir sobre as dimensões estéticas que constituem as *queerentenas*, uma vez que apenas o texto não dá conta das afetações e do sensível.

Por meio dessa perspectiva que se descortina para a pesquisa, seguiremos neste capítulo acionando *acontecimento* como conceito, haja vista que a pandemia de covid-19 inaugura um antes e um depois na experiência humana e nas diversas experiências *queerentenas*. Segundo Vera França e Suzana Lopes (2017, p. 73-74), acontecimento se refere a “[...] um fato concreto do cotidiano com grande poder de afetação, que suscita inquietações, demanda escolhas e provoca ações, este fato convoca e revela sentidos, que dizem da sociedade na qual ele ocorre”. Por isso, as pesquisadoras compreendem o acontecimento como algo que se efetua e nos toca nas interações que estabelecemos.

Paulo Gajanigo e Rogério Souza (2021) explicam que, na primeira fase da pandemia de covid-19, já havia o entendimento da instauração de uma cisão no contemporâneo, ou seja, de que nada permaneceria da mesma maneira nas relações humanas no mundo e que alguma novidade estaria no porvir. Os pesquisadores também percebem que “é como se a concentração energética da anunciação de um momento histórico se espraiasse para pequenos e inúmeros afluentes. O resultado parece ter sido um impulso para o agora” (Gajanigo; Souza, 2021, p. 38). A catálise da pandemia de covid-19 não se circunscreve somente como uma questão de ordem da saúde concentrada a determinadas ações, mas se espraia pela microfísica das coisas, constituindo-se, portanto, como um fenômeno comunicacional, cultural e política.

Sabemos que o acontecimento tem uma possibilidade de compreensão pelos discursos, isto é, a partir dos sentidos e das ações nos processos de narrar essas ocorrências no cotidiano — entendimento que tivemos até o capítulo anterior. Agora seguimos pela noção de acontecimento como algo que dispara e provoca experiências, transbordando palavras e dando cor ao cinza que pairava no cotidiano. No caso da pandemia de covid-19, observamos um acontecimento que nos interpela a partir das emergências sociais, econômicas e políticas.

Tomando por base Vera França e Suzana Lopes (2017), essa leitura de acontecimento em interface com a pandemia de covid-19 dá a ver diferentes circulações de discursos que trouxeram reflexões acerca da realidade. Em específico, quando partimos pelas *queerentenas*, temos determinadas perspectivas para o acontecimento pandemia de covid-19 orientadas por experiências afetadas pelas dissidências de gênero, sexualidade, raça e outros marcadores sociais em interseccionalidade.

Podemos perceber também interconexões entre acontecimento e experiência. Segundo Jorge Larrosa (2002, p. 21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, ou o que nos toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. A pandemia de covid-19 pode ser reconhecida como um acontecimento, pois ele nos acontece, nos demanda e nos toca diretamente, interferindo em nossos modos de ser, estar e viver no mundo, que se ligam ao experienciar do cotidiano.

Ademais, é válido entender, na toada trazida por Jorge Larrosa (2002), que a modernidade, esse regime que perdura sobre nossas vidas⁷⁷, assinala prejuízos à instauração da experiência, em razão dos excessos de informação, opinião e trabalho e da falta de tempo que caracterizam a rotina no cotidiano. Com esses entraves, para emergir uma experiência, seria necessária uma interrupção que permita um abrir-se à afetação, quer dizer:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2002, p. 24).

Essa relação entre nós e o mundo se aproxima do entendimento de experiência como uma interação entre humano e ambiente. John Dewey (1980, p. 89) destaca que “a experiência ocorre continuamente, porque a interação da criatura viva com as condições que a rodeiam está implicada no próprio processo da vida”. Nessa toada, seria possível distinguir dois tipos de experiência: mecânica, isto é, aquela que não modifica nem a criatura viva e nem o ambiente por ser monótona; e a estética, fenômeno que afeta e modifica a criatura viva e o ambiente, tornando-se singular e deflagrando forças emocionais.

⁷⁷ Outros elementos sobre a modernidade são discutidos ao longo deste capítulo.

Sobre esta última, parece-nos que o sujeito da experiência, conforme Jorge Larrosa (2002) avança, fica exposto à vulnerabilidade e ao risco. Isso envolve abrir-se à receptividade, ter disponibilidade e ser afetado pelo que acontece. Essa afetação institui marcas no sujeito, pois ele está atravessando uma realidade indeterminada, constituindo, a partir disso, um saber de experiência que é particular, pessoal e subjetivo.

Podemos seguir mais nessas leituras estéticas com Márcio Souza Gonçalves (2023) que destaca que a noção de experiência é múltipla, desde possibilidades de significação dadas pela ciência e sua busca por controles (o que seria uma experiência regulada e possível de ser repetida) até pelo cotidiano com as vivências (aquelas que simplesmente acontecem e mudam nosso curso cotidiano). Conforme o pesquisador avança, existem sete pontos a serem sublinhados no estabelecimento da relação entre experiência e comunicação, os quais nos parecem importantes de serem esmiuçados aqui. Dois deles são: “*comunicação é sempre experiência e não há experiência sem comunicação*” e “*toda experiência depende de condições para existir; ou toda experiência é condicionada*” (Gonçalves, 2023, p. 69, grifos do autor). Em outras palavras, independentemente de ser uma experiência de laboratório, como alguns campos científicos trabalham, ou uma vivência do cotidiano, as experiências envolvem diferentes fatores correlacionados aos processos comunicacionais como sujeitos, marcadores sociais da diferença, idiosincrasias, entre outros, sem os quais as experiências não poderiam ocorrer no vácuo do tempo e do espaço.

Ter esses aspectos como basilares das experiências direcionam ao entendimento de que o tempo constitui parte dos condicionantes. Segundo Márcio Souza Gonçalves (2023), o tempo não deve ser visto por meio de uma cronologia linear, mas como um emaranhado de temporalidades que coexistem e influenciam as experiências. Com essa leitura mais abrangente, abre-se uma complexidade frente às condições históricas que não são entendidas em uma sequência, e sim como uma processualidade atravessada por contingências. Essa visada se opõe aos empreendimentos da modernidade que querem focar no individualismo, na racionalidade e no tempo como linear.

Embora haja condicionantes para a experiência, elas não são determináveis. Ao contrário, são imprevisíveis e impossíveis de serem apreendidos por uma totalidade. Dessa forma, é possível entender as experiências como acontecimentos, isto é, eventos que escapam qualquer tentativa de totalização e que instauram um deslocamento. Nas palavras de Márcio Souza Gonçalves (2023, p. 78), “a experiência é, sempre, ao mesmo tempo dependente de

seus condicionantes, mas a eles irredutível, há uma indeterminação inarredável, uma abertura, que faz propriamente com que exista a passagem do tempo e a mudança na história [...]”.

Tendo em vista essa dimensão acontecimental na experiência, devemos entender a diferença entre os condicionantes e a singularidade da experiência. O pesquisador assinala a necessidade de mapear o modo como os agenciamentos ocorrem e quais são os efeitos que se instauram. Trata-se de saber que não há determinações que levam à emergência de uma experiência, sendo, portanto, um emaranhado de relações entre comunicação, cultura e subjetividade. Ainda na argumentação do pesquisador, qualquer experiência é um “agregado de experiências” (Gonçalves, 2023, p. 80), pois ela pode envolver dimensões mais abrangentes ou mais localizadas, ou seja, pode ser analisada como um contexto ou um evento maior, como seria o caso da pandemia de covid-19 que atingiu o mundo, ou situações mais específicas do sujeito, como pensar o que levou uma pessoa a agir em determinada situação, tal como as *queerentenas* nos indicam com a multiplicidade de experiências narradas.

O último ponto trabalhado por Márcio Souza Gonçalves (2023) coaduna com o caminho desenvolvido até aqui nesta pesquisa. Trata-se de saber que: “contar ou narrar a experiência e produzir seus sentidos é fazê-la existir” (Gonçalves, 2023, p. 81, grifo do autor). Essa consideração aponta que a experiência se concretiza e existe quando ela é narrada e produz sentido. Convém entender que sentido aqui é mais abrangente e “[...] se articula com o *non sense*, com o paradoxo etc” (Gonçalves, 2023, p. 81), incluindo processos de narrar para si, interna ou externamente.

Para nós, impulsionados por estudos *queer*, acreditamos que não há como pensar o processo de subjetivação e a experiência senão simultaneamente, tendo em vista as relações corporificadas, atravessadas pelos lugares que a pessoa ocupa, por perspectivas de onde se mira o mundo, por marcadores sociais que se amalgamam à existência. Dieison Marconi (2025), por exemplo, entende a experiência como ferramenta e método “[...] para explorar como a diferença é estabelecida, como opera no contexto das normas culturais instituídas e de que maneira ela constitui sujeitos que atuam no mundo [...]” (Marconi, 2025, p. 26). Portanto, essa apreensão que parte de uma identificação situada nos parece produtora por pensar experiência, subjetividade e ação conjuntamente nas vidas LGBTQIA+.

Sabemos que nossos corpos são os pontos centrais de circulação dos afetos, ou seja, as relações que atuam no corpo nos mobilizando e nos fazendo agir. Embora o mundo seja regularizado por normas, as incertezas permeiam as interações e, conseqüentemente, somos resultados de uma improbabilidade que nos afeta. Esse processo depende do contexto em que

a experiência ocorre e, então, tira o corpo de uma zona de conforto — daquilo que é esperado, sabido e conhecido — e o direciona a uma novidade. Vale reiterar que não se trata de enquadrar como um resultado positivo ou negativo, bom ou ruim, qualificações que se limitam a uma ambivalência axiológica, mas uma experiência que emerge no processo interacional e afeta. Assim, neste capítulo, avançaremos pelo entendimento de que as experiências são aquilo que nos acontece (Larrosa, 2002) e emerge nas/das relações cotidianas. Isso se deve ao fato de que, por mais que queiramos controlar a vida, não conseguimos em função da própria imprevisibilidade e das condições precárias diante das quais estamos expostos. Lembra-nos Judith Butler (2019a) que, mesmo que estamos sujeitos a circunstâncias incontrolláveis, como uma doença, por exemplo, o modo como se experiencia é distinto entre as vidas, isto é, pessoas em situações de maior desigualdade socioeconômica sofrerão mais em comparação com quem possui condições minimamente superiores para lidar com o problema.

Frente a pluralidade e a heterogeneidade do mundo, Jean-Luc Moriceau (2019), inspirado em Alphonso Lingis, destaca a perspectiva ética fundamental para guiar as ações. Uma delas é a ética da relação com a diferença. Por outras palavras, devemos entender que cada pessoa é um mundo e o encontro com o outro gera deslocamento, surpresa, estranhamento, incerteza e resposta. Essas considerações me interpelaram diretamente ao longo do desenvolvimento desta investigação desde a escolha do objeto de estudos — um livro do qual participei e no qual me encontro com a alteridade, capaz de alterar as rotas, pois “o encontro nos afeta e, em contrapartida, afetamos a situação” (Moriceau, 2019, p. 43) — até as questões cotidianas que atravessaram a investigação e me fizeram refletir sobre a pandemia de covid-19.

A diferença como categoria comunicacional se volta ao interesse da emergência, do movimento e da interação, sendo uma contraperspectiva que altera um contexto. A diferença é, portanto, a própria experiência estética, pois, ao emergir, não somos mais os mesmos e as mesmas no fluir da vida que está acontecendo. Isso significa que a diferença solicita um agir, pois não é possível desmanchar seus efeitos na pessoa e no ambiente. Esse horizonte dialoga diretamente com a afirmação de Rennan Mafrá e Mariana Procópio (2022, p. 93): “por isso, todo gesto estético provoca uma espécie de atualização, de modo que atualizar é verbo que insinua um movimento no/do presente: indica que novas práticas/valores/movimentos diferentes existem/buscam existir no espectro do agora”.

Essa abordagem, que traz a dimensão afetiva, possibilita olhar para os processos comunicacionais pandêmicos de outra maneira e, assim, notar aquilo que não aparece e permanece latente, bem como aqueles e aquelas que não são vistos(as) ou que não queremos, como sociedade, ver. Por fim, ancorados em uma dimensão estética da presença, seguimos para o entendimento de que a vida escapa às tentativas de controle, arregimentadas, por vezes, pelas normas.

5.1 Dissensos *queer*

Quando mobilizamos as textualidades, partimos da noção de que elas são mediações incompletas das interações, isto é, não podem dar conta da totalidade do processo comunicativo. Em um mundo em permanente atualização, as textualidades agem na tentativa de tornar os fenômenos legíveis e pontuar algumas explicações sobre eles. Existem conexões entre textos e atravessamentos de outros textos no desenvolvimento, bem como há um processo de inscrição deles nas experiências, traçando relações com o mundo (Antunes; Mafrá; Jáuregui, 2018). Dessa forma, instaura-se um constante risco em razão das transformações contínuas, das disputas e dos silenciamentos que constituem a heterogeneidade das textualidades.

Ter esse esteio das textualidades nos aproxima de Jacques Rancière e a proposta de se pensar a estética como uma dimensão política da partilha do sensível. Antes é importante compreender que, no pensamento do filósofo, a política não é um processo institucionalizado tal como conhecemos na vida ordinária, mas uma potência que permite a problematização e a produção de reflexão. Em seu trabalho, ele se propõe a refletir a igualdade e a desigualdade entre sujeitos (Rancière, 1996), ou seja, “a política começa justamente onde se pára de equilibrar lucros e perdas, onde se tenta repartir as parcelas do *comum* [...]” (Rancière, 1996, p. 21). Essa tentativa de equilíbrio evidencia a existência de disputas e desentendimentos. Nessa lógica, os “sem-parcelas” seriam aquelas pessoas desprovidas de possibilidades de enunciação e, por essa razão, diferenciam-se daquelas que teriam a posse da palavra nos espaços públicos.

Assim, existe um desentendimento quando há disputas pela palavra e sua situação de dizer. Desentendimento não é um mal-entendido ou uma ignorância por não se saber algo, trata-se de uma disputa, ou um dissenso, sobre a possibilidade de se dizer alguma coisa. Podemos entender o desentendimento a partir de uma exemplificação explicada pelo filósofo

em outro momento, quando mencionou a Revolta dos Plebeus no Monte Aventino narrada por Ballanche, em que a descrição da revolta é apresentada “[...] não como uma insurgência de pessoas que demandam melhores condições, mas que desejam ser consideradas como seres que falam” (Rancière, 2021, p. 44). Dessa maneira, notamos que o desentendimento diz respeito sobre o modo como relacionamos a situação em que uma pessoa reivindica direitos para uma textualidade.

A leitura do filósofo feita por Ângela Marques (2011) aponta que “o dissenso, ou desentendimento, segundo Rancière, fala de um conflito acerca dos horizontes de percepção que distinguem o audível do inaudível, o compreensível do incompreensível, o visível do invisível” (Marques, 2011, p. 32). Esse cenário demonstra que o ideal seria ter um mundo justo em que houvesse uma divisão igualitária entre todas as pessoas. No entanto, há uma divisão geométrica complexa do comum, conforme o filósofo, em que há pessoas com e sem têm parcela, sendo que, quando se coloca em xeque esse comum, começa-se a gestar a política. Só há política em uma democracia quando existe parcela dos sem-parcelas, ou seja, quando há uma interrupção dos efeitos de dominação e de cobrança da parcela na partilha do sensível. A política é, assim, a constituição e a problematização dos dissensos que se propõe a rever a ordem do sensível.

“O dissenso é a ruptura com um regime normal de experiência. E um regime normal de experiência é, primeiramente, uma maneira de existir no espaço e no tempo” (Rancière, 2021, p. 33). Parece-nos, então, que as *queerentenas* instauram um dissenso por meio da reunião em assembleia de um livro. Torna-se evidente que existe um dano por serem sujeitos alocados como sem-parcela, vivendo, muitas vezes, sob o risco da violência e, com ele, a falta de expressão e representatividade pública. Por outras palavras, são pessoas LGBTQIA+ que não podem enunciar o que pensam publicamente em razão dos perigos das normas que atravessam e constituem suas experiências no mundo. A instauração do dissenso por meio das *queerentenas* envolve um processo de gerência de subjetivação, quer dizer, de tomada da enunciação e de questionamento das condições instauradas no comum.

Nessa toada, a polícia, de acordo com a conceitualização de Jacques Rancière (1996), não é o poder materializado em uma instituição de segurança pública que usa armas, forças e golpes para ordenar, mas “a polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes” (Rancière, 1996, p. 42). São regulações que controlam os corpos e suas condições de emergência e aparição no ordenamento da sociedade. Sua função é, pois, manter a ordem para não haver dissenso. No caso, percebemos que, em

um mundo regulado por normas culturais, haverá processos de demarcação de quem pertence ou não pertence àquele lugar, envolvendo condições ou não de enunciação. Vale resgatar que “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (Rancière, 2005, p. 16). Logo, em uma sociedade LGBTfóbica, como a brasileira que lidera ranqueamentos de mortes da população LGBTQIA+, crivada por ascensão da extrema-direita e do neofascismo, juntamente aos vilipêndios da gestão da pandemia de covid-19, percebemos a materialização da polícia em ordenamentos, discursos presidenciais, ações orquestradas junto a grupos de interesse político-econômico-religioso, prevalência de ideologias contra grupos minorizados. São muitas regulações que agem como polícia e é difícil elencá-las aqui, mas o que queremos chamar atenção é ao conjunto de sistemas capazes de se articularem com vistas a garantir a manutenção de soberanias.

A política evidencia as relações que estão em vigência. Refere-se, portanto, ao fato de que, quando os sem-parcelas exigem o poder de falar na sociedade, a política se faz pelo questionamento das ordens em vigor e da busca por se fazerem existentes. Um caso que ilustra esse raciocínio é a articulação de movimentos sociais organizados em ciclos, segundo o estudo de Renan Quinalha (2022), desde o fim da década de 1970 até a atualidade no Brasil. As forças policiais (como a ditadura civil-militar, a patologização marcada pela religião, medicina e imprensa, a ausência de garantias legais etc.) são contrapostas com diferentes tentativas de insurgência na reivindicação da palavra com lutas e ativismos, o que se constitui como política (a título de exemplos: lutas pela redemocratização do país, ações no campo da saúde, práticas de acolhimento, debates em prol de direitos humanos, ocupação de espaços públicos etc.), nos termos de Jacques Rancière (1996, 2005).

Tais considerações levam à compreensão de que a política consegue mover o local em que corpos destinados a viver sem-parcela estavam ocupando para poderem ocupar outro lugar e transformar as relações e as condições de emergência na sociedade. Sabemos que as ordens policiais não são plenas e, por isso, para que haja democracia é preciso um processo de agir, e não de padecer diante das práticas de ordenamento que visam manter o consenso. Escreve Ângela Marques (2011):

E é justamente esse entendimento do mundo comum como cenário e espaço de ‘partilha’ e resistência — ao mesmo tempo fratura e união dos sujeitos —, que pode nos ajudar a perceber como os aspectos estéticos das interações comunicativas e das experiências dos sujeitos (a *poiésis*, a passibilidade, a criatividade, as táticas de questionamento e sobrevivência à opressão, à narrativa de si, etc.) configuram o

cerne de uma atividade política calcada em uma constante tensão entre o dissenso e o consenso; a racionalidade normativa e a racionalidade estético-expressiva (Marques, 2011, p. 27).

A explicação acima representa como o poder de se expressar e se apoderar das palavras deve ser articulado como prática contra-hegemônica. Quando grupos excluídos tomam a palavra como meio de se expressar e existir, ocorre o dissenso. É possível exemplificar com o próprio termo *queer*, ressignificado por movimentos sociais, políticos e acadêmicos. Ainda como outro caso possível de ser entendido como questionamento dos consensos e de formação de dissensos, temos os termos como bixa, sapatão e outros nomes usados como qualificantes pejorativos no cotidiano para designar sujeitos em zonas de abjeção que passam a ser apropriados por uma ótica de identificação positiva e de ação contra normas, ou seja, contra polícias que objetivam regular cisheteronormatividades, excluir determinados corpos, afetos e expressões e manter funcionamentos de relações sociais.

Daí é possível chegar ao entendimento das *Histórias da Queerentena* como forma de representar o agir da estética enquanto força de reivindicação de parcela por meio das narrativas de vida, que permitem pensar em lugares que não existem, ou seja, abrir caminhos até então fechados por normatividade e que poderão ser mobilizados como possibilidade de existência. Também se refere a um agir como dissenso, uma vez que, ao romper com hegemonias que se cristalizam na sociedade, desordenam o que quer parecer estável e se direcionam ao pensamento da coletividade. Logo, as *queerentenas*, por meio das textualidades, se tornam políticas da divisão do sensível por meio das palavras, escritas conforme as experiências, e provocam um repensar sobre o social, voltando-se contra polícias que tentavam manter determinados ordenamentos, assim como promovem identificação, reconhecimento, comunhão e a resistência por meio de subversão, enfrentamento e desordem.

5.2 Aquilo que se revela sem ser dito

Embora o dissenso seja um desordenamento das hegemonias e uma forma de quem não tem parcela reivindicar aparecimento, acreditamos que existam silêncios que dizem e revelações que, pela sua presença, alteram a percepção sobre o tempo e o espaço. Nessa apreensão, podemos entender que a covid-19 é uma experiência estética que afeta e provoca nossas forças emocionais, isto é, a sua realização tensiona o mundo e o presente. Em um mundo orientado pelo projeto de modernidade, no qual a razão prevalece sobre a emoção

como uma lógica universal de controle do corpo, do tempo e da experiência, o sentir eminentemente é desprezado (Mafra; Marques, 2019).

Charles Taylor (2011) nomeia o sujeito da modernidade por *self pontual*, que seria aquele que o corpo, as relações com o tempo e a produtividade se tornam alvos de controles e modulações. Ao tentar separar corpo e mente, visão cartesiana que predomina no ocidente, estabelece-se um discurso de universalidade que tende a violentar todas as existências que se distanciam do ideal e a controlar o fluir. De acordo com Rennan Mafra (2021, p. 92), “por esses termos, o *self pontual* torna-se a própria inscrição, nos corpos e no tecido social, do projeto da modernidade”. Com isso, os problemas emocionais e psíquicos, a desigualdade na distribuição de recursos, as expressões e os modos de se relacionar no/com o mundo se tornam alvos preferenciais na modulação dos sujeitos para que eles se tornem corpos docilizados, a lembrar das considerações de Michel Foucault (1998) na genealogia do poder. São ditos e não-ditos que visam instaurar valores morais com base em condutas axiológicas, entre as quais se destacam atribuir a bom ou ruim, a certo ou errado, a natural ou estranho, comportamentos, expressões e vivências. Dessa forma, cotidianamente, estamos atravessados por julgamentos e questões que se projetam a tentar nos direcionar a um dos pólos, especialmente, às estruturas hegemônicas de poder, haja vista que elas estão correlacionadas à aceitação, à admiração e ao engrandecimento.

Existem projetos de controle que perduram, mas a vida é feita de experiências. Como um fenômeno comunicacional, ela emerge e acontece, descortinando as falências dos projetos da modernidade. Precisamos assinalar que “a própria experiência possui uma estrutura artística, de qualidade emocional satisfatória, porque possui uma integração interna e uma realização alcançada por um movimento ordenado e organizado” (Dewey, 1980, p. 81). Logo, essa qualidade artística marcada pelo filósofo está diretamente associada às relações e ao viver, pois a vida é se afetar, afetar os contextos em que está e se abrir às afetações, constituindo um jogo ininterrupto de estar no mundo atravessado por tentativas de tomar aquilo que tende a escapar.

A modernidade quer nos controlar, porque as nossas vidas são descontroles que fogem às redomas. Um desses descontroles é a própria emergência da diferença (Mafra; Marques, 2019), pois ela marca uma reivindicação para se fazer existir que se manifesta nas interações. É por essa colocação que as narrativas de vida LGBTQIA+ mostram esse agir no mundo em um fluxo contranormativo pautado pelas afetações, como tentativa de encarar as normatividades que regulam o projeto moderno e fazer pensar sobre o tempo e espaço no qual

estamos. Contudo, é válido saber que “a valorização do registro ordinário parece estar nas próprias raízes da modernidade, o foco sobre a pessoa comum, sem qualidades, e a descrição dos dias banais é uma tendência significativa na literatura dos séculos XIX e principalmente do XX” (Gajanigo; Souza, 2021, p. 40). A valorização daquilo que é do cotidiano passa a ser um elemento de atenção que, na atualidade, adquire mais contornos com diferentes tecnologias que nos impelem a dizer sobre nós.

No que diz respeito à temporalidade, na modernidade, o tempo aparece de modo progressivo, ou seja, passado que se foi, presente como agora e futuro sempre como um porvir melhor. Essa compreensão temporal demarca horizontes para nossas vidas de modo a sermos sempre produtivos pela ideia de progresso, conformando subjetividades e demarcando parâmetros morais. No entanto, segundo Rennan Mafra (2022) lembra, esse regime cunhado na razão estritamente não se sustenta e começa a desmoronar, visto que a vida é muito além da delimitação de sentido.

Queremos chamar atenção para os problemas decorrentes de tal contexto que tendem a desprezar e a violentar a diferença, considerações demarcadas por Walter Benjamin (1987) que ainda explica que a existência humana é direcionada pelo passado. O que nós temos é só aquilo que já vivemos e, assim, viver é um gesto de atualização no qual trazemos o passado para o agora e o reelaboramos por meio das condições do agora.

Interessa-nos, neste momento e conduzidos pela perspectiva estética, perceber os silenciamentos e também aquilo que existe, mas não aparece nos dizeres, permanecendo tácito à linguagem. Hans Gumbrecht (2010, 2012) nomeia esse fenômeno por *latência*, algo que não está desvelado ou materializado, mas, ainda assim, existe e ocupa um espaço, ainda que não se tenha total consciência de qual espaço ocupa ou o que desloca. Concerne à leitura de contextos em que o passado permanece conformando e constituindo as relações do presente e, conseqüentemente, produzindo uma tenacidade. Para Hans Gumbrecht (2012), o futuro tem sido uma dimensão que não há mais perspectivas de possibilidades sobre ela, imperando visadas de ameaça, tal como o aquecimento global tem feito. Com essas tensões temporais, o presente tem se estabelecido como “uma dimensão de simultaneidades expandidas” ou “amplo presente” (Gumbrecht, 2012, p. 85). A pandemia de covid-19, por sua vez, tem produzido efeitos que persistem na experiência humana, com mais flagelos para aquelas e aqueles que enfrentam situações cotidianas de precariedade, delineando futuros catastróficos, sensações de um presente que se mantém e um passado que povoa nossas vivências. Por não

se tratar de um conceito hermenêutico, a apreensão da latência não acontece, mas está presente.

Apesar de se lançar com discursos organizacionais pretensamente estáveis e universais no cotidiano, voltados para valores morais que ordenam nossas vidas, a modernidade é instável e inacabada. Isso deve, sobretudo, porque nossas experiências não cabem dentro de delimitações normativas por completo, uma vez que sempre há aquele corpo estranho (Louro, 2020), que esquia e controverte as bases modernas. As considerações de Rennan Mafra (2022) sobre as organizações modernas⁷⁸ evidenciam os processos de criação de clandestinidades a partir das latências, sobretudo quando elas podem atrapalhar as ordens das lógicas de poder. Ele questiona:

Quantos choros em banheiros, quantas impossibilidades de manifestação pública de incômodos e diferenças existenciais, quantos silêncios gritam, quantas opressões sorriem nos rostos de gestores preocupados com o desenvolvimento pessoal — desde que não haja impedimentos ao progresso? Quantas pessoas negras e indígenas, quantas mulheres e pessoas trans, quantas pessoas com deficiência ocupam espaços de trabalho comuns nas organizações — e precisam, muitas vezes, embaçar/desconsiderar suas diferenças (tornando-as clandestinas), a fim de permanecerem com chances de crescimento/manutenção profissional? Latências pulverizadas e simultaneidades no agora parecem compor um cotidiano que combina, paradoxalmente, uma absurda sensação de aceleração/falta de tempo, com um concreto sentimento de paralisação — como se estivéssemos, há tempos, no mesmo lugar (Mafra, 2022, p. 100).

As perguntas levantadas pelo pesquisador direcionam nosso reconhecimento de que essa clandestinidade da diferença se ajusta por meio de silenciamentos, que se constituem como uma ação introjetada em nossas experiências. Não querem que falemos, nem que nos rebelemos ou denunciemos violências, pois isso atrapalha o fluxo e os movimentos daquilo que é hegemônico e permanente. “Aprendemos desde cedo a sustentar o silêncio sobre nós e ao que nos afeta. O não dito tende a retornar no real do corpo, é sabido”, disse Murilo Kill (2020, p. 66) sobre sua *queerentena*. A manutenção do silêncio e o abafamento da diferença conformam tentativas de sobreviver frente às estratégias de deslegitimação de nossos dizeres,

⁷⁸ De acordo com Rennan Mafra (2022), as três organizações modernas são: estado, mercado e ciência. Esses estratos perduram até a atualidade como norteadores de um projeto de modernidade que atua sobre sujeitos que vivenciam situações de violência, estruturam o cotidiano, impactam na consolidação de memórias, entre outras ações que organizam a vida (Mafra; Marques, 2019). Estado, Mercado e Ciência destacam a razão em discursos voltados à conformação dos corpos e para pautar a ideia de sujeito universal (Mafra, 2022). Logo, deve-se considerar a cisão moderna entre racionalidade e afetações, haja vista que as lógicas se voltam para produção e eficácia, ou seja, essa vida moderna quer submeter o corpo a um conjunto de controles na tentativa de referendar como se deve agir. Vivemos em tentativas de adentrar as frestas e rompê-las. Outro ponto importante a ser explicado se refere à modernidade que, segundo Hans Gumbrecht (2012), é um projeto que não cumpriu o que prometeu em sua totalidade convivendo, portanto, na contemporaneidade. Por outras palavras, compreender o contemporâneo é identificar as simultaneidades da modernidade.

dos possíveis dissensos que causamos, das rupturas que instauramos. Com as violências nos processos de socialização, escondemo-nos como estratégia de sobrevivência.

Além disso, há algo que permanece tácito quando nos direcionamos às *queerentenas*. Um passado presente que nos rodeia e que não está resolvido. Na experiência LGBTQIA+, sabemos que, ao longo da história, ações instrumentalizadas por meio do poder tentaram (e, por vezes, conseguiram) nos matar e nos calar, bem como alocaram nossas existências aos guetos e aos espaços de marginalidade social. Prova disso é a baixa expectativa de vida da população LGBTQIA+⁷⁹, as violências cotidianas em diferentes âmbitos sociais, os estereótipos que nos significam pejorativamente, os ciclos de *backlash* (Quinalha, 2022) e as articulações de grupos que promovem ataques maciços nas plataformas digitais contra às questões da diferença e dos direitos humanos (Trevisan, 2018).

Ao mirarmos a trama *queerentendada* reunida em livro, sentimos a ausência de pessoas idosas (com mais de 60 anos de idade) elaborando suas próprias narrativas de vida. Por outro lado, sabemos que a temática do envelhecimento LGBTQIA+ tem se destacado em debates públicos propostos por movimentos sociais ligados a essa comunidade⁸⁰. Podemos inferir possíveis motivos, mas sem precisão para ratificá-los aqui, para essa falta. Um fator importante de ser frisado é a própria expectativa de vida da população LGBTQIA+, que, para pessoas trans, é de 35 anos no Brasil em razão das ações de morte direcionadas a elas⁸¹. Outro aspecto é o conjunto de violências que atravessam essa faixa etária, tornando-a mais vulneráveis, fundamentalmente, em um contexto pandêmico no qual não havia assistência e garantias de segurança para todas as pessoas.

No entanto, mesmo que a clandestinidade seja uma forma de existir ou as latências se façam presentes nos não-ditos e escapam aos gestos hermenêuticos, temos uma afirmação de Kathleen Stewart (2007) que nos motiva. A pesquisadora ressalta que “corpos abjetos e inabitáveis não se tornam apenas ‘outros’ e impensáveis. Eles continuam a viver, animados pelas possibilidades de trabalho necessárias ou descobertas ao acaso” (Stewart, 2007, p. 117,

⁷⁹ Importante repetir que, em 2023, o Brasil ocupava o topo do ranqueamento de mortes de pessoas trans e travestis pela 15.^a vez consecutiva (Benevides, 2024).

⁸⁰ Um exemplo disso foi o tema da *Parada do Orgulho* de São Paulo em 2025: “Envelhecer LGBTQ+ é memória, resistência e futuro”. Outras cidades também versaram a partir dessa questão do envelhecimento neste ano, como é o caso de Juiz de Fora, que retornou o evento após uma década, com tema “Envelhecer LGBTQ+, Respeite a nossa História”, e de Belo Horizonte, com tema “Envelhecer Bem: Direito às Políticas Públicas do Bem Viver, ao Prazer e à Cidade”.

⁸¹ Este dado foi divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/09/21/10-piores-estados-para-ser-trans-no-brasil/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

tradução nossa⁸²). E é com essa motivação que seguimos. Mesmo que, historicamente, a população LGBTQIA+ tenha sido estigmatizada, violentada e exterminada, agimos por meio de uma força, que não tem como ser interpretada, mas sentida, por meio da qual temos esperança de ter uma vida vivível (Butler, 2018).

5.3 Presença para sentir

Nossa experiência no mundo é estética por ocorrer no corpo, que sofre, padece e age, cuja vida não se pode explicar com completude na busca por sentido, pois ela acontece. Essa ideia nos aproxima novamente de Hans Gumbrecht (2012) que destaca nosso estar no mundo marcado por efeitos de sentido e de presença. Trata-se de entender que a vida não vai ser circunscrita apenas à interpretação, mas vai envolver nosso estar no mundo, o qual afeta a produção de sentido. Também é notar que os passados não acabaram e que os futuros também não devem ser tomados como progresso, porque a experiência no presente os entrelaça, mescla-os, move-os e ressignifica-os.

“Por ‘presença’ eu queria dizer — e ainda significo — que as coisas inevitavelmente permanecem à distância ou próximas a nossos corpos; se elas nos ‘tocam’ diretamente ou não, elas têm substância” (Gumbrecht, 2012, p. 81). Refere-se, portanto, a infinidade de sentidos dados às coisas no mundo, que dependem de nossas experiências, e não apenas de gestos interpretativos ou totalizantes. Ter essa perspectiva desvela um conjunto de leituras para o mundo que evidenciam possibilidades de romper com controles da modernidade, de repensar a organização do tempo e ter a apreensão de que os passados não acabaram e os futuros continuam abertos. Opõe-se, por esse gesto estético, a querer interpretar tudo com base na racionalidade e se direciona às afetações, ao sentir e às experiências de presença que atualizam.

É preciso entender que a modernidade não dá conta de se lançar na estruturação do tempo de tal maneira, o que fez com que se tornasse um traço do contemporâneo. Por outras palavras, a contemporaneidade está entrelaçada e em disputa com a modernidade, sendo que, como diferença, todos nós temos passados inacabados que integram o presente e ideias de futuros ameaçadores, com os quais convivemos pelo medo e pela imprevisibilidade. Por tais motivos, criam-se climas de estagnação ou presente amplo. Ou seja, “entre os passados que nos submergem e o futuro ameaçador, o presente se tornou uma dimensão de simultaneidades

⁸² No original: “Abject and unlivable bodies don’t just become ‘other’ and unthinkable. They go on living, animated by possibilities at work in the necessary or the serendipitous” (Stewart, 2007, p. 117).

expandidas” (Gumbrecht, 2012, p. 85). Trata-se de uma dimensão de futuros sem possibilidades de ação, cada vez mais fechada e que se apresenta como ameaçadora. Tais proposições auxiliam a perceber as relações temporais e os mundos simultâneos que coabitam as vivências *queerentenas* narradas em um momento crivado por imprecisões, rememorações de passados, apontamentos e distanciamentos de futuro, coabitando presentes que parecem estar dormentes. Ao notar presentes emaranhados em passados e futuros têm-se latências, como aquele não-dito, os apagamentos, o implícito permanente (Gumbrecht, 2010).

Sabemos, por outro lado, que governos e regimes neoliberais e necropolíticos, os quais atendem aos anseios do projeto moderno, querem eliminar essa força que emerge dos efeitos de presença e impedi-los de emergir publicamente. A tríade corpo, afetação e experiência formam a chave estética para entender esse projeto e, de alguma maneira, tensioná-lo e agir contra os controles, os poderes e as dominações das instituições. A presença é, assim, aquilo que invade o corpo e arrebatam nossas percepções sobre a realidade, funcionando como uma força e um movimento.

A diferença pode ser entendida como presença, uma vez que afeta e desloca. No caso das *Histórias da Queerentena*, há efeitos de presença que emergem tanto nas autoras e nos autores quanto em quem tem contato e passa a integrar essa assembleia, uma vez que há implicações éticas, políticas e existenciais sendo questionadas. Vemos que relatar as experiências não é um ato neutro, mas imbuídas por forças que alteram quem somos e a realidade.

Em vista disso, concordamos com Paulo Gajanigo e Rogério Souza (2011, p. 46) que assinalam que, “ao testemunhar, narrar e registrar as experiências do momento histórico da pandemia, há o sentido de sobrevivência em um ambiente que foge à normalidade [...] no ato de preservar e compartilhar essas experiências, por meio de relatos que se objetivam como diários”. São ações que atualizam tanto passados que vêm à tona no agora quanto futuros que parecem ser impossíveis por meio de experiências de presença capazes de atualizar o corpo e a existência. Compreendemos também, nas palavras de Paulo Gajanigo e Rogério Souza (2021), que os processos de narrar a vida são experiências estéticas que afetam o acontecimento pandemia de covid-19. Mais especificamente, acreditamos que *narrativas de desordem*, como é o caso das *queerentenas* reunidas no livro, propostas por pessoas LGBTQIA+, instauram movimentos tensionadores daquele momento comum para a humanidade, inscrevendo, por meio das experiências, indícios de reivindicação,

multiplicidade e de algo que não se fecha. Após essa experiência estética, não há como ser mais a mesma pessoa.

Lembremos do que foi enunciado por Lira, sapatão não binária de 21 anos de Salvador: “então pra escrever eu preciso de uma organização que não existe para o sentir, o sentir só acontece, mesmo” (Lira, 2020, p. 282). E é justamente por isso que o distanciamento da interpretação e da busca pelo sentido podem ser superados a partir de uma perspectiva mais engajada ao sentir, ao corpo e à experiência. Com narrativas de desordem, há presença que afeta, tem tangibilidade como prática que ocorre nas interações e envolve o corpo por meio do sentir.

No capítulo seguinte, partimos para uma reunião de fios puxados até aqui juntamente à assembleia em constituição. Acreditamos na importância de avançar sobre os modos como vulnerabilidades se solidificam e precariedades invadem as experiências LGBTQIA+. Ainda é central entender como assembleias se formam e o modo como instauram um fazer no social.

CAPÍTULO 6

Entrelaçar *queerentenas* em uma pandemia: considerações a partir de olhares discursivos e estéticos

Na leitura da pandemia de covid-19 proposta por Rennan Mafra e Mariana Procópio (2022), as perspectivas discursiva e estética são mobilizadas como tentativa de considerar os sentidos e a dimensão de presença em um fenômeno atravessado por disputas de forças. Partimos do conhecimento de que a experiência da pandemia de covid-19, enquanto um fenômeno, resulta de uma série de processos que não podem ser controlados, ou seja, não está em nossas mãos e, quando emergiu, nos afetou de tal modo que não temos como ser mais os mesmos e as mesmas de antes. Refere-se a um acontecimento (França; Lopes, 2017) em que nossos corpos e nossos sentidos foram afetados e isso nos impeliu a agir, a adotar uma direção e a criar caminhos para que pudéssemos viver.

O último capítulo desta tese é uma forma de costurar alguns dos fios que puxamos para essa trama *queerentendada* e que precisam ser alinhavados com outros conceitos. Esse movimento se dá com as textualidades (Leal, 2018) que evidenciam os entrelaçamentos entre elementos da vida como meio de ressignificar e reelaborar o que aconteceu, a própria subjetividade e as experiências (Procópio, 2015). No caso, tratamos como *narrativas de desordem*, isto é, insubmissas (Anzaldúa, 2005), uma vez que “os verbos da ação política, assim, não podem mais ser conjugados em terceira pessoa, mas em primeira. Ninguém melhor do que o grupo que é portador da experiência do sofrimento e do preconceito para capitanear sua própria emancipação” (Quinalha, 2022, p. 165). Dessa forma, forma-se uma agência política que emerge a partir daquilo que foi vivido, adquirindo legitimidade e proeminência no debate público por meio do relato autobiográfico. A perspectiva discursiva evidencia o sentido por meio de um gesto interpretativo de disputas entre acepções, silenciamentos e interações. Já a perspectiva estética destaca que essas narrativas têm uma presença enquanto materialidade comunicativa, assinalando tangibilidade e desordem, provocando dissipações e afetações frente às lógicas organizadoras e aos indivíduos que se narram e que se colocam em contato com essas narrativas.

Para tanto, trazemos à luz, novamente, os estudos *queer* com vistas a articular as perspectivas discursivas e estéticas com as quais trabalhamos anteriormente. Consideramos que os estudos *queer* são basilares na desconstrução de experiências dicotômicas que fundam

a cultura ocidental, bem como funcionam no estranhamento daquilo que a pandemia instaura como acontecimento. Trata-se, portanto, de um capítulo mais ensaístico e com a finalidade de perceber como as narrativas de vida, em suas singularidades e heterogeneidades, mostram como a pandemia acentua desigualdades, consequências negativas e percepções distintas sobre a covid-19 na vida. Por outro lado, é possível identificar pontos comuns que se destacam como uma assembleia de reivindicações, bem como visões individuais das relações que estabelecem.

A primeira seção tem esse intuito de notar proximidades e separações entre indivíduos que se narram e têm como objetivo notar gênero, sexualidade e outros marcadores, em intersecção, em suas vidas e nos grupos sociais. Queremos desdobrar nesta seção a tensão entre a identidade e a perspectiva *queer* que emerge com os registros das narrativas de vida. Em seguida, é prudente discutir as precariedades da vida e as dimensões de violência que fortalecem vulnerabilidades, assim como as relações que estabelecemos com o outro e as alianças que se constituem, pontos trazidos por Judith Butler (2019a, 2020) e Paul Preciado (2011). Para encerrar, queremos aprofundar a dimensão das políticas de assembleia, debruçando-nos na amplificação que a reunião de corpos consegue trazer com discursos e estéticas e nas limitações que a pandemia de covid-19 pode representar a partir dos armários que se armam.

6.1 Identidade e diferença como tensão, aproximação e distanciamento das narrativas de vida LGBTQIA+

O par identidade e diferença opera conjuntamente, como explica Tomaz Tadeu da Silva (2000), em mutualidade, atribuindo sentido às experiências que podem gerar inclusão, exclusão, pertencimento, visibilidade, invisibilidade etc. A identidade se refere à qualidade daquilo que é semelhante e, com essa característica, capaz de gerar sensações de pertencer a algo, embora só tenha sentido em razão da própria heterogeneidade do mundo e das dimensões sociais. Essas discussões já foram apresentadas anteriormente, mas são válidas de serem retomadas por estarmos mobilizando aqui uma concepção de identidade que não é assimilada como natural sobre os corpos, e sim cultural, formada por significados em atualização e composta pelos elementos históricos, sociais, políticos, econômicos e relacionais que interagem em sua constituição (Colling, 2018).

As narrativas de vida em *queerentena* se aproximam pelas identidades, entendendo-as como sentidos de pertencimento e de visões compartilhadas. Precisamos dos arranjos e dos significados que as categorias possuem, mesmo que provisoriamente, para termos uma ancoragem no real, dar a ver nossa existência e atribuir sentidos a quem nós somos no mundo. Porém, entendemos que esses significados oscilam e se atualizam conforme os movimentos da própria vida e do social, trazendo outras camadas de percepção para o indivíduo, suas expressões e suas relações interpessoais. Pelo que nos parece historicamente no modo como os movimentos sociais organizados em torno das questões de gênero e sexualidade se articularam no Brasil, a identidade possui um peso maior para nós (Quinalha, 2022). Vale lembrar que “a pauta não normativa agregou novas questões práticas às exigências identitárias, em territórios só recentemente habitados”, de acordo com João Silvério Trevisan (2018, p. 509), que recorda ainda a incorporação de novas letras à sigla LGBTQIA+. De GLS no passado a LGBTQIA+ e outras tantas variações possíveis na contemporaneidade, percebemos a diversidade de identidades em integração como forma de evidenciar expressões de gênero, categoriais sexuais e outras identificações de pessoas dissidentes da cisheteronormatividade.

Nas *Histórias da Queerentena*, a identidade adquire centralidade na vida das pessoas LGBTQIA+ que narram em primeira pessoa a partir daquilo que experienciaram. É o *locus* no qual se localizaram, se (re)encontraram consigo e com o outro, bem como criaram famílias como redes de apoio para reconhecimento das semelhanças. Nesse sentido, enfatizar uma autoidentificação funcionou como um processo de autodescoberta e de (re)conexão, mesmo que existissem percepções negativas e violentas que a todo momento voltaram-se contra elas e as fizeram pensar que suas vidas não importavam. Essa leitura das *queerentenas* por meio da localização das identidades nos indicou os atravessamentos dos significados e das representações, direcionando-nos à compreensão da interseccionalidade. À vista disso, significa que

Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões (Akotirene, 2023, p. 46).

Essa perspectiva demonstra, ao mesmo tempo, a existência de contrastes nas experiências e tensões em torno dos sentidos construídos para as identidades, como uma

irrupção frente ao que pode limitar a vida. Historicamente, determinadas identidades adquiriram estatuto de visibilidade e se tornaram parâmetros, enquanto outras permaneceram nas margens. Por isso, quando se mobiliza a interseccionalidade ao debate, temos a tentativa de amplificar a agenda política, repensar as matrizes estruturantes do social e destacar os trânsitos dos marcadores sociais da diferença sobre os corpos. Não à toa, exige-se um compromisso ético de escuta, práticas que se ampliam à medida que esse conceito ganha materialidade nos movimentos acadêmicos e sociais. Consoante às palavras de Renan Quinalha (2022, p. 168) sobre a necessidade de os movimentos LGBTQIA+ trazerem em pauta “[...] não apenas as reivindicações de sexualidade e identidade de gênero, mas também integre as dimensões de classe, raça, gênero, etnia, deficiências, entre outros marcadores da diferença”, com essa atenção às interações, podemos almejar uma aliança mais integrada, alerta às demandas de grupos minorizados e sensível às reivindicações.

Prova disso são as produções de narrativas de vidas em *queerentenas* que destacaram o peso das violências racistas sobre as experiências cotidianas e, mais ainda, atingidas pelas precariedades de um regime pandêmico em meio às práticas necropolíticas em ebulição no país. O pensamento desenvolvido por Murilo Kill (2020) é um exemplo que ilustrou como o racismo funda-se como pilar estruturante da sociedade ocidental que, em tempos de emergência sanitária, tende a dizer que o vírus está concentrado nos “[...] corpos pretos, pobres ou bichas” (Kill, 2020, p. 67). A narrativa de vida de Camila Santos Pereira (2020) entrelaçou a ancestralidade em um gesto de escrivência que percebe o quanto seus antepassados passaram por isolamentos no regime de escravidão que violentou e dizimou pessoas negras no país. Essa herança escravocrata perdura com o racismo na sociedade brasileira e suas formas de violentar. Outra história que nos afetou é a de Anderson Moraes Pires, homossexual negro nordestino de 23 anos de Fortaleza, que recordou dos registros vividos durante o Carnaval, festa em que existe uma liberdade para o corpo, as expressões, os desejos. Ele nos contou sobre sua viagem a Salvador no Carnaval, antes da pandemia de covid-19, e enfatizou que:

Uma bixa preta periférica ter o direito de viajar e conhecer outros territórios é fundamental, e deveria ser garantido pelo Estado, que, diga-se de passagem, mais tem se preocupado em nos matar. Na verdade, as bixas e todas as outras pessoas que o poder hegemônico insiste em marginalizar deveriam ter tantos direitos que não cabem neste texto (Pires, 2020, p. 305-306).

Ter essas considerações nos direcionam ao entendimento da diferença como uma irrupção frente às hegemonias que afetam e produzem efeitos no real (Mafra, 2020). Avtar Brah (2006) explica que a diferença não está diretamente correlacionada às hierarquias e às opressões, mas que isso pode ser resultado de contextos nos quais as desigualdades se arregimentaram e, por essa razão, devemos buscar estratégias de enfrentamento por meio da articulação da diferença. Um de seus eixos de argumentação é a *diferença como identidade*, que nos parece fazer sentido de ser pensada em conexão com as *queerentenas*. Por outras palavras, trata-se de entender o encadeamento das identidades com a experiência (processo de produção de significados para aquilo que se vive), a subjetividade (continuidade de dinâmicas, heterogeneidade e atualizações que formam o sujeito) e as relações sociais (práticas e narrativas compartilhadas entre uma comunidade). Conceitualizar identidade como diferença é assinalar:

como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo — um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo — que a qualquer momento é enunciado como o ‘eu’ (Brah, 2006, p. 371, grifos da autora).

Em *Histórias da Queerentena*, os indivíduos que ali se narram não se compreendem em identidades únicas, isto é, como se fosse um conjunto rígido e intransitável de identificações, e sim uma miscelânea de experiências, subjetividades e relações sociais que, por vezes, estão em conflito e disputa. Por essa processualidade, as pessoas constroem sentidos sobre si próprias, mas que não se fecham. Ao contrário, pelo fluxo da vida, emergem outros “eus” que se conectam aos “eus” anteriores, em uma narração contínua e incessante que enuncia atos de criação e (re)afirmação dos momentos. A ideia de núcleo trazida pela socióloga dialoga diretamente com esse processo, pois é um ponto de referência e ancoragem, não uma ideia de essência, por meio do qual o indivíduo estabelece conexões e divergências.

Com essas considerações, vamos ao encontro da narrativa de vida de Guilherme “Smee” Sfredo Miorando, gay nerd fora da caixinha, de 36 anos e de Porto Alegre, que disse: “sim, porque essa é [uma] negociação que fazemos todos os dias com os limites de nossas identidades. Somos o que nos permitimos ser, não vamos muito além do que não nos permitimos” (Miorando, 2020, p. 122). Essa perspectiva sobre as identidades evidencia também o que Paul Preciado (2011) chama de desidentificação — transformar significados

negativos atribuídos a determinados corpos em identidades de resistência frente aos regimes normalizadores.

A desidentificação abre espaço para problematizar o conceito *queerentina*. Antes cabe lembrar as considerações de Isaac West (2018) e de Tamsin Spargo (2019) que entendem *queer* como substantivo, adjetivo e verbo. Nesta trama das *queerentinas*, parece-nos que se constitui uma ação disruptiva e transgressiva que se abre à reivindicação de visibilidade e de projeção das narrativas de vida. Como adjetivo, fornece um qualificante que estrutura um estranhamento sobre as quarentenas. Também se constitui como um substantivo, no sentido de um foco de discussões sobre as identidades (West, 2018), produzindo práticas significativas que se fundam na cultura de modo situado por meio das quais indivíduos se reconhecem, estabelecem proximidades e geram coligações. No entanto, temos que ponderar o fato de que a escolha por essa nomeação para demarcar a assembleia que se forma por meio do livro evidencia um gesto, de certa maneira, imperativo, isto é, de quem organizou a coletânea, que ressoa pelo modo como as articulações *queer*, no Brasil, têm maior fôlego no ambiente acadêmico cujo olhar prevalente se direciona ao pensamento intelectual. Assumimos, ao longo de toda a tese, *queerentina* por entendermos que a palavra gera um deslocamento dos sentidos do que é uma quarentena e, ainda, traça uma marca de perspectivas contranormativas, porém sabendo das limitações que o conceito possui no âmbito político e social do Brasil.

Por fim, reiteramos a problematização da diferença trazida por Luís Mauro Sá Martino e Ângela Marques (2023) que a assinala como uma condição linguística que opera em relações com outros termos, dentre eles a igualdade. Parece-nos que, de algum modo, *queerentina*, ao ser significada como título para a assembleia em formato de livro, pode remeter a um gesto apaziguador e formador de um nós que colocam diferentes indivíduos e expressões de si em pé de igualdade, o que, a priori, pode ser limitador e homogeneizante como processo comunicacional, tomando todas e todos ali reunidas e reunidos como um todo. Porém, expande-se na complexidade dos estranhamentos que emergem a partir das narrativas de vida. Essa tensão é constituinte, portanto, da reunião que ocorre neste livro.

6.2 Alteridade, precariedade e alianças em multidões *queerentenas* no Brasil

O estranhamento da alteridade nos remete a questões éticas importantes para abertura ao outro. Emmanuel Lévinas (2011, p. 193) direciona suas reflexões ao pensar: “ter de

responder por seu direito de ser, [...], mas no temor por outrem”. Em outras palavras, o outro me lembra das minhas obrigações enquanto ser no mundo. O filósofo propõe a alegoria do rosto como uma disposição humana que exige de mim um agir. Em *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, Judith Butler (2020, p. 168) procede à leitura do filósofo e menciona que: “o rosto do Outro me puxa para fora do narcisismo em direção a algo mais importante, enfim”, o que retoma o princípio da ética levinasiana fundada pelo outro. Rosto aqui se distancia de qualquer concepção de face como entendemos corriqueiramente, e sim uma alegoria simbólica que alude à amplitude do ser, que me reivindica uma ação e que convoca as minhas responsabilidades. Relaciona-se, portanto, ao reconhecimento da humanidade e da semelhança (Lévinas, 2011).

A filosofia de Emmanuel Lévinas se desenvolve articulada ao contexto de sua vida, que foi interpelada pela guerra e por repressões de tempos violentos cujos extermínios, mortes e ódio do nazismo acentuavam as vulnerabilidades e indicavam o desprezo à alteridade. Essa conjuntura nos conduz à apreensão de que a vulnerabilidade é a própria exposição da vida humana no mundo. Assim, a vulnerabilidade, para seguir os caminhos filosóficos de Judith Butler (2020), é uma condição de encontro com o outro, isto é, somos e estamos vulneráveis nas relações, porém isso pode ser agravado com as precariedades.

Para entender essas diferenças conceituais, acionamos o texto de Sônia Pessoa e Carlos Mendonça (2020) que assinalam que o movimento de confronto à alteridade exige também um reconhecimento do indivíduo de onde se lê o mundo e os privilégios que detém. De acordo com a pesquisadora e o pesquisador:

[...] Precariedades e vulnerabilidades não são sinônimos. A partir disso, a gente vai compreender que vulneráveis todos somos diante uns dos outros. Nossa vida está em risco diante de qualquer possibilidade de contato, ou seja, a minha existência depende daqueles que convivem proximamente de mim e daqueles que não necessariamente são próximos ou conhecidos. Essa é uma condição intrínseca à existência. Entretanto, em algumas situações essa vulnerabilidade é muito acentuada ou ela é atravessada por outros marcadores sociais. Sob estas circunstâncias, a gente tem situações de precariedades. Então, eu tenho que imaginar que nós todos, no sentido de confinamento, somos vulneráveis, mas que para outros, as condições de confinamento acentuam a precariedade (Pessoa; Mendonça, 2020, p. 91).

Ao ter essas considerações como horizonte, temos as palavras de Judith Butler (2019a) que explicam a precariedade como situações vividas por populações que enfrentam consequências diferentes de exposição aos riscos, às violências e às mortes. Seria uma “distribuição diferencial da condição precária” (Butler, 2019a, p. 41). Dessa forma, a

precariedade emerge quando a vulnerabilidade é acentuada por condições de desigualdade social e econômica, por ausência de garantias de seguridade aos indivíduos e em contextos de crise. Esse argumento pode ser demonstrado com a pandemia de covid-19 e os diferentes agentes que se uniram, o que culminou na criação de uma zona de potencial riscos para grupos minorizados socialmente e de um estado de desamparo para as existências. Tornou-se evidente, portanto, o que Judith Butler (2020) já havia constatado:

Vidas são apoiadas e mantidas diferentemente, e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída ao redor do mundo. Certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como vida ‘passíveis de ser enlutadas’ (Butler, 2020, p. 52).

As vidas protegidas neste contexto no Brasil foram aquelas que se aliaram ideológica e politicamente ao que o governo de Jair Bolsonaro impunha. A seletividade decorre de dinâmicas tramadas intencionalmente para coadunar com seus apoiadores, enquanto quem divergia e exigia o mínimo para sobrevivência enfrentava marginalização, hostilidade e diferentes atos de violência cotidiana⁸³.

Além disso, quem tinha como se isolar estava mais resguardado das adversidades da exposição do que quem precisava sair todos os dias para trabalhar e tentar se sustentar. Esse tipo de situação foi apontado por Sônia Pessoa e Carlos Mendonça (2020, p. 90) a respeito da importância de se “[...] entender o fato do isolamento a partir da lógica dos privilégios”. Ter um lar seguro — não apenas uma residência para morar, mas com pessoas que, de fato, acolhem e respeitam —, garantias de alimentação, estar empregado e resguardado de ter que se deslocar em aglomerações, entre outras necessidades básicas da vida humana, constituem privilégios que colocam as pessoas em posições de assimetria social.

A história narrada por Carlos Renato Alves da Silva (2020) sobre a *queerentena* e as pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade nos expõem como a interseccionalidade assinalou condições de precariedade sobre as vidas e seus destinos. Ele disse: “o mais inquietante para mim foi constatar mais uma vez a necessidade que estas pessoas têm de acessar materiais e alimentos que muitos não têm acesso na condição de presas e presos” (Alves da Silva, 2020, p. 51). O mínimo não era garantido como meio de subsistência e se agrava pelo regime de

⁸³ Muitos momentos de enunciação marcam tentativas de banalizar o que estava em ocorrência no país e no mundo. Os discursos coletados e inseridos na seção 2.1 desta tese expõem essas ações políticas que não cessaram ao longo do mandato de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil.

poder que atravessa esses corpos em privação de liberdade. Tal como escreveu Dani Silva (2020) sobre os corpos pretos que morrem mais por complicações da covid-19 do que corpos brancos, consequência das ausências de acesso à alimentação saudável, serviços de saúde e outros direitos básicos. Em seu texto, os atravessamentos da diferença ganham mais peso com o entendimento do contexto no qual corpos trans vivem (ou, infelizmente, seria dizer, lutam para não morrer) na pandemia de covid-19, vítimas de práticas históricas de violência e omissão de políticas públicas de atenção. Ainda, devemos reconhecer o relato de Fabiano Saft (2020) atravessado por sua prática profissional na psicologia que mencionou o quanto pessoas LGBTQIA+ estavam vivendo em condições potenciais de violência, em que “muitas estão sujeitas a estupro coletivo, agressão física, privação de alimentos etc” dentro da própria casa (Saft, 2020, p. 266).

Salientamos ainda que a precariedade, segundo Judith Butler (2021a), está associada ao gênero e suas normas que orientam a cultura. Com isso, quem expressa dissidências com relação aos parâmetros normativos de gênero, ou seja, não corresponde diretamente ao que se espera da norma e não materializa no corpo e nas ações o que simbolicamente assinala, vivencia ameaças imediatas e chances de ser violentado ao se tornar visível publicamente. Esse problema progride também, consoante à filósofa, para a eliminação de mecanismos legais de proteção e de defesa dos direitos humanos, que culminam no não reconhecimento de humanos como humanos.

De maneira triste, o que percebemos é que a união das histórias de pessoas LGBTQIA+ nas *queerentenas* se dá por meio de laços de violência. Cabe registrar que as alianças se unem não por um interesse espontâneo das pessoas ou em razão da convocatória para escrita, mas a partir de vínculos anteriores que ocorrem por meio de reconhecimentos dos regimes de precariedade vividos e das demandas por lutar contra essa instauração. Compreendemos, então, que as alianças não se estabelecem somente a partir de uma junção abstrata entre pessoas cujos propósitos sejam semelhantes, mas pela união em um ato performativo segundo o qual há produção de efeitos políticos no social a partir de sua própria existência. Uma forte ligação é aquela em que os corpos persistem diante das adversidades e das tentativas de eliminá-los dos espaços públicos, práticas que ocorrem, muitas vezes, com violências e repressões sistematizadas e orquestradas para apagar.

É válido destacar, assim, que grande parte das alianças políticas emerge das experiências de precariedade e de vulnerabilidade vividas por determinados grupos sociais que, historicamente, compartilham esses elos em comum. Dessa forma, transforma-se a

precariedade em força para alianças. No caso das *Histórias da Queerentena*, identificamos grandes elos entre as narrativas de vida que assinalam possibilidades conjuntas de reivindicação em torno dos regimes de violência. Ei-las: (i) a marginalização da pandemia de covid-19 sobre corpos que já experienciam cotidianamente situações de exclusão, tais como as dissidências de gênero e sexualidade, o racismo, a privação de liberdade e as deficiências; (ii) a solidão causada pelo isolamento social, o distanciamento dos laços afetivos que cultivam como família e a investida para conseguir outros vínculos em meio à distância física; (iii) a revolta com a conjuntura política do país, que assolava nossas vidas com consequências diretas e contínuas. Compilamos, no quadro a seguir, algumas narrativas de vida que se interconectam e estabelecem alianças, sem o intuito de enquadrá-las em categorias, mas apenas destacando elementos que se sobressaem.

Quadro 6 — Alianças entre as *queerentenas*

(i) Marginalização		
Autoria	Notas da história	Questões sociais
Carlos Renato Alves da Silva	Além de narrar experiências próprias, o texto apresentou a invisibilidade de pessoas LGBTQIA+ em situação de privação de liberdade.	No Brasil, segundo dados divulgados pelo governo, dos 1.449 estabelecimentos prisionais, apenas 106 possuíam unidades com celas ou alas LGBT. Essa informação nos parece importante, tendo em vista condições específicas que poderiam garantir mais dignidade a essas pessoas privadas de liberdade. Ainda é válido destacar que não existem dados recenseadores que permitam saber quantas pessoas LGBTQIA+, de fato, estão nessa situação ⁸⁴ .
Suome Matheus Vilela de Lima	Em um gesto autorreflexivo, a narrativa destacou a “roleta russa” de violências a que está sujeito em sua experiência de estar em lugares públicos.	As precariedades das violências em razão dos marcadores sociais da diferença assinalam as interseccionalidades se avolumando com violências nas experiências dos indivíduos.
Anahi Guedes de Mello e Camila Alves	Apontaram os desafios da comunicação para pessoas surdas e cegas em um contexto no qual rostos estavam tapados por máscaras e o tato foi impossibilitado pelo contágio do coronavírus.	Pessoas com deficiência enfrentam, cotidianamente, desafios não somente para inclusão, mas nos processos sociais e relacionais da vida. Nessa história, por exemplo, emergiram pontos sobre a falta de alternativas e políticas de atenção à

⁸⁴ Esses materiais foram apresentados em 2019 e publicados em 2020. São dados também atravessados por subnotificação, mas que nos evidenciam a necessidade de atenção específica. O documento “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências do encarceramento” está disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf#page=4.05>. Acesso em: 25 jul. 2025.

		acessibilidade em tempos que exigiam cuidado com todas e todos.
Lira	Escreveu sobre a disforia de gênero e a busca para se sentir confortável com o nome, o corpo, os pronomes e tudo aquilo que atravessa sua existência no mundo.	As experiências trans marcam como a ausência de liberdade sobre o próprio corpo e as amarras normativas que condicionam ações de renunciar a si e de se questionar frente ao que o mundo quer que elas sejam.
Jonata Vieira	Concentrou a narrativa na reafirmação da identidade preta e não binária e encerrou o texto com um agradecimento como forma de exaltar seu amor a quem se é, contrariando os desejos de ódio que sempre se direcionaram a esse corpo.	Mais uma vez, a interseccionalidade mostra o quanto os pesos dos marcadores sociais em uma cultura constrói experiências distintas e também condições de vulnerabilidades que necessitam de atenção pública.

(ii) Solidão, distanciamento e vínculos

Autoria	Notas da história	Questões sociais
Camila Santos Pereira	Assinalou como os corpos marginalizados estavam em isolamento social e o quanto as violências permaneceram em evolução no Brasil.	As marginalizações que tentam colocar corpos LGBTQIA+ em zonas de isolamento são anteriores à pandemia de covid-19, com evidências históricas, mas adquirem outros contornos nesse contexto com o distanciamento entre os próprios vínculos que criamos.
Nicole Bezerra Costa	Narrou a experiência de descobrimento do próprio corpo não binário e as saudades que tinha de atos rotineiros e cotidianos, como abraçar, sorrir ou estar com os amigos.	A criação de outros vínculos de aliança pode se dar por meio das pessoas que nos aproximamos e que acolhem à diferença. Ainda, aquilo que é básico no cotidiano pode ser motivo de querer voltar à vida como era antes da pandemia de covid-19.
Igor Maciel	Agradeceu pelos gestos de carinho, a festa de aniversário que teve e a relação com a mãe. O texto foi encerrado com uma fotografia dele com a mãe compartilhando o mesmo batom.	Há também quem é acolhido pelos parentes e com isso se sente seguro em se expressar dentro de casa e nessas relações, como é o caso dessa narrativa.
Diego Oliveira	Em meio às sensações de estranheza geradas pela ansiedade e incerteza, a narrativa de vida se direcionou à importância da expressão dos sentimentos, pois, em um momento de isolamento, ele perdeu um amigo.	A pandemia de covid-19 trouxe atenção à efemeridade da vida, o que, muitas vezes, passa despercebido em razão das lógicas da modernidade que assolam nossas vidas pela necessidade de rapidez e de produtividade constantes. As perdas ou risco iminente diante delas nos faz repensar as relações.
Jessica Tatiane Felizardo	Um encontro afetivo lésbico que saiu do espaço on-line para o real foi é narrada pelo atravessamento do medo e da saudade, mistura de sentimentos que eclodiram na pandemia de covid-19.	As impossibilidades de estar juntos se estabeleceram como confrontos cotidianos. Criar novos vínculos ou manter os que já existiam, de modo presencial, tornou-se uma questão basilar nas vidas LGBTQIA+.

(iii) Conjuntura política		
Autoria	Notas da história	Questões sociais
Alexandre Luiz Polizel	O texto discorreu sobre a peste política, capaz de matar mais que os efeitos do vírus.	A política se torna um gesto de apreensão e de luta para se rebelar contra aqueles e aquelas que tentam produzir o ódio cotidianamente como forma de angariar eleitorado e possíveis cargos de poder.
João Victor da Fonseca Oliveira	Nas ações de dias pandêmicos, a narrativa se entrelaçou pela compreensão do cenário vivido e das políticas de morte instauradas contra a população.	A necropolítica se impôs como um regime central no contemporâneo, cujas tentativas investiram atos para dizimar determinados grupos sociais por meio de ações explícitas e outras tácitas.
Matheus Henrique da Silva Salvino e Sônia Caldas Pessoa	Em uma narrativa movida pelos afetos, a reflexão sobre a alteridade se direcionou aos sentimentos de injustiça e as interpelações que rememoraram a epidemia de HIV/aids.	O passado presente da epidemia de HIV/aids circula com significados que ressoam nas memórias coletivas da comunidade LGBTQIA+ e se apresentam como necessidade de atenção ética e responsável nas relações com o outro.
João Ricardo Jortieke Junior	Traçou críticas contra os atos de Jair Bolsonaro, como a convocação de invasão a hospitais e os discursos negacionistas contra a ciência.	Jair Bolsonaro é um expoente a ser destacado quando à ingerência frente à catástrofe pandêmica e ao modo como agiu publicamente, elementos mencionados na seção 2.1 desta tese.
Leandro Gantois Luna	O texto trouxe reflexões sobre a ascensão de Jair Bolsonaro e a narrativa de pânico moral insuflada por esse político, o que gerou inseguranças e mais medo em um momento de tensão.	Ainda é fundamental considerar que a estratégia de pânicos morais como fantasmas que assombram o Brasil e a manutenção de hegemonias consiste em uma tática política capaz de gerar atenção e adesão social.

Fonte: elaboração própria.

Nota: considerações a partir das *Histórias da Queerentena*.

Cabe-nos atentar que a solidão e a distância trazidas pela pandemia de covid-19 impactam, de modo geral, a população pelas imposições da circulação do vírus, mas com especificidades e contornos às vidas LGBTQIA+, sobretudo pelo lastro histórico que atravessa a comunidade, desde as ligações com o período de ascensão do HIV/aids, os lastros de estigmatização e as tentativas de alocar para vivências privadas às margens da sociedade. Podemos estender o entendimento dos eixos destacados, observando que os descontentamentos com governos não constituem uma ação somente na ascensão bolsonarista e da extrema-direita atual, mas com reflexos desde o período ditatorial no Brasil e as lutas contra a instauração de censuras, opressões e violências arregimentadas contra grupos minorizados.

Observar esses elos de mobilização nos encaminha à discussão de Paul Preciado (2011) sobre as multidões *queer* e as ocupações de resistência. Segundo o filósofo, as políticas de gênero não servem à manutenção de uma ordem sexual, mas indicam a formação de dispositivos sexopolíticos possíveis de serem articulados por grupos minorizados — com essa consideração, avança-se a conceitualização foucaultiana de poder e suas agências nos corpos. Essa concepção mostra como movimentos sociais organizados, tais como feministas, LGBTQIA+, negros, decoloniais e outros, criam um processo de reunião para desterritorializar normalizações. Nas palavras de Paul Preciado (2011, p. 18):

A política das multidões *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural ('mulher', 'gay' etc.) que possa legitimar a ação política. [...] Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida.

Estende-se, assim, ao entendimento de que não existe um determinismo, mas identidades fluídas e dinâmicas cujas intervenções nos dispositivos biotecnológicos produzem subjetividades e questionam relações de poder cisheterocentradas. É por esse motivo que precisamos formar alianças interseccionais, tal como ocorre nas *Histórias da Queerentena*, porque novas maneiras de pensar e aparecer se tornam urgentes nos desafios contra as normas de exclusão. Entender esse gesto político como assembleia possibilita se estender como atos de reunião coletiva que se dão a partir da ocupação e da mobilização conjunta.

6.3 Possibilidades e insurgências políticas em assembleia

De acordo com Judith Butler (2019), as assembleias se organizam de uma maneira ocasional por meio do encontro físico ou virtual dos corpos, conseguindo significar para além do dizer. Os objetivos dessas reuniões são variados e seus significados se fazem presentes antes de qualquer processo enunciativo pela linguagem, embora pareça haver uma união para se manifestar frente às condições de precariedade vividas pelos indivíduos. Greves, ocupações e outras manifestações são modos de unir e de se fazer visível publicamente. Ressaltando as palavras de Judith Butler (2019, p. 15-16, grifos da autora),

é *esse* corpo, e *esses* corpos, que exigem emprego, moradia, assistência médica e comida, bem como um sentido de futuro que não seja o futuro das dívidas impagáveis; é *esse* corpo, ou *esses* corpos, ou corpos *como* esse corpo e *esses* corpos

que vivem a condição de um meio de subsistência ameaçado, infraestrutura arruinada, condição precária acelerada.

A reunião dos corpos e suas manifestações são primordiais para a comunicação, transcendendo a transmissão de discursos escritos ou falados e emergindo a partir da materialidade dos corpos e de suas ações nos espaços públicos, constituintes de uma força propulsora própria de demandas e resistências. A filósofa entende, assim, que esse fenômeno forma uma espécie de *performatividade corporificada*, isto é, um ato de presença coletiva capaz de gerar e circular sentidos políticos que confrontam relações de poder e instauram novas possibilidades de reconhecimento e de transformação social. Mais ainda,

[...] quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas e espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um o junto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (Butler, 2019a, p. 17).

Nesse sentido, não se trata apenas de ocupar um determinado espaço, mas, sim, exercer o direito de aparecer e agir com e por meio do corpo. Parece-nos que, quando determinados corpos se unem, eles instauram um dissenso que desordena espaços normatizados e interagem para que demandas sejam articuladas. Por exemplo, quando corpos LGBTQIA+ se reúnem nas *Paradas do Orgulho*, forma-se um ato político de (re)afirmação da existência e de resposta às estruturas que nos tornam vulneráveis socialmente. Renan Quinalha (2022, p. 128) enfatiza que, desde as primeiras paradas, “[...] a afirmação da cidadania, a educação para a diversidade e o combate à LGBTIfobia são as questões centrais e predominantes durante esse tempo todo, evidenciando como reivindicações múltiplas se atualizam e se recolocam em ciclos diversos do movimento”. Na visão de Judith Butler (2019a), a performatividade está, justamente, na apresentação, na interação e na presença desses corpos, pois o espaço público não é um *locus* de equanimidade, mas atravessado por normatividades que regulam e regulamentam as possibilidades de aparição, invisibilização, reivindicação e expressão.

Devemos considerar que *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* é um trabalho de Judith Butler (2019a) anterior à instauração da pandemia de covid-19, às mudanças no cotidiano provocadas pela circulação do vírus e ao recrudescimento de condições precárias que intensificam as desigualdades

sociais em razão da carência de meios de combate. No entanto, seus argumentos salientam os problemas do capitalismo neoliberal que já estavam em ebulição, mas que se acentuam com as engrenagens da crise político-sanitária, tais como modelos de trabalhos predatórios que atingem milhares de pessoas, ausência de segurança social e inexistência de condições de saúde para toda a população que se torna exposta aos riscos devido à negligência do Estado.

Trata-se de uma perspectiva que se centra na preocupação de entender os regimes de poder que atuam na sociedade por meio de tentativas de controle e de disciplinamentos. Nos argumentos apresentados, a filósofa assinala tanto a *biopolítica*, pensada por Michel Foucault (1998, 2023) sobre a gestão e o controle do estado sobre a vida, quanto a necropolítica, argumentado por Achille Mbembe (2016). Particularmente em relação a este regime, somos impelidos a entender o modo como a morte é o imperativo para determinados governos, como ocorreu com o Brasil sob a gestão de Jair Bolsonaro (desde antes da pandemia de covid-19 acontecer e durante sua transcorrência até mesmo após deixar o cargo e ter atos golpistas de vandalismo ocorridos em 8 de janeiro de 2023).

Achille Mbembe (2016) explica que o poder político consegue controlar os sujeitos e decidir quem deve morrer. Para tanto, o filósofo atualiza a noção de biopoder foucaultiana e reflete como o poder se ajusta a partir de modos de produção de morte e de condições para que se atinja esse fim, tais como o racismo estrutural, a vulnerabilidade socioeconômica, entre outros problemas capazes de dizimar determinados grupos. A necropolítica é, portanto, produto do capitalismo cuja finalidade é descartar e eliminar quem não é produtivo para a manutenção desse sistema e, para tanto, instala condições de exclusão de corpos e favorecimento de práticas que vão expô-los à morte. Consoante à explicação de Achille Mbembe (2016, p. 146), “[...] as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror”. Assim, determinados corpos são continuamente desautorizados a existir e passam a re-existir às margens da sociedade.

Como forma de reagir a esses poderes que se valem das precariedades e do estabelecimento de dinâmicas excludentes, há protestos, ativismos, reuniões... Vale lembrar que, naquele começo de pandemia de covid-19⁸⁵, uma das formas de reunião dos corpos em

⁸⁵ Na linha oposta às insurgências, houve manifestações favoráveis ao governo de Jair Bolsonaro, como em 15 de março de 2020, convocadas pelo então presidente uma semana antes da realização, em mais de 200 cidades pelo país. Em Brasília, a aglomeração contou com a presença de Jair Bolsonaro, sem máscara facial ou qualquer medida de proteção contra a transmissão viral. Nas imagens, que podem ser vistas no *link* a seguir, destacam-se manifestantes com máscara escrita “o vírus que está acabando com a população brasileira está no Congresso” e cartaz com os dizeres “a corrupção no Congresso e STF juntos matam mais do que todos os vírus”. Disponível

isolamento social para protestar contra o governo era por meio de painéis. Como escreveu Guido Arosa (2020, p. 78): “novas chamadas para protestos hoje contra Bolsonaro, de nossas janelas e munidos de painéis”. Esses atos representam tentativas de atuar contrarregimes autoritários e que atuam no estabelecimento de mortes. Beatriz Abreu Gomes (2020, p. 302), na narrativa de vida que tece sobre sua *queerentena*, assinalou:

Acredito que o Estado é soberano quando decide sobre a vida e a morte de seus cidadãos. Nesse momento, o governo tem o poder de decidir a morte. Então, a necropolítica vem se mostrando como uma forma de o Estado brasileiro exercer a soberania pela decisão de escolher quem deve morrer e quem deve viver na sociedade.

Outra forma de contrafluxo às repressões da necropolítica ocorrem com ações como as *Histórias da Queerentena*. Essa assembleia não almeja um consenso entre os grupos que a integram, o que evidencia os próprios embates entre identidades, e sim lutar politicamente por objetivos compartilhados e se tornar um espaço de escuta frente a um sofrimento que, ao mesmo tempo, é solitário e coletivo. Se nossas existências no mundo são atravessadas pela própria vulnerabilidade de estar diante do outro, podemos estabelecer relações de compartilhamento, interdependência e diálogos.

Avançamos mais nesta assembleia e notamos um deslocamento de “armários” para uma reunião coletiva. A conceitualização de armários mobilizada aqui advém de Eve Sedgwick (2007) que apreende como essa alegoria é parte da cultura ocidental, sobretudo a partir do século XX, e não se fecha apenas à experiência das pessoas entre esconder ou revelar publicamente sua orientação sexual, porém como um dispositivo social que regula comportamento, práticas e discursos de poder. Apesar de a explicação se concentrar na regulação das vidas de homens gays e mulheres lésbicas, em função do momento no qual a obra foi escrita, a epistemologia do armário também atinge heterossexuais visando reiterar discursos normativos. Logo, há uma elasticidade que captura os indivíduos e que se ajusta às relações sociais como forma de criar conhecimentos, estabelecer (in)visibilidades e configurar poderes.

“Numa escala muito mais ampla e com uma inflexão menos honorífica, a epistemologia do armário também tem sido produtora incansável da cultura e história do ocidente como um todo” (Sedgwick, 2007, p. 23). Prova disso é a banalização da expressão

em:

<https://www.dw.com/pt-br/apesar-do-coronav%C3%A1drus-atos-pr%C3%B3-bolsonaro-ocorrem-em-v%C3%A1rias-cidades/a-52786730>. Acesso em: 14 jul. 2025.

“sair do armário” no cotidiano como um ato que impele alguém a revelar um possível segredo sobre a sexualidade. Esse tipo de controle é parte do fortalecimento de binarismos que orientam a cultura ocidental a partir de instituições que regem as dinâmicas de poder, como igreja, Estado, medicina e mídias.

Diante do horizonte conceitual que se abre com a epistemologia do armário, queremos transcender a metáfora que se aglutina principalmente nas experiências gays a partir da leitura de Eve Sedgwick (2007) e entendê-la como um jogo de entradas e saídas entre esconder e aparecer das expressões das identidades de gênero e sexualidade cujas tensões se roboram pela tenacidade da pandemia de covid-19. Além disso, havia uma série de binarismos em ebulição com a instauração da emergência político-sanitária como público e privado, saúde e doença, igual e diferente, ataque e defesa, negligência e atenção, vida e morte, proteção e exposição, e muitos outros que se acirraram. Entrar e sair de armários integra atos cotidianos como narra Flora Villas Carvalho (2020) com a ideia das matrioskas, ou seja, encaixes e desencaixes. Essa narrativa, de uma pessoa sapato trans não binária, aponta não haver um único ato de sair do armário — revelar-se publicamente para sempre —, e sim negociações contínuas nos espaços onde estiver, com as pessoas que estão a sua volta e mediante às garantias de segurança e resguardo à integridade. O trecho a seguir é a representação de como os armários se tramam em dispositivos permanentes e, na pandemia de covid-19, esses dilemas adquiriram mais contornos de violências.

Eu descobri que todos os dias eu teria que abrir novas portas. Todos os dias essa ambiguidade tão amada se tornava amarga ao me mostrar que a cada dia eu teria de fazer escolhas e bancá-las, escolhas que nem me passavam pela cabeça antes. Porque o problema da ambiguidade é que ela é irritantemente ambígua. Ela parece nunca chegar a lugar nenhum. Todo dia é um novo armário (Carvalho, 2020, p. 44).

Essa elaboração de Flora Villas Carvalho (2020) remete ao que Eve Sedgwick (2007) assinala sobre as negociações permanentes que temos que fazer para nos mantermos vivos. São desafios que se abrem e com os quais temos que lidar e reavaliar continuamente as possibilidades de revelação de quem somos nos ambientes sociais. Isto é, a:

cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem [...] novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição (Sedgwick, 2007, p. 22).

A depender da situação, seremos compelidos a guardar e sublimar determinados aspectos de nossas identidades por uma questão de segurança ou, até mesmo, de preservar nossa saúde física e mental, enquanto, em outras, seremos incentivados a nos expor da forma como achamos conveniente com vistas a construir laços de confiança e garantir autenticidade. Trata-se ainda não apenas da enunciação pública, mas de se esconder plenamente, o que foi feito, por exemplo, por Flora Villas Carvalho (2020) e sublinhado em questionamentos sobre fazer ou não mastectomia, manter ou não os pelos faciais, usar ou não testosterona, para precaver questionamentos, desconfianças e violências. Na narrativa de Murilo Kill (2020), à luz do texto de Eve Sedgwick (2007) e a ponderação sobre os armários não serem herméticos, traçou-se uma crítica com relação ao ato de assumir-se compreendido como uma forma de ultrapassar as amarras de gênero e suas práticas performativas.

Importante considerar ainda que o estabelecimento do isolamento social se configurou com um novo armário na vida das pessoas LGBTQIA+, cujas experiências de confinamento já estão presentes desde o século XX com a guetificação e a alocação desses corpos em lugares afastados (Quinalha, 2022). Conforme Júlia Marques Preto (2020), lésbica de 21 anos, antes da pandemia de covid-19, ela sentia certa liberdade em suas ações por estar em ambientes que permitiam se expressar. No entanto, quando se instaura a circulação do coronavírus, ela retornou para a casa dos pais e, com isso, sentimentos de saudade de quem ela é voltaram, um sufocamento pelos armários que se armaram. Ela disse: “a palavra Lésbica é o meu segredo a sete chaves para dentro de casa, parece até um crime digitá-la aqui. Mas é uma palavra linda e me cabe” (Preto, 2020, p. 94). A experiência de Júlia não é isolada e ressoa pelas *queerentenas*.

De acordo com Guilherme “Smee” Sfredo Miorando (2020, p. 121), “um vírus que nos deixa presos dentro de casa é uma metáfora óbvia da ignorância que faz os *queers* se identificarem com a metáfora do armário”. A analogia representa a sensação de muitas pessoas dissidentes das normas de gênero e sexualidade que se sentem continuamente confinadas. Válido mencionar que a imposição do isolamento social trouxe a sensação de confinamento para parte da sociedade, que tinha o privilégio de estar em casa, limitando, assim, as saídas aos espaços públicos, as interações sociais e a liberdade. Apesar de ser uma experiência distinta para quem não é interpelado a se esconder, podemos perceber o quanto estar preso dentro de si é, cotidianamente, parte das pessoas LGBTQIA+ que se acostumam a viver assim.

“Mas, a vida, essa mulher atrevida, acaba nos mostrando que, em relação à sexualidade, há sempre muito o que se revelar”, mencionou Ana Ester Pádua Freire (2020, p. 183). E, em alguma medida, essa frase nos permite entender a complexidade do fenômeno diante do qual estamos e cuja audácia das *queerentenas* não se restringe à continuidade dada nesta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever uma tese sobre um tema tão complexo, que me atravessa e me constitui, foi desafiador. No entanto, como Jean-Luc Moriceau (2019) assinala, precisamos escrever quando estamos afetados e devemos permanecer atentos aos efeitos da escrita. Às vezes, a escrita fluía diante da necessidade de verbalizar; em outros momentos, estagnava e doía pela impossibilidade de transformar em palavras aquilo que pensava e sentia. Essa escrita movida pelos afetos nos direciona à Debora Diniz, com quem concordamos que “[...] escrever é arriscar-se. É se expor ao debate público, é provocar a (des)imaginação — e tudo por meio de um instrumento de intervenção: o texto” (Diniz, 2024, p. 147). E acreditamos que esse tenha sido o propósito da escrita deste trabalho, pois é um processo de trazer discursos e estéticas ao centro da produção acadêmica e ser nosso eixo condutor para a continuidade de reflexões que não devem ser esquecidas ou colocadas em segundo plano na Comunicação.

Após mais de cinco anos, a pandemia de covid-19 não nos chama mais atenção como antes e talvez não nos comova, tal como na época em que víamos, diariamente, gráficos e dados de mortes e contaminações em uma crescente. O curso da vida seguiu para aquelas e aqueles que sobreviveram. As dores e o luto vão sendo apaziguadas. O clamor que os números tinham antes se perdeu com a rapidez das notícias cotidianas e outros tantos problemas que surgem na sociedade. Os esquecimentos são parte da vida moderna capitalista, pois, afinal de contas, precisamos lutar cotidianamente para nos mantermos vivos em um mundo cujas normas culturais tendem a se voltar contra nós.

Todavia, as palavras de Guacira Louro nos impulsionaram a seguir por esta investigação. Ela nos diz, no encerramento do livro *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, que “talvez seja produtivo desconfiar do estabelecido do pensamento muito bem arranjado e absolutamente coerente, talvez se deva suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis. Talvez se deva estranhar, sempre” (Louro, 2020, p. 102). É crucial estranhar a pandemia de covid-19 — ela não acabou e sequer seus efeitos e sentidos acabarão um dia — e o modo como as questões da diferença foram tratadas nesse contexto sócio-histórico. Mais especificamente, tínhamos a percepção de que a comunidade LGBTQIA+ não era narrada midiaticamente com a devida atenção nesse momento e as dificuldades que enfrentávamos no cotidiano permaneciam latentes no curso do que era pautado publicamente, mas sabíamos que estávamos mais vulneráveis (UFMG, 2021),

identificamos as dificuldades se avolumando (Ramos; Nicoli; Pedra, 2020) e experienciamos de maneiras singulares um fenômeno coletivo (VoteLGBT, 2020).

Para proceder a essa ação de pesquisa, escolhemos trabalhar com narrativas de vidas LGBTQIA+ escritas em primeira pessoa nos meses iniciais da pandemia de covid-19. Elas já estavam publicadas no livro *Histórias da Queerentena*, organizado por Pablo Pérez Navarro (2020a), e em circulação pelos espaços digitais. Se, de um lado, essas narrativas eram um tesouro para compreender a intersecção de gênero, sexualidade e diferentes marcadores sociais da diferença se amalgamando às experiências pandêmicas. Por outro lado, tínhamos um desafio que se impôs sobre como iríamos lidar com uma heterogeneidade de experiências contadas, que se associam, se distanciam, se integram em uma trama da pandemia. A comunidade LGBTQIA+ não é um todo homogêneo, longe disso, somos pessoas heterogêneas, que podem se conectar pelos significados das identidades, mas que pensam, agem e experienciam o mundo por meio de sua própria singularidade. Assim, a escolha pelo livro *Histórias da Queerentena* para esta tese não foi ao acaso. Participei dessa assembleia com um capítulo, mas essa não foi a principal motivação para tê-lo como objeto de estudo, e sim pela potencialidade do material reunido naquele livro que poderia reverberar e ter mais fios puxados para sua tessitura, entendendo-o como um dispositivo midiático cuja comunicação envolve discursos, produção de significados, circulação de sentidos, práticas interacionais e transmissão e difusão de significantes (Vaz; Antunes, 2006). Mobilizando-o para a formação de um corpus sensível (Pessoa, 2018), por meio do qual poderíamos estabelecer interlocuções junto às histórias, consolidamos o problema de pesquisa: como as experiências *queerentenas* no Brasil são elaboradas em narrativas de vidas LGBTQIA+? Que sentidos são atribuídos para gênero e sexualidade a partir das experiências da *queerentena*? Tentamos responder essas perguntas e cumprir os objetivos propostos ao longo dos seis capítulos que formam esta tese.

A coralidade das 76 pessoas reunidas em um livro-assembleia, com 72 histórias, evocava a necessidade de mergulhar em um duplo movimento metodológico. Não havia o interesse pela análise por entendermos que encaixotar o que era enunciado em categorias iria contra o propósito do livro, da apresentação das pessoas em *queerentena* e da teoria *queer* que nos norteia e sustenta nossos pensamentos, corroborando apenas, caso fosse adotado esse movimento, com normatividades. Por isso, partimos pelas dimensões dos afetos por percebermos que esse caminho não é prescritivo, não possui um passo a passo ou uma finalidade a ser almejada, dependendo daquilo a que se propõe, instiga e provoca a pesquisa e

o pesquisador (Mantovani, 2023; Mendonça, 2021; Moriceau, 2019; Moriceau; Mendonça, 2016; Pessoa, 2018; Saraiva, 2023a). Tampouco tínhamos a pretensão de mobilizar todas as histórias para os diálogos da tese, pois elas não formam um todo uníssono, mas aquelas que nos motivasse a refletir juntos e que despertasse nossa atenção para as questões da diferença, em especial as tematizações de gênero e sexualidade e os movimentos que se despontavam dessa emergência. No entanto, não se tratava de reproduzir todos os textos escritos pelas pessoas na íntegra, mas os indícios que se manifestam do contato com as histórias em articulação com o referencial teórico-conceitual e o nosso problema de pesquisa. Para tanto, o paradigma indiciário se mostrou como modelo epistemológico válido para a Comunicação por meio dos processos de produção de inferências com base em uma triangulação com o problema de pesquisa e o repertório teórico-conceitual acionado (Braga, 2008; Ginzburg, 2007). Ao realizar inferências e apostas com base nesse corpus sensível, propusemos movimentos mais amplos, visto que as singularidades indicavam um pouso sobre o livro que gerou movimentos e viabilizou continuidades.

A produção de conhecimento nos/com os estudos de gênero e sexualidade impele, muitas vezes, a subjetividade do próprio pesquisador para a produção do conhecimento, o que, pode-se dizer, conforma uma ação metodológica consoante às afetações. Essa apreensão é entendida como um saber situado, nos termos de Donna Haraway (1995), que reconhece a perspectiva a partir da qual se mira para um fenômeno. Refere-se a “[...] um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (Haraway, 1995, p. 22). De acordo com Dieison Marconi (2025), isso é “um saber ou conhecimento construído a partir de uma perspectiva parcial e situada do objeto de estudos, e não de um olhar metafísico como o de um deus onipresente que tudo olha e nada vê” (Marconi, 2025, p. 24). E foi com esse propósito que conduzimos o trabalho.

Nesse sentido, nosso primeiro movimento foi entender como as questões de gênero e sexualidade estavam sendo trabalhadas a partir da tematização da pandemia de covid-19 em investigações no campo da Comunicação. Fomos orientados por meio da pesquisa de Tainan Tomazetti (2020) cujas observações evidenciaram que a diferença tem se tornado um movimento contextual, e não um fenômeno comunicacional propriamente dito que deveria ser abordado como tal. Em nossas buscas por teses, dissertações e artigos, até aquele momento de investigação e amparados pelo recorte temporal da emergência da pandemia de covid-19, essa

consideração foi afirmada em diferentes trabalhos, nos quais gênero e sexualidade deixaram a centralidade e assumiram um lugar secundário juntamente ao foco que se direcionou a outras questões comunicacionais, as quais se sobressaíram em virtude das consequências do isolamento social, do espalhamento do coronavírus e das dificuldades enfrentadas pelas pessoas no cotidiano. Essas considerações não invalidam os trabalhos de colegas do campo, mas nos chama atenção pela importância de problematizar os marcadores como processos comunicacionais que ocorrem em interações contínuas nas nossas experiências. Por outras palavras, gênero e sexualidade podem ter sido os fatores motivadores para a condução das pesquisas ou elementos que assinalam alguma diferença naquele marcador temporal pandêmico, mas, no decorrer dos trabalhos, permaneceu em latência. Apostamos, apesar dessa constatação, que novos trabalhos surgirão no decorrer do tempo e abordarão a interface entre marcadores sociais da diferença, pandemia de covid-19 e comunicação.

Em seguida, nosso direcionamento foi voltado ao contexto sociopolítico no qual esse fenômeno transcorreu, entendendo os discursos de figuras de autoridade do Estado brasileiro responsáveis por manter a segurança da população e traçar medidas de contenção do problema. É um caminho amargo de ser lembrado, lido e sentido, embora essencial de não ser esquecido no fluxo da história. As pessoas LGBTQIA+ têm sido alvos prioritários de grupos de extrema-direita política, tal como os discursos de Jair Bolsonaro ao longo de sua carreira política, com campanhas de difamação e desinformação que se alavancam a partir da década de 2010 (Miskolci, 2021). Na mesma medida, projetos conservadores têm ganhado proeminência no debate público envolvendo racismo, machismo, classicismo e diferentes formas de violência como força propulsora para influência social. Entendemos, ancorados nas palavras de Djamila Ribeiro (2017, p. 45), que “falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’, ou outras formas de deslegitimação”, haja vista que não dói na carne de quem agride, mas de quem é agredido verbal e fisicamente todos os dias. Djamila Ribeiro (2017, p. 45) continua esse argumento expressando que “a tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando o poder”.

Nesse contexto, tivemos a expansão de discursos que tonificaram ainda mais as condições de vulnerabilidade das vidas por meio de precariedades. Jair Bolsonaro e políticos aliados vilipendiaram o luto e a dor da população, debocharam da catástrofe que se formava, desconsideraram os estudos científicos, investiram em medicamentos sem eficácia para tratamento da doença, acirraram os ânimos em torno da polarização entre espectros

ideológicos (Vieira Filho, 2022). Em 28 de abril de 2020, Jair Bolsonaro disse: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (Barreto Júnior, 2022, p. 136). Esse pronunciamento junto a tantos outros marcaram como a necropolítica (Mbembe, 2016) adquiriu contornos patentes com os atos do então presidente do Brasil, pois “sua gestão seguiu por um caminho em que minimizou e banalizou a situação que se alastrava no país e poupou esforços para investir em medidas de combate ao avanço da doença” (Vieira Filho, 2022, p. 171).

Outro movimento contextual se direcionou a entender quem são as pessoas que compõem a assembleia em formação. Não nos interessava enquadrá-las em classificações ou recenseá-las com base em critérios próprios estabelecidos por alguma metodologia de análise, práticas que nos projetaria a uma cilada da diferença, mas, sim, saber como elas se autoidentificavam, compreendendo a importância de se dizer quem se é publicamente. Percebemos que as identidades tinham centralidade não só para mostrar quem se é publicamente, mas também para dizer sobre a própria vida em quarentena. A heterogeneidade das expressões, das vivências e das perspectivas salienta tanto singularidades quanto coletividades que se formam como gestos de resistência e re-existência. No entanto, constatamos que essa assembleia não tinha pessoas idosas, nem da região Norte do Brasil participando, o que pode envolver diferentes motivos desde o convite para publicação não ter alcançado esse público até mesmo possível desinteresse ou condições de precariedade que impediram a participação. No mais, sabemos que a pluralidade indica tanto pontos de convergência e divergência entre os temas trazidos nas narrativas de vida. Por esse motivo, seguimos por um passeio pelas histórias como tentativa de estabelecer um contato, entrelaçando-se aos afetos em emergência durante nossa leitura, o que nos mostrou o quanto as narrativas reunidas no livro desordenam e questionam o lugar de existência.

Depois somos conduzidos a entender com maior profundidade os estudos *queer* e os processos de estranhamento que se projetam para reflexões sobre as identidades, os marcadores sociais da diferença e as relações de poder. As discussões fomentadas pela teoria *queer*, historicamente, se originaram de contextos de repressão e de efervescência nas reflexões sobre os corpos (Leopoldo, 2020) como forma de resistência e tensão contra as abjetificações. A epidemia de HIV/aids dinamizou reações contra as normas culturais que estigmatizam indivíduos e grupos sociais com base em suas identidades, expressões e comportamentos (Miskolci, 2020). Essas ações de tensão e resistência se estenderam ao longo da história e, hoje, com olhares principalmente direcionados ao Brasil, temos as *queerentenas*

em debate em meio ao contexto sociopolítico de moralidades. No entanto, é válido reiterar que o debate *queer* no país se concentra mais na academia, em atividades de pesquisa de diferentes universidades e centros de pesquisas, do que no âmbito social-político, em razão do distanciamento que o estrangeirismo *queer* representa na língua portuguesa e da dificuldade de explicá-lo a fim de adquirir inteligibilidade e circulação no cotidiano.

Dito isso, abordamos perspectivas discursivas (Almeida, 2016; Arfuch, 2010; Lessa, 2015; Trigo-de-Souza, 2007; entre outras pesquisadoras e outros pesquisadores) como caminho possível de compreensão dos processos de narrar em primeira pessoa — ação de voltar-se para si, ressignificar passados e reelaborar memórias, perceber o presente e projetar ao mundo o que sentia, vivia e desejava. Os debates sobre as lembranças dos passados e a materialização na escrita, assim como o processo de contar e revelar páginas das vidas que estavam em segredo ou guardadas, nos evidenciou que, apesar de esse exercício ser cansativo ou trazer afetações ruins, como diferentes pessoas destacaram em suas escritas, lembrar é uma ação política de resistência quando há tentativas sucessivas de apagamentos e de ignorar existências. Entender por uma perspectiva discursiva nos possibilitou avançar no sentido da diferença e como ela aparece nesse contexto pandêmico e nas narrativas de vida, pois “[...] contar a história de uma vida é *dar vida a essa história*” (Arfuch, 2010, p. 42, grifos da autora).

Também apostamos que havia uma necessidade de ir além da dimensão hermenêutica e concentrar sobre aquilo que escapa às narrativas de vida, ao que está grafado por meio de palavras e aos significados possíveis de serem apreendidos das leituras. A experiência estética (Mafra; Procópio, 2022; Rancière, 1996, 2021; Stewart, 2007; entre outras pesquisadoras e outros pesquisadores) como essa emergência nas relações cotidianas que, inesperadamente, afeta constituiu uma perspectiva por meio da qual dissensos podem ser sentidos, latências estão pairando as *queerentenas* e presenças deslocam a realidade social. A vida foge aos processos de controle e é constituída por experiências. Logo, as lentes estéticas auxiliaram a refletir a comunicação como fenômeno que permite a existência.

A invisibilidade vivenciada pelas pessoas LGBTQIA+ na sociedade e as experiências de vulnerabilidade, reconhecimento e resistência, que acompanham essa realidade, foram desdobradas ao longo da tese. Contudo, foram aprofundadas no último capítulo com vistas a articular as contribuições sobre a precariedade e a violência, assim como pensar as reflexões ética e de responsabilidade sobre as dinâmicas de reconhecimento e visibilidade almejados nas formações de assembleias.

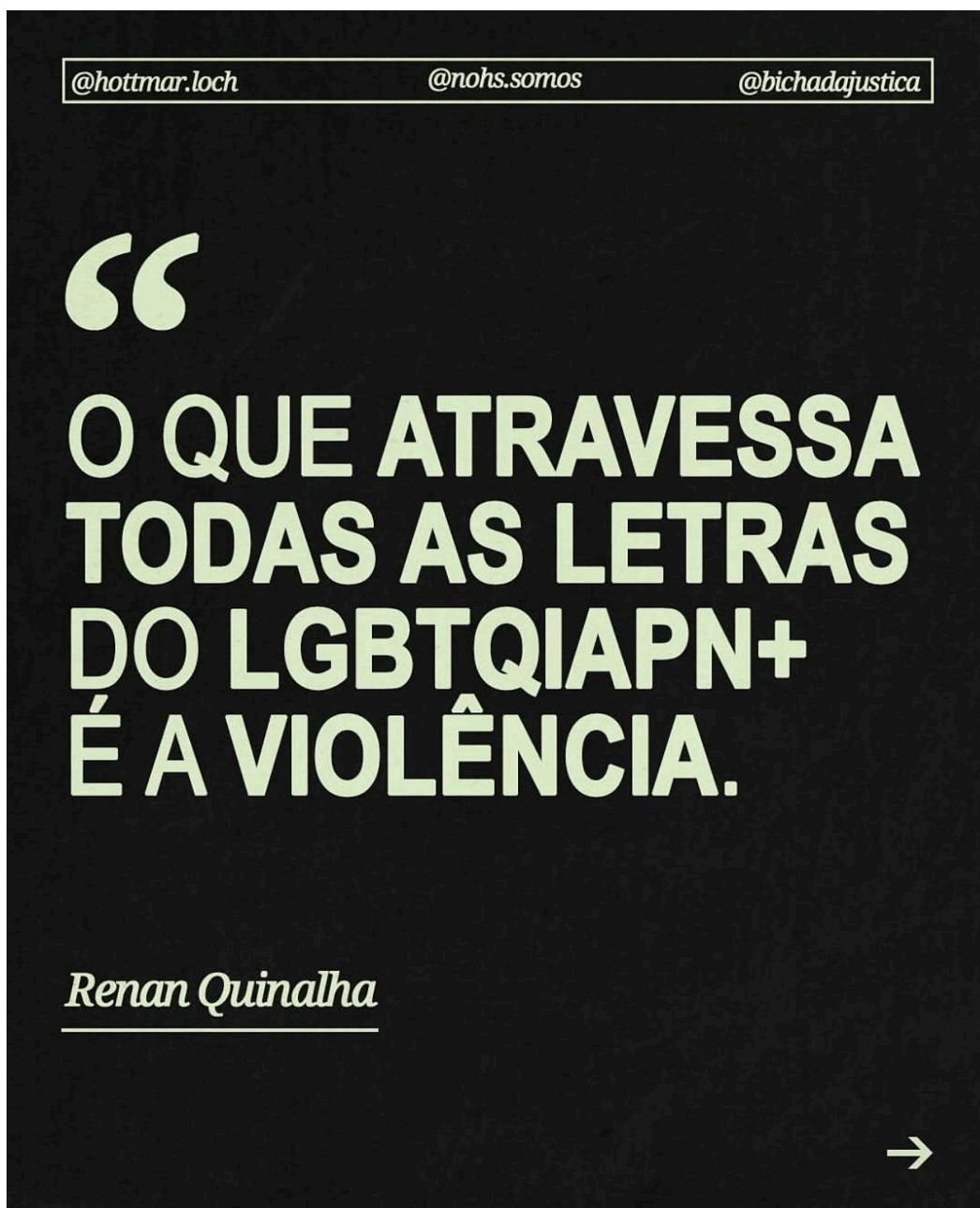
Outra questão que nos interpelava a todo instante era as tensões entre as identidades e o *queer*. Percebemos que as identidades formam constructos importantes para os sentidos de pertencimento e reconhecimento público. Sem elas, as pessoas não existiriam socialmente, pois sem nomeações não há existência pública. No contexto das *queerentenas*, percebemos que as identidades foram estimuladas a aparecer desde a convocação realizada pelo edital, mas também pela percepção dos marcadores sociais sobre a própria vida. As intersecções das identidades nos mostraram que os pesos da pandemia de covid-19 sobre os corpos evidenciaram uma questão já conhecida: o quanto a desigualdade é patente e se tonifica ainda mais em regimes de precarização das vidas.

Com os estudos *queer* como horizonte, avançamos no sentido de entender que precisamos, sim, das identidades, mas como armas políticas de existências. Fechar os significados como se cada “caixinha” pudesse corresponder às experiências singulares gera distanciamentos, estigmatizações e impossibilidades de reivindicação coletiva. Entendemos, a partir das considerações de Guacira Louro (2020, p. 96), que,

mais do que uma nova posição de sujeito ou um lugar social estabelecido, queer indica um movimento, uma inclinação. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o trânsito, o estar entre. Portanto, mais do que uma identidade, queer sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver.

Ao provocar estranhamentos, identificamos uma assembleia em formação que se dá por alianças em torno das violências que sofremos. Notamos o modo como as precariedades se acentuam ainda mais durante a pandemia de covid-19. Coincidentemente, na reta final de trabalho neste material, deparamo-nos com a postagem realizada por Renan Quinalha, em seu perfil no *Instagram*, que condensa exatamente as constatações anteriores, e uma entrevista dada por ele ao site *Brasil de Fato* (Robichez; Ibelli, 2025). Na imagem abaixo, a frase sobre a operação das violências contra pessoas LGBTQIA+ assinalam ações que fundam nossos processos de socialização e se espalham por meio de práticas institucionais de negligência e legitimação.

Figura 5 — Imagem sobre a conexão da violência entre pessoas LGBTQIA+



Fonte: Quinalha (2025)⁸⁶

A violência faz parte da nossa experiência em um lastro histórico de ações que se direcionam contra nós. Infelizmente, estamos em um país LGBTfóbico, cujas violências foram insufladas por autoridades políticas ao longo do tempo, com o recrudescimento da extrema-direita e do neofascismo. Protagonizamos ranqueamentos de mortes e violências. Se, de um lado, a força coercitiva da violência se instaura na experiência LGBTQIA+, por outro, resistimos e buscamos re-existir de diferentes formas. Como João Silvério Trevisan (2018)

⁸⁶ Essa publicação está disponível no perfil de Renan Quinalha, em um carrossel (formato da plataforma que permite inserir outras imagens conjuntamente), e nos perfis @hottmar.loch, @nohs.somos e @bichadajustica.

escreve, elaboramos caminhos, insurgimos pelas artes, tentamos seguir com força, alegria e atenção. Parece-nos que uma das formas possíveis sejam as *narrativas de desordem*, como nos aproximamos e apostamos nesta pesquisa, por meio das quais instauramos dissensos e partilhamos o sensível em busca de uma parcela de reivindicação e aparição pública. Narrar a vida por meio de desordem não é querer que se faça coerente para as normas, mas que estabeleça sentidos para si e para os seus companheiros e as suas companheiras, com responsabilidade, ética e cuidado consigo e com o outro.

Esperamos que essa tese seja uma entre tantos textos possíveis de serem desenvolvidos a partir da assembleia das *queerentenas*. Escrever é crucial para deixar um registro no mundo, mesmo que as palavras escolhidas não sejam suficientes para as afetações. “O processo de contar sua história (ou de seus entes queridos) permite, portanto, que seja feita, na atualidade, o resgate e a documentação do passado que será a garantia da imortalidade para a posteridade” (Trigo-de-Souza, 2007, p. 79-80). Escrever é grafar no mundo e também na própria experiência, como entendemos com as *escrevivências*.

Por fim, queremos dizer que “a pesquisa não é uma busca pelo modelo curto, mas comunicação de experiências da vida, dadas por encontros com gosto da experiência que torna urgente o pensar” (Moriceau, 2019, p. 48). Guiados por essas considerações, esperamos que esta tese contribua à comunidade LGBTQIA+ a partir da evidência de experiências singulares que ressoam coletivamente e consigam visibilizar questões importantes sobre diversidade e inclusão à sociedade na tematização da diferença. Trabalhar com narrativas de desordem nos abre percepções sobre como as *queerentenas* se constituíram como armários para as vidas LGBTQIA+, revelando as complexidades das identidades de gênero e sexualidade no contemporâneo. Como disse Douglas Tomácio: “e assim embalo o amanhã imaginando corres livres pela rua, almas sorridentes que gritam sem o afã do medo somado. É tentativa de poesia, de resistência banhada nas lembranças dos meus e minhas” (Tomácio, 2020, p. 261). É por esse porvir (Larrosa, 2003) que lutamos e continuaremos a sonhar.

EPÍLOGO

Ao longo dos últimos três anos e meio, além de desenvolver a investigação que apresentei neste documento, também assumi, mais recentemente, um cargo temporário como professor substituto. Desde criança sempre foi meu sonho ser professor e, apesar da curta duração do vínculo, tinha consciência dos desafios que possivelmente enfrentaria tanto em sala de aula quanto no contexto institucional. Desde 2022, muitas situações marcaram a minha trajetória na UFJF — prefiro não esmiuçar todas aqui, mas contar algumas mais específicas — que, por vezes, fizeram-me refletir se o que faço tem alguma relevância, se devo continuar nessa trajetória acadêmica, que, repetidamente, pode ser cruel com as pessoas, ou se o meu trabalho está fazendo algum sentido para a vida das estudantes e dos estudantes com quem pude compartilhar o espaço da sala de aula. São questões frequentes que pairam sobre mim, causam ansiedade, mas também me fazem repensar continuamente a profissão.

Mas, na reta final do doutorado, um acontecimento me fez reconsiderar a continuidade das minhas pesquisas e atividades de ensino na universidade. Organizei o primeiro ciclo de conversas – Experiências LGBTQIAPN+ em Comunicação, junto ao professor Rafael Fialho, a quem agradeço pelo convite e pela generosidade. A ideia surgiu, conversamos sobre a necessidade de ocupar espaços que se apresentam como neutros, onde as diferenças ficam latentes, uma espécie de presença ausente que precisa se fazer visível. Tivemos pouco tempo para convidar, organizar e “fazer acontecer”, mas conseguimos alcançar nosso objetivo⁸⁷.

Com o tema “Narrativas de Orgulho: como contar histórias de vida de pessoas LGBTQIAPN+ no audiovisual”, foram dois dias de atividades gratuitas, abertas ao público, na Facom/UFJF. Iniciamos com uma mesa com a produtora executiva Edileis Novais sobre como as políticas de fomento para o audiovisual funcionam no país e como podemos usá-las para o desenvolvimento de trabalhos. Depois tivemos a exibição de documentários idealizados e produzidos por estudantes, egressas e egressos da faculdade — *(TRANS)crições – um olhar jornalístico para a vivência de pessoas trans*, de Ma Leri, *Daphynnie – Por trás da cortina*, de André Ribeiro, *Bissexuais: uma luta por visibilidade*, de Olivia Furiati, e *Eros*, de Isadora Menezes e Raphaela Cunha —, que tematizaram experiências de pessoas trans, bissexuais e lésbicas por meio de narrativas biográficas. Nesse momento, comecei a tomar nota das falas que emergiram nos vídeos e nas trocas daquele espaço. Peço, de antemão, desculpas por não conseguir localizar exatamente quem disse o quê. Minha escrita à mão não

⁸⁷ Após o meu relato, anexo o cartaz do evento.

consegui acompanhar as falas e, por isso, tentei guardar ao máximo o diálogo que ocorria. Durante muitos momentos, estabelecia conexões com o trabalho apresentado nesta tese, e essa é a razão pela qual termino a pesquisa com este relato.

No primeiro dia, um ponto que me chamou atenção foi como família é um lugar de pertencimento que baliza nossos sentidos de estar no mundo, mas que não se restringe apenas aos laços consanguíneos. Ao contrário, muitas vezes, os parentes, de fato, são aqueles que injuriam e agredem por não aceitarem a diferença, abandonando-nos à própria sorte da sobrevivência. Família, para muitas e muitos de nós, é a escolha que fazemos pelo acolhimento, grupos nos quais nos sentimos vivos e podemos nos expressar com liberdade. Outra instituição que se destacou nas falas foi a religião pela centralidade adquirida na experiência comum da vida e por sermos uma sociedade fundamentalmente religiosa. “Será que estou pecando?”, “Será que Deus me aceita(ria) do jeito que sou?”, “Por que sou tão errado(a)?”. Por fim, questões como essas permeavam os indivíduos que protagonizaram os documentários, mas cujas respostas revelaram as tentativas contínuas de controle das instituições e de buscas por se esquivar dos atos performativos dos poderes. A tônica da conversa direcionou à outra pergunta: “podemos mostrar nossos afetos?”, que surgiu com as invalidações e o não reconhecimento de determinadas expressões e orientações sexuais, como a bissexualidade e a pansexualidade. A experiência de se sentir invisível expressa uma dualidade, pois, de um lado, sou invisível para ter garantia de direitos e oportunidades de acesso público aos espaços que quiser e dá forma como me expresso, mas, por outro lado, sou visível para todas e todos que me veem como alvo preferencial para ataques, geração de desconforto e violências físicas e simbolicamente.

Ao final daquele primeiro dia, uma frase ecoou pela minha mente: “nossos corpos não comunicam apenas dores”. E, de fato, somos resilientes e buscamos viver uma vida que seja vivível, expressão de Judith Butler que norteou esta pesquisa, para que um dia estejamos em um lugar de reconhecimento que não seja pela dor ou pela violência. Quando narramos a vida, criamos alternativas de construção de nós próprios e de significação à existência no mundo, ações que ganham destaque nos documentários exibidos.

No segundo dia, com a aula aberta do professor Rafael Fialho, as conversas sobre as audiovisualidades LGBTQIA+ iniciaram-se com um olhar voltado para a televisão brasileira, mídia dominante no país, que se baseia em preconceitos contra pessoas LGBTQIA+, sem oferecer representações equitativas e compromissadas com diversidade, e se alinha aos interesses financeiros de grandes corporações. Seja pelo *tokenismo* que se apresenta com a

pontualidade efêmera em obras com um ou outro personagem LGBTQIA+, seja pela LGBTfobia recreativa que se lança como humor para provocar risadas às custas de grupos minorizados, criam-se imagens de controle fundamentadas por parâmetros cisheteronormativos. Naquele momento, pensava sobre a assertividade de Michel Foucault sobre como os dispositivos agem na conformação de possibilidades e impossibilidades. Na segunda parte daquele dia, tivemos a exibição da série *LGBT+60: Corpos que Resistem* e um momento de conversa com Yuri Fernandes, autor da série. Lutas, envelhecimento e conquistas formam a tríade de assuntos da série, que possui, até então, três temporadas. Também exibimos o curta-metragem *Tynna* e conversamos com Rodrigo Medsan, autor do curta. Ao final daquele dia, estava tocado por muitas falas, só conseguia chorar e falei pouco, mas tinha comigo a certeza de que, se havia dúvidas sobre a importância de promover aquele espaço de conversa, naquele momento elas se desfizeram.

O número reduzido de participantes no evento realça obstáculos institucionais existentes para a discussão de identidade e diferença. No entanto, por muitos momentos, o evento foi um espaço de conversa “entre” nós e “para” nós, e, quem deveria estar ali para reconhecer privilégios e importância de ser aliado, não estava. De toda forma, mesmo com poucas pessoas, precisamos questionar as “normalidades” que constituem esses ambientes acadêmicos e os motivos dos incômodos que surgem. Mas também, na trajetória acadêmica, assim como na própria vida, o inesperado é constante e ter sido convidado para estar com o Rafael nessa empreitada foi importante para mim.

Durante todo o evento e consoante à proposta que tínhamos — mostrar naquele espaço olhares que traduzem e dão sentido ao mundo por uma perspectiva própria — pensei no quanto nossas vidas, por mais cruel que o mundo seja em nos matar todos os dias, comunicam resiliência e alegria. Em um dos vídeos da série *LGBT+60: Corpos que Resistem*, temos a prova viva que mexe com nossos sentimentos ao mostrar conquistas e sonhos realizados por aquelas e aqueles que lutam, independentemente da idade, para conseguir ser feliz. No final do meu bloquinho, anotei duas frases de Ana Carolina Apocalypse: “é hora da Ana desabrochar” e “nunca é tarde para ser feliz”⁸⁸. É com essas duas frases que quero encerrar meu relato, tocado profundamente pela força de Ana, para seguirmos.

(junho de 2025)

⁸⁸ Vídeo disponível em: <https://youtu.be/6gkOLGNJN6o?si=5En-fXjd8SwrYTev>. Acesso em: 30 jun. 2025.

Figura 6 — Cartaz de divulgação do evento

1° CICLO DE DEBATES

PensarTV – Grupo de Pesquisa em Televisão e Articulações com Realidades
Faculdade de Comunicação – UFJF

Experiências LGBTQIAPN+ em Comunicação

24 e 25 de junho de 2025
Auditório da Facom-UFJF (térreo)

Haverá emissão de certificado e sorteio de brindes

Terça, 24/06



14h - 17h
Produção Audiovisual e Políticas de Fomento: como contar a sua própria história

Edileis Novais, produtora executiva de projetos audiovisuais



18h30 - Exibição de documentários e conversas

(TRANS)crições - um olhar jornalístico para a vivência de pessoas trans, de Ma Leri



Bissexuais: uma luta por visibilidade, de Olivia Furiati



Daphynnie - Por trás da cortina, de André Ribeiro



Eros - Isadora Menezes e Raphaela Cunha

Quarta, 25/06



14h - 17h30
Aula aberta Telenovela e representações LGBTQIAPN+



18h
Exibição da série LGBT+60: Corpos que Resistem e conversa: Do encontro com os personagens à estreia no Globoplay; bastidores de LGBT +60
Yuri Fernandes, autor da série



19h
Exibição do curta-metragem "Tynna" e conversa: Contar histórias por uma perspectiva LGBTQIAPN+
Rodrigo Medsan, autor do curta



20h
Mesa de encerramento, convite para o grupo de estudos e sorteio de brindes

Mais informações podem ser obtidas pelos e-mails rafael.fialho@ufjf.br e mauricio.vieira@ufjf.br

Fonte: elaboração dos organizadores.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM Weintraub diz que universidades federais “têm cracolândia”. **Carta Capital**, [On-line], 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/>. Acesso em: 9 maio 2024.
- ABRIL, Gonzalo. **Análises crítico de textos visuales**. 1. ed. Madrid: Síntesis, 2007.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (Brasil). **Negacionismo**. [2021]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+ (Org.). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: dossiê 2021. Florianópolis: Acontece, Antra, AGBLT, 2022. 72 p. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+ (Org.). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: dossiê 2022. Florianópolis: Acontece, Antra, AGBLT, 2023. 73 p. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.
- ADAM, Jean-Michel. Narrativa. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020, p. 342-345.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.
- ALBUQUERQUE, Rayanne Ewellyn de. **Produção da notícia durante a pandemia da covid-19**: impactos do novo normal na rotina produtiva das mulheres jornalistas. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ALMEIDA, Daniel Mazzaro Vilar de. **Performatividades gays**: um estudo na perspectiva brasileira e argentina. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- ALVES, Denise Avancini; CARVALHO, Cristiane Mafacioli; KAUER, Carolina. Discurso da promoção da igualdade de gênero da campanha HeForShe no Brasil e no México. **Organicom**, [S. l.], v. 18, n. 36, p. 79-91, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/184966>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- ALVES FERNANDES, Yuri. Martinha: ‘Fui presa mais de 200 vezes na ditadura’. **Projeto Colabora**. 17 out. 2018. Disponível em:

<https://projetocolabora.com.br/ods5/travesti-martinha-presa-mais-de-200-vezes-durante-a-dita-dura-relembra-abusos/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

AMARAL, Luísa. **Por uma ética queer**. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2023.

AMORMINO, Luciana. **A memória como gesto**: um ato ético, estético e político. 1. ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM UFMG, 2024.

ANDREWS, John *et al.* (Eds.). **O livro da história LGBTQIAPN+**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.

ANTUNES, Elton; MAFRA, Rennan; JÁUREGUI, Carlos. Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciamento. *In*: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (Orgs.). **Textualidades Midiáticas**. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2018, p. 35-57.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ANZALDÚA, Gloria. La consciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AZEVEDO, José Henrique Pires (Org.). **Fita**: narrativas e memórias LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte. 1. ed. Mariana: Ed. do Autor, 2023.

BARRETTO JÚNIOR, Walter. **Bolsonaro e seus seguidores**: o horror em 3.560 frases. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

BARTHES, Roland. **S/Z**. 1. ed. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

BENEVIDES, B. G. (Org.). **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília: Distrito Drag; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BIROLI, Flávia. Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 736-749, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2447>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BORELA, Suzanne da Silva. **Mulheres e covid-19: a mobilização de experiências em uma narrativa jornalística feminista interseccional da pandemia no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

BORGES JÚNIOR, Eli. What is the post-truth? Elements for a critique of the concept. **Brazilian Journalism Research**, [S. l.], v. 15, p. 3. p. 524-545, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1189>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRAGA, José Luiz. Perspectivas para um conhecimento comunicacional. In: VASSALLO DE LOPES, Maria Immacolata (Org.). **Epistemologia da comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**. 1. ed. São Paulo: ECA-USP, 2016, p. 123-141.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 11471, de 6 de abril de 2023**. Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11471.htm. Acesso em: 2 jan. 2024.

BRASIL. Brasil. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. 2023b. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

BRITO, Ana Victoria Botelho de. **Debaixo do mesmo teto: O feminicídio durante a pandemia e as narrativas telejornalísticas no Pará**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém.

BUENO, Silveira. **Minidicionário: inglês-português, português-inglês**. São Paulo: FTD, 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b, p. 191-220.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021b.

BUTLER, Judith. **O futuro da pandemia**. 2021a. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/05/28/judith-butler-o-futuro-da-pandemia/>. Acesso em: 12 out. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021c.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Neofascism and the Far Right in Brazil**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Tradução de queer — Dicionário inglês-português**. On-line: Cambridge University Press & Assessment, 2023. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/queer>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CÉSAR, Caio. Pastor bolsonarista André Valadão diz que evangélicos deveriam matar LGBTs. **Carta Capital**. 3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pastor-bolsonarista-andre-valadao-diz-que-evangelicos-deveriam-matar-lgbts/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. **Entrepalavras**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 571-591, 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

COLLING, Leandro. Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 17, p. 51–62, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/50166>. Acesso em: 16 fev. 2024.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. 1. ed. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CONCEIÇÃO OLIVEIRA, Fatine; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves. Diálogos em isolamento: observação das experiências de mulheres com deficiência no Instagram durante a pandemia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 776-789, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2338>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

CRISTIE SILVA, Agatha. **Home office, o trabalho fora do lugar**: uma análise feminista das condições de trabalho das mulheres jornalistas. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

DATRINO, Mariana Alarcon. **Informação e comunicação sobre os direitos das mulheres**: a importância da comunicação digital para o acesso à informação. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996, p. 83-96.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Percepto, Afecto e Conceito. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 211-256.

DEWEY, John. Tendo uma experiência. *In*: LEME, Murilo Otávio Rodrigues Paes. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 89-105.

DIAS, Juarez Guimarães (Org.). **Toda pessoa é invenção**: antologia viva LGBTQIAPN+. 1. ed. Belo Horizonte: Fafich/ Selo PPGCOM/ UFMG, 2023.

DIAS, Juarez Guimarães; MENDONÇA, Carlos. Prefácio - Escritas afetivas e performativas de si. *In*: DIAS, Juarez Guimarães (Org.). **Toda pessoa é invenção**: antologia viva LGBTQIAPN+. 1. ed. Belo Horizonte: Fafich/ Selo PPGCOM/ UFMG, 2023, p. 25-31.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Queer**. On-line: Priberam Informática, S.A., 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/queer>. Acesso em: 13 ago. 2023.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora**: sobre pesquisa e escrita acadêmica. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional do Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUNN, Thomas R. Queer Memory. **The Oxford Encyclopedia of Queer Studies and Communication**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1198>. Acesso em: 15 fev. 2024.

EARNshaw, Valerie A.; LOGIE, Carmen; WICKERSHAM, Jeffrey A.; KAMARULZAMAN, Adeeba. LGBTQ Stigma. In: HWAHNG, Sel J.; KAUFMAN, Michelle R. (Orgs.). **Global LGBTQ Health: research, policy, practice, and pathways**. 1. ed. Suíça: Springer, 2024, p. 15-44.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Palla; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. A escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a, p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b, p. 48-54.

FACCHINI, Regina. Múltiplas e diferentes identidades. **CULT - Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo, n. 235, p. 36-39, jun. 2018.

FELIX, Carla Baiense; SALDANHA, Patrícia Gonçalves. Mulheres que não cabem na tela: a (in)visibilidade periférica na publicidade de utilidade pública sobre a Covid-19. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 188-209, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27618. Acesso em: 12 jun. 2023.

FERNANDES, Carla Montuori. A pandemia do Coronavírus: narrativas presidenciais e negacionismo científico. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 71-91, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/33512/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FERNANDES, Carla Montuori; FARNESE, Pedro; GARCIA, Janete Monteiro; DEMURU, Paolo. Imunização e desigualdade de gênero: a construção da imagem da mulher nos primeiros atos de vacinação contra a covid-19. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1006-1028, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2412>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FERNÁNDEZ RINCÓN, Antonio Raúl; HELLÍN ORTUÑO, Pedro Antonio; FERREIRA, Ivone. La mujer en la publicidad televisiva durante la pandemia COVID-19 en España y Portugal. **Comunicação, Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 19, n. 56, p. 410-428, 2022. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2617>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FIGUEIREDO, Angela; LEITE, Naiara. Nosso tempo é agora! Mobilização política e transformações das imagens de controle das mulheres negras. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 12-41, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27774. Acesso em: 12 jun. 2023.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FOLHA DE S. PAULO. **Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi.** 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 4. ed. Lisboa: Vega, 2002, p. 127-160.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol**, [S. l.], n. 5, p. 260-277, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, [S. l.], n. 5, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784/21359>. Acesso em: 1 jan 2024.

FRANÇA, Vera Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71–87, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i3p71-87>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula. **Curso básico de Teorias da Comunicação.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GAJANIGO, Paulo; SOUZA, Rogério. A Pandemia e o Ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 37–60, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136010003>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GALARZA FERNÁNDEZ, Emelina; SOSA VALCARCEL, Aimiris; QUINTANA PUJALTE, Andrea Leticia. Marcha feminista de 8M e Covid-19: o papel da grande imprensa espanhola na criminalização do protesto. **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 182–213, 2022. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1454>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GARCÍA-BEAUDOUX, Virginia; BERROCAL, Salomé; D'ADAMO, Orlando; BRUNI, Leandro. Estilos de liderazgo político femenino en Instagram durante la COVID-19. **Revista Comunicar**, [S. l.], v. 31, n. 75, p. 129-138, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3916/C75-2023-10>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga et al. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020:** relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. 79 p. Disponível em:

https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie_2020_Observatorio_Mortes_Violencias_contra_LGBTI_Brasil-AconteceLGBTI_GGB.pdf.pdf. Acesso em: 3 jan. 2024.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIOVANAZ, Daniel. O que está acontecendo na Bielorrússia – único país europeu que não adotou isolamento? **Brasil de Fato**, 2 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/02/o-que-esta-acontecendo-na-bielorrussia-unico-pais-europeu-que-nao-adotou-isolamento/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

GOLTZ, Dustin. Queer Temporalities. **The Oxford Encyclopedia of Queer Studies and Communication**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1182>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GOMES DA SILVA, Laura Botosso. **Mediações no jornalismo feminista: o conceito de cuidado na cobertura da pandemia de covid-19 pela revista Azmina**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru.

GOTARDO, Suelen. Pobreza menstrual: uma análise sobre a discussão a partir da reportagem exibida no Programa Fantástico. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 171-184, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/195328>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 271–295, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>. Acesso em: 17 maio. 2024.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. As escrituras queer como possibilidade política de intervir no mundo. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2017, p. 1-8. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1495649939_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO_AESCRITURASQUEERCOMOPOSSIBILIDADEPOLITICA.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Nosso amplo presente. **Revista Redescições. Revista digital do GT de Pragmatismo**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 81-94, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescicoes/article/view/301>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 24 jun. 2022.

HARAWAY, Donna. “**Tornei-me feminista graças à ficção científica**”. Entrevista com Donna Haraway. [19 de fevereiro de 2020]. Espanha: El País. Entrevista concedida a Pablo Ximénez de Sandoval. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596501-tornei-me-feminista-gracas-a-ficcao-cientifica-entrevista-com-donna-haraway>. Acesso em: 22 jun. 2022.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HOLLAENDER, Arnon; SANDERS, Sidney. **The Landmark Dictionary English-Portuguese, Portuguese-English**. 3. ed. Oxford: Richmond publishing, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JERONIMO, Francisco Rafael Mesquita; BARBOSA, Camila Palhares; BUTTERMAN, Steven Fred. Apresentação do dossiê “Comunicação, Filosofia e Cultura Queer”. **Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará**, [S. l.], v. 14, n. esp., p. 1-5, 2023. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/passagens/article/view/90945>. Acesso em: 14 fev. 2024.

KOLINSKI MACHADO, Felipe Viero; TRINDADE, Vanessa Costa. Mulher(es) em meio à pandemia: o que as capas das revistas femininas têm a dizer/ensinar? **Revista Brasileira de História da Mídia**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 53-73, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/11798>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>. Acesso em: 24 jul. 2025.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (Orgs.). **Textualidades Midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2018, p. 17-33.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e comunicação. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2019. Disponível em:

<https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/desafios-metodologicos-a-pesquisa-sobre-genero-e-comunicacao?lang=pt-br>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LEITE, Francisco. Estudos Quare e Crítica Queer of Color: lentes interseccionais para os estudos publicitários. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 385–412, 2022. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27787. Acesso em: 28 abr. 2025.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. **Estudos Históricos**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 111-120, 1997. Disponível em: Acesso em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2042/1181>. 12 maio 2025.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

LESSA, Claudio. A discursivização da memória em relatos autobiográficos de alunos da EJA. **Fólio: Revista de Letras**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 161-186, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/viewFile/5741/5516>. Acesso em: 11 jan. 2025.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOPES, Ivonete da Silva. Ausência de raça e gênero no enfrentamento da pandemia no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 294-300, 2021. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2409>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Flor de açafrão: takes, cuts, close-ups**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 7-42.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LUCAS, Ángeles. A triste sorte dos presidentes negacionistas da covid 19. **El País (Brasil)**, Madrid, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-07/a-triste-sorte-dos-negacionistas-da-covid-19.html>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 89-105, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/logos.2021.62436>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Diferença como presença: corpo-acontecimento e contemporaneidade. *In*: PRADO, Denise; TAVARES, Frederico; TAVARES, Michele. **Mídia, tempo e interações sociais**. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020, p. 115-136.

MAFRA, Rennan Lanna Martins; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Organizações, modernidade e democracia na América Latina: diferenças desatualizadas e climas de estagnação. *In*: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 28., 2019, Porto Alegre/RS. **Anais Compós 2019**. Porto Alegre: Compós, 2019, v. 1, p. 1-20. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/trabalhos/as-organizacoes-modernas-e-o-co-temporaneo-notas-para-uma-leitura-comunicacional?lang=pt-br>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MAFRA, Rennan Lanna Martins; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. Estéticas e discursos de uma pandemia midiaticizada: a covid-19 e as diferenças no/do contemporâneo. *In*: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio Humberto; AZEREDO, Luciana (Orgs.). **Vozes na pandemia**. 1. ed. Belo Horizonte: LED, 2022, p. 83-102.

MALTA, Renata Barreto; AMADO, Aianne; MEIRELLES, Pedro. Pandemia da violência contra mulheres: análise de redes semânticas de comentários do Twitter. **Comunicação & Inovação**, [S. l.], v. 21, n. 47, p. 135-157, 2020. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7257. Acesso em: 13 jun. 2020.

MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves. Práticas científicas e vulnerabilidades: passagens, interdições e pontes para a produção de conhecimento. *In*: SARAIVA, Luiz Alex Silva; PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (Orgs.). **Metodologias vulneráveis**. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023, p. 107-129.

MARCONDES FILHO, Ciro. O olhar como comunidade sensível: imersão, espelho e terceira figura no processo comunicacional do olhar no face a face. *In*: SIGNATES, Luiz (Org.). **Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional**. 1. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2021, p. 25-44.

MARCONI, Dieison. **As memórias de um smalltown boy**: cartas e ensaios em trânsito. 1. ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2025.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **GALÁxia. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, São Paulo, n. 22, p. 25-39, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/7047>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projeto, ideias, práticas. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Três dimensões do conceito de “diferença” como condição para a comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 26, p. 17–34, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/74904>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MARTINS DE OLIVEIRA, Pedro Paulo. Revisitando as Ciladas das Diferenças. **Rever**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 25-41, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/18414>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, [S. l.], n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MCDONALD, Jamie; KENNEY, Sean C. Queer Studies and Organizational Communication. **The Oxford Encyclopedia of Queer Studies and Communication**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1289>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MÉDIA diária de enterros triplica em Manaus, e prefeitura abre valas comuns em cemitérios públicos. **Jornal Nacional**, [S. l.], 21 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/21/media-diaria-de-enterros-triplica-em-manaus-e-prefeitura-abre-valas-comuns-em-cemiterios-publicos.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MEDITSCH, Eduardo. **Conferência 3 | Eduardo Meditsch**. 2023. 1h38min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/qb6QAE63FS8?feature=share>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Corpos, ontologias e políticas: argumentos na pesquisa afetiva. In: PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos Mendonça (Orgs.). **Afetos, teses e argumentos**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021, p. 33-50.

MENEGATTI, Mariana Sbeghen; FORNARI, Lucimara Fabiana; SANTOS, Danyelle Leonette Araújo; LOURENÇO, Rafaela Gessner. Retratos da violência doméstica de gênero na pandemia da COVID-19. **Comunicação & Inovação**, [S. l.], v. 21, n. 47, p. 158-175, 2020. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7236. Acesso em: 13 jun. 2023.

MICHAELIS. Moderno. **Dicionário Inglês**. On-line: Editora Melhoramentos Ltda., 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/ingles-portugues-moderno/queer/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: 16º Congresso de Leitura do Brasil, 16., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2007, p. 1-19. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. *In*: PESSOA, Sonia; PRATA, Nair (Orgs.) **Desigualdades, gêneros e comunicação**. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2019.

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. *In*: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge (Orgs.). **Comunicação e sensibilidade**: pistas metodológicas. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016, p. 78-98.

MOURA, Marlene Silva de. **Efeitos de intervenções individuais e grupais sobre o desenvolvimento de valor de atitude em mulheres com fibromialgia**: um estudo mediado pela internet na pandemia de Covid-19. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Universidade da Amazônia, Belém.

NASCIMENTO, Geysianne Felipe do. **Resiliência informacional e desinformação no contexto do covid-19**: Práticas informacionais colaborativas de mulheres imigrantes brasileiras nas mídias sociais. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

NEMER, David. Desinformação no contexto da pandemia do Coronavírus (COVID-19). **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 113 - 116, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v9i2.77227>. Acesso em: 16 jun. 2023.

NEVES, Thiago Tavares das; GELAIN, Gabriela Cleveston; GONZAGA, Milene Migliano. “Não estamos aqui para brincar”: considerações sobre transfeminismos, materialidades e audiovisibilidades do Projeto Existimos no Instagram. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 328–354, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27588. Acesso em: 12 jun. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 28 abr. 2022.

NUH - NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT. **inter(ditadas))**: apresentação do livro “Histórias da Queerentena”. Transmissão ao vivo (1h33min27s), 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/nuhcidadania/videos/interditadas-apresenta%C3%A7%C3%A3o-d-o-livro-hist%C3%B3rias-da-queerentena/866938470779873/>. Acesso em: 1 jan. 2025.

NUNES, Isabella Rosado. Sobre o que nos move, sobre a vida. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 10-24.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Josilene Ribeiro de. Encarceramento feminino e violência simbólica em uma penitenciária na Paraíba em tempos de pandemia. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 188-200, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/201292>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PEREIRA, Camila Rodrigues; RÚBIA DA SILVA, Sandra. Práticas de consumo de smartphones no contexto de pandemia de Covid-19: um olhar etnográfico para as apropriações das mulheres de Maputo – Moçambique. **Comunicação Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 19, n. 54, p. 152-174, 2022. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2589>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020a.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. Introdução – Margens da quarentena: uma assembleia inesperada. In: NAVARRO, Pablo Pérez (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020b, p. 13-21.

PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas**. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2021b.

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência**: experiências e partilhas. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCOM, 2018.

PESSOA, Sônia Caldas. Travessias científicas: vulnerabilidades nossas em terra firme ou mar revolto. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (Orgs.). **Metodologias vulneráveis**. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023, p. 46-106.

PESSOA, Sônia Caldas; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Flagelos dos corpos: a pandemia e o agravamento das precariedades. In: PRATA, Nair; JACONI, Sônia; NASCIMENTO, Gênio (Orgs.). **Desafios da comunicação em tempo de pandemia**: um mundo e muitas voltas. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2020, p. 87-111.

PESSOA, Ana; NINJA, Mídia. **Posse do Presidente Lula · 01/01/2023 · Brasília (DF)**. 2023. 1 fotografia. 4000 x 2667 pixels. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/midianinja/52602803839>. Acesso em: 31 dez. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

POCAHY, Fernando Altair. (Micro)políticas Queer. In: Messeder, Suely; Castro, Mary Garcia; Moutinho, Laura. (Orgs.). **Enlaçando Sexualidades**: Uma tessitura interdisciplinar o reino nas sexualidades e das relações de gênero. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 223-234.

PRADO SARAIVA, Sheila. Maternidade, trabalho e cuidados no contexto da pandemia de covid-19. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 251-265, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/207697>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 11, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopia**: Playboy e a invenção da sexualidade multimídia. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2020a.

PRECIADO, Paul B. **Aprendendo do vírus**. N-1 edições, 2020b. Disponível em: <https://n-1edicoes.myportfolio.com/007>. Acesso em: 24 fev. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Regime heteronormativo e patriarcal vai colapsar com revolução em curso, diz Paul Preciado**. [16 de janeiro de 2021] São Paulo: Folha de S. Paulo. Entrevista concedida a Naná DeLuca e Úrsula Passos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/regime-heteronormativo-e-patriarcal-vai-colapsar-com-revolucao-em-curso-diz-paul-preciado.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022a.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022b.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. A mobilização de estratégias na tessitura discursiva de biografias. **Intersecções**, Jundiaí, v. 15, p. 38-58, 2015. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1213>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. Caracterização do universo das narrativas biográficas sob uma perspectiva discursiva. In: MACHADO, Ida Lucia; MELO, Mônica Santos de Souza (Orgs.). **Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso**. 1. ed. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2016, p. 299-325.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho; SANTOS FILHO, Robson Evangelista dos. Epidemia discursiva: considerações por uma perspectiva da análise do discurso e dos estudos da comunicação. **methaodos.revista de ciencias sociales**, v. 11, n. 2, p. m231102n01, 2023. Disponível em: <https://revista.methaodos.org/index.php/methaodos/article/view/626>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho; VIEIRA FILHO, Maurício João. Da aids à mpox: sentidos sobre homossexualidade em processos simbólicos estigmatizantes. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 17, n. 2, p. 57-72, 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/539>. Acesso em: 9 set. 2023.

QUINALHA, Renan. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. **CULT - Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo, n. 235, p. 20-23, jun. 2018.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

QUINALHA, Renan (@renan_quinalha). **Conteúdo importante sobre este crime tão bárbaro. E que retoma uma frase minha em entrevista recente sobre a persistente e estrutural violência contra nossa comunidade.** Instagram, 9 jul. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/renan_quinalha/p/DL56WLAPJ2z/?hl=pt. Acesso em: 14 jul. 2025.

QUINALHA, Renan; LARRAT, Symmy. **Memória e verdade LGBTQIA+ no Brasil**. 2023. Seção Opinião. Site Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/memoria-e-verdade-lgbtqia-no-brasil/>. Acesso em: 1 jan. 2024.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; PEDRA, Caio Benevides. **Fora do armário e dentro de casa?**. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/fora-do-armario-e-dentro-de-casa>. Acesso em: 3 ago. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Pequena máquina anti-hierárquica**: entrevista sobre o método da cena. Organizadores: Ângela Marques, Marco Aurélio Máximo Prado. 1. ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

RAUSCH, Antônio Augusto Lemos; MENDES, Bárbara Gonçalves; VIDAL, Júlia Silva; PRADO, Marco Aurélio Máximo; ABREU, Vinício Brígido Santiago. Prefácio. In: NAVARRO, Pablo Pérez (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 9-12.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala?. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; MARTINS, Bruno Guimarães; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. ID27047, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/27047>. Acesso em: 24 jun. 2023.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

ROBICHEZ, Adele; IBELLI, Luana. ‘O que conecta todas as letras do LGBTQIAPN+ é a violência’, diz professor. **Brasil de Fato**, 20 jun. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/brasil-de-fato-entrevista/2025/06/20/o-que-conecta-todas-as-letras-do-lgbtqiapn-e-a-violencia-diz-professor/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão. Comunicação, gênero e trabalho informal: a cultura empreendedora como fator de ambiguidade nas organizações. **Organicom**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 123-134, 2022a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/187947>. Acesso em: 13 jun. 2023.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão. Trabalho informal, gênero e família: uma hermenêutica dos relatos de si de revendedoras de cosméticos. **Intexto**, Porto Alegre, n. 53, p. 121391, 2022b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/121391>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 125-140. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7177>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SAFATLE, Vladimir. **bem vindo ao estado suicidário**. N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.myportfolio.com/004>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SALGADO RODRIGUES, Guilherme José; VIEIRA FILHO, Maurício João. Sobreviventes e resistentes: análise semiolinguística do discurso de Erika Hilton na comissão sobre o casamento homoafetivo. In: CHAI, Cássius Guimarães; CARNEIRO, Monica Fontenelle; SILVA, Carneiro, Ana Lourdes Queiroz da Silva (Orgs.). **Linguagem e discurso: entre o direito e violências**. 1. ed. São Luís: KoAn Editor e Diálogos Críticos: Cultura, Direito e Sociedade, 2024, p. 285-295.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019

SANTOS FILHO, Robson Evangelista dos. **Narrativas de si e imaginário sobre HIV: uma análise do canal HDiário**. 2020. 198f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2020.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Sobre metodologias vulneráveis. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (Orgs.). **Metodologias vulneráveis**. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023a, p. 19-45.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. “Vulnerabilizar” metodologias: um projeto coletivo. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (Orgs.). **Metodologias vulneráveis**. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023b, p. 13-18.

SAYERS, William. The Etymology of Queer. **ANQ: A Quarterly Journal of Short Articles, Notes and Reviews**, Philadelphia, v. 18, n. 2, p. 17-19, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3200/ANQQ.18.2.17-19>. Acesso em: 5 set. 2023.

SCUDELLER, Pedro de Assis Pereira; ROCHA, Rose de Melo; NEVES, Thiago Tavares das. INTERFACES ENTRE O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E OS ESTUDOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES: um panorama qualitativo do GT Comunicação, Gêneros e Sexualidades da COMPÓS. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo.

Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em:

<https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/interfaces-entre-o-campo-da-comunicacao-e-os-estudos-de-generos-e-sexualidades-u?lang=pt-br>. Acesso em: 12 set. 2023.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 28, p. 19–54, 2007. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu**: a intimidade como espetáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, Paula. O universo doméstico na era da extimidade: Nas artes, nas mídias e na internet. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 133-147, 2015. Disponível em:

<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i1.2025>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOLON, Marina; VIDAL, Márcia. Ciberativismo feminista em combate à violência doméstica durante a pandemia de Covid-19: uma análise do Instagram da Revista AzMina.

Contracampo, Niterói, v. 41, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/52825/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SOUSA RODRIGUES, Meghie. Bolsonaro's troubled legacy for science, health and the environment. **Nature**, [S. l.], v. 609, n. 7929, p. 890-891, 2022. Disponível em:

<https://www.nature.com/articles/d41586-022-03038-3#author-0>. Acesso: 9 maio 2024.

SOUSA, Christian Gustavo de; COLLING, Leandro; CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. Provocações iniciais para pensar o pós-queer/cuir no Brasil da atualidade.

Conceição/Conception, Campinas, v. 13, n. 00, p. e024005, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8677692>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne**: o público e o privado na enunciação da sexualidade. 1993. 166f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects**. Durham: Duke University Press, 2007.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

TERSO, Tâmara Caroline Almeida; MELO, Paulo Victor; CRISÓSTOMO, Maryellen. TICs, Raça, Mulheres e Territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional. **Fronteiras – estudos midiáticos**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 37-51, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras/article/view/23984>. Acesso em: 12 jun. 2023.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 57-81, 2020. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3472>. Acesso em: 28 mar. 2023.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRIGO-DE-SOUZA, Lígia Maria. **Vida Íntima em Cartaz** – espaços da mídia para as narrativas de histórias pessoais do homem comum. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UFMG. **População LGBT+ ficou mais vulnerável com a pandemia**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/saudemental/noticia/populacao-lgbt-ficou-mais-vulneravel-com-a-pandemia/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VANHAITSMA, Pamela. LGBTQ+ Epistolary Rhetoric/Letter Writing. **The Oxford Encyclopedia of Queer Studies and Communication**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1181>. Acesso em: 15 fev. 2024.

VAZ, Paulo Bernardo; ANTUNES, Elton. Mídia, um aro, um halo, um elo. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. **Na mídia, na rua**: narrativas do cotidiano. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 43-60.

VERAZZ, Poeta. **A poesia tem que acabar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora TextoTerritório, 2025.

VIEIRA FILHO, Maurício João. “Mimimi”, “histeria”, “gripezinha”: imaginários sociodiscursivos da banalização da pandemia no Brasil em discursos presidenciais. **Mester**, Los Angeles, v. 51, p. 157-179, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5070/M351055724>. Acesso em: 26 dez. 2022.

VIEIRA FILHO, Maurício João. Afetos nas pesquisas científicas das humanidades: aposta metodológica para um caminho engajado. In: QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; SOUZA, Shelton Lima de (Orgs.). **Metodologias em pesquisas acadêmico-científicas**:

subjetividades, afetações e práticas. 1. ed. Rio Branco: Nepan Editora; Edufac, 2025, p. 123-132.

VIEIRA FILHO, Maurício João; FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Corpos, gênero e sexualidade em telas: tensionamentos e atravessamentos na tessitura de memórias na pornografia. **Culturas Midiáticas**, [S. l.], v. 16, p. 22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/60909>. Acesso em: 28 maio. 2024.

VIEIRA FILHO, Maurício João; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. Memórias LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo: disputas por silenciar e resistir. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 9, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/55407>. Acesso em: 15 maio. 2024.

VIEIRA FILHO, Maurício João; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. “Sou menina, menina feminina. Sou menino, menino masculino”: estereótipos e práticas pedagógicas de gênero a partir de dois vídeos musicais. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, [S. l.], p. 1-21, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/am.v27i1.87858>. Acesso em: 1 mar. 2024.

VIEIRA FILHO, Maurício João; SILVA, Ricardo Desidério da. Memórias e estranhamento na exposição Queerentena: subjetividades de corpos isolados pela pandemia e pela cisheteronorma. **Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará**, [S. l.], v. 14, n. esp, p. 55–72, 2023. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/passagens/article/view/81273>. Acesso em: 4 dez. 2023.

VOTELGBT (Brasil) (Org.). **Diagnóstico LGBT+ na pandemia**: desafios da comunidade lgbt+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de coronavírus. [S. l.]: Votelgbt, 2020. 34 p. Colaboração de: BOX1824. Disponível em: https://www.votelgbt.org/s/diagnostico_LGBT_pandemia_completo.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.

VOTELGBT (Brasil) (Org.). **Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021**: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de coronavírus. [S. l.]: Votelgbt, 2021. 37 p. Colaboração de: Casa 1; AllOut; Box1824. Disponível em: https://www.votelgbt.org/s/diagnostico_LGBT_pandemia_2021.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.

WEST, Isaac N. Queer Perspectives in Communication Studies. **The Oxford Encyclopedia of Queer Studies and Communication**. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.81>. Acesso em: 5 set. 2023.

WILBERT, Malena. **Quando uma de nós morre**: o feminicídio no portal G1 no contexto da pandemia de Covid-19. 2022. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Fderal de Santa Catarina, Florianópolis.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo; XAVIER, Kellen do Carmo; OLIVEIRA, Letícia Gabriella Carvalho de. CARTOGRAFIA DE DISSIDÊNCIAS: temáticas LGBT nos periódicos brasileiros de Comunicação. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA

COMPÓS, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/cartografia-de-dissidencias-tematicas-lgbt-nos-periodicos-brasileiros-de-comunic?lang=pt-br>. Acesso em: 13 set. 2023.

Referências dos capítulos do livro *Histórias da Queerentena*

- AFONSO-ROCHA, Rick. Pequeno pedaço de papel. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 128-132.
- ALMEIDA, Caio Henrique Moura de. O que a covid quer de mim? *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 187-191.
- ALVES DA SILVA, Carlos Renato. O poder de um vírus que invisibiliza ainda mais os invisíveis em privação de liberdade. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 49-54.
- AROSA, Guido. Diário do vírus. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 78-84.
- ASSUNÇÃO LOPES, Lucas Eduardo Souza. Uma bicharoca tomada pela pulsão de vida em meio à pandemia. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 231-234.
- BONFANTE, Gleiton Matheus. Sexo de máscara. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 37-42.
- BRUNO, Valécio. Um diário não diário. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 135-140.
- CAIO. Amor de Quarentena. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 151-155.
- COSTA, Nicole Bezerra. Não sei que dia da quarentena! *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 179-182.
- CRUZ, Mike Faria da. A ressignificação da era da solidão acompanhada. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 218-221.
- DAROUICHE, Cristian Alejandro. A quarentena do covid-19 em Mar del Plata. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). Histórias da Queerentena*. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 326-327.

DOLLY. Qual cura este momento me trará? *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 72-73.

(DORA), Isadora Campos. Atitulada. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 270-271.

ESTEVAN, Alana ou Luan Alves do Nascimento. Razão de ser. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 317-321.

FARIA, Mateus Aparecido de. Coronatena. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 235-238.

FAVERO, Sofia. Vinte e três centímetros de Lattes. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 26-30.

FELIZARDO, Jessica Tatiane. Relato em plena pandemia de um reencontro [lésbicomedo]. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 268-269.

FIGUEIRA DA SILVA, Ana Luiza Torres. Cartas de amor são ridículas. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 192-194.

FONSECA OLIVEIRA, João Victor da. Lá onde estou eu, o tempo é outro. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 195-198.

FREIRE, Ana Ester Pádua. Mamãe, eu tô em lua-de-mel... do jeito que o diabo gosta. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 183-186.

FREITAS DE SOUZA, Lucas. A pandemia da alma: Reflexões sobre a identidade. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 292-296.

GOMES, Beatriz Abreu. A utopia do normal e o impacto da pandemia nos corpos. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 301-304.

HORTENCIO, Dinho. Anagrama. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 172-174.

JESUS, Shayene Ferreira de. Não é sobre o tempo. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 100-101.

JORTIEKE JUNIOR, João Ricardo. Para além de máscaras e quarentena: reflexões sobre distanciamentos e formas de amar. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 253-258.

KILL, Murilo. Por um vírus bicha. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 66-71.

LADEIRA, Ana. Denúncias estrondeadas seguidas de um monte de abraços. *In*: NAVARRO, Pablo Pérez (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 297-300.

LBS. Ao menos serei remetente. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 330-335.

LIMA, Suome Matheus Vilela de. Quarentena: um aglomerado de zonas. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 55-59.

LIRA. Distanciamento social, dissociação, desenho animado e disforia de gênero. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 281-284.

LOPES DA SILVA, Rômulo. Quando o carnaval passar... quero ver a quarta-feira: sobre a pandemia e histórias de pretos/as. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 309-312.

LUNA, Leandro Gantois. Filhxs de Dilma. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 208-213.

MACIEL, Igor. Presente! Em meio a pandemia. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 146-150.

MAGALHÃES, William. Entre lá e cá, reflexões de rolezinhos. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 285-289.

MALTA, Luciana Guerra. Aquilo que não ousa dizer seu nome. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 214-217.

MELLO, Anahi Guedes de; ALVES, Camila. Deficiência e isolamento social: comunicar-se com mascarados e tocar em pessoas e coisas em tempos de pandemia da covid-19. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 60-65.*

MENDES, Ana Clara Gadelha. A maresia da minha cidade não enferruja janelas, mas venta passado, presente e presença. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 272-275.*

MIORANDO, Guilherme “Smee” Sfredo. Que querem os Queer? *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 120-123.*

MONTEIRO, Lipe Paes. O abrigo das virtudes. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 124-127.*

PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 60-65.

NEIVA CARVALHO, Marcus Antônio. Contraindicações queerentena: relato confuso e conexo com a realidade. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 199-202.*

NICOLAU, A. C. Leite de minhas tetas. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 22-25.*

OILERUA, Doprá. Uma vida entre vírus, uma vida ordinária. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 88-92.*

OLIVEIRA, Diego. Aprender a dizer “eu te amo”. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 175-178.*

PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da. Cor e libido numa tarde de abril. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 31-36.*

PECH, Andrea. Nossos dias entre o amor e a violência. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 276-280.*

PEREIRA, Marcelo. Eu, singular. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 244-247.

PIRES, Anderson Moraes. A experiência de uma bixa preta litorânea tentando respirar. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 305-308.

POLIZEL, Alexandre Luiz. Queerentena, máscaras, plásticos e luz artificial. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 167-171.

POLO, Maria Clara Elias; TAVARES, Giselle. Eu, a professora e a Júpiter. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 156-160.

PRETO, Júlia Marques. Pandemia manicomial. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 93-95.

ROSA, Luis Fernando Lobo. Ser homossexual em quarentena é como ser homossexual em não quarentena. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 141-145.

SABATINI, Gabriella; VIDAL, Júlia Silva. Carço de manga. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 106-109.

SAFT, Fabiano. Coronavírus “descortinando” vulnerabilidades: o relato de um Psicólogo clínico em tempos de pandemia. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 263-267.

SANCHES, Thiago Cardoso. O inverno das almas – a quarentena é também uma crônica do reencontro. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 313-316.

SANTOS PEREIRA, Camila. Manifesto de um corpo isolado. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 74-77.

SEM NOME NEM PSEUDÔNIMO. Bicha em cativeiro. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 133-134.

SERRUYA, Ronaldo. O corpo pandêmico do HIV à covid-19, memórias de atravessamento. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 328-329.*

SETEMBRINO, Argus. Crônica sem nome. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 114-119.*

SILVA, Dani. Do meu corpo descolonizado para um cenário (cis) pandêmico. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 161-166.*

SILVA SALVINO, Matheus Henrique; PESSOA, Sônia Caldas. Os sons do tempo, o grito do Outro. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 239-243.*

SIQUEIRA SILVA, Elisa Bertilla de. Esta é uma história de início solitário, meio feliz e final indefinido. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 248-252.*

SPLEDORE, Fefa. Covid-19 e HIV: Reflexões de um jovem negro, gay e soropositivo! *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 96-99.*

SOUZA, Túlio Vinícius Andrade. Sobre vivências, sobrevivências e mecanismos de resistência durante o isolamento social em decorrência do coronavírus. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 203-207.*

TEIXEIRA, Mariana. Renascimento. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 102-105.*

TOMÁCIO, Douglas. Apenas mais um. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 259-262.*

VASCONCELOS, Isabela Muzzi. Se a minha quarentena fosse uma semana. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 222-226.*

VIEIRA, Jonata. O maior (e mais gostoso) órgão do corpo. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 110-113.*

VIEIRA FILHO, Maurício João. Relações interrompidas em tempos de pandemia: as (novas) formas de encontro afetivo. *In: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**.*

1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 227-230.

VILLAÇA, Mohara. No começo era distância e ainda são processos. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 290-291.

VILLAS CARVALHO, Flora. Às vezes o armário é a porra de uma matrisca. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 43-48.

WERNER, Letícia. Entrexistência. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 322-325.

ZELDA, Danilo Alves. E hoje tem live da Zelda. *In*: PÉREZ NAVARRO, Pablo (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 85-87.

